



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**Saulo Vinicius Souza Barbosa**

**Junho de 2013 continuado por outros meios:**  
os Movimentos de Renovação Política e a institucionalização do  
engajamento cívico no Brasil contemporâneo

São Cristóvão  
2025

SAULO VINICIUS SOUZA BARBOSA

**Junho de 2013 continuado por outros meios:**  
os Movimentos de Renovação Política e a institucionalização do  
engajamento cívico no Brasil contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), elaborada sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca, como requisito para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

São Cristóvão  
2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SIBIUFS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

B238j      Barbosa, Saulo Vinicius Souza  
Junho de 2013 continuado por outros meios : os movimentos de renovação política e a institucionalização do engajamento cívico no Brasil contemporâneo / Saulo Vinicius Souza Barbosa ; orientador Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, SE, 2025.  
234 f. : il.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Sociologia. 2. Sociologia política – Brasil. 3. Participação política. 4. Ativistas políticos – Brasil. 5. RenovaBR (organização). I. Petrarca, Fernanda Rios, orient. II. Título.

CDU 316.334.3(81)

SAULO VINICIUS SOUZA BARBOSA

**Junho de 2013 continuado por outros meios:**  
os Movimentos de Renovação Política e a institucionalização do  
engajamento cívico no Brasil contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), elaborada sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca, como requisito para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Defendida em 29 de agosto de 2025.

**Banca examinadora**

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca (Presidente – PPGS/UFS)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (Avaliador externo – PPGS/UFRGS)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra (Avaliador externo – PPGS/UFF)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (Avaliador interno – PPGS/UFS)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves (Avaliador interno – PPGS/UFS)

São Cristóvão  
2025

Aos que, em mar revolto,  
são *vento e vela; leme e timão.*

## AGRADECIMENTOS

“A vida” – escreveu o mestre Guimarães Rosa – “é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.” E nada nela se faz só, sem um mutirão desses, que nos remexa e tempere com acolhimento e força. Nada, nada, nem uma tese – nem *esta* tese. É preciso, então, bradar o nome das pessoas e instituições que me trouxeram até aqui, agradecer-lhes.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa que me permitiu cursar o doutorado com dignidade. E, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento do meu intercâmbio na *Scuola Normale Superiore*, experiência fundamental em minha formação.

À minha orientadora, prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca, pela orientação, confiança e, sobretudo, por sempre ter apoiado meus projetos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS: aos professores e professoras, por terem me formado sociólogo; às secretárias, na figura de Dayane Silva, pela atenção e solicitude que sempre recebi.

Ao Laboratório de Estudos do Poder e da Política – LEPP, pelos aprendizados e oportunidades. Também ao seu coordenador, prof. dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, com quem aprendi bastante.

À prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Donatella Della Porta, por ter me recebido na *Scuola* e, sobretudo, pela gentileza com que o fez.

Ao prof. dr. Marcelo Kunrath Silva, pela generosidade e disponibilidade dispensadas ao meu trabalho.

Ao prof. dr. Francisco José Alves, pelos alicerces do ofício, pelo exemplo profissional e humano, pelo carinho paternal.

A painho (*in memoriam*) e a mainha – sem vocês, nada haveria!

Às minhas irmãs, Déia, Leda, Neuzice e Clara, e ao meu irmão, Léo, pela cumplicidade, cuidado e amor.

Às minhas sobrinhas e sobrinhos, pela felicidade revigorante de lhes ver crescer.

A Talita Fontes, amiga–irmã, pelas imensuráveis e preciosas coisas de nossa amizade e, especialmente, pela ajuda inestimável com a coleta dos dados da pesquisa.

A Felipe Trindade e Jonatha Vasconcelos, pela amizade e cuidados que compartilhamos. Mas, acima de tudo, por terem carregado o andor comigo até o fim.

A Carlota, Rodrigo (Rô), Andrey, Pâmella, Teresa e os tantos amigos que estão comigo e não abrem – vocês são e me dão sorte!

Aos amigos que fiz durante os meses em que morei em Florença: Aly (*sadiq*), Carla, Dani, Giulia e Isa, por terem tornado felizes aqueles dias e pela saudade que guardo de vocês. Especialmente, a Luana e Glaydson, cuja amizade trouxemos lá de longe para continuá-la aqui em casa.

A Anna Clara, pelo amor e cuidado que acrescentou em minha vida.

A vocês e a quem (descuidadamente) omiti, meu sincero *muito obrigado* e meu profundo *respeito*!

*Nos momentos de ruptura, se exalta a volta à Sociedade civil, tal como os jusnaturalistas exaltavam o retorno ao Estado de natureza.*

(Bobbio, 1994, p. 1211)

*O crescimento da participação popular na fase tardia de um ciclo [de protestos] incita a proliferação organizacional, e essas novas organizações competem por espaço entre si e com as que se mobilizaram previamente.*

(Tarrow, 2011, p. 208)

## RESUMO

Esta tese analisa as condições sociais e políticas dos processos de legitimação e de institucionalização do engajamento cívico no Brasil contemporâneo. Para isso, toma com objeto empírico o caso do RenovaBR, a mais destacada das organizações que ficaram conhecidas no país como “Movimentos de Renovação Política” (MRP). Essas iniciativas surgiram majoritariamente na conjuntura crítica que se instaurou no Brasil após o ciclo de protestos de Junho de 2013. Nessa perspectiva, o trabalho analisa os itinerários sociais e os vínculos associativos dos 118 candidatos apoiados pelo RenovaBR nas eleições de 2018, a fim de compreender como, a partir das oportunidades políticas abertas no pós-2013, a entidade atuou na reorientação do engajamento de seus membros em direção às instituições representativas, por meio da disputa eleitoral. Para dar conta desse processo, a análise se organiza em três eixos complementares. O primeiro reconstitui as condições históricas que possibilitaram a emergência dos MRP, em especial do RenovaBR, destacando como eles se constituem por meio da apropriação discursiva da crise de legitimidade do sistema político brasileiro. O segundo examina os percursos sociais e agendas políticas dos candidatos apoiados pelo Renova em 2018, relacionando-os com ideias e atores emergentes no ciclo de mobilizações de 2013. O terceiro mapeia os vínculos entre essas candidaturas e organizações da sociedade civil, revelando como a renovação política se estrutura por meio de circuitos associativos específicos. A partir dessa articulação, a tese argumenta que os grupos de renovação política instrumentalizaram as críticas difusas e contenciosas ao sistema político e ao Estado, mobilizadas nos ciclos de manifestações entre 2013 e 2016, em um projeto de ocupação institucional. Nesse processo, os chamados “renovadores” mobilizaram competências técnicas, vínculos com a sociedade civil organizada e a defesa da profissionalização da política como estratégias de legitimação pública. A pesquisa demonstra ainda que, por um lado, as iniciativas de renovação podem ser compreendidas como respostas à crise da representação e ao fechamento do sistema partidário, como parte da literatura já aponta. Por outro lado, revela que, apesar do discurso de inclusão do “cidadão comum” na política, essas entidades assentam suas bases em uma ecologia seletiva de setores da sociedade civil que articula, principalmente, redes de participação e associativismo de classe média e alta com partidos políticos não-hegemônicos de centro e de direita. Por fim, a tese contribui com a agenda sobre as consequências da ação coletiva ao propor que os MRP sejam compreendidos como legados do ciclo de protestos de 2013, que reconfiguram demandas sociais em repertórios não contenciosos de engajamento institucional. A emergência desses grupos é, nesse sentido, interpretada como uma forma pela qual setores específicos da sociedade civil buscaram continuar Junho de 2013 por outros meios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos de renovação política; engajamento cívico; institucionalização; ciclos de protestos; consequências da ação coletiva.

**June 2013 Continued by Other Means:  
Political Renewal Movements and the Institutionalization of Civic  
Engagement in Contemporary Brazil**

**ABSTRACT**

This doctoral thesis examines the social and political conditions underlying the processes of legitimation and institutionalization of civic engagement in contemporary Brazil. It focuses on the case of RenovaBR, the most prominent among the organizations known as “Political Renewal Movements” (PRM). These initiatives emerged largely in response to the critical juncture that followed the June 2013 contention cycle. In this context, the research analyzes the social backgrounds and associative ties of the 118 candidates supported by RenovaBR in the 2018 elections, seeking to understand how, in the wake of post-2013 political opportunities, the organization worked to redirect its members’ civic engagement toward representative institutions through electoral participation. The analysis unfolds across three complementary axes. The first reconstructs the historical conditions that enabled the emergence of the PRM – especially RenovaBR – highlighting how they were shaped through the discursive appropriation of the legitimacy crisis affecting Brazil’s political system. The second investigates the social trajectories and political agenda of the 2018 Renova candidates’, linking them to ideas and actors that surfaced during the 2013 cycle of mobilizations. The third maps the ties between these candidacies and civil society organizations, revealing how political renewal is structured through specific associative circuits. Drawing from this analytical framework, the thesis argues that political renewal groups reframed diffuse and contentious criticisms of the political system and the state – articulated between 2013 and 2016 – into a project of institutional occupation. In doing so, the so-called “renewers” mobilized technical competencies, connections to organized civil society, and the discourse of political professionalization as strategies for public legitimation. The study further shows that, on the one hand, such initiatives can be interpreted as responses to the crisis of representation and the closure of the Brazilian party system, as recognized in existing literature. On the other hand, it demonstrates that, despite their rhetoric of inclusion of the “ordinary citizen” in politics, these organizations are grounded in a selective ecology of civil society actors, primarily linking middle- and upper-class participation and associative networks to non-hegemonic center and right-wing political parties. Finally, the dissertation contributes to the scholarly agenda on the outcomes of collective action by proposing that the PRM be understood as institutional legacies of the 2013 protest cycle – translating social demands into non-contentious repertoires of institutional engagement. In this sense, the emergence of these groups is interpreted as an attempt by specific sectors of civil society to continue the political impulse of June 2013 by other means.

**KEYWORDS:** Political renewal movements; Civic engagement; Institutionalization; Cycles of contention; Collective action outcomes.

## Índice de figuras

Figura 1 – Trabalhos sobre MRP por ano de publicação (2018-2024) .....	42
Figura 2 – Confiança dos brasileiros nas Instituições sociais (2009-2023) .....	81
Figura 3 – Variação negativa acumulada no ICS das Instituições (2012-2018) .....	114
Figura 4 – Trecho de apresentação para captação de recursos utilizado pelo RenovaBR .....	115
Figura 5 – "Princípios não negociáveis" do RenovaBR .....	117
Figura 6 – Formatura da primeira turma do RenovaBR, Brasília/DF (2018).....	120
Figura 7 – Candidatos do RenovaBR por raça e gênero (2018).....	124
Figura 8 – Candidatos do RenovaBR versus candidatos em geral por faixa etária (2018).....	125
Figura 9 – Candidatos do RenovaBR versus candidatos em geral por estado civil (2018).....	126
Figura 10 – Candidatos do RenovaBR por faixa UF (2018).....	127
Figura 11 – Candidatos do RenovaBR versus candidatos em geral por grau de escolaridade (2018).....	129
Figura 12 – Candidatos do RenovaBR por maior nível de formação (2018) .....	130
Figura 13 – Candidatos do RenovaBR por área de graduação e pós-graduação (2018) .....	131
Figura 14 – Candidatos do RenovaBR por categoria ocupacional (2018).....	134
Figura 15 – Candidatos do RenovaBR por setor de atuação profissional (2018)...	135
Figura 16 – Candidatos do RenovaBR por tipo de experiência político-associativa (2018).....	137
Figura 17 – Candidatos do RenovaBR por ideologia partidária (2018).....	140
Figura 18 – Candidatos do RenovaBR por partido (2018).....	141
Figura 19 – Candidatos do RenovaBR por objetivo partidário e ideologia (2018) ..	145
Figura 20– Rede de vínculos associativos dos candidatos ligados ao RenovaBR (2018).....	158
Figura 21 – Rede dos candidatos do RenovaBR (2018) colorida por classe de modularidade.....	176
Figura 22 – Sub-rede da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade .....	178
Figura 23 – Sub-rede do RenovaBR .....	185

Figura 24 – Sub-rede dos ativistas liberais e anticorrupção .....	191
Figura 25 – Sub-rede do movimento Acredito.....	196
Figura 26 – Sub-rede dos ativistas pelos direitos da população negra e periférica	202

## Índice de tabelas

Tabela 1 – Pautas eleitorais dos Candidatos do RenovaBR nas eleições de 2018	149
Tabela 2 – Nós organizacionais da rede do RenovaBR por modalidade associativa .....	159
Tabela 3 – Grau por modalidade associativa (RenovaBR, 2018).....	161
Tabela 4 – Coparticipação de candidatos(as) entre o RenovaBR e outros MRP (2018) .....	162
Tabela 5 – Inserção em ativismo e/ou defesa de causas das candidaturas do RenovaBR (2018).....	165
Tabela 6 – Ativismo partidário prévio das candidaturas do RenovaBR (2018).....	168
Tabela 7 – Setor de atuação das ONGs com participação de candidatos dos RenovaBR (2018).....	171
Tabela 8 – Organizações centrais na rede do RenovaBR (2018) de acordo com o grau .....	173
Tabela 9 – Distribuição dos nós da sub-rede da RAPS por categoria .....	181
Tabela 10 – Distribuição dos nós da sub-rede do RenovaBR por categoria .....	187
Tabela 11 – Distribuição dos nós da sub-rede liberal/anticorrupção por categoria	193
Tabela 12 – Distribuição dos nós da sub-rede do movimento Acredito .....	199
Tabela 13 – Distribuição dos nós da sub-rede dos ativistas negros por categoria .	203

## **Índice de quadros**

Quadro 1 – Organizações suprapartidárias de apoio a candidaturas (2008-2022) 107

## **Lista de Siglas**

DC – Democracia Cristã  
DEM – Democratas  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MRP – Movimentos de Renovação Política  
NOVO – Partido Novo  
OLJ – Operação Lava-Jato  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PHS – Partido Humanista da Solidariedade  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PODE – Podemos  
PP – Progressistas  
PPS – Partido Popular Socialista  
PR – Partido da República  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PROS – Partido Republicano da Ordem Social  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PV – Partido Verde  
RAPS – Rede de Ação Política pela Sustentabilidade  
REDE – Rede Sustentabilidade  
SDD – Solidariedade  
STF – Supremo Tribunal Federal  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>14</b>
I. Objeto e problematização .....	16
II. Metodologia.....	31
III. Estrutura da tese.....	34
<b>Capítulo 01 – O que sabemos sobre os Movimentos de Renovação Política?</b>	
<b>Revisão de escopo de uma literatura em desenvolvimento</b> .....	<b>38</b>
1.1 Mapeando a bibliografia sobre MRP .....	39
1.2 Panorama das pesquisas sobre os MRP: caracterização do <i>corpus</i> .....	41
1.3 Afinal, o que sabemos sobre os MRP? Síntese de resultados e algumas lacunas.....	46
1.4 Os MRP como modalidade emergente de mobilização .....	73
<b>Capítulo 2 – Transformando a crise em oportunidade: sociogênese dos Movimentos de Renovação Política</b> .....	<b>75</b>
2.1. O mal-estar na democracia: dos dilemas da redemocratização à crise do presidencialismo de coalizão .....	78
2.2. Terra em transe: o processo político brasileiro das manifestações de junho de 2013 ao golpe de 2016 .....	96
2.3 A construção da crise como um problema público e a emergência dos MRP enquanto campo de mobilização .....	106
<b>Capítulo 03 – Quem são e o que defendem as candidaturas “renovadoras”?</b>	
<b>Perfil social e inserção eleitoral dos candidatos do RenovaBR em 2018</b> .....	<b>120</b>
3.1 Perfil social e político das candidaturas do RenovaBR em 2018.....	122
3.2 O “corpo” e o “espírito” de Junho de 2013 nos Movimentos de Renovação Política .....	151
<b>Capítulo 04 – Decompondo a renovação: padrões associativos e as bases sociais do RenovaBR</b> .....	<b>156</b>
4.1 O RenovaBR e seu entorno: um panorama das modalidades de vínculos associativos das candidaturas renovadoras .....	158
4.2 A renovação como mosaico: padrões de engajamento associativo e as sub-redes do RenovaBR.....	174

4.3 Entre a diversidade associativa e a homofilia política: a “política baseadas em vidências” como horizonte normativo da renovação.....	205
<b>Considerações finais .....</b>	<b>210</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>217</b>
<b>APÊNDICE A – Sistema de codificação de pautas eleitorais dos candidatos do RenovaBR (2018).....</b>	<b>226</b>

## Introdução

A partir de 2016, uma nova geração de organizações da sociedade civil passou a atuar de forma direta no processo eleitoral brasileiro. Sob o rótulo de “Movimentos de Renovação Política”<sup>1</sup> (MRP), essas iniciativas propunham reconfigurar o sistema político por meio da formação e do apoio a lideranças não vinculadas aos partidos tradicionais, defendendo valores como ética, eficiência e diversidade. Assim, a partir de uma estratégia suprapartidária, articulavam um diagnóstico da crise da representação política nacional – baseada na denúncia do “velha política” como ineficiente, corrompida e desconectada da sociedade – e um prognóstico centrado na ideia de renovação dos quadros das instituições políticas, a começar pelo parlamento. Para esses “movimentos”, a solução estaria no apoio e na formação de novas lideranças, oriundas da sociedade civil não comprometidas com a lógica da “velha política”, capazes de resgatar a confiança da população nas instituições representativas e implementar uma agenda pública mais técnica, eficiente e ética.

Nesse contexto, grupos de renovação como RenovaBR, RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade), Acredito e Agora! rapidamente ganharam projeção na esfera pública brasileira, apoiando candidaturas e se articulando com setores empresariais e midiáticos. Isso se traduziu em conquistas significativas já nos primeiros ciclos eleitorais nos quais os MRP participaram. Em 2018, culminou com a eleição de, ao menos, 10 candidatos e candidatas para o Congresso Federal, dentre os quais um senador<sup>2</sup>. Além desses, outros membros de MRP conquistaram cadeiras em assembleias legislativas estaduais<sup>3</sup>. Nesse primeiro ciclo eleitoral, esses eleitos

---

<sup>1</sup> Outros termos similares também apareceram com frequência: grupos de renovação, grupos suprapartidários de renovação, organizações civis de renovação etc. O que cumpre evidenciar é o surgimento de um substantivo comum para designar um conjunto de organizações que eram vistas e se viam como tendo objetivos mais ou menos similares. O termo é, portanto, uma *categoria nativa*.

<sup>2</sup> Este levantamento não é exaustivo e, por isso, não esgota o universo de candidaturas eleitas vinculadas a esse tipo de organização. Considerou-se somente os eleitos estreantes, isto é, aqueles que obtiveram seu primeiro mandato eletivo. A fonte dos dados são os sites institucionais dos grupos de renovação mencionados, seus relatórios anuais ou declarações de suas lideranças à mídia publicados entre 2018 e 2022.

<sup>3</sup> Em 2018, somente o RenovaBR “fez” sete deputados estaduais distribuídos em quatro estados.

distribuíam-se em seis organizações de renovação<sup>4</sup> e sete partidos políticos, formando uma miscelânea que vai do liberalismo do NOVO ao trabalhismo do PDT<sup>5</sup>.

O êxito dos eleitorais dos MRP não se limitou à 2018. Somente o RenovaBR, a mais ampla e estruturada dessas iniciativas, elegeu 144 dos egressos de seu curso de formação política nas eleições municipais de 2020. Foram 130 vereadores, 12 prefeitos e 2 vice-prefeitos. No mesmo pleito, o movimento Acredito, por sua vez, teve 30 de seus membros eleitos. Mais recentemente, nas eleições de 2022, ao menos 14 pessoas vinculadas aos MRP foram eleitas, entre deputados federais e estaduais. Ao longo desses anos, todavia, os renovadores não se limitaram ao caminho eleitoral em sua busca por posições no Estado – ainda que esse seja o objetivo central dos MRP. Por intermédio dos colegas vitoriosos ou através de alianças com políticos estabelecidos, renovadores não eleitos assumiram diversos cargos comissionados “de confiança”, na administração pública direta, na assessoria parlamentar, em autarquias e em empresas públicas.

Esses dados indicam que, nos últimos ciclos eleitorais, os MRP vêm consolidando um espaço estável de engajamento político entre setores da sociedade civil e o sistema político com foco na ocupação de posições institucionais. Mais do que apenas promover candidaturas, essas organizações vêm efetivando sua agenda ao construir as condições sociais, simbólicas e organizacionais necessárias para que seus membros ascendam aos diversos níveis do Estado brasileiro. Além disso, sua emergência na cena política nacional está vinculada às profundas disputas acerca da legitimidade e dos sentidos da representação política que se instauraram no Brasil a partir do ciclo de protestos de Junho de 2013.

Ao questionarem os limites da representação política vigente e o fechamento do sistema partidário, os MRP produziram inovações eleitorais e criaram oportunidades de engajamento para que atores oriundos da sociedade civil reorientassem suas atuações em direção à política institucional. Por isso mesmo, a gênese e atuação desses atores constituem uma oportunidade analítica relevante para compreender a relação entre ciclos de protestos, recrutamento político-eleitoral e os processos de institucionalização do engajamento cívico no Brasil pós-2013.

---

<sup>4</sup> Acredito, Agora!, Bancada Ativista, LIVRES, RAPS e RenovaBR.

<sup>5</sup> DEM, NOVO, PDT, PPS, PSB, PSL e REDE.

## I. Objeto e problematização

A problemática desta tese de doutorado consiste em analisar as condições sociais e políticas dos processos de legitimação e de institucionalização do engajamento cívico. Nessa perspectiva, a pesquisa busca responder à seguinte pergunta: *como a emergência dos movimentos de renovação política expressa processos de institucionalização do engajamento cívico no Brasil pós-2013?* Tomando como objeto empírico caso do RenovaBR, o trabalho analisa os itinerários sociais e os vínculos associativos dos 118 candidatos apoiados pela organização nas eleições de 2018<sup>6</sup>. Mais do que um conjunto de indivíduos isolados, as candidaturas são aqui compreendidas como expressões práticas e estratégicas de um projeto organizacional de inserção e intervenção no campo político. Ao mesmo tempo, elas refletem as bases sociais e associativas que vinculam esse projeto a segmentos específicos da sociedade civil. Com isso, a tese pretende entender como a entidade atuou na reorientação do engajamento de seus membros em direção às instituições representativas, por meio da disputa eleitoral, em função das oportunidades políticas abertas a partir dos ciclos de protestos de Junho de 2013.

Uma das principais organizações da “nova política”<sup>7</sup>, o RenovaBR é uma organização da sociedade civil criada em 2017 pelo empresário do mercado financeiro Eduardo Mufarej<sup>8</sup>, que também atuou com primeiro “CEO” da organização. Autodefinindo-se como uma “escola de democracia” suprapartidária, o Renova atua principalmente selecionando, treinando e apoiando “pessoas comuns” a cada ciclo eleitoral para disputar e exercer cargos eletivos. O propósito declarado da organização é “melhorar a qualidade” da democracia no Brasil, formando novas lideranças políticas

---

<sup>6</sup> 118 dos 133 selecionados para participar do curso de formação política do RenovaBR se candidataram a um posto eletivo. Parte desses participantes receberam bolsas que podiam chegar a 12 mil reais mensais durante seis meses, além de ajuda de custos para participar das etapas presenciais do curso de formação. O RenovaBR não financia diretamente candidatos, devido a proibição da lei eleitoral brasileira. No entanto, esse foi um de seus objetivos iniciais, antes do fim do financiamento eleitoral privado no Brasil, em 2017. Em 2018, 17 de seus “alunos” foram eleitos, sendo um senador, nove deputados federais e sete deputados estaduais. (MAZZA, 2020; Mufarej, 2021)

<sup>7</sup> Outra categoria empregada em autorreferência pelo próprio universo pesquisado com sentido similar ao de MRP, o termo também foi mobilizado frequentemente por parcela do colunismo político nacional.

<sup>8</sup> Mufarej é um renomado gestor de fundos de investimento, com experiência significativa no setor educacional. Fundou a Tarpon Investimentos, que chegou a controlar grandes empresas como JBS e Abril Educação. Antes do RenovaBR, foi um dos fundadores do partido NOVO. No final de 2018, Mufarej foi ventilado pela mídia como cotado para o Ministério da Educação no governo Bolsonaro, o que, contudo, não se concretizou.

comprometidas com a eficiência do Estado, a ética pública e a construção de uma representação política mais plural e substantiva.

A escolha do RenovaBR como caso de estudo justifica-se por sua *centralidade organizacional* no ecossistema emergente dos MRP. Entre as diversas iniciativas surgidas a partir de 2016, o RenovaBR destaca-se por apresentar um elevado grau de institucionalização, acesso expressivo a recursos financeiros, capacidade organizacional (Gatto, Russo e Thomé, 2021; Gatto e Thomé, 2024)<sup>9</sup> e visibilidade pública. Por conta disso, a organização exerceu um papel de polo aglutinador da renovação ao atrair candidaturas vinculadas a diferentes grupos do campo da “nova política”<sup>10</sup>. Essa capacidade de convergência organizacional faz do RenovaBR um ponto de entrada privilegiado para a análise do fenômeno: ao reunir, em seu entorno, perfis diversos e percursos sociais variados, a organização permite explorar, de forma ampliada, as bases sociais, políticas e associativas que sustentam a consolidação dos MRP no Brasil contemporâneo.

Longe de representar todo o espectro dessas iniciativas, o RenovaBR é aqui compreendido como um caso sociologicamente significativo de um processo mais amplo: a tentativa de institucionalização, no campo político-eleitoral, de formas de ação coletiva e participação social que ganharam força a partir dos ciclos de protesto da década de 2010. Estudar o RenovaBR, portanto, permite compreender as dinâmicas sociais, políticas e associativas que marcaram a passagem do engajamento cívico à participação institucional, da crítica à representação à formação de novos representantes.

A partir desse recorte analítico, a tese argumenta que os movimentos de renovação política, exemplificados pelo caso do RenovaBR, constituem uma forma de institucionalização do engajamento cívico que canaliza as demandas difusas por mudança política do ciclo de 2013 em direção à ocupação do Estado. Nesse processo, os chamados “renovadores” mobilizaram competências técnicas, vínculos com a sociedade civil organizada e a defesa da profissionalização da política como

---

<sup>9</sup> As autoras mapearam 44 dessas iniciativas atuando no Brasil em 2021 (Gatto, Russo e Thomé, 2021, p. 149). Em um universo marcado pela “falta de uma fonte estável de financiamento”, o RenovaBR é caracterizado como um *outlier*. Em 2024, o número de organizações encontrada subiu para 53 (Gatto e Thomé, 2024).

<sup>10</sup> O que, inclusive, era um dos objetivos de seus fundadores, como a tese abordará no capítulo dois. Em resumo, Eduardo Mufarej (2021) conta que a proposta inicial do Renova era ser um fundo de financiamento eleitoral que funcionasse como uma “incubadora de *start ups* políticas”, isto é, uma organização que desse suporte a outros grupos da sociedade civil que buscassem promover a renovação política.

estratégias de legitimação pública. Assim, as biografias dos candidatos apoiados por essa organização revelam um campo de engajamento seletivo, composto majoritariamente por atores oriundos de setores médios e altos da sociedade, com elevado grau de formação escolar, exercício profissional em posições gerenciais e de prestígio e alto grau de engajamento sócio-político prévio, seja pela alta vinculação com espaços associativos específicos, seja pela inserção em partidos não-hegemônicos de centro e de direita. A emergência dos “renovadores” contribui, portanto, para a conformação de um grupo político que, a despeito do discurso democrático e inclusivo, caracteriza-se tanto por ser socialmente restrita quanto pelo viés politicamente tecnocrático e gerencialista.

Nessa perspectiva, o tese mostra como o ecossistema associativo do RenovaBR se estrutura em torno das práticas sociais das “políticas baseada em evidências” – PBE (Louro e Harari-Kermadec, 2024). Mais do que uma mera inclinação a uma gestão de caráter técnico, trata-se de um fazer político baseado em um certo “estilo econômico de racionalidade” (p. 98) que, ancorado em pressupostos da economia política neoclássica (ou neoliberal) e na cultura da mensuração, aspira a “objetividade e neutralidade”. Nesse sentido, essa “racionalidade econômica faz da decisão política um parecer técnico” (p. 103), limitando o papel da deliberação coletiva. A partir disso, constrói sua eficácia política.

### *i.i Como importa a ação coletiva? Notas sobre uma agenda de pesquisa*

Assim, a tese se insere na agenda de pesquisa que investiga as consequências da ação coletiva (Bosi, Giugni e Uba, 2016; Bosi e Uba, 2021; Giugni, Bosi e Uba, 2013). A ideia de consequências (*outcomes*) não pressupõe uma causalidade rígida. Trata-se, antes, de investigar *como a ação coletiva importa*, isto é, busca-se compreender os processos que decorrem da ação coletiva e de eventos de protestos em diversos níveis e através de mecanismos diversos: influência direta e indireta, interrelação, legados, impactos, dentre outras modalidades, não excluindo a possibilidade de relações causais eventuais. No entanto, na maioria dos casos, como o desta tese, os processos estudados se assemelham muito mais a lógica das *afinidades eletivas* (Löwy, 2010; Weber, 2003).

A literatura tem analisado principalmente três tipos de efeitos da ação coletiva (Bosi, Giugni e Uba, 2016; Bosi e Uba, 2021; Giugni, Bosi e Uba, 2013). As

consequências políticas são as mais amplamente estudadas e se referem as alterações no ambiente político no qual ocorre uma determinada ação. Envolve uma gama dilatada de dimensões que vai de mudanças nas instituições do Estado a incidência em políticas públicas. As consequências biográficas são aquelas que afetam o curso de vida dos participantes da ação coletiva, por exemplo na forma como um indivíduo passa a perceber a si mesmo ou na capacidade que ele desenvolve de enquadrar certos aspectos da realidade como problemáticos e de politizá-los. Mais difíceis de definir com precisão, as consequências culturais envolvem os impactos que um movimento ou ação coletiva trazem para o ambiente cultural mais amplo. Um bom exemplo disso é a campanha de posituação da beleza negra – o *Black is beautiful* – que desconstruiu hierarquias estéticas eurocêntricas em diversos países, inclusive no Brasil.

Além desses, Bosi, Giugni e Uba (2016) apontam que vêm crescendo o número de trabalhos que se debruçam sobre as consequências econômicas da ação coletiva. Esses autores propõem ainda que, além dessa classificação tipológica de efeitos, é possível distingui-los entre internos e externos bem como entre intencionais e não-intencionais. Em ambos os casos, essas distinções atravessam a classificação tipológica, podendo-se pensar que “as consequências políticas são em sua maioria externas e intencionais, as consequências biográficas são mais internas e não-intencionais” enquanto “consequências culturais são tanto externas quanto internas e majoritariamente não-intencionais” (p. 1). Todavia, é importante ter sempre em mente que, com sugere Bosi (2016), na realidade, as fronteiras entre essas categorias são turvas e servem principalmente a propósitos analíticos.

Originária dos estudos sobre movimentos sociais, esta agenda de pesquisa se desenvolveu mais tardiamente em relação ao campo. Afinal, tradicionalmente as pesquisas se voltavam para o estudo de movimentos *em si*, analisando sua emergência, características e dinâmicas (Giugni, Bosi e Uba, 2013). É na década de 1970 que a questão de como os movimentos sociais impactam social e politicamente começou a ser investigada, iniciando lentamente um subcampo de pesquisa<sup>11</sup> (Bosi, Giugni e Uba, 2016). Este irá se consolidar nos anos 2000, quando o os trabalhos

---

<sup>11</sup> Os autores mostram que o desenvolvimento dessa agenda, por um lado, relaciona-se aos processos de redemocratização da América Latina e do Leste Europeu nos anos 1990, que tornaram evidente o vínculo entre ondas de mobilização social e a mudança no sistema político. Por outro, o próprio distanciamento temporal das mobilizações dos anos 1960 e 1970 possibilitaram a avaliação de seus “efeitos” culturais e biográficos de longo prazo.

“sobre as diferentes consequências dos movimentos sociais aumentam quantitativamente e aprimoram-se qualitativamente”, de acordo com Bosi e Uba (2021, p. 987) em um balanço recente.

Com isso, esses pesquisadores defendem ampliar a agenda de pesquisa para as consequências da ação coletiva de modo geral – e não somente dos protestos e movimentos sociais, com era o foco inicial. Na visão deles, trata-se de uma estratégia crucial para possibilitar o desenvolvimento desse subcampo. Nisso, se alinham a proposta de Della Porta e Diani (2015 apud Bosi e Uba, 2021) de ampliar o campo de estudos de movimentos sociais para dialogar com os desenvolvimentos em áreas cognatas, “dentro e além da Sociologia e Ciência Política”. Nessa direção, Della Porta (2020) defende, especificamente, a necessidade de maior diálogo entre os estudos de movimentos sociais e os da sociedade civil e seu correlatos, como o voluntarismo e a filantropia. Para a autora, há uma considerável sobreposição empírica e teórica entre os dois fenômenos que indicam a necessidade de se “construir pontes”. Sobretudo, devido a recente tendência de hibridização que vêm borrando as fronteiras entre movimentos sociais e as organizações cívicas, especialmente quando estas enfrentam a politização em tempos de crise ou a criminalização das práticas de solidariedade. Na medida em que busca compreender os “impactos” dos protestos de junho de 2013 na institucionalização do engajamento cívico, e não somente no campo dos movimentos sociais, este trabalho se alinha a essa perspectiva.

Como mostra Bobbio (1994, p. 1206-1211), o conceito de sociedade civil teve diversas e contraditórias acepções em sua história multissecular, sendo, por isso mesmo, uma noção frequentemente em disputa. A tese, por sua vez, adota uma concepção pluralista de sociedade civil, que visa abranger a diversidade de formas de mobilização, organização e associação. Com base em Warren (2001), propõe-se entendê-la como um domínio relacional e institucionalmente híbrido, constituído por formas associativas voluntárias que operam na interseção entre Estado, mercado e esfera privada. Sua função não é apenas compensatória ou subsidiária, mas fundamentalmente democratizante: ao produzir identidades públicas, sustentar práticas deliberativas e mediar interesses difusos, essas associações contribuem para a vitalidade democrática. No entanto, tal potencial não é dado de antemão. É nesse ponto que se insere o conceito de *ecologias associativas*, entendido como a análise da configuração relacional entre diferentes tipos de associação em contextos específicos. Para Warren, os efeitos democráticos das associações dependem não

apenas de suas qualidades internas, mas da complementaridade funcional e da diversidade organizacional existente em uma determinada ecologia cívica. Com isso, busca-se escapar às concepções mais normativas de sociedade civil (como a de Habermas ou a de Gramsci), ou definições setorizantes, que limitam a sociedade civil as organizações voluntárias formalizadas atuando “fora” do Estado.

Ainda no citado trabalho, Bosi e Uba (2021) argumentam que os desenvolvimentos do subcampo que trata das consequências dos movimentos sociais e dos protestos foram moldados pelos paradigmas dominantes no campo de movimentos sociais e que o contrário raramente ocorreu. Assim, no início do século XX, a Teoria do Comportamento Coletivo postulava que os movimentos sociais eram efeitos de processos de mudança sociais subjacentes. Esta produzia sentimentos de incerteza que levava aos indivíduos a adotarem comportamentos desviantes irracionais, como revoltas, protestos, motins, rebeliões. Portanto, os pesquisadores não se interessavam em entender as consequências desses eventos, já que eles mesmos eram os efeitos adversos de algum outro fenômeno.

A Teoria da Mobilização dos Recursos, nos anos 1970, reconheceu a racionalidade política por traz dos movimentos sociais e dos protestos, passando a enxergá-los como “política por outros meios” (Bosi e Uba, 2021, p. 989). Passou-se, então, a investigar, a partir de estudos “movimento-centrados”, que tipos de movimentos e protestos eram bem-sucedidos ou fracassavam em alcançar seus objetivos. Nos anos 1980 e 1990, a Teoria do Processo Político colocou em campo a ideia de que as mobilizações sociais dependiam de aberturas no regime político para acontecer – as oportunidades políticas. Dessa forma, ao invés de sucesso/fracasso, o foco da pesquisa mudou para “resultados”, “efeitos” e “consequências”, intencionais ou não, da ação coletiva sob o campo político.

Em paralelo a esta última (e, muitas vezes, em contraste e oposição a ela), as perspectivas construcionistas, oriundas do interacionismo simbólico, deram ênfase na dimensão cultural e emocional dos movimentos sociais, abrindo caminho para pensar seus efeitos nos planos biográficos e culturais (Bosi e Uba, 2021). Ainda que não mencionada pelos autores, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, ao destacar a relação entre movimentos e mudança cultural, também contribuiu para pensar amplamente as consequências culturais e biográficas, sobretudo a partir do contexto latino-americano, onde floresceu nos anos 1980 e 1990 (Alonso, 2009).

Mais recentemente, uma “virada processual” no campo de movimentos sociais, a despeito de diferenças internas, ampliou o entendimento “sobre a importância da ação coletiva, valorizando as interações dinâmicas de múltiplos atores em arenas ou campos, em vez de uma ação coletiva única num ambiente estático” (Bosi e Uba, 2021, p. 989). É preciso ressaltar a contribuição dos estudos latino-americanos nesse movimento. Ao se debruçarem sobre os processos de redemocratização na região a partir dos anos 1980, esses estudos, de forma pioneira e a partir de diversos paradigmas, mostraram a permeabilidade entre Estado e Sociedade Civil (Abers, Almeida e Bülow, 2023, p. 16). Abriu-se, assim, um espaço para o questionamento das fronteiras entre os tipos de consequências propostos pela literatura e, também, para a análise da dimensão processual e interrelacionada das consequências da ação coletiva (e.g. Bosi, 2016).

Bosi e Uba (2021) se referem aí a perspectivas processuais como a do interacionismo estratégico, a da política contenciosa e da teoria dos campos. Todavia, pode-se incluir aqui também o pragmatismo francês, a partir dos estudos sobre a construção dos problemas públicos (Cefaï, 2016). Além dele, os estudos latino-americanos sobre participação social, que desde a década de 2000 vêm analisando o caráter heterogêneo e conflitivo do Estado e de suas relações e fronteiras fluidas com a sociedade civil (Abers, Almeida e Bülow, 2023; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Cayres, 2016; Pereira, 2020). Tudo isso possibilita desconstruir uma concepção tradicional do Estado, visto como uma instituição fechada, estanque e uniforme, para fazer emergir uma ideia do Estado como *metacampo*, para utilizar a expressão de (Bourdieu, 2014), que põe em relação espaços e atores sociais diversos, assimétricos e que estão em constante disputa.

É nesse panorama que se insere a abordagem adotada no trabalho. Ao investigar os MRP não apenas como produtos de um contexto de mobilização, mas como atores que transformam sua inserção ao longo do tempo, a tese adere à perspectiva processual ao considerar os deslocamentos, reconversões e reconfigurações que ocorrem entre ciclos de protesto e institucionalização. Em vez de buscar efeitos diretos e estanques da ação coletiva, privilegia-se a análise de biografias, articulações e redes que atravessam fronteiras entre sociedade civil e Estado; entre mobilização, associativismo e participação institucionalizada. Com isso, a pesquisa se afasta de modelos lineares de causalidade e se aproxima de uma

compreensão mais relacional, histórica e contingente das consequências da ação coletiva.

*i.ii Para além do calor da hora: institucionalização e proliferação organizacional como desdobramentos dos ciclos de protesto*

Partindo desse horizonte analítico, a tese dará foco nas consequências dos ciclos de protesto sobre o campo político e sobre a sociedade civil. Em especial, como anunciado anteriormente, ela irá analisar as formas de institucionalização e politização do engajamento associativo. Nesse sentido, a pesquisa parte da ideia, proposta por Tarrow (2011 [1994, 1 ed.]), de que existe uma relação recíproca entre ciclos de protesto e oportunidades políticas. Se, por um lado, os ciclos respondem a janelas de oportunidades, por outro, eles também contribuem para sua ampliação, transformando o cenário político em que ocorrem.

Oportunidades políticas são momentos “lidos” por atores sociais como favoráveis para desafiar, por meio de ações conflituosas, os poderes estabelecidos e para pressioná-los em favor de um determinado objetivo. São definidas pela abertura das instituições políticas à participação e às demandas sociais, os alinhamentos das elites no poder e a capacidade de repressão do Estado (Alonso, 2009; Tarrow, 2011). Já ciclos de protestos – ou ciclos de contenção – são definidos por Tarrow (2011, p. 199) como períodos de intensificação dos conflitos no interior do sistema social, marcado pela difusão acelerada da ação coletiva, inclusive entre setores antes pouco mobilizados. Trata-se de um processo em que os grupos mobilizados experimentam novos repertórios de ação, reformulam quadros interpretativos e combinam formas de participação organizadas e não organizadas.

A generalização do conflito em ciclos de protestos, como mostra o autor (Tarrow, 2011, p. 201-2), ocorre quando oportunidades políticas favorecem atores bem-posicionados em suas fases iniciais. Então, as demandas desses atores ganham força ao ressoarem com outros grupos relevantes, favorecendo coalizões heterogêneas e tensões nas elites. A rejeição estatal a essas demandas tende a ampliar o campo da contestação, reduzindo restrições e conectando diferentes reivindicações. Dessa forma, nesses períodos, movimentos, grupos de interesse, autoridades e instituições interagem, entram em conflito e, por vezes, cooperam. A

dinâmica do ciclo resulta justamente dessas disputas e articulações entre atores estabelecidos e desafiantes.

Ciclos produzem, dessa maneira, variados efeitos sobre o sistema político e social. No curto prazo, eles ampliam, ao menos temporariamente, a capacidade de ação dos grupos mobilizados, obrigando o Estado a formular respostas — repressivas, facilitadoras ou combinadas. Eles introduzem incerteza e reorganizam o campo político ao transmitirem sinais, desestabilizarem alianças e *abrirem espaço para novos atores*. Assim, esses eventos alteraram os cálculos de interesse de apoiadores e opositores do regime vigente, forçam reacomodações estratégicas, redefinem alianças e posições. Os resultados de um ciclo de contenção, por fim, não decorrem apenas da força relativa entre os contendores, como ressalva o autor. Mas, da estrutura ampliada de disputas e respostas que elites, opositores e aliados potenciais constroem em relação uns aos outros. Além disso, esses desdobramentos não se limitam à soma de eventos isolados, pois alteram, de modo mais profundo, o campo de possibilidades políticas (Tarrow, 2011, p. 199).

Um leque diverso de consequências podem resultar de um ciclo: incidências em políticas públicas, reformas legislativa, conscientização social, mudanças culturais, inovações de formas de ação, aumento do aparato de repressão, dentre muitas outras (Fields, 2018; Ghaziani, Taylor e Stone, 2016; Giugni, Bosi e Uba, 2013; Tarrow, 2011). Dentre elas, os dois processos que o trabalho quer investigar: a institucionalização da ação coletiva e a proliferação organizacional.

A institucionalização pode ser compreendida como o deslocamento de atores sociais em direção a formas mais convencionais e menos disruptivas de ação coletiva. Trata-se de um processo no qual parte dos ativistas, diante de incentivos institucionais, oportunidades eleitorais ou da possibilidade de diálogo com elites, opta por moderar suas reivindicações e adaptar suas estratégias aos marcos estabelecidos do jogo político. Enquanto alguns são levados à radicalização por repressão, frustração ou competição interna, outros buscam acomodação, ajustando seus objetivos para alcançar maior eficácia dentro das estruturas existentes (Tarrow, 2011, p. 207).

Por sua vez, a proliferação organizacional surge com o crescimento da participação popular na fase tardia de um ciclo. Como observa Tarrow (2011, p. 208), esse processo dá origem a novas organizações que ampliam o espectro da mobilização e competem por espaço político e visibilidade, tanto entre si quanto com

os grupos que atuaram nas fases iniciais do ciclo. A emergência dessas novas iniciativas responde, muitas vezes, a impasses da institucionalização, à percepção de distanciamento em relação às bases ou à necessidade de reafirmar identidades e agendas específicas. Mais do que sinal de vitalidade dos protestos, a multiplicação organizacional expressa disputas internas sobre os rumos, os sentidos e os beneficiários do ciclo de mobilização.

Pensando nisso, a tese quer analisar o surgimento dos movimentos de renovação política como um dos desdobramentos da conjuntura inaugurada pelo ciclo de protestos de junho de 2013. É verdade que outros trabalhos sobre os MRP já apontaram que essas organizações surgem como uma consequência dos ciclos de protestos ocorridos entre 2013 e 2016, da operação lava-jato e o fortalecimento da luta anticorrupção bem como da crise política que levou a deposição do governo Dilma (2011-2016) (Campos, 2023; Faria, 2018; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Mohallem, 2018; Moura, 2019; Oliveira e Macedo, 2020; Pinheiro, Costa e Farias, 2021; Santos, 2019; Schimitz e Martins jr, 2023; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024). Todavia, a despeito de suas contribuições relevantes, a literatura tende a analisar a emergência dos MRP a partir de uma perspectiva centrada no sistema político, explicando seu surgimento seja como fruto de uma crise da representação política, seja do fechamento dos partidos.

Diferentemente dessas abordagens, esta pesquisa propõe uma leitura centrada na sociedade civil, ancorada na sociologia da ação coletiva. A partir de uma perspectiva relacional e processual, entende-se que os MRP, ainda que sejam também uma resposta aos impasses do sistema político, são a expressão de dinâmicas mais amplas de mobilização e reorganização social em contextos de crise. Tais dinâmicas estão ancoradas, por um lado, na forma como os espaços associativos que formam a base dos MRP realinham seus objetivos face as transformações do contexto histórico. Por outro, na maneira como eles atuam para produzir essas mudanças, coproduzindo o cenário político ao seu redor. É nessa direção que se propões analisar a formação dos MRP: por um lado, como resultado da institucionalização de formas de engajamento civil, que se deslocam em direção à arena eleitoral; por outro, como parte de um processo de proliferação organizacional, no qual diferentes grupos e atores se apropriam das agendas e sentidos abertos em 2013, reinterpretando-os a partir de repertórios, trajetórias e discursos próprios.

*i.iii O mês que durou uma década: Junho de 2013 como gatilho da conjuntura crítica brasileira*

O ciclo de protestos de Junho de 2013 foi, desde o início, atravessado por disputas em torno de seus sentidos e rumos. Iniciado por atores progressistas, críticos dos governos petistas pela esquerda, os protestos ensejaram o engajamento de outros atores – oriundos de redes de engajamento liberais e/ou conservadoras, contestando o governo Dilma pela direita. De um lado e de outro, muitos aderentes sem histórico prévio de mobilização se juntaram ao coro dos descontentes, lotando as ruas (Alonso, 2023; Alonso e Mische, 2016; Avritzer, 2017a; Silva, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019). Sem lideranças ou porta-vozes que falasse pelos manifestantes, sem carros de som à frente que puxasse sua marcha, sem qualquer unidade além de estarem na ruas – mais justapostos do que juntos, ligados somente pela revolta contra o governo –, o ciclo de 2013 foi um verdadeiro “mosaico” (Alonso, 2017, 2023).

Uns, insatisfeitos com a política de conciliação de classes promovida pelas administrações petistas e o seu afastamento de suas bases populares em diversos níveis. Outros contestavam as políticas de reconhecimento e redistribuição promovidas naquela última década e se uniam sob o signo do combate a corrupção, que podia ser política ou moral a depender de quem protestava (Alonso, 2019, 2023). Em ambos os casos, combatiam os “legados contraditórios” dos governos do Partido dos Trabalhadores (Tatagiba e Galvão, 2019).

Passado o período mais agudo de manifestações, os anos seguintes foram sedimentando tanto na sociedade quanto na academia a sensação de que Junho de 2013 ainda não havia terminado, mas ressoava política e socialmente. Hoje, há um consenso na literatura de que esse ciclo foi o “gatilho” de um processo mais amplo e que, por isso, não pode ser confinado a seus limites cronológicos. Ele marcou o ocaso dos governos petistas, desencadeou o aumento da conflitualidade política, culminando em uma eleição contestada em 2014, em novos ciclos de protesto em 2015 e 2016 e, finalmente, no Impeachment de Dilma Rouseff (Alonso, 2017; Bringel e Pleyers, 2015; Oliveira, 2020; Silva, 2018; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019).

Inaugurou, assim, um período de intensa turbulência política e social no Brasil marcado pela polarização política, pela heterogeneização dos atores mobilizados nas ruas e seus investimentos nas instituições, pelo rearranjo das alianças políticas e pela erosão da legitimidade do sistema representativo. Criou, ainda, as condições de

possibilidade da chegada ao poder da extrema-direita no Brasil, como a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 – ainda que esse não tenha sido seu sentido único nem necessário (Alonso, 2017; Nobre, 2022; Oliveira, 2020; Petrarca, 2021; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019). É claro, nada estava dado lá no começo, mas resultou da contingência do processo político, que produziu as ligações entre os acontecimentos.

Já a partir de 2015, um conjunto de pesquisas começaram a chamar atenção para as relações entre os protestos de 2013 e transformações mais duradouras no contexto político e social brasileiro. Bringel e Pleyers (2015) foram categóricos e argumentaram que Junho de 2013 consiste no ponto de inflexão de uma reconfiguração do ativismo no Brasil. Para os autores, trata-se de uma “abertura societária” que desorganiza os códigos, sujeitos e práticas que até então hegemonizavam o campo da ação coletiva. Esse processo impulsiona a emergência de novos atores e repertórios, assim como uma intensificação da conflitualidade e da fluidez nas formas de protesto. Por isso, afirmam que Junho deve ser compreendido como processo e não apenas como evento. Os autores enfatizam seus efeitos duradouros, tanto sociais (com o surgimento de novas organizações e formas de ativismo) quanto culturais (com a disseminação de valores e pautas alternativas) e subjetivos (afetando diferentes dimensões da vida de ativistas, de visões de mundo a redes de amizades). Nesse sentido, os protestos de 2013 e 2015 não seriam opostos ou desconectados, mas parte de uma mesma reconfiguração ativista, conectada a uma “geopolítica global da indignação”.

Avritzer (2017), focando a dimensão política, argumenta que os protestos de 2013 marcaram uma transição no padrão da participação política no Brasil. Até então, havia uma hegemonia popular no campo participativo, sustentada pelas inovações institucionais da Constituição de 1988 e pela abertura dos governos petistas ao diálogo com a sociedade civil. Essa sinergia entre Estado e movimentos sociais promovia políticas de redução das desigualdades e legitimava o sistema político. Com 2013, esse equilíbrio se rompe. A entrada da classe média no espaço das ruas altera a composição do campo participativo, promovendo sua polarização. Esses setores, articulados a grupos religiosos, profissionais e associativos, passam a disputar a hegemonia do espaço público e alinham-se à oposição institucional ao governo. Segundo o autor, esse realinhamento é fundamental para compreender o processo de deslegitimação que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Ao enfatizar os

vínculos organizacionais e os atravessamentos entre mobilização social e ação institucional, o autor propõe que a crise política não foi produzida exclusivamente pelas ruas ou pelas instituições, mas emergiu justamente da sua interpenetração.

Em direção parecida, Angela Alonso (2017) analisa Junho de 2013 como o ponto de partida de uma crise política mais ampla, que se estende até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Para a autora, principia aí um cenário de confronto contínuo entre atores sociais e o sistema político, descrito como uma “conjuntura fluida” (p. 53), marcada pela incerteza e por rearranjos instáveis. Três estilos de ativismo – autonomista, socialista e patriota – disputaram a direção das ruas em 2013 e transformaram os protestos em um mosaico conflituoso e heterogêneo. A partir daí, consolidam-se novos ciclos de contenção (2015 e 2016), cada vez mais polarizados, com crescente protagonismo de redes conservadoras e liberais do campo patriota, articuladas em torno de pautas moralizantes e anticorrupção<sup>12</sup>. Nesse cenário, o impeachment emerge não como uma ruptura, mas como culminância de uma crise encadeada, em que protestos e instituições retroalimentam-se. Assim, Alonso mostra que o deslocamento da política para as ruas produziu efeitos duradouros: fragmentação do campo participativo, deslegitimação das mediações tradicionais e abertura para projetos políticos autoritários. Ao final, o impeachment não resolve a crise: apenas a desloca, deixando o país politicamente rachado e socialmente mobilizado, sem consenso em torno de um novo projeto político.

Também Tatagiba (2018) mostra como as oportunidades políticas de 2013 pavimentaram as mobilizações da campanha pelo Impeachment nos anos seguinte. Para ela, o ciclo de 2013 possibilitou que as redes de ativismo à direita passassem a mobilizar com sucesso uma base social sem tradição de protesto e a disputar a hegemonia das ruas com as redes à esquerda, mais experientes nessa arena. A chave para esse processo, conforme a autora, foi a articulação entre a política institucional e as mobilizações, operadas pela direita a partir da construção do antipetismo. Outro trabalho dessa pesquisadora, junto com Galvão (Tatagiba e Galvão, 2019), reafirma que o ciclo de 2013 produziu mudanças significativas no contexto político, se conectando assim com os eventos de 2015 e 2016. Para as autoras, 2013 “cria oportunidades políticas inéditas para os setores oposicionistas, à direita e à esquerda do PT, conformando um cenário de crise política que, associado à crise econômica,

---

<sup>12</sup> “De 2013 a 2016, a crise política é uma só, mas houve três ciclos de confronto” (Alonso, 2017, p. 511), escreveu a autora.

abre caminho para o impeachment” (p. 91). Com isso, elas apontam para duas dinâmicas que caracteriza o período (e, além dele, pode-se acrescentar): a polarização política e heterogeneização de atores e demandas. Em especial, as autoras observam um aumento das reivindicações contra o sistema político e o governo.

Olhando para esse processo de uma perspectiva institucional, Avritzer (2016), Abranches (2018) e Nobre (2013, 2022) veem 2013 como o marco inicial de uma crise de legitimidade do presidencialismo de coalisção, sistema político que se estruturou no Brasil após a ditadura. As raízes dessa crise estariam, para eles, nas contradições do próprio processo de redemocratização brasileiro. Argumentam, assim, que apesar de o país ter consolidado, nas décadas de 1990 e 2000, uma democracia formalmente estável – com eleições regulares, alternância de poder e funcionamento dos três poderes –, essa estabilidade repousava sobre um arranjo problemático. Como apontam esses autores, o sistema político brasileiro operava mediante coalizões amplas e heterogêneas no Congresso, formadas para dar conta tanto da diversidade política quanto regional do Brasil. Seu objetivo era assegurar ao Executivo base suficiente para aprovar sua agenda e garantir a governabilidade.

Já no final dos anos 1980, Abranches (1988) identificou esse modelo como solução pragmática diante da fragmentação partidária. Décadas depois, Nobre (2013, 2022) argumentou que esse arranjo, ao mesmo tempo em que garantiu governabilidade ao Executivo, também concedeu ao Legislativo um poder de veto desmedido, permitindo que setores conservadores neutralizassem mudanças sociais dentro da própria base governista, além de excluir diversos setores da sociedade dos processos decisórios. Por sua vez, Avritzer (2016) defende que, ainda que o presidencialismo de coalizão tenha produzido mudanças sociais efetivas, esse modelo se tornou um entrave a efetivação de uma agenda progressista na medida em que os custos (políticos, simbólicos e econômicos) para se formar alianças aumentaram, favorecendo o aumento dos escândalos de corrupção e, por consequência, a deslegitimação do sistema político perante a sociedade. Para esses autores, a crise política começa justamente quando as forças sociais excluídas do presidencialismo de coalizão, à direita e à esquerda, passam a questionar a legitimidade da representação democrática operada dentro dessa lógica coalizionista (Abranches, 2018; Avritzer, 2016; Nobre, 2013a, 2022).

Tomados em conjunto, esses diagnósticos apontam para a ideia de que o pós-2013 constitui uma *conjuntura crítica* (Della Porta, 2020a, 2022). Della Porta define conjunturas crítica como um momento de ruptura profunda na ordem social e política, desencadeada por eventos extraordinários, como pandemias, guerras, crises econômicas, dentre outros. A autora mostra ainda que ciclos de protestos, como no período em questão, podem não apenas emergir em conjunturas críticas, mas também desempenhar um papel central em seu desencadeamento. A mobilização coletiva intensificada pode contribuir para a construção, o aprofundamento e a disseminação do sentimento de crise, fortalecer demandas por transformação social, mas também abrir espaço para projetos antidemocráticos e reacionários. São, portanto, processos ambíguos, incertos e abertos.

Tais conjunturas se caracterizam pela fragilidade das instituições existentes, pela suspensão de normas cotidianas e pelo aumento do protagonismo da agência coletiva. Elas desafiam as estruturas previsíveis e rotineiras, criando uma “temporalidade turbulenta” (*eventful temporality*) no qual atores sociais precisam tomar decisões sob a pressão e incerteza das circunstâncias, adaptando-se rapidamente a novas condições (Della Porta, 2022, p. 3). Nessa perspectiva, *conjunturas críticas, ao desestabilizarem rotinas e estruturas institucionais consolidadas, criam um cenário propício à experimentação política*. A suspensão de normas habituais e a intensificação da incerteza levam os atores sociais a buscar soluções fora dos marcos convencionais, abrindo espaço para a construção de alternativas. Como observa a autora, nesses momentos a agência coletiva ganha centralidade, permitindo que movimentos sociais e outros atores emergentes da sociedade civil proponham e testem novas normas e práticas políticas<sup>13</sup>.

É nesse contexto de instabilidade e abertura que o período pós-2013 se revela particularmente fértil para a experimentação política. Diante da desestabilização institucional e fluidez normativa, multiplicam-se as iniciativas que buscam reinventar práticas e repertórios de ação. O pós-2013, nesse sentido, constituiu-se como um terreno propício para uma série de inovações que, ao longo dos anos seguintes, ressoaram, em múltiplos níveis, os sentidos diversos e contraditórios dos ciclos de

---

<sup>13</sup> “Critical moments tend to augment the relevance of collective agency. This is due to the fact that, given the crisis of the existing institutions, emergent actors, such as social movements, can play an extremely relevant role in the construction of new norms and the experimentation of new practices.” (Della Porta, 2022, p. 3)

Junho de 2013. No plano das ruas, viu-se a emergência e difusão das ocupações culturais como forma de contestação e disputa simbólica do espaço público (Santos, 2017; Santos, J. V., 2022). No âmbito das organizações, reverberando a demanda por autonomia e inclusão, os coletivos se multiplicaram, tanto no campo dos movimentos sociais (Perez, 2019) quanto “para além” dele (Perez, 2024). Já nas estratégias eleitorais, observa-se o notável crescimento de candidaturas e mandatos coletivos, que buscam subverter a lógica individualista da representação política tradicional e ampliar a presença de grupos historicamente subalternizados (Almeida, 2024; INESC, 2019; RAPS, 2019).

Nesse cenário de experimentação política, os movimentos de renovação são uma entre tantas respostas aos dilemas e impasses abertos pela conjuntura crítica brasileira. A tese propõe compreendê-los como parte de um esforço mais amplo de institucionalização do engajamento cívico no Brasil pós-2013. Nessa perspectiva, a pesquisa quer olhar para além das ressonâncias de Junho de 2013 no campo dos movimentos sociais, explorando um espectro mais diverso de formas associativas e ativistas que emergem nesse contexto. Os MRP integram um ecossistema maior de iniciativas que, mesmo distantes das dinâmicas tradicionais de militância, reagem à crise de representação e às limitações da participação convencional propondo novas vias de entrada no campo político-institucional. Analisar essas formas híbridas de engajamento, que articulam repertórios da sociedade civil com estratégias de profissionalização e disputa eleitoral, permite, portanto, compreender dimensões pouco exploradas dos legados de 2013.

## **II. Metodologia**

A tese se baseia, principalmente, em um banco de dados biográficos das 118 candidaturas apoiadas pelo RenovaBR nas eleições de 2018. Esse banco foi organizado em torno de três dimensões principais. A primeira foca o perfil socioprofissional dos candidatos. A segunda, a participação eleitoral no pleito de 2018 desses indivíduos. A última, o engajamento associativo e partidário nos anos anteriores à candidatura. Essas dimensões se desdobram nas seguintes variáveis:

- A) *Perfil socioprofissional*: raça, gênero, idade, estado civil, origem geográfica, grau de escolaridade, áreas de formação, ocupação/profissão; exercício de cargos de livre nomeação;
- B) *Participação eleitoral*: partido pelo qual disputou o pleito de 2018, ideologia partidária, experiência eleitoral antes de 2018, pautas de campanha;
- C) *Engajamento associativo e partidário*: vínculos prévios a 2018 com partidos políticos, associações ou iniciativas da sociedade civil de maneira ampla (ativismos e defesa de causas, ONGs, MRPs, sindicatos, organizações empresariais, associações religiosas, filantrópica, culturais, ou qualquer forma de associativismo encontrada).

Esses dados foram coletados em fontes diversas. Uma delas foi Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral – TSE<sup>14</sup>. A partir das listas de 118 candidaturas apoiadas constantes no relatório anual do RenovaBR em 2018 (RenovaBR, 2018), foram coletados os dados declarados pelos candidatos ao tribunal no momento da inscrição eleitoral. Nesse repositório, foi possível encontrar a maior parte dos dados relativos ao perfil socioprofissional e a inserção e experiência político-eleitoral.

Outra base importante foram as plataformas online e abertas de currículos, como *LinkedIn* e *Currículo Lattes*. Aqui, buscou-se pelos nomes dos candidatos, localizando seus perfis e coletando informações a respeito da área e grau de formação, atuação profissional e, surpreendentemente, engajamento associativo e partidário – muitos desses candidatos entendem essas experiências como relevantes para seus currículos, por isso, registraram-nas como “atividades voluntárias” e, em muitos casos, como experiências profissionais na direção de partidos, ONGs, associações etc.

Essa busca foi combinada com a pesquisa pelos perfis dos renovadores em mídias sociais como o *Facebook* e *Instagram*. Além de fornecerem valiosas informações biográficas complementares, essas plataformas forneceram a base para a coleta das pautas de campanha. Essas foram codificadas em temas a partir das postagens realizadas pelos candidatos durante o período eleitoral de 2018<sup>15</sup> até o ponto de saturação e, posteriormente, foram agrupadas em eixos temáticos. Priorizou-

---

<sup>14</sup> <https://dadosabertos.tse.jus.br/>

<sup>15</sup> Entre 16/08/2018 e 05/10/2018.

se a busca por perfis abertos, com o nome do candidato utilizado na campanha (nome da urna). Nos poucos casos em que a busca nessas plataformas não foi satisfatório, buscou-se pelo nome do candidato no Google, na seção de notícias, e avaliou-se os resultados encontrados. Ao fim, 18 casos omissos foram registrados em relação às pautas eleitorais (15% das candidaturas)<sup>16</sup>. Já em relação aos vínculos associativos e partidários, houve somente dois casos desse tipo. Levando isso em conta, pode-se dizer que a estratégia de busca se mostrou bem-sucedida.

A análise dessas dimensões permite identificar padrões de origem social, repertórios de engajamento cívico, agendas prioritárias e estratégias de entrada no campo político institucional. A partir disso, a pesquisa busca compreender, de forma articulada, dois aspectos centrais. Por um lado, investiga quais segmentos sociais tendem a se engajar na agenda da renovação política, a partir da identificação das bases sociais, associativas e organizacionais que sustentam a atuação do RenovaBR. Por outro, procura mapear possíveis continuidades e deslocamentos entre esses “novos” atores e os protagonistas dos ciclos de protesto da década anterior, lançando luz sobre as continuidades e rupturas entre os eventos contenciosos e as formas institucionalizadas de participação política.

Esses dados foram analisados por meio de dois procedimentos. Primeiro, analisou-se o perfil socioprofissional e a participação eleitoral em 2018 a partir das frequências das variáveis associadas a essas dimensões, o que permitiu caracterizar as posições sociais, inserção política e discursos de campanha predominantes no conjunto dos renovadores. Em seguida, examinou-se os vínculos associativos desses candidatos com a ajuda das ferramentas da Análise de Redes Sociais – ARS (Crossley *et al.*, 2015; McLevey, Scott e Carrington, 2024). O objetivo foi mapear a rede associativa constituída em torno do RenovaBR e detectar os padrões de engajamento que a estruturam. Com isso, pretendeu-se entender quais são os espaços sociais servem de base para a construção da luta pela renovação política promovida pelo Renova. Para tanto, a análise se baseou nas relações de participação das candidaturas em organizações da sociedade civil e em modalidades de ativismo e defesa de causas.

---

<sup>16</sup> Muitos devido a exclusão dos perfis e páginas de campanha.

A partir desses dados relacionais, foi construída uma rede egocentrada bimodal<sup>17</sup> em torno do RenovaBR, a qual foi analisada a partir das frequências de modalidades associativas, da centralidade de grau<sup>18</sup> dos atores e da sua classe de modularidade<sup>19</sup>. Essas métricas permitiram analisar a rede do RenovaBR quanto as suas modalidades de associativas predominantes, considerando a frequência dos vínculos que as compõe, e a identificar seus protagonistas, a partir da centralidade de grau dos atores. Por outro lado, viabilizou sua decomposição em subcomunidades, por meio do exame da classe de modularidade dos nós. Dessa forma, relacionou-se cada “módulo” da rede a um padrão associativo específico, revelando o mosaico de espaços sociais que se conectam no Renova.

De forma complementar, a pesquisa recorreu a fontes documentais tanto primárias quanto secundárias. As fontes primárias incluem postagens em mídias sociais, materiais de divulgação de campanhas e eventos, reportagens em jornais, entrevistas em podcasts e programas de TV. Já as fontes secundárias compreendem trabalhos acadêmicos e relatórios de pesquisa. Esses materiais foram utilizados para aprofundar a análise de aspectos como a sociogênese do RenovaBR, seus discursos públicos, estratégias e práticas organizacionais, bem como suas vinculações sociais e políticas em sentido mais amplo. Entre os documentos reunidos, destaca-se um banco composto por 343 notícias sobre o RenovaBR e outros grupos de renovação política, publicadas entre 2012 e 2018 em jornais de circulação nacional, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. A articulação entre esses dois núcleos empíricos visa abordar o fenômeno tanto em sua dimensão biográfica quanto organizacional.

### III. Estrutura da tese

---

<sup>17</sup> A rede é egocêntrica, pois, representa as relações de um determinado ator, o ego, com seus contatos próximos, os alteres. No caso, o RenovaBR, os candidatos por ele apoiado e as organizações/modalidades às quais estes se vinculam. Ela é, ainda, bimodal porque representa as relações entre nós de natureza distinta. No caso, pessoas/candidatos e organizações/modalidades de engajamento (Crossley *et al.*, 2015; McLevey, Scott e Carrington, 2024).

<sup>18</sup> O número de relações que cada entidade da rede possui.

<sup>19</sup> Modularidade é uma medida que quantifica a divisão de uma rede em grupos densamente conectados internamente e com menos conexões com os demais nós da rede. Com isso, é possível identificar comunidades dentro da rede, ou seja, grupos de nós que compartilham características ou funções semelhantes.

A tese se estrutura em quatro capítulos que analisam as condições sociais e políticas dos processos de legitimação e de institucionalização do engajamento cívico no Brasil após o ciclo de mobilizações de Junho de 2013. A partir do caso do RenovaBR, os capítulos buscam demonstrar como os MRP emergem na conjuntura crítica aberta pelos protestos de 2013 e se apresentam como respostas organizadas à crise de representação. Atuando em um contexto de experimentação política, esses movimentos canalizam demandas difusas por mudança em um projeto de ocupação institucional ancorado na profissionalização da política, na racionalidade técnica da gestão pública e na articulação seletiva com segmentos específicos da sociedade civil como principal estratégia de inserção no campo político.

O primeiro capítulo – *O que sabemos sobre os Movimentos de Renovação Política? Revisão de escopo de uma literatura em desenvolvimento* – analisa a bibliografia sobre os MRP a partir de 28 trabalhos publicados no Brasil entre 2018 e 2024. A análise parte da constatação de que, apesar do acúmulo recente de estudos sobre esses grupos, há uma expressiva desconexão entre eles. Com base nisso, a revisão sistematiza a produção existente e apresenta uma síntese dos seus principais achados. Ao oferecer um retrato do estado atual da literatura, essa revisão não apenas permitiu à tese apoiar-se nas contribuições acumuladas, como também evidenciou lacunas relevantes a serem preenchidas. Em especial, esse capítulo possibilitou demarcar os MRP como um modo de mobilização emergente e autônomo, marcado pelo compartilhamento modelos organizacionais, repertórios de ação e enquadramentos discursivos.

As condições históricas que possibilitaram o surgimento dos MRP como uma modalidade específica de engajamento cívico são investigadas no segundo capítulo – *Transformando a crise em oportunidade: sociogênese dos Movimentos de Renovação Política*. A partir do caso do RenovaBR, o capítulo reconstrói o processo de emergência desses grupos, identificando três condicionantes sociais e políticos articulados. O primeiro é a crise de legitimidade do sistema político brasileiro, particularmente associada aos limites do presidencialismo de coalizão. O segundo refere-se à conjuntura crítica inaugurada pelos protestos de 2013, que intensificou a desconfiança em relação às instituições políticas, acirrou a polarização social e difundiu um imaginário de enfrentamento entre sociedade civil e Estado, atribuindo maior legitimidade à primeira. O terceiro fator é a centralidade adquirida pela luta anticorrupção, impulsionada pela Operação Lava Jato, que forneceu um elemento

aglutinador de indignação pública – a corrupção – suficientemente elástico para condensar queixas morais, econômicas e políticas. Por fim, o capítulo mostra como os MRP souberam mobilizar discursivamente esse contexto de crise, transformando-o em oportunidade para propor uma nova forma de inserção institucional, legitimada pela técnica, pela eficiência e por vínculos com a sociedade civil organizada.

Para entender como o RenovaBR promove a institucionalização do engajamento cívico de seus membros, os dois últimos capítulos exploram as trajetórias<sup>20</sup> dos atores que promovem a renovação política na arena eleitoral. O terceiro – *Quem são e o que defendem as candidaturas “renovadoras”? Perfil social e inserção eleitoral dos candidatos do RenovaBR em 2018* – analisa os percursos sociais e as agendas políticas dos candidatos renovadores em 2018. Assim, ele permite compreender dois aspectos centrais para problemática da tese. Primeiro, localiza quais segmentos da estrutura social brasileira aderem à agenda da renovação política e quais ideias mobilizam – ou seja, *quem* investe na institucionalização a partir do renova e *com que recursos* o faz. Depois, analisa as relações de continuidade entre os “renovadores” de 2018 e os atores e ideias emergentes no ciclo de mobilizações de 2013, permitindo situar os MRP como um desdobramento tardio daqueles protestos. O capítulo mostra que o perfil elitista e privilegiado predominante entre os “renovadores” está relacionado à ascensão do protesto de classe média e das novas direitas a partir de 2013.

Já o quarto e último – *Decompondo a renovação: bases associativas e padrões de engajamento na rede do RenovaBR* – mapeia os vínculos dessas candidaturas com organizações da sociedade civil, partidos políticos e outras formas de participação. Inicialmente, caracteriza as modalidades de engajamento predominantes no ecossistema associativo do Renova. Depois, identifica seus atores organizacionais centrais. Finalmente, decompõe a rede em subcomunidades, cada uma associada a um padrão específico inserção cívica. A análise evidencia o mosaico de espaços sociais que estruturam a construção da luta pela renovação política promovida pelo RenovaBR. Ao focar nas relações dos membros do Renova, o capítulo revela como a renovação política, em contraste com seu discurso inclusivo, estrutura-

---

<sup>20</sup> O uso do termo *trajetória* neste trabalho tem caráter descritivo e analítico, voltado à reconstrução dos percursos biográficos e profissionais dos indivíduos analisados. Não se adota aqui a concepção bourdieusiana do conceito, vinculada às noções de *habitus*, *campo* e *capital*, mas sim uma perspectiva relacional e empírica orientada à compreensão das formas de inserção social e política desses sujeitos.

se por meio de uma ecologia seletiva de atores, promovendo uma participação filtrada por critérios tecnocráticos.

Dessa forma, a tese busca apresentar três contribuições. A primeira delas é empírica, ao realizar uma investigação inédita acerca dos percursos sociais e das redes associativas dos 118 candidatos apoiados por um MRP. Assim, o trabalho desloca a ênfase nas organizações em si, já bastante estudadas pela literatura, permitindo uma interpretação relacional do fenômeno. As outras duas transcendem o fenômeno estudado. Uma diz respeito a agenda de pesquisas sobre as consequências da ação coletiva, ao analisar dois fatores subjacentes a proliferação organizacional e a institucionalização de formas de participação política resultantes de um ciclo de protestos. A outra se refere ao aprofundamento de uma compreensão pluralista e relacional acerca da Sociedade Civil – a partir da qual o trabalho se une a um conjunto de pesquisas recentes<sup>21</sup> que problematizam visões homogeneizantes e idealista dessa esfera.

---

<sup>21</sup> Muitos dos quais reunidos Seminário Temático 03, *Dinâmicas e ecologias associativas*, coordenado pelas professoras Lígia Lückmann e Ana Cláudia Teixeira no *VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas* (UnB, Brasília, maio de 2025). A existência desse ST, que generosamente acolheu um *paper* resultante desta pesquisa, por si só já indica relevância dessa agenda.

## **Capítulo 01 – O que sabemos sobre os Movimentos de Renovação Política? Revisão de escopo de uma literatura em desenvolvimento**

A emergência da “nova política” não passou despercebida do debate público brasileiro nos meses que antecederam as eleições de 2018. Já em 2017, reportagens, entrevistas, manifestos e artigos de opinião que tratavam do tema apareceram com certa frequência em jornais de grande circulação no país, como *O Globo*, *Estadão* e *Folha de São Paulo*. As organizações da renovação política não só foram apresentadas ao público como receberam espaço para falarem de suas propostas e objetivos, seus membros concederam entrevistas e escreveram artigos de opinião. Seus eventos, embora não mobilizassem multidões, não deixaram de ser noticiados como relevantes acontecimentos políticos. Como se diz, tiveram vez e voz. Um tratamento que muito raramente esses grandes veículos de mídia conferem de maneira espontânea a outras formas de mobilização da sociedade civil. Quem não lembra da cobertura inicial dos protestos de junho de 2013?

O tom geral dessas matérias era o seguinte: após anos de turbulência política e desgastes das imagens dos partidos e lideranças tradicionais, a sociedade ansiava por novas pessoas, com um passado isento de vínculos com os escândalos de corrupção e jogos de interesses políticos escusos. Uma representação que atuasse em prol dos interesses da sociedade e não de si mesma. Assim, surgiram os “novos movimentos suprapartidários”, como o RenovaBR, o Agora! e o Acredito. Na prática, os grandes jornais foram caixas de ressonância dos grupos de renovação, amplificando e legitimando seus discursos e projetos políticos<sup>22</sup>.

O debate acadêmico, ao menos em parte, emergiu como que em reação ao coro dos contentes dos jornalões. Desse modo, passaram a escrever sobre o “novo” bicho da fauna política brasileira adotando uma postura menos empolgada e mais analítica. Em alguns casos, até mesmo desconfiada. Começou a se formar, então, uma tímida agenda de pesquisa na academia brasileira. Assim, após o relativamente exitoso resultado nas urnas em 2018, o interesse científico em torno do tema foi crescendo. Não obstante nunca tenha chegado nem perto de se tornar um objeto de pesquisa hegemônico e amplamente debatido pelos principais pesquisadores das

---

<sup>22</sup> Ao menos de uma parte deles, como veremos no capítulo dois.

ciências sociais, é possível afirmar que existe hoje um corpo relevante de trabalhos acadêmicos dedicados ao fenômeno composto de teses, dissertações, monografias, artigos e relatórios de pesquisa.

Este capítulo consiste em uma revisão do escopo da bibliografia que trata dos movimentos de renovação política no Brasil contemporâneo. Ele analisa 28 referências bibliográficas publicadas entre 2018 e 2024 no país. De acordo com Arksey e O'Malley (2005), a revisão de escopo busca delimitar de forma abrangente o âmbito de uma área de investigação, mapeando trabalhos, conceitos-chave, resultados alcançados e os tipos de evidências disponíveis. Dessa forma, ela se distingue dos demais tipos de revisão, como a narrativa, a sistemática e a meta-análise. As autoras argumentam ainda que as revisões de escopo são especialmente úteis quando uma área de pesquisa é complexa e/ou ainda não foi revisada compreensivamente, sendo apropriadas para diversos objetivos, como examinar a extensão, o alcance e a natureza da pesquisa realizada; verificar se há material suficiente para uma revisão sistemática; resumir e disseminar resultados de pesquisa; e identificar lacunas na literatura existente.

É o caso da bibliografia acerca dos MRP. Após sete anos de pesquisa, é notável tanto o acúmulo de resultados quanto a desconexão das pesquisas. Salvo exceções, a maioria dos trabalhos não se cita e, por isso, muitas vezes produzem resultados similares, tomando caminhos parecidos. No contexto desta tese, realizar um balanço dos estudos sobre o objeto cumpre dupla função. A primeira consiste em oferecer uma síntese crítica da produção acadêmica sobre o objeto empírico, permitindo que a pesquisa se apoie de maneira fundamentada nas contribuições já acumuladas, ao mesmo tempo em que identifica lacunas e orienta novos investimentos analíticos. A segunda função desta revisão é demarcar, com base nos dados da literatura, a renovação política como uma modalidade de mobilização emergente e autônoma, marcada pelo compartilhamento de modelos organizacionais, repertórios de ação e enquadramentos discursivos.

### **1.1 Mapeando a bibliografia sobre MRP**

O capítulo se baseia em um levantamento bibliográfico realizado através do *Google Acadêmico* e complementado com uma busca no *Catálogo de tese e dissertações*, da CAPES. A pesquisa foi feita entre os dias 15 e 25 de agosto de 2024

e utilizou como ponto de entrada na bibliografia a seguinte *string*: <“movimentos de renovação política” OR “renovabr”>, resultando em 171 referências.

A escolha dos termos se justifica por algumas características da bibliografia percebidas em buscas prévias. Em primeiro lugar, porque constatou-se que existe uma diversidade de termos para se referir aos MRP, como “grupos suprapartidários”, “grupos de renovação”, “movimentos suprapartidários” etc. Desses, o termo mais disseminado é “movimentos de renovação política”, que aparece sozinho ou combinado com outras variantes. Isso já indica a existência de uma disputa sobre a denominação e caracterização do objeto, que será examinada adiante. Dessa forma, optar por apenas um termo desse tipo, mesmo o mais disseminado deles, criaria obliquidades no levantamento, uma vez que excluiria os trabalhos que denominam de outro modo os grupos de renovação.

Para contornar essa dificuldade, utilizou-se o termo “renovabr” que aparecia em uma gama maior de trabalhos, independente da nomenclatura mobilizada para caracterizar esse grupo. A inclusão do nome de outros MRP – como Acredito, RAPS e Agora! – foi descartada porque produziu uma lista muito abrangente de resultados, devido a generalidade dessas nomenclaturas, o que tornaria impraticável o trabalho de depuração da bibliografia<sup>23</sup>. Ademais, percebeu-se que os trabalhos que mencionavam o RenovaBR quase sempre remetiam, também, a outras organizações. Por essas razões, concluiu-se que o vocábulo “renovabr” funciona como um bom *proxy* para mapear a bibliografia. Por um lado, ele é específico o bastante para não resultar em uma lista muito extensa, conferindo exequibilidade. Por outro, é suficientemente abrangente para reunir trabalhos que adotam nomenclaturas organizacionais variadas e que tomam como objeto empírico outras organizações de renovação.

A lista inicial foi depurada a partir da leitura dos títulos, resumos, sumários e introduções. A ideia foi eliminar os resultados espúrios e os trabalhos que mencionavam os MRP, mas sem analisá-los. Manteve-se apenas (a) trabalhos que tomavam os MRP como objeto primário de pesquisa e (b) aqueles que, estudando outros temas, produziram análises consistentes sobre os MRP. Ao final, restaram 31 trabalhos. Após a depuração inicial, foram realizadas mais duas rodadas de busca. Uma no *Google Acadêmico*, restrita a alguns palavras-chave presente nos títulos dos

---

<sup>23</sup> Por exemplo, a inclusão da palavra “acredito” produziu 137.000 resultados.

trabalhos<sup>24</sup>, acrescentou três trabalhos a lista. Outra, realizada no *Catálogo de teses e dissertações* da CAPES<sup>25</sup>, trouxe mais três trabalhos (dos quais uma tese está inacessível e, portanto, não incluída na revisão). Por fim, um *paper* foi introduzido manualmente à lista de referências. Assim, o levantamento chegou a 37 trabalhos. Após avaliação do material, decidimos realizar uma segunda depuração do *corpus* bibliográfico, delimitando-o a teses, dissertações, artigos publicados em periódicos científicos ou em anais de eventos acadêmicos nacionais e quaisquer publicações de doutores. Por esses critérios, restaram os 28 trabalhos que compõe o conjunto de pesquisas aqui examinado.

## 1.2 Panorama das pesquisas sobre os MRP: caracterização do *corpus*

A literatura sobre os MRP é relativamente recente e pouco extensiva. Todavia, no *corpus* aqui examinado, já é possível identificar avanços nos debates e acúmulo de descobertas. Ele é composto de 28 trabalhos, assim divididos: 17 artigos científicos, sete dissertações de mestrado, dois relatórios de pesquisa, uma tese de doutorado e um capítulo de livro. Esses trabalhos foram produzidos majoritariamente na Ciência Política, que domina a bibliografia. Cerca de 40% dos trabalhos têm um cientista político como primeiro autor, considerando sua maior titulação. Em seguida, aparecem a Sociologia<sup>26</sup> e a Comunicação Social, com seis trabalhos cada. Em ambos os casos, trata-se de pesquisadores que atuam em interface com a Ciência Política. Os demais trabalhos dividem-se entre Direito (4), Antropologia (1) e Administração Pública (1).

As pesquisas começaram a ser publicadas “no calor da hora”, quando da própria emergência do fenômeno estudado, e mantiveram constância pelos anos seguintes, com uma média anual de quatro publicações (Figura 1). Em parte, a repercussão que alguns desses grupos tiveram nas mídias, digitais e tradicionais, suscitou o interesse dos pesquisadores. Como mostrará o capítulo seguinte, há um aumento expressivo de matérias sobre renovação política em jornais de circulação

---

<sup>24</sup> A *string* de busca utilizada foi: <allintitle: "Grupos suprapartidários" OR "Grupos de renovação política" OR "Movimentos de renovação política" OR "Movimentos suprapartidários" OR "RenovaBR" OR "movimento Acredito" OR "Movimento Agora" OR "Rede de ação política pela sustentabilidade">

<sup>25</sup> Termos utilizados: “renovabr” trouxe mais dois trabalhos; “movimentos de renovação política”, mais um.

<sup>26</sup> Considerou-se os títulos em Sociologia e em Ciências sociais. Os dois títulos de Ciências Sociais são de pessoas que se autodefinem como sociólogos.

nacional entre 2017 e 2018 que é paralelo a uma repercussão significativa nas mídias digitais. No caso das matérias, a maioria delas pauta o surgimento e as ações dos MRP. Por outro lado, a repercussão de um fenômeno quase sempre rotulado como “novo” se mostrou uma oportunidade de pesquisa, seja para entender a novidade, seja para questioná-la. Sem dúvidas, um relativo sucesso eleitoral como o dos candidatos renovadores em 2018 contribui para tanto.

**Figura 1 – Trabalhos sobre MRP por ano de publicação (2018-2024)**



Fonte: elaboração própria.

Já nesse ano, três trabalhos inauguram a agenda de pesquisa sobre MRP antes mesmo das eleições. Dois deles buscam caracterizar os grupos de renovação como um todo e explicar seu surgimento. Mohallem (2018) estuda os “novos movimentos suprapartidários” como uma resposta ao fechamento do recrutamento político-partidário<sup>27</sup>. A pesquisa de Régis e seus colaboradores (2018), por sua vez, questiona se a “nova política” trazia alguma inovação ou não passavam de “camuflagem eleitoral”. Para isso, analisa dois fenômenos relacionados: o *rebranding* de partidos no Brasil, que removeram o nome “partido” de suas nomenclaturas, e o

<sup>27</sup> Intitulado “Das redes às urnas”, o artigo é publicado na revista *Interesse nacional* juntamente com uma série de reportagens sobre as organizações vinculadas a chamada “nova política”, como a RAPS, o partido NOVO, o Centro de Liderança Pública – CLP, a Frente pela Renovação

surgimento dos “movimentos políticos” de renovação. Já Faria (2018) examina os discursos e práticas da Bancada Ativista, um grupo da cidade São Paulo cujo foco é “ocupar a política” institucional apoiando candidaturas de ativistas.

No ano seguinte, cinco trabalhos somam-se estes, trazendo uma diversificação de problemática ao campo. Eles abordam os impactos dos MRP nas eleições de 2018 e no sistema político (Neves, 2019), a relação entre MRP e a inclusão feminina na política (Santos, N; Keller, 2019), o uso político que os grupos de renovação fazem das NTICs (Santos, M, 2019), as relações entre partidos e MRP no contexto eleitoral de 2018 (Moura, 2019) e a relação entre a luta por cidadania no Brasil e a emergência novos atores políticos, como o movimento LGBT e os MRP (Barbosa, 2019). Dos três trabalho publicados em 2020, dois retomam as problemáticas da gênese, da atuação e dos impactos dos MRP na política brasileira (Oliveira e Macedo, 2020; Salgado, Santos e Bergonzine, 2020). No outro, embora não tenha foco principal nos MRP, a autora identifica membros de três grupos de renovação como atores relevantes do ecossistema de grupos de direita em Sergipe (Santos, A, 2020).

No biênio de 2021-2022, a agenda de pesquisa mantém seu ritmo de publicação e diversificação de dimensões estudadas. Seis trabalhos vêm a lume nesse período. Dois deles estudam as concepções de política e democracia do RenovaBR (Jesus e Chaia, 2021; Santos Filho, 2021). Outros dois focam no papel dos MRP no recrutamento político de jovens (Pinheiro, Costa e Farias, 2021) e de grupos minorizados (Gatto, Russo e Thomé, 2021). Com isso, querem entender em que medida essas iniciativas contribuem com a democratização da política e da sociedade. Finalmente, Macedo e Oliveira (2022) mapeiam algumas organizações de renovação política, classificando-as conforme o tipo de atuação, enquanto Débora Santos (2022) analisa a campanha ao senado de um membro de um MRP para entender qual o papel do discurso de renovação teve em sua inesperada vitória nas urnas.

O ano de 2023 apresenta o pico da série: são sete pesquisas. Martins Jr. e Schmitz (2023) examinam a relação entre os MRP e os partidos políticos questionando: trata-se de “parceria ou desafio?” Outros três abordam as concepções políticas, as práticas e os discursos dos MRP para entender suas relações com a juventude (Campos, 2023), suas experiências de formação política e ideológica (Schimitz e Martins Jr., 2023), os valores e as formas de participação que promovem (Silva, 2023). Cunha (2023) confronta o discurso de renovação com a prática

parlamentar visando expor suas contradições. Já Picussa, Souza e Codato (2023) e Firmino (2023) estudam os deputados renovadores enquanto um tipo de *outsider* político. O primeiro trabalho analisa o perfil sociopolítico, as formas de financiamento de campanha e o comportamento parlamentar dos deputados renovadores para saber se há diferenças entre estes e seus pares “estabelecidos”. O segundo compara o perfil dos *outsiders* deputados eleitos em 2014 e 2018 e identifica os membros de MRP como um dos perfis de *outsiders* que emergem nesse último pleito.

Fechando o recorte cronológico, 2024 traz mais quatro produções. As questões levantadas por elas são diversas. Fazzio (2024), a partir da atuação dos MRP, discute a necessidade de regulamentar tais organizações. Silva e Silva (2024) analisam a comunicação organizacional de um MRP para entender como ela se posiciona em relação a seu público e como o mobiliza para participação político-eleitoral. Martins Jr., Schmitz e Frazon (2024) propõem uma definição e uma classificação para os “movimentos suprapartidários” a partir de estudos de casos comparados. Por fim, Gatto e Thomé (2024), enquadrando os MRP como Iniciativas de Apoio a Candidatas/os (IAC), mapeiam 53 dessas organizações no Brasil. A partir da aplicação de questionários e da condução de entrevistas com dirigentes da maioria delas, a pesquisa dá conta de nove dimensões chave para compreender a prática dessas organizações: motivação; público-alvo; nível de institucionalização e estrutura; recrutamento, seleção e participação de candidatos; serviços ofertados; relação com partidos; financiamento; autoavaliação de resultados; perspectivas.

De um modo geral, esses trabalhos podem ser agrupados em cinco principais de problemáticas<sup>28</sup>. O primeiro trata da gênese ou do contexto de emergência dos MRP, perguntando como, quando e por quê essas organizações surgiram nas arenas políticas brasileiras (Mohallem, 2018; Oliveira e Macedo, 2020; Salgado, Santos e Bergonzine, 2020). O segundo aborda a caracterização e a estrutura organizacional dos MRP: descrevem-nos quanto a seus graus de verticalidade e hierarquia, recursos e capacidades organizacionais, papéis institucionais pré-estabelecidos, objetivos. O fito é enquadrar, dedutivamente ou indutivamente, os MRP em uma categoria de organização. Em suma, focam em definir o que são os MRP (Gatto, Russo e Thomé, 2021; Macedo e Oliveira, 2022; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024).

---

<sup>28</sup> Tais eixos de investigação devem ser lidos como indicativos de focos principais das pesquisas. Na prática, a maior parte dos trabalhos acabam contribuindo para dois, três ou até quatro deles.

A terceira vertente de questões de pesquisa dedica-se aos modos de atuação dos MRP. Investiga práticas, discursos e arenas de engajamento dos MRP (Faria, 2018; Gatto e Thomé, 2024; Santos Filho, 2021). Em seguida, há um grupo de trabalhos que analisam os perfis e inserção social de membros dos grupos de renovação (Cunha, 2023; Picussa, Souza e Codato, 2023; Silva e Silva, 2024). A quinta linha de investigação busca dar conta das interações e com os partidos políticos (Martins jr e Schmitz, 2023; Moura, 2019) .

Em termos de metodologia, predominam nos trabalhos as abordagens qualitativas baseadas em pesquisas documentais e em entrevistas. Boa parte dos deles utiliza como fonte principal notícias de jornais sobre os MRP, relatórios anuais de atividades que os próprios grupos produzem, publicações de mídias digitais e sites institucionais dos grupos estudados. Já os que fazem entrevistas, realizam-nas com organizadores e/ou candidatos de forma semiestruturada e em profundidade. Mais recentemente, começaram a surgir trabalhos que adotam estratégias de pesquisa quantitativas ou mistas, mas estas ainda são minoritárias. Em geral, são realizadas por cientistas políticos e se valem de repositório de dados institucionais do TSE, do Congresso ou da aplicação de questionários (*survey*).

Já quanto ao objeto empírico analisado, há duas tendências. Quase metade das pesquisas tendem a abordar conjuntamente diversos grupos de renovação, em geral aqueles que mais se destacam na mídia, como RenovaBR, RAPS, Acredito, Agora!, Bancada Ativista, Livres. Em outra mão, há os estudos de casos. Predomina as investigações sobre o RenovaBR, seja isoladamente, seja em perspectiva comparada com outros grupos mais destacados, como RAPS, Acredito, Bancada Ativista. Ambas as tendências buscam captar os MRP enquanto movimento ou tendência política, para além de organizações isoladas. Além disso, enfatizam a questão da “novidade” dos MRP, seja para reafirmá-la, seja para desconstruí-la.

É importante, por fim, apontar brevemente as teorias mobilizadas para interpretar os movimentos de renovação política. Três tendências se imbricam na literatura: a teoria democrática, a teoria dos movimentos sociais e as teorias sobre comunicação política. De certa forma, essa incidência teórica reflete a dominância disciplinar da Ciência Política, da Sociologia e da Comunicação Social já apontada.

Assim, uma parte significativa dos trabalhos olham para os MRP a luz da teoria democrática em suas diversas vertentes, predominando os vieses institucionalista histórico e o participacionista. Em geral, esses trabalhos leem os MRP como frutos

das falhas das instituições democráticas em representar (representação incompleta) ou de sua insuficiência em promover formas efetivas de participação social. Assim, evocam como noções chaves ligadas a crises democráticas, seja pelo fechamento dos partidos, seja pela falta de representatividade (substantiva e social), seja pela inexistência ou limitações de canais participativos. A maior parte dos trabalhos de autores da Ciência Política se enquadra aqui. No entanto, os trabalhos da sociologia e da comunicação social recorrem com frequência a essas teorias para estabelecer uma causa para o surgimento dos MRP sempre que precisam dar conta disso.

Também se faz presente a Teoria dos Movimentos Sociais, especialmente a partir da Teoria do Processo Político, originária da obra de Charles Tilly, e do pragmatismo francês. Embora parte dos trabalhos relute em chamar os MRP de movimento social, eles argumentam que é possível utilizar esse instrumental teórico para analisá-los. Assim, articulam teoria dos movimentos sociais, da ação coletiva e da participação social para analisar os MRP como respostas da sociedade civil aos déficits democráticos. Focam em causas, repertórios de ação coletiva, dinâmicas de engajamento, tudo que permita pensar os MRP “como se fosse” um movimento social (embora alguns trabalhos salientam que eles não o são). Se a teoria democrática permite olhar para os MRP “de cima” das instituições, a TMS permite enxergá-los “por baixo”, desde a sociedade civil. Sociologia e parte da Ciência Política elaboram, predominantemente, essa linha de trabalho.

Os Estudos da Comunicação Política, por sua vez, propõe pensar como os MRP se implicam em processos de produção discursiva da realidade política. O que interessa aqui, ainda que exista diálogo com as outras duas vertentes, é examinar a renovação enquanto um discurso e analisar seus componentes, internos e externos. Por exemplo, pensando os enquadramentos interpretativos de um MRP (elemento interno) ao passo que evidencia as convocatórias ao seu público, estruturando a participação deste (elemento externo). Naturalmente, essa linha é composta de trabalhos vindos da comunicação social.

### **1.3 Afinal, o que sabemos sobre os MRP? Síntese de resultados e algumas lacunas**

Descrito o panorama das pesquisas sobre os MRP, é hora de conhecer seus achados. Em seus sete anos de existência, essa literatura acumula descobertas em

quatro principais frentes de investigação: caracterização e classificação organizacional dos MRP, contexto de emergência, formas de atuação, interações com partidos. A partir de cada um desses eixos investigativos, esta seção busca sintetizar as contribuições das pesquisas até o momento bem como indicar lacunas a serem preenchidas. O foco recairá sobre o que os trabalhos dizem sobre os MRP como um todo, isto é, como um movimento político ou campo de mobilização. Achados sobre organizações ou grupos particulares aparecerão como ilustrações ou exemplos de processos que incidem sobre esse ecossistema associativo.

### *1.3.1 O que são os MRP? Caracterização e classificação organizacional*

A primeira questão que a literatura busca responder é “o que são os movimentos de renovação política?”. Na medida em que eles emergiram se apresentando como um “novo” ator político e assim foram noticiados nos jornais e mídias sociais, os pesquisadores buscaram entender quais eram as características distintivas desses autoproclamados movimentos. Além disso, os trabalhos tentaram classificá-los em um tipo organizacional, buscando entender em qual dos tipos de organização de intermediação e articulação de interesses políticos se enquadram esses grupos. Seriam os MRP partidos embrionários ou movimentos sociais? Grupos de interesse ou *think tanks*? É o que quer entender uma parcela dos trabalhos aqui considerados.

Iniciemos pelo rol de características típicas dos MRP. À primeira vista, parece haver uma controvérsia considerável quanto a isso, haja vista a profusão de termos mobilizados por diferentes trabalhos para designá-los. Recorre-se, para tanto, a uma combinação de conceitos diversos e genéricos que designam uma forma (como “movimento”, “grupo”, “iniciativa”) e algum termo especificativo, que remete a um discurso, um adjetivo ou uma tática (“de renovação”, “suprapartidários”, “novos”). Além de “movimentos de renovação política”, o termo mais difundido, os textos mobilizam categorias como “novos movimentos suprapartidários” (Mohallem, 2018), “iniciativas de apoio a candidatas e candidatos” (Gatto, Russo e Thomé, 2021; Gatto e Thomé, 2024), “movimentos suprapartidários de renovação política” (Martins jr e Schmitz, 2023), “grupos de renovação e inovação da política” (Macedo e Oliveira, 2022), dentre outras variantes. No entanto, todos esses diferentes rótulos se referem ao mesmo

conjunto de organizações e apontam para as mesmas características, com algumas nuances.

Alguns trabalhos propõem que o principal traço desses grupos é o discurso de renovação (Pinheiro, Costa e Farias, 2021; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024). Nesse ponto de vista, os MRP seriam iniciativas da sociedade civil que defendem a necessidade de promover mudanças no sistema político brasileiro por meio da “renovação” de seus quadros e práticas. Isto é, a substituição da atual elite política brasileira – especialmente no Congresso – por uma mais legítima, segundo critérios definidos por esses mesmos grupos. A formulação dessa causa, como indicam as pesquisas, passa necessariamente por uma crítica aos partidos e líderes políticos estabelecidos como sendo “velhos”, “corruptos” e/ou “excludentes”. Dessa forma, a convergência desses grupos se sustenta por uma construção discursiva que rejeita o passado e busca moldar uma “nova política” por meio de apelos morais (Silva, 2023). Todavia, esses mesmos trabalhos mostram os limites dessa aproximação. Por trás do combate a “velha política”, oculta-se a diversidade de ideologias, de contextos de formação, de formas de atuação e de desenhos organizacionais (Campos, 2023; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024).

Além da defesa da causa da renovação política, outro grupo de pesquisadores acrescenta a atuação suprapartidária como outra característica dos MRP. Mostram, assim, a importância dessa tática tanto para garantir a inserção de seus membros no sistema partidário quanto para ampliar suas possibilidades de recrutamento (Martins Jr., Schmitz e Frazon, 2024; Mohallem, 2018; Santos M, 2019). Um terceiro conjunto de pesquisas soma, aos dois elementos já mencionados, o foco na arena eleitoral a partir de um repertório estratégico de apoio a candidaturas. Desse modo, argumenta-se que essas agremiações se distinguem por promover um conjunto de ações cujo objetivo é fortalecer candidaturas não-inseridas ou pouco inseridas no sistema partidário e que, de outro modo, não teriam chances de sucesso eleitoral ou sequer condições de disputar um pleito. Em suma, atuam na competição e recrutamento eleitoral com o objetivo de promover uma transformação da representação política por meio da ocupação de posições institucionais por lideranças civis (Gatto, Russo e Thomé, 2021; Gatto e Thomé, 2024; Martins jr e Schmitz, 2023; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Moura, 2019; Picussa, Souza e Codato, 2023). Ademais, os trabalhos de Moura (2019) e de Martins Jr., Schmitz e Frazon (2024) atentam para mais dois traços importantes: a defesa de causas (que varia conforme o grupo) e a filiação

aberta ou “não exclusiva”, isto é, essas organizações permitem que seus membros estejam ligados a mais de um MRP ao mesmo tempo.

Uma última característica se destaca, ainda, em um conjunto menor de trabalhos: o ativismo digital (Mohallem, 2018; Moura, 2019; Santos Filho, 2021; Santos M, 2019). Para esses autores, a atuação por meio de plataformas digitais é parte central dos repertórios de ação dos grupos de renovação. Essa ideia, contudo, traz alguns limites. Por um lado, alguns trabalhos já trazem dados que mostram que os usos das mídias sociais por MRP ou seus membros não é necessariamente inovador ou peculiar em sua atuação (Oliveira e Macedo, 2020; Santos, D. B., 2022; Silva e Silva, 2024). Por outro, no contexto de uma sociedade plataformizada, é difícil estabelecer o quanto que um certo uso de mídias digitais é distintivo de um determinado ator político. Afinal, o uso das mídias sociais para fins políticos é uma prática bastante disseminada nas sociedades contemporâneas e as plataformas digitais se tornaram parte fundamental da vida social de um modo. Nessa ótica, cabe indagar: que forma de ação coletiva contemporânea prescinde da atuação online? Não é que os MRP não mobilizem e atuem nas plataformas digitais, mas parece-nos que isso é mais uma condição do jogo político nas sociedades plataformizadas do que uma particularidade desses grupos.

Visto os traços centrais dos MRP, passemos à questão sobre sua classificação organizacional. Diferentemente da primeira, esta é um tanto mais controversa<sup>29</sup>. Assim, as pesquisas debatem as similaridades dos MRP com movimentos sociais, grupos de interesse, *think tanks* ou organizações da sociedade civil. Como se verá, esse enquadramento é difícil “encaixe”. Em parte, porque, para além dos quatro atributos aqui elencados, os grupos de renovação formam um ecossistema associativo muito diverso<sup>30</sup>. Isso ajuda a entender a tendência de algumas pesquisas de indicar, implícita ou explicitamente, o hibridismo organizacional dos MRP.

---

<sup>29</sup> É necessário dizer, contudo, que este debate é minoritário na literatura. A maioria dos trabalhos examinados não reflete sobre esse ponto. Em geral, utilizam o termo “movimento de renovação” tomando como garantido que se trata de um tipo de movimento social (Barbosa, 2019; Macedo e Oliveira, 2022; Oliveira e Macedo, 2020; Régis *et al.*, 2018). Quando não, empregam termos genéricos como “grupo”, “iniciativa” ou “organização” de modo a seguir suas análises sem aportar no problema (Santos e Keller, 2019; Silva e Silva, 2024).

<sup>30</sup> Além dos dados desta tese, isso fica evidente em Gatto e Thomé (2024). O mapeamento por elas realizados encontrou 53 iniciativas desse tipo atuando no Brasil em 2022. O relatório traz um panorama dessas organizações a partir de um *survey* com 40 delas, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de 39 grupos.

Martins Jr. e Schmitz (2023) propuseram, inicialmente, que os MRP são grupos de interesse: agremiações com origem na sociedade civil que atuam de forma independente em relação aos partidos, focados na defesa de causas específicas e que buscam reunir pessoas que compartilham desses objetivos para fortalecê-los politicamente. Em trabalho posterior, os autores retificaram essa posição (Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024). Após comparar empiricamente um conjunto de MRP, concluíram que suas atividades centram na formação de candidatos e na formulação de políticas públicas, em muitos casos, a partir da ideia de “políticas públicas baseada em evidências”. Assim, não só passaram a defender que os MRP são, de fato, *think thanks* como elaboraram uma tipologia para classificá-los por meio de duas dimensões: a proximidade com os partidos políticos e o tipo de representação que performam – se generalista ou focada em causas específicas.

Nessa linha, vai ainda o trabalho de Cunha (2023, p. 61), que, em uma perspectiva gramsciana, defende que os MRP são *think thanks* que exercem a função de “aparelhos privados de hegemonia, em geral de base empresarial, com algumas características da nova direita latino-americana”. A autora, entretanto, vê nos MRP traços de hibridização entre *think thanks*, devido a seu foco em promoção de ideais e incidência sobre políticas públicas, e partidos políticos, por conta de sua atuação na arena eleitoral. Essa aproximação com a atuação partidária também é notada por , que, contudo, classificam os MRP<sup>31</sup> como organizações da sociedade civil em seu sentido clássico. Isto é, organizações fundadas por cidadãos, sem fins lucrativos, voltadas a prestação de um serviço a seus integrantes ou terceiros. Argumentam, entretanto, que elas diferem das ONGs tradicionais, pois visam incidir em processos de recrutamento e formação de candidatos bem como no apoio às campanhas. Funções essas que são, tradicionalmente, desempenhadas pelos partidos políticos. Ainda que não afirme textualmente, o trabalho também aponta para o hibridismo dos MRP com os partidos devido a sobreposição de suas funções.

Em outra linha de raciocínio, a denominação de “movimentos” ensejou a problemática das similitudes entre MRP e movimentos sociais. Duas dissertações a levaram a cabo a partir de um diálogo com as Teorias dos Movimentos Sociais.

---

<sup>31</sup> O relatório emprega o termo “iniciativas de apoio a candidatas/as” para se referir a organizações que “podem ser caracterizadas por dois aspectos fundamentais: 1) seus esforços estão voltados para promover a “renovação política”, apoiando candidatas/ as que, ou concorrem pela primeira vez ou foram malsucedidos/as em tentativas anteriores; e 2) a ênfase em estar fora dos partidos políticos e deles manter distância.” (Gatto et al., 2021, p. 142).

Estudando o RenovaBR, Santos Filho (2021) argumenta que esse, embora não possa ser entendido como um movimento social no sentido pleno, compartilha algumas de suas características. Notadamente, a mobilização e formação de lideranças, a origem fora do sistema partidário, a continuidade temporal, a defesa de uma causa (Ghon, 1997; Scherer-Warren, 2014 apud Santos Filho, 2021). Todavia, também aponta para sua estrutura hierárquica e profissionalizada para aproximá-lo das ONGs. Conclui, então, defendendo o hibridismo da organização ao situá-la entre “movimentos sociais e ONGs” (Santos Filho, 2021, p. 152).

Moura (2019) trilha um caminho similar. Inicialmente, o autor argumenta como os MRP, tal qual um movimento social, se constituem como uma rede informal de atores que se mobilizam para a ação coletiva e que compartilha uma identidade bem como um conjunto de enquadramentos (Della Porta e Diani, 2006; Goldstone, 2004 apud Moura, 2019). Além disso, eles atuam a partir de um repertório estratégico (Rossi, 2015 apud Moura, 2019) que envolve a interação com instituições políticas, sobretudo com partidos, e cujo foco é a arena eleitoral. Todavia, ainda de acordo com o autor, isso não dá conta de pensar integralmente os MRP, pois suas organizações também encarnam traços de ONGs: prestam serviços voluntários de formação e apoio de candidaturas; mobilizam e engajam voluntários na sociedade civil; promovem e difundem conteúdos sobre agendas de interesse e políticas públicas; finalmente, possuem organização profissionalizada. Assim, dialogando com a literatura sobre as organizações da sociedade civil (Hyde 1992; Bordt, 1998; Minkoff 2002; Gidron, 2005 apud Moura, 2019, p. 62), ele define os MRP como *organizações híbridas*:

1) organizações que buscam mudanças sociais sem necessariamente se utilizar de repertórios conflituosos; 2) ofertam serviços sociais ou educacionais como estratégia para a mudança social; e 3) possuem suas estruturas internas enquanto um misto de coletividade e elementos burocráticos (Moura, 2019, p. 62)

Ao reconhecer a natureza ambígua e multifacetada dessas iniciativas, Moura (2019) converge com a perspectiva de Della Porta (2020) quanto a necessidade de se “construir pontes” entre campos analíticos da Sociedade Civil e dos Movimentos sociais. Evidenciando o borrimento das fronteiras entre formas de mobilização nos MRP, o autor constata a tendência contemporânea de hibridização que embaralha os limites entre movimentos sociais e as organizações cívicas, especialmente quando

estas últimas enfrentam a politização em tempos de crise bem como a sobreposição empírica e teórica entre os dois fenômenos.

Como se vê, a literatura possui achados relevantes que permitem caracterizar e classificar os MRP. Com base em uma síntese desses resultados e na pesquisa de campo realizada, a tese propõe uma definição dos MRP com base em quatro características: 1) são organizações da sociedade civil que *defendem a causa da renovação política* a partir de uma crítica aos atores estabelecidos no sistema político; 2) *possuem caráter suprapartidário*, o que quer dizer que mantêm relações com aos menos dois partidos políticos por meio da filiação de seus membros; 3) *atuam a partir de uma estratégia não-contenciosa* centrado na arena eleitoral e na interação com partidos. Este tem como principal objetivo promover a ocupação da política institucional por meio do apoio á candidaturas de lideranças sociais e ativistas; 4) *são agremiações de filiação aberta ou não-exclusiva*, permitindo que seus membros se vinculem a mais de um grupo de renovação e, por isso, formam uma rede informal de organizações ligadas pela multiposicionalidade de seus membros.

Essa definição é importante para evitar algumas confusões presentes tanto literatura acadêmica quanto no discurso jornalístico. Além disso, visa permitir uma delimitação mais clara do objeto de estudo. É comum, nesse aspecto, que alguns trabalhos incluam no rol dos MRP organizações que surgiram contemporaneamente a estes, especialmente o Movimento Brasil Livre (MBL) (Jesus e Chaia, 2021; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Neves, 2019; Picussa, Souza e Codato, 2023; Salgado, Santos e Bergonzine, 2020). O MBL, todavia, é uma organização do movimento social liberal-conservador com pretensões de se partidizar<sup>32</sup> e que, nas palavras de seus próprios membros, nunca teve “nenhuma relação com esses movimentos [de renovação]”<sup>33</sup>. Ou então, a Fundação Lemann, que é uma organização filantrópica de base empresarial, com diversos propósitos, dentre eles formar lideranças para setor público. Ainda que a fundação tenha atuado em parceria pontuais com alguns MRP e que muitos de seus bolsistas estejam neles engajados, esta não é *ipsis litteris* um MRP.

Quanto a categoria organizacional dos MRP, seguimos a proposta de Moura (2019), entendendo-os como organizações híbridas. Os indícios desse hibridismo aparecem não só na literatura aqui considerada, como na observação da atuação

---

<sup>32</sup> *Tribuna do Paraná*, 24/11/2024. Disponível em: <https://x.gd/3PDq4>

<sup>33</sup> *Folha de São Paulo*, 15/09/2024. Disponível em: <https://shre.ink/gMZR>

dessas organizações. Há, contudo, um adendo: além hibridismo entre movimentos sociais e ONGs proposto inicialmente por Moura, é notável que os MRP se sobrepõe aos partidos políticos ao menos em dois aspectos. Primeiro, na atividade de recrutamento, formação e apoio eleitoral (Gatto, Russo e Thomé, 2021; Gatto e Thomé, 2024; Martins jr e Schmitz, 2023; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024). Segundo, na performatização de uma representação política, afinal, o pressuposto dos MRP é que a representação política dos partidos é incompleta e, por isso, buscam incidir sobre esta esfera (Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Moura, 2019). Tais similitudes, inclusive, explicam as acusações de serem os MRP “partidos clandestinos” por parte de lideranças partidárias<sup>34</sup>.

Feita essas considerações, entendemos o termo movimentos de renovação política (MRP) como uma *categoria nativa*, no sentido que emerge do próprio campo de pesquisa. Ela foi utilizada, primeiramente, por parcela dos grupos para se autodenominar. Depois, foi amplamente apropriado pela mídia para se referir a esse universo associativo, enquadrando outros grupos que atuavam de maneira semelhante. Estes, embora não adotassem de saída esta alcunha, passaram a fazê-lo à medida que o termo ganhou uma projeção positiva no contexto da eleição de 2018 – como mostraremos no capítulo dois dessa tese. Defendemos o emprego desse termo não só pelo seu caráter nativo, mas como forma se beneficiar de sua difusão na mídia e na academia para estabelecer uma referência mais direta a esse ecossistema de associações.

### 1.3.2 Como surgiram os MRP? Contexto de emergência

O contexto de emergência dos movimentos de renovação política é, de longe, o tópico mais investigado pela literatura. Quase todos os trabalhos se detêm para dar conta de explicar a gênese dos MRP. Todavia, apenas uma porção seleta de pesquisas o fazem em profundidade<sup>35</sup> (Campos, 2023; Faria, 2018; Martins Jr., Schmitz e Frazon, 2024; Mohallem, 2018; Moura, 2019; Oliveira e Macedo, 2020; Pinheiro, Costa e Farias, 2021; Santos, 2019; Schimitz e Martins Jr., 2023; Silva, 2023;

---

<sup>34</sup> *Carta Capital*, 30/08/2019. Disponível em: <https://shre.ink/gMZN>

<sup>35</sup> Nos demais casos, os trabalhos apenas indicam sumariamente, em poucos parágrafos, quais fatores julgam estar relacionados à gênese dos MRP. Em geral, eles comungam das mesmas teses que os estudos mais aprofundados, apenas não as desenvolvem, por serem outras suas questões de pesquisa.

Silva e Silva, 2024). Dois grandes fatores se sobressaem como as “causas” dos MRP: a crise da política brasileira e o advento do ativismo digital. Pode-se, ainda, acrescentar um terceiro: a proibição do financiamento eleitoral por pessoas jurídicas pela Minirreforma Eleitoral de 2015 (Lei 12.165/15). Embora, como se verá, esta é mais uma hipótese mencionada por alguns dos trabalhos do que um argumento empiricamente desenvolvido.

É unânime entre os trabalhos aqui analisados que os MRP surgem como consequência da crise política que o Brasil atravessa na década de 2010. Há, no entanto, certa diversidade de perspectivas quanto aos seus principais componentes. Enfatizo a diversidade de perspectivas no lugar da divergência entre elas, uma vez que, como veremos, as perspectivas mais se complementam do que se excluem. Além disso, não existe propriamente um debate entre as pesquisas, no sentido de haver discordância ou mesmo diálogo, haja visto o baixo número de citações mútuas.

De um modo geral, a literatura interpreta o surgimento dos MRP a partir de perspectivas estadocêntricas, centradas na crise da representação, ou partidocêntricas, focadas no fechamento do sistema partidário. Mesmo quando ancoradas na teoria dos movimentos sociais, essas análises tendem a compreender os MRP como simples respostas a déficits do sistema político, negligenciando as dinâmicas próprias da sociedade civil. Com isso, deixam de considerar que a sociedade civil não apenas reage ao Estado, mas se co-produz com ele em relações historicamente situadas. Além disso, é importante destacar que a reflexão sobre a crise política raramente aparece de forma sistematizada nos trabalhos analisados. Em geral, cada estudo enfatiza isoladamente um ou outro fator, raramente articulando esses elementos em uma interpretação estruturada. A seção busca justamente oferecer uma reconstituição sintética capaz apontar os múltiplos condicionantes que contribuíram para o surgimento dos MRP, conforme a literatura.

Nesse sentido, os trabalhos argumentam que os MRP são frutos de uma crise política no Brasil. Fala-se em crise “da democracia”, “da representação política” e/ou “dos partidos políticos” conforme a ênfase que o trabalho adota. Todavia, as teses que apontam uma crise da política brasileira não são originárias dessa literatura, mas são por ela apropriada e aplicada para dar conta da emergência dos MRP. Trata-se, portanto, de uma derivação do debate mais amplo que se estabeleceu nas ciências sociais brasileiras após os protestos de junho de 2013 no qual diversos pesquisadores

buscaram diagnosticar (ou refutar) uma crise do sistema político brasileiro<sup>36</sup>. Nessa linha, propõe-se que o marco inicial dessa crise são os protestos de junho de 2013. A partir daí, conforme os trabalhos, os arranjos institucionais e sociais da redemocratização mostraram seus limites e passaram a ser questionados por uma série de atores, tanto no campo progressista quanto no conservador: a representação política incompleta, tanto no plano descritivo quanto no substantivo; os limites das formas tradicionais de participação, que encontravam pouco eco nas instituições; os escândalos de corrupção possibilitados pela consolidação institucional do judiciário; o fechamento e baixo enraizamento social do sistema partidário.

Tudo isso criara as condições que minaram a legitimidade do sistema político e de suas instituições, especialmente os partidos. Processo que os trabalhos mostram citando fartamente, mas não somente, pesquisas de opinião como o *Latinobarômetro* e o *Índice de Confiança Social*, do IPEC: os historicamente baixos níveis de confiança nas instituições representativas caem ainda mais no Brasil entre os anos de 2013 e 2018. Os eventos que se seguiram a junho de 2013 contribuíram para o agravamento da situação: a eleição polarizada e contestada de 2014, a Operação Lava-jato, os protestos pelo impeachment (e contra ele) em 2015 e 2016, o governo impopular de Michel Temer que, claramente, foi na contramão dos anseios das ruas (progressistas ou conservadoras) e representou uma vitória da “política tradicional”. É esse contexto de rejeição e descontentamento com os “estabelecidos” no sistema político que constitui o fator determinante para o surgimento de atores políticos *outsiders* – no sentido de não vinculados ao sistema político (ao menos não diretamente). Como se depreende da literatura, os MRP são um desses “novos” atores emergentes.

Muito disseminado na bibliografia, esse argumento se desenvolve em duas perspectivas diferentes conforme a ênfase de cada pesquisador. Em alguns casos, até se combinam, como em Schimitz e Martins jr (2023), Campos (2023) e Barbosa (2019). A primeira e mais específica é a que foca a impermeabilidade dos partidos políticos. A outra, mais abrangente, destaca a formação incompleta da representação política no Brasil. Ambas as vertentes, sem ignorar o debate sobre as crises globais da democracia, partem de uma análise dos limites da própria institucionalização da democracia brasileira. Como se percebe, essas teses não se excluem, antes se complementam, dando conta de diferentes facetas do processo. Vejamos.

---

<sup>36</sup> Para citar apenas alguns: Abranches (2018), Alonso (2017), Avritzer (2016, 2017, 2019) Limongi e Figueiredo (2017), Nobre (2013b, 2022) e Petrarca (2021)

Os estudos que centralizam a análise nos partidos políticos argumentam que eles se tornaram barreiras institucionais a participação e ao recrutamento político-eleitoral. Assim, os partidos, ao invés de promoverem a mediação entre Estado e Sociedade Civil, utilizam seus poderes de “porteiros” do sistema político em benefício próprio, provocando sua desconexão com os cidadãos. Dessa forma, os MRP emergem como alternativas de recrutamento, apoio e formação para os que não possuem os recursos político-partidários tradicionais.

O trabalho de Mohallem (2018) é o que traz a versão mais desenvolvida dessa posição. Ele defende que a trajetória de formação dos partidos políticos ocorreu de forma incompleta no Brasil, sem que esses se consolidassem enquanto organizações plurais de exercício da política. Por um lado, os partidos brasileiros são fechados à sociedade civil devido ao monopólio que as elites partidárias têm sobre o acesso aos recursos dos partidos e à participação eleitoral. Por outro, a fragmentação partidária, fruto dos incentivos da legislação brasileira à criação de novas siglas, inviabiliza a coesão programática e ideológica dessas organizações<sup>37</sup>. Tudo isso agrava o fosso entre partidos e sociedade, processo que se agravou ao longo da Nova República. Os MRP, na tese do autor, resultam desse fechamento do recrutamento político e eleitoral no âmbito partidário, surgindo, então, para dar conta de uma demanda por representação que os partidos políticos, especialmente os maiores, tornaram-se incapazes ou não estão interessados em atender.

Quanto a isso, Martins jr, Schmitz e Frazon (2024) e Martins jr e Schmitz (2023) acrescentam que a crise dos partidos está ligada ao “descontentamento político” em nível global (i.e. nas democracias representativas liberais). Apontam para o enfraquecimento dos laços comunitários e societários na Modernidade como fonte da erosão da cultura política democrática e da descrença nas instituições da democracia. Menos que um “desinteresse pela política”, os autores sugerem que as instituições tradicionais colocam barreiras a participação cívica. Dessa forma, os cidadãos, especialmente os jovens, são impelidos a buscar outros canais de participação e representação. Essas novas formas, para os autores, consistiriam em redes informais, orientadas para causas através do engajamento online, como os MRP.

---

<sup>37</sup> Mohallem não leva em consideração, mas em 2017 foi aprovada a emenda constitucional nº 97 que institui a cláusula de barreira a partir de 2018, limitando consideravelmente a atuação dos partidos pequenos. Consequentemente, isso desincentivou a criação de novas siglas e impeliu as agremiações menores a se fundirem ou formarem federações. Esse processo, todavia, não poderia ser percebido pelo autor naquele ano.

Um outro grupo de pesquisas focaliza a crise a partir do colapso da legitimidade da representação política. Mostram como os grupos de renovação nascem em torno de um diagnóstico crítico da falta ou incompletude da representação brasileira. A partir dele, engajam-se na construção de novas modalidades de relações representativas (Faria, 2018; Moura, 2019; Oliveira e Macedo, 2020; Pinheiro, Costa e Farias, 2021; Santos M, 2019). A disseminação das críticas a representação política, como aponta os trabalhos, se dá a partir do ciclo de protestos de 2013 – NÃO NOS REPRESENTAM, recordemos, foi uma das palavras de ordem mais repercutidas naquele contexto. Nos anos vindouros, a Operação Lava-Jato, a exposição midiática dos escândalos de corrupção envolvendo governos petistas e seus aliados daí decorrente, as grandes manifestações em torno do Impeachment de Dilma Roussef, tudo isso expandiu e consolidou na sociedade civil brasileira um sentimento de aversão a política e aos representantes.

No plano mais amplo, os trabalhos vêm esse contexto imediato de crise como fruto dos próprios dilemas da redemocratização brasileira. Nessa linha, também o é a gênese dos movimentos de renovação política. Reverberando o trabalho de Marcos Nobre (2013a; 2013b), Pinheiro, Costa e Farias (2021) são quem melhor elaboram esse argumento. Para os autores, a institucionalização da democracia no Brasil, após a ditadura militar, não produziu uma cultura democrática forte, o que restringiu a vida democrática a esfera burocrática e formal. Isso resulta na desconexão entre representação política e sociedade, manifestada na delegação da ação política, na baixa ressonância das lutas sociais nas instituições, nas dificuldades da produção de legitimidade para a representação política e na permanência generalizada das apropriações particularistas do Estado (patrimonialismo, corrupção, clientelismo etc.). Tudo isso, defendem os autores, produziu uma democracia difusa, onde há falta de consensos mínimos sobre a democracia devido a pulverização de seus significados pelo corpo político.

A crise da representação, nessa perspectiva, é justamente a diminuição drástica da confiança nas instituições representativas observada nesse contexto. Convém reiterar que análises não ignoram o histórico de baixa confiança nas instituições políticas da sociedade brasileira, mas apontam que isso piora ainda mais entre 2013 e 2018. Em suma, o que era ruim, ficou pior. Isso favoreceu a ascensão de uma série de novos atores políticos: alguns defendendo rupturas institucionais (como os grupos de extrema direita); outros, como os MRP, focados em transformar

as instituições por dentro, através de inovações institucionais e da ocupação de cargos no Estado, eletivos ou de nomeação (Moura, 2019; Oliveira e Macedo, 2020; Santos, 2019). É dentro desse contexto que Marcelo B. P. Santos (2019) propõe que os MRP são uma nova forma de engajamento político, buscando mudanças internas nas instituições e promovendo uma participação cívica ativa entre os jovens. Para ele, através de uma abordagem suprapartidária, essas organizações visam transformar a política a partir de seu interior, ao invés de se opor a ela de forma radical. Inclusive, como alternativa ao que esse grupos entendiam ser uma polarização ideológica contraproducente (Schimitz e Martins Jr., 2023).

Essa bibliografia também ensina que é importante nuançar a crítica a representação política feita pelos MRP. Ainda que seja possível discernir suas linhas gerais, ela aponta que existem matizes conforme a agremiação de renovação. Desse modo, ela pode incidir sob a dimensão técnica e moral da política, ressaltando a incapacidade de resolver problemas sociais por parte da “velha política” e sua corrupção, como é o caso do RenovaBR, do Acredito e do Agora! (Moura, 2019; Silva, 2023). Mas também pode se dirigir a exclusão de grupos minorizados da política institucional e seu pouco comprometimento em atender demandas dessas populações por parte dos representantes. No caso da Bancada Ativista, estudado por Faria (2018, p. 75), sobressai-se uma crítica a falta de representatividade social da política brasileira, ao seu personalismo e a busca desse grupo em tornar a democracia mais participativa e coletiva por meio de sua “reconstrução epistêmica”. Para a autora, esse grupo dá continuidade às lutas dos movimentos sociais progressistas das décadas anteriores, aos quais se vinculam pela trajetória de seus membros. Esse projeto de ocupação da política, argumenta a autora, reflete uma reorientação do foco dos ativistas para a política institucional, como evidencia a fala de uma ativista a respeito do pleito de 2018: “já ocupamos as ruas, já estamos nas praças, agora vamos ocupar as câmaras.”

A literatura, portanto, dá pistas para compreender a emergência dos MRP a partir das múltiplas apropriações do diagnóstico de crise da representação política. Nesse prisma, é reveladora a ideia de que tal crise produziu uma *abertura semântica* (Silva, 2023; Silva e Silva, 2024) por meio da qual um conjunto de agremiações se engajaram na diagnósticos e prognóstico a cerca da democracia brasileira, promovendo a agenda da renovação:

“Em conjunto, esses episódios conformam aberturas semânticas na política brasileira, permitindo o surgimento de atores e discursos que disputam sentidos acerca da democracia e dos rumos do país. É a partir de sentimentos generalizados de frustração política, alimentados pelas denúncias de corrupção, pela crise econômica, pela frustração com o processo de impeachment e pelo crescimento da desigualdade, que os movimentos de renovação política emergem. A partir de diferentes espectros, eles apontam para uma saturação/fracasso da política tradicional, operando com uma proposta de oxigenação dos caminhos democráticos.” (Silva e Silva, 2024, p. 200-1, grifo nosso)

Além da crise política, outro fenômeno evocado para explicar a gênese dos movimentos de renovação é o ativismo digital. Este último, no entanto, não goza da predominância que a literatura apresenta quanto ao primeiro. Menos devido a qualquer objeção a essa tese (o que de fato não há), mas sobretudo porque somente um grupo reduzido de trabalhos se dedica a examinar essa dimensão, mesmo assim, com graus variados de investimento (Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Mohallem, 2018; Oliveira e Macedo, 2020; Santos Filho, 2021; Santos M, 2019).

De um modo geral, essas pesquisas se baseiam na ideia de que o advento dos meios de comunicação digitais, em especial as mídias sociais, nos anos 2000, fomentaram um conjunto de oportunidades para ativistas e outros atores políticos nos campos da participação social e da contestação. Para tanto, mobilizam e combinam conceitos como o de ciberespaço, de Pierre Lévi; o de sociedade de redes, de Manuel Castells; o de plataformização, de José von Djick; dentre outros. Nessa lógica, esses pesquisadores deduzem os MRP da premissa geral de que as NTICs favorecem a ampliação das formas de participação e contestação. Assim, os movimentos de renovação política são, no Brasil, não somente frutos desse processo como representam uma de suas extensões a dinâmica eleitoral: uma reorientação do “novo ativismo digital” para a ocupação de espaços institucionais, na formulação de Mohallen (2019).

Cabe ressaltar que a dimensão do ativismo/participação digital aparece sempre atrelada ao processo político. Com isso, essas pesquisas chamam atenção para o fato de que a incorporação das mídias digitais à atividade política – seja a das ruas, seja a das instituições – tornou-se uma condição estruturante da ação coletiva. Nesse sentido, a literatura aponta como os meios digitais, no contexto pós-2013, constituíram-se em instrumentos para a disseminação da crítica ao sistema político operada pelos MRP, para a constituição e mobilização de seus públicos e, especialmente, para o recrutamento de seus membros e de seu eleitorado. Isso aparece mesmo nos trabalhos que não dão especial destaque ao

ativismo/participação digital como condição de surgimento dos MRP. Esses, ao analisar os modos de atuação dessas organizações, sempre indicam a centralidade das mídias sociais em seus repertórios (Moura, 2019; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024).

O fim do financiamento por empresas, estipulado pela Minirreforma eleitoral de 2015 (lei 13.165/15), é um terceiro elemento que vem a lume quando se pensa no processo de emergência dos MRP. Diferente dos dois progressos, esse não se encontra desenvolvido enquanto um linha de investigação empiricamente embasada, mas surge quase sempre como um menção *en passant* em alguns trabalhos (Cunha, 2023; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Mohallem, 2018; Santos, D. B., 2022). Basicamente, sugere-se a proibição das doações eleitorais por empresas a partir de 2015 constituiu um incentivo para que empresários passassem a financiar e mesmo fundar organizações paralelas aos partidos com fito de manter sua influência política. De fato, a literatura já mostra que muitos dos MRP são financiados e/ou liderados por grandes empresários, como é o caso do RenovaBR, da RAPS, do Agora! Todavia, o que falta é uma maior sistematização de análise das relações entre MRP e empresários: qual o papel dos empresários no surgimento dos MRP, protagonistas ou coadjuvantes? Quais MRP são mais vinculados a grupos empresariais? Como se dá essa relação? Qual a extensão dessa influência? Os empresários ligados aos MRP são os mesmos que protagonizavam o financiamento eleitoral até 2015? Ainda que existam pistas (Cunha, 2023; Picussa, Souza e Codato, 2023), essas questões permanecem em aberto.

Como se pôde ver, a literatura aqui analisada traz contribuições sólidas que permitem entender o surgimento dos grupos de renovação. A maior delas talvez seja a de apontar o surgimento dos MRP como um tipo de reorientação dos ativismos progressos de seus participantes para a esfera da representação política. Tal ideia é implícita em muitos trabalhos, mas expressamente indicados por Mohallen (2018) e Faria (2018). Todavia, esses estudos frequentemente se limitam a apontar algumas causas isoladas ou a indicar condições contextuais sem explorar suas conexões. Em geral, não discutem os mecanismos sociais e políticos que interligam os ciclos de mobilização à constituição dessas “novas” organizações, tampouco analisam de modo sistemático as dinâmicas que permitem sua consolidação institucional. Falta, portanto, uma abordagem que vá além da enumeração de fatores e que busque compreender como esses elementos se articulam para possibilitar o surgimento de um campo cívico-institucional com pretensões de renovação política. É justamente essa lacuna

que o segundo capítulo da tese se propõe a enfrentar, ao reconstruir os processos de sociogênese dos MRP, com foco no caso do RenovaBR.

### *1.3.3 Como atuam os MRP? Apropriação discursiva da crise e o apoio a candidaturas como repertório de ação*

A atuação dos MRP é outro importante tópico de investigação da literatura. Quase tão proeminente quanto o estudo do contexto de emergência, os modos de atuação comparece em um número relevante de pesquisas, seja em estudos que consideram uma organização isoladamente (e.g. Faria, 2018; Silva e Silva, 2024), seja nos que buscam dar conta de um conjunto delas (e.g. Gatto, Russo e Thomé, 2021; Moura, 2019). Pode-se dividir os achados das pesquisas em dois níveis: a produção discursiva da renovação política e as práticas ou ações realizadas em apoio a candidaturas.

A literatura especializada destaca que os discursos dos Movimentos de Renovação Política convergem em torno de um diagnóstico e um prognóstico comuns: a crise da representação política no Brasil e a renovação política como sua solução. O diagnóstico denuncia as práticas das elites políticas, que governam o país em função de interesses particularistas, frequentemente ignorando ou prejudicando os interesses coletivos e o desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva os MRP contrapõe a “velha política”, aquela que eles combatem, com a “nova política”, aquela que eles se propõe a fazer (Barbosa, 2019; Campos, 2023; Cunha, 2023; Faria, 2018; Gatto, Russo e Thomé, 2021; Mohallem, 2018; Moura, 2019; Oliveira e Macedo, 2020; Santos, 2019; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024).

A literatura propõe que a crise da representação é apresentada pelos MRP sob quatro dimensões principais. A primeira é moral, pois a corrupção e o patrimonialismo são apontados como causas da desconexão entre os interesses dos dirigentes políticos e os da sociedade. A segunda é de ordem técnica, na medida em que a gestão pública no Brasil, na ótica dos grupos de renovação, é caracterizada pela falta de preparo técnico dos governantes, evidenciada pela tomada de decisões desvinculadas de dados e evidências. A terceira refere-se à polarização ideológica: os MRP criticam as disputas políticas que, quando não refletem interesses particularistas, frequentemente se tornam embates ideológicos que ignoram a realidade concreta e os interesses da população. O último aspecto dessa crise é o

fechamento do sistema político brasileiro. Segundo os MRP, esse sistema não apenas favorece os apadrinhados pelas lideranças partidárias e aqueles já vinculados aos partidos, como também impede que novas lideranças disputem eleições em condições de igualdade, produzindo assim exclusão e sub-representação de diversos setores sociais. Dessa forma, os MRP veem, na democracia brasileira, uma situação de uma “representação incompleta” (Moura, 2019), marcada tanto pela ausência de representação descritiva – entendida como a incapacidade do sistema político de refletir a diversidade da sociedade – quanto de representação substantiva – que se refere a atuação de representantes políticos em prol dos interesses e demandas daqueles que representam.

Propondo a ocupação das instituições e sua reforma “por dentro”, a renovação política se apresenta como uma resposta á crise. Para os MRP, a solução para essa situação não viria das elites políticas, mas sim da sociedade civil, única restauradora legítima de um estado corrompido. Assim, esses movimentos defendem a substituição dos quadros da representação política por atores externos ao sistema político tradicional, selecionados a partir de critérios éticos e técnicos definidos por esses mesmos grupos, dentre eles um maior enraizamento na sociedade civil. Nessa perspectiva, os MRP propõe selecionar e apoiar pessoas interessadas em disputar as eleições para, em caso de sucesso, atuar em prol de bandeiras que respondam a esses problemas: a defesa da democracia, da ética e da transparência na política, o combate à corrupção, a responsabilidade fiscal e social, o comprometimento com uma atuação política baseada em evidências, o combate à polarização ideológica.

Todavia, embora os MRP compartilhem o diagnóstico sobre a crise da representação e um prognóstico de intervenção, a literatura evidencia que essa convergência é marcada por ambiguidades e apropriações seletivas do discurso. Isso reflete a própria imprecisão conceitual da causa da renovação, frequentemente definida mais pela negação da “velha política” do que por um conjunto coeso de novas práticas. Nessa ótica, Oliveira e Macedo (2020) destacam que os MRP estruturam seus discursos a partir de uma oposição retórica à política tradicional, enfatizando sua rejeição a práticas consideradas corruptas, ineficientes ou elitistas. No entanto, essa oposição carece de especificidade no que diz respeito às práticas inovadoras que seriam adotadas, deixando espaço para múltiplas interpretações e estratégias de atuação. Essa “negatividade” discursiva, onde o novo é definido pela negação do

velho, torna a ideia de renovação flexível o suficiente para acomodar abordagens variadas.

Quanto a isso, Moura (2019), Santos (2019) e Silva (2023) mostram como diferentes MRP operam variações significativas no enfoque do discurso de renovação. Moura (2019) e Santos (2019) destacam que diferentes grupos operam a partir de concepções diversas de representação política, refletindo suas prioridades e modos de atuação. O movimento Agora! foca no fortalecimento da relação entre representantes e representados, propondo reformas institucionais que promovam uma representação substantiva, além de adotar uma agenda ampla que combina o combate às desigualdades com a busca por eficiência estatal e incidência em políticas públicas. O Acredito, por sua vez, prioriza a representação descritiva, centrando-se na diversidade e no enfrentamento das desigualdades, com ações que incluem o recrutamento de voluntários para campanhas e a formação de lideranças. Já o RenovaBR enfatiza a figura do representante individual, promovendo a formação técnica de novas lideranças e sustentando um discurso neutro, sem defesa explícita de bandeiras específicas. Essas diferenças evidenciam como cada grupo se apropria seletivamente do discurso de renovação, moldando-o de acordo com seus valores e objetivos específicos.

O trabalho de Silva (2023) vai na mesma direção ao comparar as abordagens do RenovaBR e da Bancada Ativista. Ambos compartilham a crítica à "velha política", mas divergem em suas prioridades e práticas. Enquanto o RenovaBR destaca valores como idoneidade, competência técnica e combate à corrupção, a Bancada Ativista concentra-se na representatividade e no enfrentamento das desigualdades sociais. Essa variação ilustra como o mesmo discurso de renovação pode ser operacionalizado de formas distintas, refletindo não apenas as preferências estratégicas dos movimentos, mas também as particularidades das arenas em que atuam. Portanto, a literatura sugere que o discurso de renovação política, apesar de amplamente compartilhado, é marcado por sua ambiguidade, opacidade e natureza negativa, definida sobretudo pelo que rejeita. Essa flexibilidade permite aos MRP mobilizar diferentes valores e enfoques, adaptando o conceito de renovação às suas respectivas agendas, práticas e concepções de representação política.

Quanto às práticas efetivas de apoio às candidaturas, a literatura sobre os MRP mostra a existência de um amplo repertório de estratégias e ações. Ainda que haja uma ênfase na formação política, a atuação dos MRP extrapola essa esfera,

englobando desde a capacitação técnica de candidatos até a mobilização política e *advocacy*. Muitas dessas organizações oferecem workshops, mentorias sobre campanhas e materiais educativos, enquanto outras se dedicam à construção de redes de apoio e à mobilização eleitoral. Essa diversidade de ações reflete tanto os objetivos variados quanto as limitações de recursos de cada grupo, evidenciando que, apesar de compartilharem o discurso de renovação política, os MRP não seguem um único modelo de atuação (Macedo e Oliveira, 2022; Schimitz e Martins Jr., 2023; Martins Jr. e Schimitz, 2023; Gatto e Thomé, 2024).

De fato, alguns estudos destacam as práticas de formação e capacitação técnica como um eixo comum entre várias organizações. Por exemplo, iniciativas como a RAPS e o RenovaBR priorizam o treinamento político de candidatos, embora com enfoques distintos: enquanto a RAPS é aberta tanto a detentores de mandatos quanto a aspirantes, o RenovaBR foca na qualificação técnica e profissional de aspirantes por meio de um curso de formação, workshops e mentorias conduzidos por especialistas (Campos, 2023; Salgado, Santos e Bergonzine, 2020; Santos e Keller, 2019). Por outro lado, há pesquisas que mostram como o apoio vai além da capacitação formal. Conforme Faria (2019), iniciativas como a Bancada Ativista incluem estratégias inovadoras, como eventos públicos para aproximar candidatos de eleitores e financiamento coletivo. Esse modelo busca não apenas formar candidatos, mas também mobilizar apoio eleitoral direto e fortalecer campanhas colaborativas. Nesse contexto, a Bancada Ativista e o RenovaBR exemplificam abordagens contrastantes: enquanto o primeiro prioriza a mobilização de apoio eleitoral e a promoção da representatividade de minorias, o segundo adota uma abordagem mais tecnicista e individualista (Campos, 2023).

Analisando de forma panorâmica a diversidade de formas de atuação dos MRP, Macedo e Oliveira (2022) classificaram esses movimentos a partir de cinco objetivos: formação de candidatos e lideranças (RAPS, RenovaBR); agenda de políticas públicas (Agora!); mobilização de voluntários e apoio a lideranças (Ocupa a política, LIVRES, Acredito); apoio a candidaturas minorizadas e defesa de causas (Vote LGBT, Vote Nelas, Me Representa, Frente Favela Brasil); apoio a eleição de bancadas e/ou candidaturas coletivas (Gabinetona, Bancada Ativista, Muitas). Com isso, os autores mostram que, embora os MRP visem a incidência na arena eleitoral, eles o fazem por meios diversos.

Em termos das ações efetivamente realizadas pelos MRP, a literatura também aponta para cenário diversificado. Gatto e Russo (2024) mapearam as atividades que compõe o repertório de apoio às candidaturas. Em pesquisa realizada junto a 39 organizações de renovação política, as pesquisadoras identificaram 12 tipos de serviços oferecidos a candidatos e candidatas. Entre essas atividades, destacaram-se a criação de redes de contato entre participantes (networking), mencionada por 24 iniciativas (60%); a oferta de cursos online síncronos, citada por 20 organizações (50%); a produção de materiais de campanha, como fotos, sites e santinhos, oferecida por 19 iniciativas (47%); e a realização de mentorias individuais, mencionadas por 16 organizações (40%). Além dessas, outras atividades incluem a disponibilização de conteúdos para estudo (38%), cursos presenciais (33%), apoio financeiro (28%), apoio psicológico (28%), cursos para assessorias de campanha (25%), apoio legal (20%), apoio contábil (20%) e análises de dados sobre o eleitorado (18%). Esses dados revelam a abrangência das estratégias adotadas pelos MRP para apoiar candidaturas em suas buscas para suprir lacunas estruturais do sistema partidário e aumentar a competitividade eleitoral de seus participantes.

Como se viu, a literatura sobre os Movimentos de Renovação Política tem gerado achados significativos no que se refere aos discursos e às práticas de apoio a candidaturas no contexto eleitoral. Esses estudos evidenciam tanto a diversidade de concepções e apropriações do discurso de renovação quanto a amplitude das estratégias empregadas para fortalecer a competitividade eleitoral de candidatas e candidatos. Os trabalhos mostram, ainda, que a atuação dos MRP é predominantemente voltada para o contexto eleitoral, com ênfase na formação de candidatos, apoio logístico e mobilização de redes de apoio.

Não há, até o momento, evidências fortes de que esses movimentos exerçam uma atuação institucional significativa. Embora alguns trabalhos apontem para práticas de *advocacy* e incidência em políticas públicas, não há indícios consistentes de que os MRP assumam a função de articulação legislativa, tarefa que ainda parece estar amplamente reservada aos partidos políticos, como suportam as evidências analisadas por Picussa, Souza e Codato (2023)<sup>38</sup>. No entanto, há uma lacuna importante de trabalhos que examinem a atuação desses movimentos em esferas não diretamente ligadas ao processo eleitoral ou sua influência em arenas institucionais.

---

<sup>38</sup> Discutido no item 1.3.5, a diante.

Isso limita a compreensão do impacto mais amplo dos MRP no sistema político e evidencia a necessidade de pesquisas futuras que explorem essa dimensão.

#### *1.3.4 Quem são os renovadores? Perfil social e bases associativas*

A quarta pergunta de relevo que aparece na literatura é relativa ao perfil social e às bases associativas dos movimentos de renovação política. Embora nenhum trabalho tome essa questão como central, ela comparece como objetivo específico em um número relevante de pesquisas. Todavia, somente em poucos casos há uma investigação mais sistemática quanto a definição da posição social dos protagonistas da renovação bem como de suas redes associativas e políticas. De um modo geral, há pouca informação acerca do perfil social e das bases associativas dos membros dos MRP, uma vez que a literatura tende a tomar como unidade de análise predominantemente as organizações e não os indivíduos que a compõem.

Como veremos, predomina os achados restrito aos grupos que tiveram destaque na mídia, como RAPS, RenovaBR, Acredito e Agora! Portanto são conclusões situadas, não generalizáveis ao universo de pouco mais de 50 organizações desse tipo mapeadas por Gatto e Thomé (2024). Além disso, os dados são focados em dois tipos de atores. De um lado, os fundadores e os patrocinadores. Do outro, os candidatos eleitos para o cargo de deputado federal em 2018. Quanto ao contingente dos demais candidatos e demais membros<sup>39</sup> há apenas breves indicações. Estes últimos, cabe destacar, são importantes para entender com maior exatidão quais são os setores da sociedade que se mobilizaram em torno da ideia de renovação, para além daqueles grupos que propuseram e disseminaram a causa. Tendo isso em perspectiva, vejamos uma síntese dos resultados.

Os trabalhos mostram que, no caso da RAPS e do RenovaBR, são basicamente grandes empresários com atuação na filantropia e nas práticas de responsabilidade social que estão à frente das iniciativas. Para além dos fundadores (Eduardo Mufarej, no caso do RenovaBR, e Eduardo Leal, no caso da RAPS), esse perfil se repete para diversos grandes doadores e membros de conselhos consultivos e executivos dessas duas organizações. As pesquisas chegam a esses resultados por meio da análise das listas de dirigentes, doadores e parceiros divulgados por esses

---

<sup>39</sup> Como coordenadores, voluntários, funcionários etc.

MRP em seus sites e relatórios anuais (Cunha, 2023; Pinheiro, Costa e Farias, 2021; Silva e Silva, 2024).

O Acredito, por sua vez, foi fundado por uma rede de estudantes brasileiros que se conheceram na *Universidade de Harvard*. Já o Movimento Agora! foi concebido, inicialmente, por profissionais oriundos do terceiro setor, atuantes em *think thanks*, grupos de *advocacy* e consultorias (Moura, 2019). Por fim, a Bancada Ativista foi fundada por um grupo de ativistas de movimentos sociais progressistas, sobretudo mulheres negras atuantes no movimento feminista e no movimento negro (Faria, 2018). Vê-se, assim, que a gramática da renovação foi mobilizada por atores diversos em setores diferentes. No entanto, não há um aprofundamento analítico da questão, uma vez que as pesquisas se limitam a indicar esses vínculos. Salvo em Silva e Silva (2024), que mostra como o discurso “opaco” de renovação do RenovaBR esconde a defesa de interesses dos grupos empresariais que criou e financia a organização, além de uma concepção neoliberal de democracia.

Dois trabalhos se debruçam sobre o perfil dos deputados federais eleitos com vínculos com MRP (Cunha, 2023; Picussa, Souza e Codato, 2023). Cunha (2023) analisa o perfil dos deputados eleitos em 2018 associados a RAPS e ao RenovaBR. Já Picussa, Souza e Codato (2023) foca apenas no que os autores definem como deputado renovador, isto é, estreantes em cargo eletivo e com vínculo com MRP. Como a RAPS admite entre seus membros políticos com carreiras já consolidadas antes do surgimento dos MRP, o recorte de Picussa e seus colaboradores permite uma melhor compreensão dos itinerários desses atores. Trata-se de uma lista de 10 candidatos ligados a grupos como RenovaBR, Acredito, RAPS, Agora!

A pesquisa identificou duas rupturas no que diz respeito ao perfil sociopolítico dos deputados renovadores em relação a seus pares: eles são mais jovens (média de 33 anos contra 50 anos dos deputados estabelecidos) e mais escolarizados (90% de nível superior completo contra 81% dos estabelecidos). Por outro lado, reproduzem o padrão de sub-representação de mulheres e não-brancos, uma vez que são em sua maioria homens brancos. Em termos de ideologia partidária, o trabalho mostra que os renovadores estão alocados, principalmente, em partidos de direita, com um menor número em partidos de centro e centro-esquerda. Além disso, nove deles integraram o RenovaBR e, ao mesmo tempo, algum outro desses MRP. O que indica uma certa hegemonia do RenovaBR sobre o campo da renovação (Picussa, Souza e Codato, 2023).

Há menos informações ainda acerca das bases associativas dos membros dos MRP. As pesquisas constataram a tendência de associação a mais de um MRP por parte dos aspirantes a cargos eletivos, que chegam a circular entre três e até quatro grupos, o que indica a proximidade relacional entre os MRP (Campos, 2023; Cunha, 2023; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Moura, 2019). Para além disso, há duas indicações pontuais em relação à Bancada Ativista e ao RenovaBR. O estudo de caso de Faria (2018) mostra que a Bancada Ativista está inserida em uma rede de movimentos sociais progressistas, não só por meio de suas fundadoras, mas também por meio de seus público-alvo e apoiadores. Adrielma Santos (2020), em seu estudo sobre os movimentos de direita em Sergipe, mostra como lideranças conservadoras e liberais desse estado investiram no ingresso no Renova como estratégia para viabilizar seus projetos políticos-eleitorais.

Até aqui, a literatura produziu algumas pistas quanto ao perfil social e às bases associativas dos movimentos de renovação política. Agora, é necessário segui-las, pois, o retrato que temos dos renovadores é, ainda, um esboço. Com isso, será possível entender quem pôde se beneficiar das oportunidades políticas criadas pelos MRP e que medida se pode pensar a renovação como um campo de mobilização interconectado. É visando essa lacuna que os capítulos três e quatro dessa tese vão analisar, respectivamente, os itinerários sociais dos candidatos ligados ao RenovaBR em 2018 e seus vínculos associativos.

### *1.3.5 Como os MRP e os partidos se relacionam? Conflito, pragmatismo e cooperação*

O discurso crítico aos partidos e a seus “caciques” está no centro do surgimento e atuação dos MRP, como já ficou evidente até aqui. Todavia, a constituição brasileira estabelece que a filiação partidária é uma condição obrigatória para a qualquer candidatura. Por isso, os MRP e seus membros precisam se associar a algum partido para atuar eleitoralmente<sup>40</sup>. Além disso, embora crítico dos partidos, os MRP não são antipartidários ou apartidários, mas promovem uma retórica reformista do sistema partidário “por dentro”. Dada essas condições aparentemente contraditórias, os pesquisadores indagaram sobre como se dão as relações entre grupos de renovação e partidos. Quanto a isso, a literatura é marcada por três posições: uma delas enfatiza

---

<sup>40</sup> Contra a obrigatoriedade de filiação partidária, é comum que membros de MRP defendam a possibilidade de candidatura independente, inclusive judicializando a questão.

fundamentalmente o conflito, outra destaca o pragmatismo das partes, a última aponta para a cooperação e sinergia entre partidos e MRP.

A maior parte das pesquisas analisam a relação entre os MRP e os partidos a partir dos prismas da competição e do conflito (Fazzio, 2024; Gatto, Russo e Thomé, 2021; Mohallem, 2018; Oliveira e Macedo, 2020; Picussa, Souza e Codato, 2023). Esta perspectiva se baseia no exame de três dimensões. A primeira se refere ao discurso crítico aos partidos que os MRP evocam para justificar sua atuação e mobilizar seu público. Ao atacar a falta de legitimidade dos partidos no Brasil (“desenraizados da sociedade”, “fechados as pessoas comuns e as mudanças”, “atuam em interesse próprio”, “possuem donos”), os MRP se colocam na posição de ataque produzindo, de saída uma, disputa pela legitimidade de operação da representação política. Do lado dos partidos, isso provoca desconfiança em relação aos candidatos ligados aos MRP o que se traduz em limitação de espaço institucional e de acesso a recursos partidário, fatores que restringem o sucesso dessas iniciativas, como mostra Gatto, Russo e Thomé (2021).

Outro ponto de atrito, segundo essa visão, é a sobreposição de funções entre partidos e MRP. Ao promoverem o recrutamento e a preparação de candidatos, além de apoiarem suas campanhas, os MRP adentram em uma seara de atividades que tradicionalmente são exercidas por partidos políticos. Para alguns pesquisadores, isso faz dessas organizações competidoras natas dos partidos. Inclusive, alguns trabalhos enxergam nos MRP um “ensaio para a criação de novos partidos” (Picussa, Souza e Codato, 2023, p. 9; cf. Mohallem, 2018). Em uma versão mais radical dessa ideia, há quem sustente que os MRP são tentativas de burlar às regras que dificultaram a criação de novos partidos e limitaram o financiamento privado de candidaturas, a partir de 2017 (Fazzio, 2024; Oliveira e Macedo, 2020).

Fazzio (2024) chega argumentar pela necessidade de regulamentar os MRP, pois estes seriam concorrentes desleais dos partidos. No entanto, trata-se de um argumento bastante. Primeiro porque o orçamento dessas organizações nem se compara aos dos partidos em termos de acesso ao fundo eleitoral. Outra coisa é que essas organizações não podem financiar campanhas diretamente, atuando muito mais na construção do candidato que de sua campanha. Quando o fazem, atuam de maneira coletiva, divulgando um conjunto de candidaturas em mídias sociais com impacto limitado no eleitorado, como indica a pesquisa de Gatto, Russo e Thomé

(2021). De resto, os resultados eleitorais comprovam que os MRP não chegam nem a triscar na hegemonia política dos partidos.

O terceiro fator de conflito apontado é a atuação suprapartidária dos MRP. Ao permitirem que seus membros se filiem a qualquer partido, os grupos de renovação não forneceriam aos partidos quadros orgânicos, mas candidatos vinculados pragmaticamente ao partido com vistas à participação eleitoral. Assim, argumenta-se que a fidelidade desses quadros estariam com os MRP, não com os partidos, com os quais não manteriam senão uma relação burocrática (Fazzio, 2024; Mohallem, 2018; Oliveira e Macedo, 2020). Daí, o conflito, frequentemente exemplificado por casos emblemáticos de insubordinação partidária, como o dos deputados Felipe Rigoni e Tábata Amaral com seus partidos, PSB e PDT, respectivamente, no contexto da votação da reforma da previdência em 2019<sup>41</sup>.

Um segundo grupo de pesquisas entende que as relações entre MRP e partidos são de caráter pragmático ou estratégico (Barbosa, 2019; Moura, 2019). Para esses, a filiação dos candidatos renovadores aos partidos visa apenas a persecução de objetivos eleitorais e políticos. Supõe, portanto, que não existam vínculos entre candidato e partido além desse e que a escolha partidária se baseia apenas em conseguir espaço na arena eleitoral. Barbosa (2018), que realiza uma análise um tanto superficial dessa relação, aponta que o ato de mera filiação implica na ausência de apoio dos partidos às candidaturas renovadoras. Já Moura (2019), que analisa com mais cuidado as relações entre três MRP e a esfera partidária nas eleições de 2018, apresenta nuances no sentido estratégico dessas interações. Sua pesquisa encontrou que o Agora! e o Acredito buscaram proximidade com partidos programaticamente afins – notadamente a REDE, o PSB, o PDT e o então PPS (CIDADANIA, a partir de 2019). No entanto, os dois grupos investiram na criação de mecanismos de salvaguarda da autonomia de seus membros, principalmente através de cartas-compromisso firmadas entre partidos e candidatos. O RenovaBR, por outro lado, aproximou-se de forma mais pragmática, sem a exigência de identificação ou aderência programática, o que permitiu a inserção de seus membros em nada menos que 22 partidos naquele pleito.

---

<sup>41</sup> Amaral e Rigoni, então membros do movimento Acredito, votaram a favor da reforma da previdência, em 2019, contrariando a orientação da liderança partidária. Como consequência, sofreram sanções disciplinares em seus partidos. Recorreram, então, ao STF, com base em uma carta compromisso assinada entre os partidos e o MRP no ato de suas filiações. Assim, conseguiram o direito a desfiliação por justa causa.

A última tendência de análise sugere que partidos e MRP, para além dos discursos, interagem a partir de uma dinâmica de cooperação (Gatto e Thomé, 2024; Martins Jr. e Schmitz, 2023). A tese cooperativista relativiza o conflito. Não nega que ele exista ou existiu em um momento inicial, mas que na maior parte do tempo, para além do discurso público, na política do dia a dia, a relação é pautada pela harmonia e mutualismo. Reconhece a sobreposição de funções, mas não vê nisso uma fonte necessária de contenda. Ao contrário, mostra como isso também pode ser uma possibilidade de cooperação e que, de fato, é isso que ocorre na maior parte do tempo. Essa posição baseia-se menos nos discursos públicos e mais em entrevistas com dirigentes de MRP e no comportamento parlamentar de seus eleitos.

Como indício da sinergia, Martins Jr. e Schmitz (2023) apontam as vantagens que cada parte tira da relação. Os candidatos do MRP de fato dependem dos partidos para disputar o pleito, além de receberem recursos para campanha e apoio – mesmo que esse seja comparativamente menor em relação a quadros mais consolidados<sup>42</sup>. O partido, de seu lado, aceitam os candidatos renovadores pela conveniência de compor suas listas, o baixo custo desses candidatos que acessam menos os recursos partidários, o fato desses candidatos já virem formados e munidos de alguns recursos<sup>43</sup>. Além disso, entrevistando coordenadores de MRP, os autores apontam que todos os entrevistados afirmaram possuir boas relações com os partidos, especialmente com suas fundações de formação, de modo que muitos dos entrevistados viam os partidos como “parceiros na caminhada rumo ao Brasil que desejam” (p. 56).

De forma mais abrangente, a pesquisa de Gatto e Thomé (2024) interrogou, através de questionário, 38 iniciativas sobre sua relação com partidos. 18 afirmaram ter relação com alguma liderança de partidos políticos específicos enquanto 14 disseram não possuir nenhum vínculo. Cinco delas declararam manter um diálogo suprapartidário com as legendas e uma disse estimular que participantes sejam atuantes nos partidos. Em relação ao primeiro trabalho das pesquisadoras sobre a questão (Gatto, Russo e Thomé, 2021), que identificou uma situação conflituosa, o

---

<sup>42</sup> Como mostram Picussa, Souza e Codato (2023).

<sup>43</sup> Sobre esse ponto, é reveladora uma entrevista da deputada Tábata Amaral (Acredito, RenovaBR, RAPS) onde ela declara que seus colegas do Movimento Acredito só “conseguiram chegar e falar com o cara do partido porque era[m] um movimento com milhares de voluntários. Se não, ninguém tinha olhado na nossa cara”. FLOW PODCAST (28/06/2021, #403, 10'30" a 11'42") Disponível em: <https://x.gd/ICZZQ>

relatório de 2024 destaca como a relação com partidos “passou a ser um ponto de atenção de muitas iniciativas, expandindo a interação e o diálogo necessários entre iniciativas e partidos” (Gatto e Thomé, 2024, p. 53).

Com isso, a pesquisa aponta que essas relações foram se acomodando ao longo do tempo. De contexto inicial mais conflituoso para uma cooperação mais efetiva, ainda que tênue e continuamente tensionada. Nesse ponto, os resultados mostram que as atitudes das organizações em relação aos partidos variam, mesmo após alguns anos. Em algumas, há disposição para colaborar com os partidos, diminuir as críticas e conviver com eles. Outras, interagem com partidos alinhados com seus objetivos e ideologia. Uma porção, diminuta é certo, permanece desconfiada. O trabalho também constatou a desconfiança dos partidos em relação aos MRP ao passo que também mostra um cenário de acomodação vindo dessa parte (Gatto e Thomé, 2024).

De fato, os políticos eleitos egressos de MRP não são menos leais a suas legendas que os demais. É o que mostram os dados sobre o comportamento parlamentar de deputados eleitos com vínculos com MRP analisados por Picussa, Souza e Codato (2023). A pesquisa mostra que não há diferenças significativas na lealdade partidária dos renovadores, dos demais *outsiders* da Câmara e dos deputados estabelecidos. Entre 2019 e 2021, deputados renovadores, em média, seguiram a orientação de seus líderes partidários em 84% das votações nominais em que compareceram para votar. Já os deputados estabelecidos o fizeram em 87% das votações. Para os estreantes na câmara sem vínculo com MRP, o índice foi de 89%. Ou seja, embora esses autores vejam MRP e partidos como concorrentes, a pesquisa deles aponta que não há impacto institucional significativo em relação a força do vínculo partidário.

Tudo isso coloca em dúvida a tese de que a relação MRP–partidos é pautada unicamente pelo conflito ou que consiste em simples escambo eleitoral. É fato que tensões e interesses permeiam essa interação, como mostram as pesquisas. Mas também a cooperação e a sinergia. A ideia de pensar essa dinâmica a partir de sua *ambivalência* parece, por isso mesmo, mais fecunda. Isto é, faz sentido reconhecer a harmonia, o pragmatismo e o conflito como suas dimensões necessárias. Para tanto, é preciso investir empiricamente em pensar essas relações a partir de outras dimensões analíticas. Por exemplo, como o tamanho e o perfil partidário, a afinidade ideológica e programática e a inserção prévia em partidos políticos balizam a escolha

das legendas partidárias por parte de membros dos MRP? São aspectos que esta tese buscará dar conta em seu terceiro capítulo.

#### **1.4 Os MRP como modalidade emergente de mobilização**

Este capítulo revisou a literatura sobre os Movimentos de Renovação Política (MRP) no Brasil, destacando os avanços por ela alcançados desde seu surgimento, a partir de 2018, até os dias atuais. Em primeiro lugar, a análise mostrou que os MRP podem ser definidos por quatro características principais: são organizações da sociedade civil que defendem a renovação política a partir da crítica aos atores tradicionais; adotam uma estratégia suprapartidário; atuam de forma não contenciosa, com foco na arena eleitoral; e possuem filiação aberta, formando uma rede informal de grupos interconectados. Por essas razões, podem ser compreendidos como organizações híbridas, que articulam traços de movimentos sociais, partidos, ONGs e *think tanks*.

No que diz respeito à gênese dos MRP, os estudos convergem ao situá-los como resposta à crise política da última década, marcada por desconfiança institucional e fechamento dos partidos. Os protestos de junho de 2013 são apontados como marco inicial desse processo, que abriu espaço para a ascensão de *outsiders*. Nesse cenário, os MRP surgem como proposta alternativa ao sistema partidário tradicional. A revisão mostrou ainda que estas organizações compartilham um repertório de ação articulado em duas dimensões: o discurso da renovação e as práticas de apoio a candidaturas. De um lado, constroem uma crítica à “velha política” com base em um diagnóstico moral e técnico da crise de representação, propondo a ocupação das instituições por outsiders. No entanto, esse discurso é marcado por ambiguidade e apropriações seletivas, dada a ausência de um programa unificado. De outro, sua prática se concentra na arena eleitoral, com um repertório que vai além da formação política e inclui mentorias, produção de materiais, cursos, análise de dados e mobilização de recursos e redes de apoio.

Quanto a posição social e os vínculos associativos dos membros dos MRP, a exame da literatura identificou evidências pontuais e isoladas, o que indica a necessidade de maior aprofundamento analítico. Ainda assim, os dados disponíveis sugerem uma diversidade de atores mobilizados em torno da renovação política, incluindo empresários com atuação filantrópica (RenovaBR, RAPS), profissionais do

terceiro setor e estudantes de universidades estadunidenses de elite (Agora!, Acredito), além de ativistas de coletivos progressistas (Bancada Ativista). Finalmente, a revisão mostrou que a literatura sobre as relações entre MRP e partidos políticos se organiza em três perspectivas: conflito, pragmatismo e cooperação. A primeira enfatiza a crítica dos MRP aos partidos tradicionais e sua atuação como competidores. A segunda os vê como atores pragmáticos, que utilizam os partidos como meio de viabilização eleitoral. A terceira destaca relações mutuamente vantajosas. Estudos recentes, no entanto, indicam uma crescente acomodação institucional, o que desafia leituras unilaterais. O capítulo, assim, propôs compreender essa relação em sua ambivalência.

A partir desses resultados, o capítulo evidencia que a renovação política constitui uma modalidade de mobilização emergente e relativamente autônoma, caracterizada pela articulação de atores diversos em torno de modelos organizacionais híbridos, repertórios de ação eleitoral e enquadramentos discursivos convergentes. Apesar da variedade de origens sociais e inserção associativa, os MRP compartilham um núcleo comum de práticas e narrativas (como a crítica à “velha política”, a valorização da técnica e a aposta na profissionalização da representação) que os distingue tanto dos partidos políticos quanto dos movimentos sociais clássicos. A atuação articulada entre diferentes grupos, a circulação de membros e a ambivalência nas relações com os partidos indicam a consolidação de um ecossistema próprio, cujas dinâmicas serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

No plano teórico, a tese visa proporcionar novas interpretações sobre as consequências de ciclos de protesto (Tarrow, 1994) e conjunturas críticas (Della Porta, 2020), indo além de análises centradas apenas nos efeitos imediatos dos momentos de mobilização. Ao conectar os protestos de 2013 à emergência de repertórios não contenciosos de ação coletiva, o trabalho se insere em uma agenda de pesquisa internacional dedicada a examinar os efeitos da ação coletiva no médio e longo prazo, em diferentes esferas da vida social, incluindo a institucional, cultural, individual e econômica (Bosi, Giugni e Uba, 2016; Bosi e Uba, 2021; Diani, 1997; Giugni, Bosi e Uba, 2013). Com isso, a pesquisa quer contribuir para a melhor compreensão dos legados das mobilizações sociais em larga escala sobre os processos de institucionalização do engajamento cívico bem como da interação entre sociedade civil e instituições políticas.

## Capítulo 2 – Transformando a crise em oportunidade: sociogênese dos Movimentos de Renovação Política

Após as mobilizações sociais em torno do impeachment de Dilma Rousseff, um conjunto de organizações da sociedade civil, de caráter suprapartidário, passaram a atuar dando suporte a candidaturas de ativistas e de lideranças sociais. Defendiam a necessidade de renovar a política brasileira através do ingresso de atores que não estivessem vinculados com o “corrompido” sistema político brasileiro, da “velha política” fisiológica, patrimonialista, corrupta e, assim, “melhorar a democracia do país”. A renovação política era a causa pela qual se mobilizavam. Entre parte de seus membros, na mídia e na literatura acadêmica, ficaram conhecidas, como *movimentos de renovação política*. Ainda assim, algumas delas não se autodenominaram dessa maneira desde o início, tendo aderido ou recebido o “rótulo” posteriormente, na medida em que reorientaram sua atuação para o apoio de candidaturas devido à difusão, nas mídias sociais e tradicionais, desse repertório.

Dentre as mais notáveis destas organizações, estão o RenovaBR, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), o movimento Acredito e o movimento Agora! Além dessas, mais de uma dezena de grupos também apareceram nesse mesmo período. Embora não se possa estabelecer o número exato de MRP atuando nas eleições de 2018, Gatto e Thomé (2024) mapearam 53 dessas iniciativas ativas no pleito de 2022 por todo o país<sup>44</sup>. Dessas, somente 12 apoiavam candidaturas pela primeira vez. Como foi possível o surgimento simultâneo dessas organizações? O que explica a emergência de um conjunto de entidades atuando com discursos e práticas tão similares mais ou menos na mesma conjuntura?

O uso eleitoral de agendas reformistas voltadas à transformação do Estado não são fenômenos recentes na história política do Brasil. Esses ideais atravessam o debate público nacional e reaparecem, com diferentes roupagens, em distintos

---

<sup>44</sup> No entanto, ressalta-se que organizações de “qualificação da política” já existiam desde antes desses acontecimentos, remontando, pelo menos, aos anos 2000. Por exemplo, o Centro de Liderança Pública (CLP), fundado em 2008. Ou a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), fundada em 2012. O que aponta não só para uma expertise acumulada de parte dos atores no terceiro setor e seu direcionamento para o campo eleitoral. Ainda assim, é verdade que muitos MRP surgiram, ganharam projeção ou passaram a adotar uma estratégia eminentemente eleitoral no período posterior ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

contextos históricos. O tema da reforma política e da moralização das instituições, em particular, constitui um motivo recorrente da cultura política brasileira. Ao longo do século XX, esse discurso foi acionado em momentos cruciais: nos anos 1950, Jânio Quadros prometia “varrer” a corrupção do país; na redemocratização, Fernando Collor se apresentou como o “caçador de marajás” que purificaria o Estado. Pouco tempo depois, essa mesma retórica, ironicamente, reapareceria nos protestos pelo seu impeachment. A força dessa linguagem moralizante não é exclusiva do Brasil, mas ganha aqui contornos específicos, associados a uma história marcada por crises cíclicas de legitimidade institucional (Avritzer, 2018). O discurso do “novo” contra o “velho”, nesse contexto, constitui-se como um argumento político recorrente e eficaz, capaz de interpelar setores amplos da sociedade em momentos de desgaste do sistema político.

O que este capítulo se propõe a investigar é como tal agenda foi apropriada e reelaborada por uma configuração específica de atores individuais e coletivos que, inseridos em uma estrutura particular de oportunidades políticas (Alonso, 2009; Giugni, 2009; Tarrow, 2011), produziram um campo de mobilização próprio. Esse pano de fundo é fundamental para compreender como, no pós-2013, a ideia de “renovar a política” ressurgiu com vigor, mobilizando antigas promessas sob novas formas organizativas e repertórios de ação. Nesse sentido, embora a ideia de “renovar a política” seja um clichê recorrente no vocabulário político contemporâneo, sua ativação em um novo contexto resulta em formas específicas de ação. O objetivo, portanto, não é julgar se a chamada “Nova Política” é de fato nova, mas compreender as dinâmicas políticas e sociais de se operar com base nessa ideia. Afinal, como ensina um velho princípio da sociologia interacionista, se as pessoas “definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Thomas e Thomas, 1928, p. 527). Todavia, as definições e justificações formuladas pelos agentes sociais quanto suas ações, por mais importantes que sejam, não são capazes de criar a realidade social do nada, nem a explicam inteiramente. A luta pela renovação aqui estudada ocorre dentro de condições historicamente estruturadas, que delimitam os recursos disponíveis, as margens de ação e as chances de êxito dos diferentes atores.

Nessa perspectiva, este capítulo analisa as condições sociais e políticas que possibilitaram o surgimento dos MRP como uma modalidade específica de engajamento cívico voltado a arena eleitoral. Para tanto, articula-se os achados da

bibliografia, sistematizados no Capítulo 01, com fontes documentais primárias<sup>45</sup>. A análise foca, principalmente, o caso do RenovaBR, mas não o toma de forma isolada. Sempre que pertinente, outros exemplos de MRP foram considerados, especialmente quando contribuíam para esclarecer aspectos mais amplos do fenômeno analisado. Essa abordagem não visa esgotar o universo dos MRP, mas, sem negligenciar a relevância de outras iniciativas de renovação política, reconhece a centralidade empírica do RenovaBR decorrente de seu papel como principal polo articulador desse campo associativo.

Com base nisso, o capítulo identifica três fatores interligados que permitem reconstituir o processo de emergência dos MRP, ou oportunidades políticas. De forma abrangente, oportunidades políticas referem-se a sinais consistentes (embora nem sempre formais, permanentes ou de abrangência nacional) que, ao serem percebidos por atores sociais e políticos, incentivam ou desencorajam o uso de seus recursos internos para a mobilização. Esses sinais configuram o ambiente no qual a ação coletiva se torna mais ou menos viável, moldando as possibilidades estratégicas dos atores envolvidos (Alonso, 2009; Giugni, 2009; Tarrow, 2011).

O primeiro diz respeito à crise de legitimidade do sistema político brasileiro, especialmente conectada aos limites do presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018; Avritzer, 2016; Nobre, 2013b, 2022). O segundo refere-se à *conjuntura crítica* (Della Porta, 2020a, 2022) inaugurada pelos protestos de 2013, que aprofundou a desconfiança nas instituições, intensificou a polarização social e difundiu um imaginário de oposição entre sociedade civil e Estado que confere maior legitimidade à primeira (Alonso, 2017; Alonso e Mische, 2016; Bringel e Pleyers, 2015; Silva, 2018; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019). O terceiro é a centralidade adquirida pela luta anticorrupção no cenário político Brasileiro, catalisada pela Operação Lava Jato (Avritzer, 2016, 2018; Oliveira, 2020; Petrarca e Filgueiras, 2024), que ofereceu um componente aglutinador – a corrupção da “velha” política tradicional –, conceito suficientemente elástico capaz de condensar queixas morais, políticas e econômicas (Alonso, 2023).

Isoladamente ou em conjunto, tais condições de emergência já foram apontadas com diferentes ênfases pelas pesquisas que se dedicam a entender os MRP (Campos, 2023; Faria, 2018; Martins jr, Schmitz e Frazon, 2024; Mohallem,

---

<sup>45</sup> Postagens de mídias sociais, publicações e materiais de divulgação de campanhas e eventos diversos, matérias de jornais, entrevistas em podcast e programas de TV, dentre outras.

2018; Moura, 2019; Oliveira e Macedo, 2020; Pinheiro, Costa e Farias, 2021; Santos, 2019; Schimitz e Martins jr, 2023; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024). Esses trabalhos, no entanto, deram pouca atenção aos processos que interligam as condicionantes às “novas” organizações, tendendo a apenas apontar as primeiras como uma “causa” e as segundas como o “efeito”. Ao entendê-las como oportunidades políticas, o capítulo busca mostrar que esses atores não apenas reagiram a esse contexto, mas também agiram ativamente sobre ele. Nesse sentido, o capítulo mostra como os MRP se articularam em torno da construção da crise política como um problema público (Cefaï, 2016). Esse processo, por um lado, envolveu a produção de um diagnóstico do problema: a produção e disseminação de um discurso sobre crise moral e técnica da política. Por outro, implicou a formulação de um prognóstico de sua solução: um projeto de renovação política que elege a sociedade civil como protagonista da regeneração do Estado. Ao se mobilizarem em torno da crise de legitimidade da representação política brasileira, os MRP transformaram o cenário crítico em que estavam em um proveitoso conjunto de oportunidades *na* política.

## **2.1. O mal-estar na democracia: dos dilemas da redemocratização à crise do presidencialismo de coalizão**

Os protestos de junhos de 2013 marcam o início de uma espécie de “mal-estar na democracia” (Avritzer, 2019) do Brasil. Depois que dobrou essa esquina da história, o país atravessou uma série eventos que levaram ao limite os arranjos institucionais e consensos societários construídos durante seu processo de redemocratização. Diversos analistas não hesitaram em caracterizar essa conjuntura como uma *crise*, ainda que com sentidos e explicações diversos (Abranches, 2018; Avritzer, 2016, 2019; Limongi e Figueiredo, 2017; Nobre, 2013a, 2020, 2022; Singer, 2018). Não foi sem surpresa que se testemunhou o surgimento desse mal-estar. O inevitável otimismo que se instaurara após quase vinte anos de estabilidade política e contínuo desenvolvimento socioeconômico fez esquecer ou minimizar certas contradições de nosso arranjo político e de nossa formação social.

Afinal, a Terceira República<sup>46</sup> logrou estabilizar um sistema político democrático, com eleições competitivas e seguras, alternância de poder e uma relativa independência dos poderes (Avritzer, 2016; Nobre, 2013a). A própria ideia de democracia, como mostra Avritzer (2016), disseminou-se pela sociedade, passando a contar com o apoio de significativas parcelas da população. Além disso, o regime democrático brasileiro conquistou importantes avanços sociais e econômicos: estabilização econômica, criação e consolidação dos sistemas públicos de saúde (SUS) e de assistência social (SUAS), diminuição significativa da pobreza e da miséria, expansão do ensino superior e inclusão da população negra e pobre nas universidades, através da lei de cotas.

Claro, tudo isso não se deu sem conflitos e contradições. O país teve seu primeiro eleito pelo voto direto, o ex-presidente Fernando Collor de Mello, por exemplo, afastado através de um *impeachment* devido ao envolvimento em um escândalo de corrupção, à perda de apoio no Congresso e à queda drástica de popularidade que levou milhares de pessoas às ruas pedirem seu impedimento. A corrupção nunca deixou de estar na pauta do noticiário. Enquanto os ricos ficaram mais ricos, os pobres não ficaram tão menos pobres assim e o fosso social teimava em cindir a sociedade. Os serviços públicos melhoraram, é fato. Mas ainda eram insuficientes e não chegavam a todos de igual modo. A questão racial continuava gritante. Problemas ainda havia muitos – como ainda os há.

No entanto, quem olhasse para o Brasil no ano de 2010, seria levado a crer que a resolução desses problemas se daria pela via institucional da democracia. Nesse ano, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terminava seu segundo mandato com altos índices de popularidade, mesmo após enfrentar o escândalo de corrupção conhecido como *Mensalão*. Era o segundo presidente eleito pelo voto popular a terminar seu mandato desde a redemocratização. Com a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff (PT), Lula repetiria a cerimônia de transmissão da faixa presidencial na qual recebera simbolicamente o cargo de Presidente da República das mãos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2003. Em janeiro do ano seguinte, a jovem democracia brasileira

---

<sup>46</sup> Para fins de referência à história republicana brasileira, adotarei a periodização proposta por Abranches (2018, posições 7044-7048): “a Primeira República, [vai] da Constituição de 1889 a 1930; a Segunda República, da Constituição de 1946 ao golpe de 1964; a Terceira República, da Constituição de 1988 aos nossos dias. Entre 1930 e 1945, vivemos a era Vargas e nela, a partir de 1937, o Estado Novo. Entre 1964 e 1985, tivemos o regime militar (...). Entre 1985 e 1988, vivemos a Nova República, um regime de transição, durante o qual tivemos a Constituinte.

veria não só a terceira pessoa eleita pelo voto assumir a Presidência da República conforme os ritos constitucionais, mas também a primeira mulher a assumir o posto. Ninguém imaginaria, em 2010, que o país que se tornava a quinta maior economia do mundo, com terceiro maior crescimento econômico e que completava quinze anos de estabilidade política iria atravessar uma década de crises políticas e sociais.

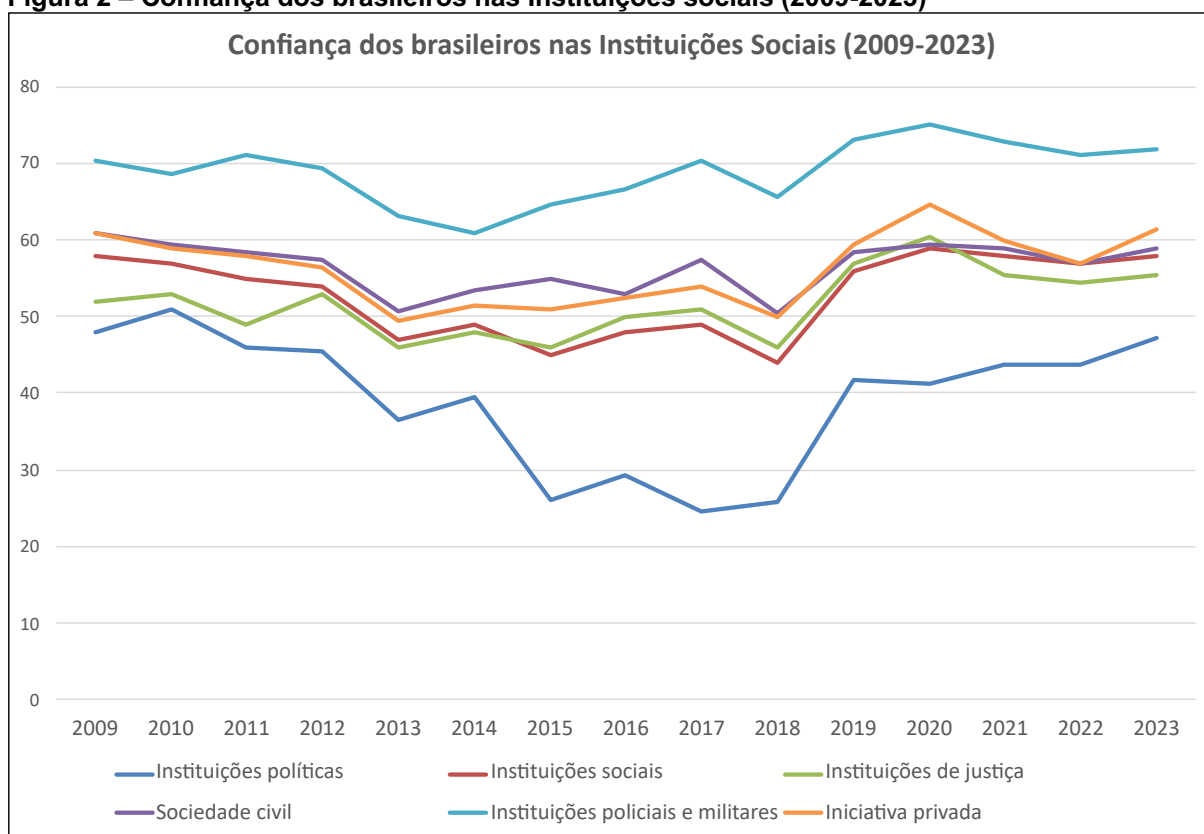
Ao final dela, o panorama era outro: 2019 começou com a posse de Jair Messias Bolsonaro (então PSL), um ex-militar, ultraconservador, apologeta da tortura e defensor da ditadura militar. Eleito legitimamente pelo voto popular, como ocorreu com muitos dos autocratas em ascensão da última década (Levitsky e Ziblatt, 2018), Bolsonaro recebia a faixa presidencial de Michel Temer, que se tornou presidente após articular um golpe parlamentar que levou ao impeachment da presidenta Dilma, de qual ele era vice. O Brasil havia dobrado a direita (Nicolau, 2020).

Entre uma coisa e outra, o Brasil atravessou um intenso período de crise política e social cujo marco referencial é ciclo de protestos de junho de 2013 (Abranches, 2018; Avritzer, 2016; Nobre, 2013a, 2020). A partir daí, do lado da sociedade civil, verifica-se o aumento dos eventos de protestos e de sua difusão pelo país, bem como a emergência de novos agentes e agendas (Alonso, 2017; Avritzer, 2017; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019): os protestos de junho de 2013; as manifestações contra a copa de mundo, em 2014, e contra as olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016; os protestos em apoio e contrários ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016; os protestos contra a corrupção impulsionados pela midiaticização da Operação Lava-jato, a partir de 2014; diversos protestos contra austeridade e contra o presidente Michel Temer (o #foratemer) a partir de 2016; os protestos das mulheres contra a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (o #elenão).

Em interação e articulação com a política das ruas, a política das instituições passa também a atuar de forma exacerbadamente conflituosa. De modo geral, o aumento das escaramuças entre poderes e instituições (inclusive as militares), atropelando competências, omitindo-se em assuntos de interesse público, interferindo no processo político, especialmente o poder judiciário (Avritzer, 2016, 2019). Dentro do sistema partidário, as elites passaram atuar de forma deliberadamente disruptiva, comparado às décadas anteriores: o inédito não reconhecimento do resultado eleitoral pelo então principal partido da oposição, o PSDB, em 2014; a sabotagem do governo Dilma por parcela de sua base “aliada” e da oposição, que, coordenadas pelo então presidente da Câmara, aprovavam “pautas bombas” e medidas impopulares com

intuito de desestabilizar o governo; o processo de impeachment articulado pelo vice presidente da república e pelo presidente da câmara dos deputados, que aglutinaram parcela significativa da base aliada do governo à oposição para deflagrar um golpe parlamentar<sup>47</sup> (Abranches, 2018; Singer, 2018). Violando “regras não escritas da política”<sup>48</sup> (Levitsky e Ziblatt, 2018), as elites políticas criaram as condições institucionais da ascensão de um autocrata ao poder pela via eleitoral.

**Figura 2 – Confiança dos brasileiros nas Instituições sociais (2009-2023)**



Fonte: reelaboração de IPEC (2023)

Tudo isso se refletiu na erosão da confiança nas instituições políticas formais. Conforme dados do Índice de Confiança Social<sup>49</sup> – ICS (IPEC, 2023), a confiança dos

<sup>47</sup> Caracteriza-se por “um golpe por dentro da Constituição”: ainda que cumprido o rito constitucional em sua forma, o conteúdo do processo é vago e controverso, como explica Singer (2019, p. 8). No mesmo sentido, Nobre (2020), chama o episódio de *parlamentada*. Já Tatagiba e Galvão (2018, 2019) referem-se ao impeachment de Dilma Rousseff como “golpe jurídico-político”.

<sup>48</sup> Composta pelos princípios de tolerância mútua, isto é, o reconhecimento da legitimidade dos adversários políticos, e de reserva institucional, que consiste na moderação no uso dos dispositivos constitucionais de modo que os freios e contrapesos entre os poderes funcionem (Levitsky e Ziblatt, 2018).

<sup>49</sup> Iniciado em 2009, o índice mostra o nível de confiança de uma amostra da população brasileira acima de 16 anos em um conjunto de pessoas, grupos sociais e instituições. É expresso em uma escala de 0 a 100, onde 0 significa nenhuma confiança e 100 confiança absoluta.

brasileiros nas instituições políticas já apresentava níveis baixos em 2012 (46 pontos) em relação às instituições sociais de um modo geral, equivalente a 54 pontos (Figura 2) . A partir de 2013, a confiança nas instituições políticas iniciam uma trajetória de queda acentuada, quando o índice despencou para 37 pontos. Nos anos subsequentes, esse movimento descendente se intensificou, chegando a apenas 25 pontos em 2017, o pior desempenho da série histórica. Esse movimento contrasta com a relativa estabilidade observada nas demais esferas institucionais, como justiça, sociedade civil, iniciativa privada e instituições policiais e militares, que mantiveram seus índices em patamares significativamente mais elevados ao longo do mesmo período. Os dados evidenciam que, embora as instituições políticas já gozassem de menor confiança em relação às demais, o ciclo iniciado em 2013 marca uma intensificação da perda de legitimidade, sinalizando um contexto de maior insatisfação da população em relação às instâncias formais de representação e decisão política.

O Brasil, no entanto, não é a única democracia a enfrentar esse tipo de crise. Entre o final dos anos 2000 e início dos 2010, cidadãos foram às ruas protestar contra o sistema político e reivindicar melhores condições de vida em diversos países no que foi considerado uma onda global de protestos. Nesses protestos, algumas pautas centrais circularam o globo foram: a denúncia do caráter fechado das democracias representativas, a reivindicação de uma maior participação nas decisões e a contestação das políticas de austeridade adotadas por diversos países como medidas para combater a crise econômica de 2008. Nesse processo, destacou-se o papel que a internet e as mídias sociais desempenharam tanto na organização e difusão dos protestos, quanto como espaço/meio de socialização e sociabilidade política, sobretudo a partir dessa onda global (Bringel e Pleyers, 2015; Castells, 2018; Della Porta, 2020a; Della Porta *et al.*, 2017). Em especial, a difusão mundial das palavras de ordem “NÃO NOS REPRESENTAM” indica a insatisfação com os limites da democracia liberais representativas, que não só privavam os cidadãos dos espaços decisórios, como também adotavam medidas que provocavam a piora das condições de vida, especialmente no contexto europeu (Castells, 2018; Della Porta, 2020; DELLA PORTA *et al.*, 2017).

Os resultados desse processo no mundo não são nem homogêneos nem unidirecionais. Em alguns casos, o que parecia ser um ciclo de reivindicação por aprimoramento dos regimes democráticos provocou um processo de deslegitimação da política nacionais cuja marca é a ascensão de líderes autocratas (Castells, 2018;

Levitsky e Ziblatt, 2018). Noutros casos, produziu oportunidades políticas para que movimentos sociais progressistas “invassem” a democracia, produzindo mecanismos de aprofundamento da participação social (Della Porta, 2020). Por fim, parece está possibilitando formas alternativas de organização política que se apresentam como contraponto aos partidos políticos tradicionais e sua concepção hierarquizada de representação política, como o *PODEMOS* espanhol, o *Mouvement 5 Étoilles* italiano, *Aam Aadmi Party* indiano, o *Partido Pirata*, surgido na Suécia (*Piratepartiet*) e, hoje, ramificado pelo mundo (Della Porta *et al.*, 2017; Deseriis, 2017; Deseriis e Vittori, 2019; Gianolla, 2017, 2018).

Contudo, essas tendências globais não esgotam nem suplantam os elementos nacionais dessas crises e ciclos de contenção, como apontam tanto a literatura internacional (Castells, 20180; Della Porta, 2020) quanto a brasileira (Abranches, 2018; Bringel e Pleyers, 2015). Dessa forma, ainda que haja divergências quanto sua natureza e causas, os intérpretes da crise da democracia no Brasil ajudam a entender as dimensões nacionais desse processo. Tais análises, partem de considerações sobre a recente história política e institucional do Brasil, dando ênfase à forma como o sistema político se organizou desde sua redemocratização, como ele respondeu às demandas da sociedade civil nesse período e como esses dois elementos contribuíram para a crise de legitimidade das instituições. De modo geral, é possível afirmar que essas análises apontam para um esgotamento do arranjo político da Terceira República brasileira, ora evidenciando as dinâmicas internas às instituições, ora dando primazia às mobilizações da sociedade, ora articulando as duas dimensões (Abranches, 2018; Avritzer, 2016, 2019; Limongi e Figueiredo, 2017; Nobre, 2013a, 2020; Singer, 2018).

Foi Sérgio Abranches (1988) quem primeiro caracterizou o sistema político brasileiro como um presidencialismo de coalizão. O conceito sintetiza um conjunto de características institucionais presentes na democracia brasileira: representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo baseado na formação de grandes coalizões. Essa combinação de traços, para o autor, é menos uma idiosincrasia brasileiro do que o resultado da acomodação da heterogeneidade social, econômica e regional do país: “essa correlação entre fragmentação partidária, diversidade social e maior probabilidade de grandes coalizões beira o truísmo”, explica Abranches (1988, p. 21), “[pois,] é nas sociedades mais divididas e mais conflitivas que a

governabilidade e a estabilidade institucional requerem a formação de alianças e maior capacidade de negociação”.

A formulação de Abranches baseou-se na observação da experiência democrática da Segunda República (1946-1964) e da Nova República (1986-1988). Contudo, a Assembleia Constituinte de 1988 manteve, não sem controvérsias, essas características no sistema político da Terceira República. Avritzer (2016) sustenta que esse arranjo institucional resolve um problema específico e de longa data do sistema político brasileiro, que remonta aos primórdios da nossa República. Aqui, o presidente se elege com muito mais votos que seu partido nas eleições para o congresso. Isso o impele a formar coalizões amplas com outros partidos para viabilizar o governo. Negociando para formar sua coalizão de governo, o presidente adquire uma ampla capacidade de agenda no Congresso. No entanto, como em qualquer montagem de coalizção, é preciso ceder pontos muitas vezes importantes do seu programa político original.

Por isso, a Constituinte de 1988 opta por manter esses traços. Limongi e Figueiredo (1998), no entanto, apontam que são introduzidas novas bases institucionais que visavam corrigir algumas limitações do presidencialismo de coalizção de 1946, especialmente no que se refere governabilidade. Na ocasião, havia “amplo consenso de que o sucesso da democracia dependia da capacidade do governo de dar respostas efetivas e rápidas às crescentes demandas postas aos governos por sociedades modernas complexas”. Sendo assim, a chave da governabilidade no presidencialismo de coalizção é a formar uma ampla base de apoio no Congresso a partir da troca dos votos da bancada do partido aliado por cargos nos altos escalões da administração e por recursos públicos, mediante influência na formação do orçamento anual do governo (Abranches, 2018; Avritzer, 2016; Nobre, 2013a).

Esse arranjo político e institucional tem recebido interpretações e avaliações diversas, especialmente no que diz respeito à lógica da coalizção política. Para alguns, o presidencialismo de coalizção é um entrave a mudança social e a efetiva participação política da sociedade (um sistema de caráter conservador, portanto). Nessa perspectiva, a crise da democracia nasce recusa desse sistema por parte da sociedade civil (Nobre, 2013a;). Para outros, ao contrário, não há nada essencialmente conservador ou anormal no sistema político brasileiro, uma vez que a democracia brasileira funciona como as demais *democracias reais*. Inclusive, nessa ótica, o presidencialismo de coalizção é um arranjo funcional e estável, na medida em

que produz governabilidade e viabiliza a execução dos programas de governo (Limongi, 2006; Limongi e Figueiredo, 1998). Nessa perspectiva, a crise não se origina no “arranjo institucional”, mas nas estratégias dos atores políticos (Limongi e Figueiredo, 2017).

Por fim, há aqueles que se alinham a uma terceira perspectiva, que reúne alguns elementos das duas abordagens anteriores (Abranches, 2018; Avritzer, 2016, 2019). Estes concordam que, comparado com os demais arranjos institucionais de nossa história política, o presidencialismo de coalizão da terceira república se mostrou mais resiliente às crises e mais efetivo em termos de governabilidade. Eles reconhecem, ainda, que coalizões fazem parte de qualquer democracia e, portanto, não é isso *per se* que impede a consolidação da democracia nem produz nossas sucessivas crises políticas. Além disso, tanto Abranches (2018) quanto Avritzer (2016, 2019) mostram que o presidencialismo de coalizão, na Terceira República, produziu bons resultados em suas primeiras décadas, seja no que diz respeito a estabilidade e bom funcionamento das instituições, seja na promoção significativas transformações sociais. No entanto, este sistema enfrenta, na década de 2010, uma crise de legitimidade que ameaça tanto continuidade do regime democrático, quanto a possibilidade de aprofundar as políticas de inclusão e combate das desigualdades.

Dentro da perspectiva crítica ao presidencialismo de coalizão, Marcos Nobre (2013a, 2013b) é quem melhor elaborou a tese de que o sistema político brasileiro bloqueia por cima a mudança e a participação social. Para o autor, isso se dá porque a redemocratização brasileira resultou em um sistema político cujo mecanismo central de governabilidade é pautado na lógica da formação de grandes coalizões. Isso implica, para ele, a dominância do poder legislativo sobre o executivo uma vez que a ação de setores conservadores que operam dentro da própria coalizão governista exerce um largo poder de veto das iniciativas mais progressistas do governo. Essa é, na visão do autor, a grande contradição da “abertura política” após a ditadura militar. Foi contra esse arranjo que se insurgiu as ruas em junho de 2013. O resultado foi tanto a disfuncionalidade das instituições políticas quanto à desconfiança em relação as mesmas:

Desde 2013, as instituições funcionam de maneira disfuncional. Funcionam sob permanente suspeita, encontram na sociedade apenas desconfiança e rejeição. Foram identificadas a tudo de ruim que se passa no país, são as fontes de todas as maldades cotidianas. Os nomes dos culpados podem variar. Mas são sempre nomes do “sistema” (Nobre, 2020, p. 157).

Nobre (2013a) defende que a chave para o entendimento da crise política no Brasil está no “imobilismo” social produzido pelo peemedebismo. Conforme apresenta em seu *Imobilismo em movimento*, o peemedebismo<sup>50</sup> é uma cultura política conservadora que conecta os governos das últimas três décadas de nosso passado recente. Essa cultura política ganhou forma e moldou, para o autor, nossa redemocratização. Seu intuito é servir de freio para as aspirações de mudança social que emergiram durante o declínio da ditadura. Vendo como inevitável o processo de transformação da sociedade brasileira, a elite política conservadora visou (e, em grande medida, conseguiu) controlar o ritmo e o grau das mudanças aspiradas pelas forças sociais emergentes.

Gestado no partido de “oposição” à ditadura brasileira – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)<sup>51</sup>, o peemedebismo, como mostra Nobre, não se restringe a esse partido, mas se espalhou, se transformou e serviu de molde para o sistema político brasileiro atual. As peças centrais desse mecanismo conservador são o sistema hierarquizado de vetos e da ideologia da governabilidade.

O veto é a capacidade de um grupo barrar a ação do governo caso ela contrarie seus interesses. Um exemplo disso, citado pelo autor (Nobre, 2013a) é um material de combate à discriminação contra pessoas LGBT preparada pelo Ministério da Educação, em 2011, durante o governo Dilma. O material, que seria distribuído nas escolas, foi combatido pela bancada religiosa (composta de membros de diversos partidos) e rebatizado pejorativamente “kit gay”. Na mesma época, o ministro de fazenda de Dilma, Antônio Palocci, enfrentava acusações de corrupção. Essa bancada, então, passou a convocar Palocci para prestar esclarecimentos sobre a evolução de seu patrimônio e ameaçou obstruir o andamento de outros projetos do governo nas comissões que os religiosos controlavam. Resultado: o material foi recolhido pelo MEC e sua distribuição foi suspensa.

O poder de veto, evidentemente, não é distribuído igualmente. Mas é hierarquizado segundo a força eleitoral e política de cada grupo. Por traz desse

---

<sup>50</sup> Nobre rejeita o conceito de presidencialismo de coalizão justamente porque, na visão do autor, ele negligencia o caráter conservador do sistema. Propõe em seu lugar o conceito de peemedebismo. No entanto, é evidente que o conceito se direciona aos mesmos tipos de fenômenos.

<sup>51</sup> O MDB foi criado em 1966, após a imposição, pelos militares, de um sistema bipartidário. Em 1980, com a volta de pluripartidarismo, muda de nome para PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Nobre batiza seu conceito pensando nessa segunda nomenclatura no partido. Contudo, em 2017, o partido passa por nova mudança de nomenclatura, tornando-se a se chamar, novamente, MDB.

sistema está a ideia de que, no limite, não existam perdedores sem compensação dentro do condomínio peemedebista. Assim, o partido no governo atua como síndico, mediando as disputas e os vetos no superbloco hegemônico. Sua capacidade de governar é medida, portanto, pela habilidade de contornar vetos para realizar seus projetos e de compensar àqueles que tenham seus interesses prejudicados nesse processo.

A outra peça-chave na lógica peemedebista é o que Nobre chama de ideologia da governabilidade<sup>52</sup>. Esta consiste na naturalização da ideia de que a única forma possível de governar o país é compor uma supermaioria no congresso que seriam mobilizadas tanto para aprovar projetos e reformas constitucionais, quanto para evitar a abertura de um eventual processo de impeachment. O alargamento do condomínio peemedebista, que ocorre em nome dessa ideia de governabilidade, apaga as fronteiras entre oposição e situação, entre governo e sistema político, além de fechar os canais possíveis de representação. Não à toa, nesse sentido, o fortalecimento de uma retórica antissistema e antipolítica ganha espaço nas ruas.

A partir desses dois elementos centrais, o sistema de vetos e a ideologia das supermaiorias, a cultura política do peemedebismo consegue “travar” as transformações na sociedade brasileira na medida em que fomenta um sistema de alianças políticas que favorece largamente os grupos dirigentes estabelecidos.

Mas, a despeito desse imobilismo, mudanças importantes e notáveis ocorreram no Brasil desde 1985, realizadas pelos dois grandes blocos de governos que consolidam e estruturam a redemocratização, os do PSDB e os do PT. Nesses governos, o imobilismo foi posto em movimento, mas, como argumenta o autor, sem romper com a lógica peemedebista. Antes, incorporando-a e modificando-a em elementos periféricos. O governo de FHC buscou dar sentido e direção ao peemedebismo do sistema, tornando-o o centro de uma polarização política cujos extremos eram o PSDB, partido do governo, e o PT, partido líder da oposição. Os governos petistas, por sua vez, aderiram ao peemedebismo visando implementar medidas de combate à desigualdade. Produziram mudança social, mas a contrapartida delas foi o reforço e manutenção do fechamento do sistema político.

---

<sup>52</sup> Nobre chama de “ideologia” porque argumenta que tal ideia não é uma condição objetiva, mas um pressuposto socialmente construído que serve a manutenção do funcionamento peemedebista do congresso. Afinal, para ele, seria virtualmente possível governar com uma maioria enxuta, negociando votos no “varejo” quando necessário. Além disso, ele argumenta que para impedir a abertura de um processo de impeachment bastariam apenas um terço dos deputados

Na avaliação de Nobre, ambos os governos, petistas ou peessedebistas, são figuras de peemedebismo e não rupturas com ele. É essa a fonte do “imobilismo” do sistema que alimenta a crise de legitimidade do sistema político e que produziu sua disfuncionalidade na última década. Junho de 2013, para ele, foi uma insurgência contra o peemedebismo com grandes potenciais transformativos, mas que foi ignorado por um sistema político fechado:

O sistema político não entendeu ou não quis entender que a estabilização político-econômica inaugurada pelo Plano Real em 1994 já não se sustentava e que um novo arranjo precisaria ser criado. E, no entanto, a maior parte dos partidos da direita e da esquerda democráticas se encastelou no sistema político, contando poder dirigir o processo de cima, mesmo que fosse ao custo da autofagia que resultou na parlamentada de 2016, que destituiu Dilma Rousseff. Ao se blindarem contra a energia das ruas reais e virtuais, essas forças simplesmente perderam o controle do processo. E jogaram fora uma chance inédita de reformar a democracia brasileira (Nobre, 2020, posição 863-7).

Daí a ascensão da retórica antissistema, da antipolítica e do autoritarismo que identifica democracia ao peemedebismo. Daí o bolsonarismo e a aparentemente irreconciliável polarização da sociedade brasileira. É que, para Nobre, a blindagem do sistema político às pautas da sociedade produziu uma fratura no pacto democrático que criava um ambiente político favorável à convivência mínima com a diferença.

A simples remissão à democracia não é mais suficiente para produzir o terreno comum sobre o qual se desenham as diferenças e as disputas. Há uma ruptura de fundo, aparentemente irreconciliável, entre diferentes estratos sociais e econômicos. É uma ruptura que tem a ver com as regras de redistribuição de recursos pelo Estado. É uma ruptura em relação à cultura política democrática de fundo na qual as divergências podem ser elaboradas publicamente. É isso o que está em crise na democracia. (NOBRE, 2020, posição 945).

Numa perspectiva divergente, Fernando Limongi e Argelina Figueiredo se opõem tanto à tese da singularidade do sistema político brasileiro quanto à da sua disfuncionalidade. Para eles, o governo representativo de coalizão brasileiro não representa uma anomalia política nem um entrave a consolidação da democracia. Discordam, dessa forma, tanto da ideia de que o sistema político funciona como uma trava das mudanças sociais quanto do argumento de que seu arcabouço institucional seja a fonte de nossas crises políticas. As crises, nessa ótica, não são produtos do mal funcionamento das instituições, mas das estratégias de atores políticos que, agindo com base na persecução de seus objetivos individuais, podem produzir

instabilidade em determinadas conjunturas (Limongi, 2006; Limongi e Figueiredo, 1998, 2017)

A cerne dessa posição é a normalidade do sistema político brasileiro em relação ao que os autores chamam de *democracias reais*. Isto é, o conjunto dos países que adotam o modelo liberal ocidental. Desse modo, ainda que o termo presidencialismo de coalizão se justifique pelo seu valor descritivo<sup>53</sup>, uma análise de seu funcionamento efetivo mostra que “há pouco que permita distinguir o sistema político brasileiro de outras democracias ditas avançadas ou consolidadas” (Limongi, 2006, p. 20, grifos nossos).

Analisar o chamado efetivo funcionamento do sistema político refere-se, aqui, à dimensão institucional e formal. Contempla, de um lado, o exame dos dispositivos normativos que regulamentam os poderes do presidente e dos líderes partidários, chamadas pelos autores de *bases institucionais do presidencialismo de coalizão*, tal qual aparecem na constituição de 1988 e nos regimentos internos das casas legislativas federais. Do outro, refere-se à análise de uma série de índices que mostram, na perspectiva dos autores, a influência desses dispositivos normativos sobre o comportamento do legislativo, como o índice de disciplina partidária<sup>54</sup>, a taxa de sucesso das iniciativas do Executivo<sup>55</sup> bem como sua dominância sobre a produção legal<sup>56</sup>. Seguindo o pressuposto do institucionalismo do qual são tributários, os autores buscam demonstrar que as *instituições importam*. Nesse caso, para esses pesquisadores, o desenho institucional brasileiro não só pode como de fato produz a cooperação entre o executivo e o legislativo e induz a disciplina partidária no congresso.

Dessa forma, Figueiredo e Limongi sustentam que as “bases institucionais” do presidencialismo brasileiro garantem ao presidente controle sobre o processo legislativo, especialmente através da prerrogativa de iniciativa legislativa. E aos líderes partidários, elas asseguram o controle sobre suas bancadas através de dispositivos disciplinares:

---

<sup>53</sup> “Do ponto de vista descritivo, o sistema político brasileiro, não há dúvidas, pode ser nomeado como um presidencialismo de coalizão. Afinal, a forma de governo adotada é o presidencialismo e governos recorrem à formação de coalizões para obter apoio para suas iniciativas.” (Limongi, 2006, p. 20)

<sup>54</sup> Proporção do quanto uma bancada segue a orientação de liderança em votações nominais.

<sup>55</sup> “A proporção do que é aprovado [no Congresso] sobre o total enviado por este poder” (Limongi, 2006, p. 21)

<sup>56</sup> Consiste na “simples divisão das leis cuja proposição se deve ao Executivo pelo total de leis aprovadas no período” (Limongi, 2006, p. 21)

Em primeiro lugar, em relação à Constituição de 1946, os poderes legislativos do presidente da República foram imensamente ampliados. (...) neste ponto, a Constituição de 1988 manteve as inovações constitucionais introduzidas pelas constituições escritas pelos militares com vistas a garantir a preponderância legislativa do Executivo e maior presteza à consideração de suas propostas legislativas. Da mesma forma, os recursos legislativos à disposição dos líderes partidários para comandar suas bancadas foram ampliados pelos regimentos internos das casas legislativas [no período posterior a constituinte]. A despeito de todas as mazelas que a legislação eleitoral possa acarretar para os partidos políticos brasileiros, *o fato é que a unidade de referência a estruturar os trabalhos legislativos são os partidos e não os parlamentares.* (Limongi e Figueiredo, 1998, p. 82, grifo nosso)

Buscando corroborar essa tese, os autores mostraram que, na primeira década da Terceira república, quase 90% do plenário do congresso nacional votou de acordo com orientação partidária (Limongi e Figueiredo, 1998, p. 83). Uma década mais tarde, Limongi (2006, p. 23) mostra que as taxas de sucesso e de dominância do executivo brasileiro após 1988 são, respectivamente de 70,7% e 85,6% em média, com muita pouca variação entre os mandatos presidenciais. Com isso, os autores demonstram que, na prática, a governabilidade e a disciplina partidária são alcançadas. E, na avaliação deles, isso deve-se aos mecanismos institucionais mencionados. Desse modo, não haveria incentivos para parlamentares agirem como *free riders*. Por um lado, o Executivo domina o processo legislativo, como principal iniciador, e controla o acesso a “patronagem” (cargos nos diversos níveis e recursos do orçamento). De outro, o trabalho legislativo é centralizado em lideranças partidárias munidas de controles disciplinares. Nesse cenário, argumentam os autores, uma das melhores estratégias para a obtenção de recursos visando retornos eleitorais é votar disciplinadamente. (Limongi e Figueiredo, 1998, p. 86) Sendo assim, para eles, o presidencialismo de coalizão não só opera sob uma efetiva lógica partidária, como é perfeitamente capaz de produzir estabilidade ao governo.

Mas, e a crise? Esta é explicada a partir de uma perspectiva “não institucional”. Para os autores, a crise política que se desenrola no Brasil na década de 2010 não é fruto de um arcabouço institucional ruim. Mas das estratégias dos atores políticos. Trata-se uma crise na *politics*, não na *polity*. Se o sistema político faculta ao presidente as condições de governar e aos líderes partidários de impor disciplina a suas bancadas, como exposto, não quer dizer isso sempre ocorra e de maneira necessária: as decisões do presidente podem resultar na cooperação do congresso ou, ao contrário, podem acarretar um movimento de oposição. As lideranças partidárias, por sua vez, podem escolher se alinhar a um presidente, ou não, a partir de sua avaliação

dos custos e ganhos políticos e eleitorais. E estes, argumentam os autores, não se referem apenas aos cargos, mas também aos possíveis votos e políticas públicas que os atores se interessam em promover. As bancadas, por fim, ainda que existam instrumentos de constrangimento, podem se mobilizar para derrubar uma liderança insatisfatória (Limongi e Figueiredo, 2017).

Em suma, o que Limongi e Figueiredo (2017, p. 96) sustentam é que uma leitura institucionalista da política não significa ignorar a dimensão dos atores. Defender que as instituições desempenham um papel importante na compreensão do comportamento políticos não é dizer que elas o explicam de todo. Afinal, tanto quanto as instituições, *as estratégias também importam*. E, justamente por isso, não existe sistema político imune a crises: políticos tomam posições em relação a seus adversários e aliados que não são isentas de consequências. “Em uma palavra, não há sistema que prescindia da política.” É nessa ótica, portanto, que esses pesquisadores interpretam a recente crise política brasileira:

A crise do segundo governo Dilma que levou a seu impeachment e se arrasta ao longo da presidência de Temer, portanto, não tem causas institucionais. Dependeu, basicamente, da estratégia dos atores políticos. O seu grande artífice e comandante foi Eduardo Cunha, cujos interesses e passado eram conhecidos. Os beneficiários diretos do impeachment, Temer e seu grupo íntimo, nunca pautaram seu comportamento político pelo apreço a ideias e à boa gestão da coisa pública. Aceitou a liderança desse grupo quem fez do afastamento do PT do poder a prioridade número um. Pode-se debater quem usou quem nessa aliança, mas o fato é que Temer, Cunha e outros tantos fizeram uso da mobilização anti-PT para chegar ao poder e, dessa forma, aumentar suas chances de escapar das denúncias [de corrupção] que os ameaçavam. (Limongi e Figueiredo, 2017, p. 94-5)

Uma interpretação alternativa a essas é desenvolvida por Abranches (2018) e Avritzer (2016, 2019). Esses dois autores reconhecem que o período após a redemocratização se constitui, na história republicana brasileira, como o mais estável politicamente. Essa estabilidade política, permitiu que diferentes governos lograssem implementar políticas públicas que produziu efetivos resultados na melhora das condições e vida da sociedade. No entanto, argumentam que não é possível dizer que a democracia brasileira é tão sólida como as ditas “democracias avançadas”.

Se Limongi e Figueiredo mostram que, do ponto de vista formal e institucional, a democracia brasileira funciona como as demais democracias, Abranches e Avritzer argumentam, cada um a seu modo, que isso não é verdadeiro do ponto de vista substancial. Isto é, quando olhamos além dos índices de atividade do congresso e analisamos as formas de dominação e suas dinâmicas na história do Brasil. Atentando

para as lógicas de formação de coalizões, a relação entre os poderes, a atuação das diversas elites, as formas de participação política da sociedade civil e as diversas crises, delinea-se um quadro de uma democracia ainda incompleta<sup>57</sup>. Assim, Avritzer enxerga na democracia brasileira “uma aspiração social e uma realidade em gestação”. Abranches (2018, posição 206), por sua vez, entende que ela resulta em uma “democracia elitista” cujo povo é, ainda, “semissoberano”. Nesse ponto, convergem com Nobre (2013, p. 9), para quem a democracia no Brasil é “muito pouco democrática de fato”.

Sérgio Abranches (2018), especificamente, aponta para a reprodução de estruturas oligárquicas de dominação dentro do presidencialismo de coalizão. Assim, por mais que o sistema político atual seja relativamente bem-sucedido, observa-se a persistência dessa lógica oligárquica de ação política que, independentemente de ideologia, pauta a atuação das elites no sentido de monopolizar o controle dos recursos do Estado e manter seus privilégios: “nosso sistema político-econômico encontrou no presidencialismo de coalizão os instrumentos para reprodução do domínio oligárquico”, argumenta o autor. Dessa forma, “por meios mais ou menos legítimos, mais ou menos lícitos, as oligarquias partidárias se perpetuam no poder e mantêm o fluxo de subsídios que alimenta a oligarquia empresarial” (Abranches, 2018, posição 6968). Com raízes históricas na formação política da primeira república (a política dos governadores e o coronelismo), essas características oligárquicas do presidencialismo de coalizão são resultantes das estruturas desiguais da sociedade brasileira desde sua formação, seja em termos regionais, de classe, de raça, de gênero. Nisso, está em sintonia com Avritzer (2019), quando este advoga que a formação colonial e escravista consiste em um fator de explicativo da atuação predatória das elites de uma sociedade, sobretudo no que se refere à resistência à institucionalização de direitos civis básicos.

O resultado disso é um sistema partidário fragmentário e de baixa representatividade social. Reproduzindo-se numa lógica oligárquica e endógena (seja esta familiar, seja partidária), “essa máquina de reprodução ampliada do *status quo*”

---

<sup>57</sup> Por exemplo: “Não é possível considerar inteiramente bom um sistema socioeconômico e político que gerou os resultados sociais, políticos e econômicos acumulados até agora pela Terceira República. É indiscutível que permitiu muito avanço. É inegável que contribuiu para consolidar enorme atraso. Não é possível considerar de qualidade uma democracia com esse padrão de desempenho. Não é possível dizer que a versão de 1988 do presidencialismo de coalizão vai bem só porque tem conseguido evitar o destino trágico do presidencialismo de coalizão de 1945, ou porque tem produzido mais decisões relevantes.” (Abranches, 2018, posição 7012)

encontra-se fechada à renovação de seus quadros e a pluralização da representação política (Abranches, 2018, posição 6977). Dessa forma, o sistema político responde menos aos cidadãos do que aos grupos de pressão organizados e aos financiadores de campanhas. Daí, a baixa qualidade e o alto custo dos serviços públicos e privados<sup>58</sup>, as más condições de vida, as desigualdades extremas. A convivência persistente com essas mazelas, no entender do autor, leva a *deslegitimação da democracia*<sup>59</sup> e, portanto, a suas persistentes e cada vez mais agravadas crises.

Em direção similar, Avritzer (2019) argumenta que o “mal-estar” político que se produziu a partir de 2013 está ligado a um movimento de alternância entre períodos de valorização e de desvalorização da democracia que ocorrem no Brasil desde a Segunda República. Assim, a crise atual é resultante de um conjunto de *impasses* do processo redemocratização (Avritzer, 2016). Em especial, a combinação do aumento dos custos do presidencialismo de coalizão com o paradoxo do combate a corrupção. Custos aqui se refere tanto aos recursos do Estado distribuídos pelo governo com a base aliada, quanto ao impacto disso junto à opinião pública e às instituições de controle (como o Ministério Público).

Para ele, a montagem de uma coalizão ampla foi mais custosa, nesses termos, para os governos Lula e Dilma do que o foi para FHC. Em primeiro lugar, porque havia maior convergência entre a base e o governo do último do que dos primeiros. Em segundo, no período FHC, os casos de corrupção e má gestão do governo foram mais assimiláveis pela base aliada e amplamente ignorados pelo MP e pela imprensa. Aliado a isso, observa-se o que Avritzer (2016) chamou de paradoxos *do combate a corrupção*: por um lado, houve aumento efetivo das investigações desse tipo de crime, devido a criação e fortalecimento dos órgãos de controle. Por outro, a instrumentalização política e midiática das investigações produziu a deslegitimação do sistema político e da representação como um todo, mas, em especial, dos governos petistas de então.

---

<sup>58</sup> Já que, na análise de Abranches (2018), as agências reguladoras acabam sendo reguladas por aqueles que deveriam regular.

<sup>59</sup> “Nós nos tornamos o país que aceita serviços públicos indigentes. Que se adapta à baixa qualidade e altos preços dos produtos e serviços privados. País que convive com padrões abaixo do aceitável na política e na poluição do ar, das águas e da terra. Que tolera a morte sequencial de jovens negros e as enormes distâncias sociais. São inúmeras as mazelas. Como dizer que nossa democracia vai bem? Ela tem virtualidades, resiliência e muitos problemas. É uma demanda de desempenho exigente. Mas a aceitação persistente de resultados aquém do satisfatório leva à deslegitimação da democracia.” (Abranches, 2018, posição 117)

Isso favoreceu a instauração de um novo momento de *regressão democrática*. Para Avritzer (2019), a história da democracia brasileira tem oscilado entre períodos democráticos e de regressão democrática desde a Segunda República. Esse *pêndulo da democracia* existe porque o sistema político admite a perpetuação de canais antidemocráticos ou contra democráticos que, de tempos em tempo, são mobilizados pelas elites para questionar os resultados das eleições e a soberania política. Produz-se, com isso, um período de contestação eleitoral injustificada e de diminuição do apoio à democracia por setores extensivos da sociedade. Outra dimensão do pêndulo é a precária estrutura de defesa de direitos que, ao invés de se ampararem em uma forte tradição constitucional, se baseia em um “arranjo intra-elites” que colapsa em períodos regressivos.

No fundo, o que está em jogo no debate sobre a crise e o sistema político brasileiro são distintas concepções de democracia. Oriundo da tradição da filosofia política “de esquerda” (marxismo, teoria crítica, anarquismo), Nobre (2013a, 2013b, 2020) está alinhado a uma teoria de democracia participativa e enraizada no cotidiano, onde a simples representação política não é democrática o suficiente. Democracia é mais que sistema político, mas “forma de vida” que organiza, no cotidiano, a convivência da diferença. Nesse sentido, ela deve contribuir para emancipação da humanidade. Assim, Nobre vê a democracia brasileira como insuficiente e incompleta, fechada à participação dos cidadãos, que se insurgem contra o sistema e, assim, criam possibilidade de transformação.

Limongi e Figueiredo (1998) são cientistas políticos alinhados ao institucionalismo. Suas referências teóricas e empíricas são aquilo que chamam de democracias reais. Ou seja, as democracias que existem de fato e seguem o modelo liberal ocidental. A teoria democrática aqui é a minimalista e procedimental, oriundas de Dahl e Schumpeter. Nesse sentido, a democracia do Brasil é igual a qualquer outra, é funcional e estável, pois permite que governos governem, que os partidos operem, cooperando ou se opondo aos governos, e que haja um equilíbrio relativo entre poderes constituídos. A crise, nessa ótica, não é produto das instituições, mas das (más) estratégias de atores políticos individuais que agem com base na persecução de seus próprios objetivos e interesses (Limongi, 2006).

Abranches (2018) e Avritzer (2016, 2019), de modo aproximado, avaliam a democracia em termos de seus resultados efetivos na melhora da vida da população. Na falta de um termo melhor, poderíamos dizer que compartilham uma ideia histórica-

redistributiva de democracia. Assim, não desprezam de modo algum o “bom funcionamento” das instituições, afinal este é uma condição *sine qua nom* para que a melhora na qualidade de vida seja alcançada. No entanto, argumentam que a democracia precisa dar respostas as demandas concretas da sociedade (trabalho, saúde, segurança, educação) para ser considerada legítima perante ela. Daí que fenômenos como a corrupção, o clientelismo, a baixa qualidade dos serviços públicos, falta de participação social têm um efeito direto e negativo na legitimidade do sistema político. Além do mais, reconhecem que a política brasileira emerge a partir de uma estrutura social acentuadamente desigual e que as formas históricas de dominação do país se reproduzem dentro e a partir do sistema político. Esse é, nessa ótica, o grande obstáculo a democracia no Brasil.

A despeito de suas divergências analíticas e interpretativas, o conjunto de trabalhos que analisam a crise brasileira<sup>60</sup> permitem sistematizar as linhas gerais do processo que Avritzer (2019) chamou de mal-estar na democracia. Em primeiro lugar, vê-se que se trata de um processo heterogêneo que não pode ser encerrado no âmbito “de dentro” do Estado (o sistema político) ou “de fora” dele (a sociedade civil). A crise está relacionada a um conjunto de fatores que se retroalimentam e se coproduzem. Dessa forma, do lado da sociedade civil há o fortalecimento da falta de confiança nas instituições, a deslegitimação da política democrática enquanto instância da resolução de conflitos, o crescimento do apoio a projetos autoritários e a radicalização da polarização política. Tudo isso, como apontado, relaciona-se à disseminação da insatisfação com caráter fechado do sistema político.

Do lado “de dentro”, em primeiro lugar, observa-se um aumento na conflitualidade tanto na relação entre os poderes quanto dentro do próprio sistema partidário. Isso produz um cenário de incerteza e de desestabilização da ação do Estado que fortalece os discursos “antissistema” presente nas ruas e vocalizados “de dentro” por atores. Há, ainda, um processo paralelo de aumento nas violações de direitos civis e políticos, desmonte de políticas sociais e de participação a partir do governo Temer. Por fim, o retorno dos militares à política, seja a partir da intervenção ambígua no funcionamento dos poderes, seja na participação ativas nos governos Temer e Bolsonaro.

---

<sup>60</sup> O qual essa discussão não esgota nem pretende esgotar.

Tudo isso, por fim, se relaciona com os dilemas políticos, sociais e institucionais da redemocratização no Brasil. O sistema político construído após o fim do regime militar, como a maioria dos trabalhos aqui analisados apontam, nasceu envolta em um “cordão de isolamento” entre o sistema político e a sociedade civil, entre representação política e participação social. Apesar das possibilidades de participação previstas na CF88 e no fortalecimento desses canais participativos nos governos petistas, esse hiato produziu a exclusão de setores largos, à esquerda e à direita do governo, do sistema político e, com isso, a perda de legitimidade desse sistema perante a sociedade. É o que vai culminar em uma crise social e política que atravessa a década de 2010.

## **2.2. Terra em transe: o processo político brasileiro das manifestações de junho de 2013 ao golpe de 2016**

A crise da democracia brasileira está conectada às ondas de manifestações que ocorreram no país entre 2013 e 2016. O que foi, inicialmente, um conjunto heterogêneo de reivindicações e grupos de contestação aos governos do PT (e ao governo Dilma, especificamente), tornou-se a base de uma série de projetos de disputas pelo Estado (Alonso, 2017; Avritzer, 2017; Silva, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019). Projetos que não “apareceram” em 2013, mas que já se articulavam muito antes disso e que também estão relacionados a movimentos globais. A partir dos ciclos de protestos e de um trabalho permanente de mobilização para além dos períodos contenciosos, esses “novos atores” foram se fortalecendo, se modificando e se aglutinando com vistas a impactar o sistema político (Alonso, 2019; Oliveira, 2020; Tatagiba, 2018).

Esse processo pode ser melhor entendido a luz das interrelações entre os ciclos de protestos de 2013, 2015 e 2016 bem como a partir das relações desses ciclos com as instituições políticas e judiciárias brasileiras. Afinal, “a crise é uma só, mas houve três ciclos de confronto” (Alonso, 2017, p. 51). Mais do que um protesto ou “luta” específica, esses eventos têm sido caracterizados pela literatura como um *ciclo de protestos*. Com isso, os trabalhos querem enfatizar que se trata de um processo de difusão da conflitualidade pelo corpo social que envolve um conjunto heterogêneo de atores e pautas (Alonso, 2017, 2019; Alonso e Mische, 2017; Avritzer,

2017; Bringel e Pleyers, 2016; Silva, 2018; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019). Como tentaremos mostrar adiante<sup>61</sup>, esses ciclos estão relacionados no nível dos atores envolvidos, agendas de reivindicação e repertórios de ação coletiva mobilizados. Além disso, são marcados por intensa articulação de atores institucionais (políticos, partidos, ministério público, tribunais) e extra institucionais (movimento sociais, grupos de interesse, associações patronais, sindicatos, igrejas).

O ciclo de 2013 é o primeiro e maior desses abalos sísmicos sociopolíticos. Iniciou-se no final do primeiro semestre de 2013, com manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus em algumas capitais brasileiras organizadas por grupos progressistas. Ganhou repercussão nacional, através das mídias sociais e tradicionais, depois de forte repressão ao ato de 13 de junho pela Polícia Militar na capital paulista. Daí, se massificou, colocando na rua uma “gente estranha” aos iniciadores dos protestos, vestida de verde e amarelo. Foi quando se deu a *apropriação conservadora do ciclo de 2013* (SILVA, 2017). Incontestavelmente heterogêneo em seus atores, pautas e estilos de protestar, pode ser chamado de *ciclo mosaico*<sup>62</sup>. No entanto, foi unânime no uso das novas mídias sociais como ferramentas de mobilização. Ele marca o “emparedamento” do governo Dilma nas ruas, entre setores progressistas e conservadores insatisfeitos com o governo e, de modo mais amplo, com o “legado controverso dos governos petistas” (Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019). Insatisfações muito divergentes, é claro.

Os primeiros se aglutinaram em torno de uma agenda de direitos e reformas sociais: reivindicavam mais participação social, contestavam a política de conciliação de classe promovida pelos governos petistas, questionavam as políticas urbanas promovidas por gestões petistas ou seus aliados em diversos níveis de administração. Adotavam o repertório autonomista<sup>63</sup>, típico da “onda global de indignação” que ocorriam em diversos países naqueles últimos anos: protestavam de preto, organizavam-se de forma horizontal, adotavam táticas de confronto direto (*black*

---

<sup>61</sup> A narrativa que segue baseia-se no conjunto de trabalhos acadêmicos supracitados, em fontes jornalísticas, mas também nas minhas próprias memórias de participante e observador que viveu, com intensidade, esses eventos. Quanto aos trabalhos, todos abordam, direta ou indiretamente, o tema. No plano geral dos acontecimentos e das interpretações, esses trabalhos convergem. Por isso, suprimirei as citações redundantes. No entanto, há discordâncias teóricas e conceituais entre eles. Há ainda contribuições pontuais de cada trabalho. Quando for o caso, isso será indicado por meio de citações e/ou notas de rodapé.

<sup>62</sup> As nomenclaturas dos ciclos de protestos de 2013, 2015 e 2016 são emprestadas de Alonso (2017)

<sup>63</sup> A caracterização dos estilos dos ativistas presentes nos ciclos e suas vinculações com repertórios internacionais vem de Alonso e Mische (2017) e Alonso (2017, 2019).

*block*), não tinham uma liderança para falar por eles. Com suas bandeiras e camisas vermelhas, a esquerda socialista tradicional também estava lá entre eles. Mas não se confundia e nem era predominante como fora nos protestos das décadas anteriores. Até tentaram por seus carros de som à frente das marchas, mas foram impedidos ou simplesmente abandonados<sup>64</sup>.

Os segundos aglutinavam-se em torno de um sentimento de antipetismo e de uma seletiva luta anticorrupção, alimentados pela mídia tradicional e pela atuação controversa do judiciário. Ainda difusos naquele momento inicial e confundindo-se com a crítica “a tudo que está aí”, a aliança conservadora começava a aglutinar agendas liberais (eficiência e diminuição do Estado), conservadores (pautas anti-liberação dos costumes) e autoritários (pró-ditadura militar). Protestavam com as cores da pátria, o verde e o amarelo. Remetiam aos ciclos de protestos da redemocratização nos quais se inspiravam, a campanha pelas Diretas Já em 1983 e o movimento dos caras pintadas em 1992. Mas ainda que tivessem suas raízes em movimentos nacionais, os patriotas adotavam um repertório compartilhado com diversos movimentos conservadores pelo mundo (Alonso, 2017). Para esses setores, a polissemia do “combate à corrupção” funcionou como um aglutinador de um conjunto de pautas políticas e morais (Alonso, 2023)

No primeiro semestre de 2015, outro terremoto tomou as ruas. Dessa vez, o protagonismo foi dos movimentos conservadores. A emergência desse *ciclo patriota* está relacionada às movimentações que esses atores empreenderam após 2013 e ao fortalecimento da agenda anticorrupção e antipetista daí resultante. Nessa direção, 2014 foi um ano de menos protestos, mas não, *sem* protesto: as agendas de 2013 continuavam nas ruas à esquerda e à direita. Mas, com alguns deslocamentos: o vermelho das organizações tradicionais de esquerda voltara a protagonizar as manifestações progressistas, com o estilo autonomistas indo para segundo plano. Enquanto o campo conservador ampliava suas fileiras de manifestantes patriotas (Alonso, 2017, 2018; Tatagiba, 2019; Tatagiba e Galvão, 2018). Assim, começou a se configurar uma disputa pelas ruas e pela sociedade entre esses dois polos. Em termos de repertórios, Alonso (2017) mostra a diluição e mesmo reversão das inovações dos protestos de 2013: a horizontalidade vai dando lugar a hierarquia. Antes anônimas, as vozes dos movimentos vão novamente se tornando as vozes de suas lideranças. O

---

<sup>64</sup> Como presenciei diversas vezes ao longo de minha participação nos protestos de 2013.

retorno dos carros de som nos protestos, quase que atropelando os jograis, é o maior símbolo disso. Permanece, claro, o papel das novas mídias digitais, não só como meios para fazer política, mas cada vez mais como espaços políticos em si.

Por outro lado, menos protestos não implica, necessariamente, menos mobilização. Especialmente durante anos eleitorais, como 2014, nos quais o confronto eleitoral põe em relação movimentos e sistema partidário de formas menos evidentes (Mcadam e Tarrow, 2011, p. 24). Nessa linha, Tatagiba (2018, p. 12) sustenta que as eleições de 2014 envolveram uma conexão entre atores da “nova direita” e da “velha direita” a favor de Aécio Neves (PSDB), mas principalmente contra Dilma Rousseff e seu partido. Para ela, não só o antipetismo<sup>65</sup> foi um elemento aglutinador e formativo das novas direitas enquanto coletividade. Mas, também desempenhou um papel fundamental nas mobilizações em torno do confronto eleitoral nesse ano. Já aí, Marina Silva surgia com o discurso da “nova política”, tentando equilibrar as agendas fiscalista, desenvolvimentista-redistributiva e ambiental. No entanto, no cenário de polarização desenhado desde então, os discursos “moderados” não tiveram muito apelo junto ao eleitorado. Resultado: o segundo turno das eleições de 2014 foram disputados por Aécio Neves e Dilma Rousseff, reeleita no 26 de outubro por uma margem muito estreita – 51,54% contra 48,36%. Na época, foi a mais acirrada eleição desde a redemocratização<sup>66</sup>.

Quatro dias depois, a campanha de Aécio acusou fraude nas eleições, dando entrada em um pedido de auditoria nas urnas junto ao *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE). Foi ecoada pelos movimentos de direita: – “Fomos roubados nas eleições”, diriam representantes desses movimentos dias após o pleito (Alonso, 2017, p. 54), como que enquadrando a suposta fraude das urnas enquanto mais um ato de corrupção, só que dessa vez eleitoral. Começa aí a deslegitimação do resultado eleitoral e o golpismo. Contribuiu a conduta do TSE, à época presidido pelo ministro Gilmar Mendes: foram acolhidos o pedido de auditoria das urnas e um outro relacionado às contas das campanhas de Dilma, apesar das frágeis evidências que

---

<sup>65</sup> “Como fenômeno sociopolítico, o que define o antipetismo não é apenas rejeição ao PT, mas o ódio ao PT, um sentimento com forte potencial mobilizador. Foi o ódio ao PT, performado nos confrontos públicos, que permitiu aos manifestantes, a maioria deles sem experiência prévia em protestos, construir-se como coletividades.” (TATAGIBA, 2018, p. 12)

<sup>66</sup> Sendo superada apenas pelas últimas eleições, em 2022, quando Lula venceu Bolsonaro por 50,9% contra 49,1%.

os embasavam. Foi o verniz de legitimidade institucional que deu o acabamento ao golpismo das ruas e alimentou teorias conspiracionistas “antissistema”<sup>67</sup>.

Ainda em 2014, puseram mais lenha na fogueira a conclusão do julgamento do mensalão e a deflagração da Operação Lava-Jato (OLJ). O primeiro trouxe à tona um velho fantasma do governo Lula e pôs na cadeia nomes importantes do partido da presidenta. A última começou a investigar um suposto esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina na Petrobrás, cujas conexões levariam às cúpulas dos governos petistas. Daí o termo “Petrolão”, que iria das estampar manchetes e editoriais de jornais de circulação nacional aos cartazes dos protestos “contra a corrupção do PT”. Juntas, sustentavam a tese da corrupção estrutural criada pelas administrações petistas ecoada pelas redes de direita.

De atuação bastante controversa e midiaticizada<sup>68</sup>, muitos dos atos da OLJ foram, anos depois, revertidos ou anulados em instâncias superiores do judiciário. Especialmente após o portal *The Intercept Brasil* ter publicado, em junho de 2019, uma série de conversas entre a promotoria e o juiz titular da OLJ em um aplicativo de mensagens (*Telegram*) – episódio que ficou conhecido como *Vaza-Jato*. Obtidas por um hacker, as conversas mostram as articulações entre o procurador-chefe da OLJ, Deltan Dellagnol, outros procuradores, e o juiz Sérgio Moro para direcionar as investigações e atingir figuras importantes do PT, como o ex-presidente Lula. A *Vaza-jato* expôs a parcialidade da operação e o cerceamento do direito de defesa dos réus. No entanto, no contexto de 2014-2016, a OLJ serviu para projetar politicamente seus membros (o ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador pelo União Brasil-PR e ex-ministro de justiça e segurança pública de Bolsonaro; e o procurador Deltan Dellagnol, hoje deputado federal pelo Podemos-PR). Mais importante que isso, ela fortaleceu ainda mais os laços do sentimento antipetista e da agenda anticorrupção, contribuindo tanto para a reconfiguração do sistema político (Oliveira, 2020) como para fortalecer uma coalizão das novas direitas (conservadoras, liberais e autoritárias) em torno de um

---

<sup>67</sup> Anos depois, e ainda hoje, é possível ver referência a esse pedido de auditoria do PSDB para sustentar a tese de que as urnas não são confiáveis.

<sup>68</sup> A propósito, João Santana, ex-marqueteiro do PT, declarou que “A Lava Jato foi o melhor esquema de marketing político já montado no Brasil” (*Roda Viva*, 26/10/2020). Evidentemente, a fala é interessada. João Santana foi preso pela OLJ e, posteriormente, tornou-se um de seus delatores premiados. No entanto, não deixa de ser significativo que o homem considerado um “mago da comunicação política”, vitorioso em eleições presidenciais na América Latina e África, reconheça os dons comunicativos de uma operação judicial. O corte está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9Dzfx2X9Xkg>

projeto político antiesquerdista (Alonso, 2017, 2019; Avritzer, 2016, 2019; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019).

Mas lá no começo de 2015, isso ainda era um processo em movimento. E, em fevereiro daquele, ano mais um movimento institucional colocava a corrupção nos holofotes: a CPI da Petrobrás, instaurada por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), então presidente da Câmara dos Deputados. Diversos nomes ligados ao governo foram chamados para depor e figuraram nos principais jornais do país<sup>69</sup>. Tudo junto, foi faísca em barril de pólvora:

Em 15 de março, o setor patriota protestou em todas as capitais. Na Paulista, multidão de verde e amarelo saudou a Polícia Militar que, lisonjeada, contabilizou 1 milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210 mil. O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB. Juntos, os grupos do setor patriota se juntaram na Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Em 20 de agosto, protestos em todos os estados clamaram contra Dilma e a corrupção, com 135 mil aderentes em São Paulo. A reação do setor socialista, quatro dias depois, foi muito menor: 37 mil participantes. A popularidade da presidente bateu no chão: 71% a reprovavam. A crise seguiu sem clemência rumo ao poço sem fundo até outubro, quando Cunha acolheu pedido de impeachment protocolado por Hélio Bicudo e Janaína Paschoal. (ALONSO, 2017, p. 54-55)

O *ciclo do impeachment*, em 2016, foi o sismo que, literal e simbolicamente, cindiu de vez as ruas e a sociedade. Sua mais eloquente imagem é a da praça dos três poderes, em Brasília, dividida com grandes de ferro separando manifestantes a favor e contra o Impeachment, enquanto a Câmara dos Deputados votava a admissibilidade do processo de impedimento contra Dilma Rousseff. Antes disso, desde dezembro de 2015, duas campanhas passaram se enfrentar nas ruas brasileiras, o #foradilma e o #nãovaitergolpe.

Os atos do #foradilma reuniam os que reivindicavam o afastamento de Dilma Rousseff da presidência. Dominado pelo campo conservador, esses protestos foram encabeçados por movimentos da nova direita, como o *Movimento Brasil Livre* (MBL), o *Vem pra Rua* e o *Revoltados Online*. O apoio logístico e financeiro veio de organizações patronais empresariais, como a FIESP, que bancaram de carros de som à bonecos infláveis gigantes. Contavam também com a simpatia das policiais

---

<sup>69</sup> Durante meses, um duto de petróleo do qual jorrava notas de reais ilustrava o principal telejornal do país quando o assunto era o Petrolão, o *Jornal Nacional* de *Rede Globo*. Anos depois, Bolsonaro iria utilizar essa imagem para defender-se das acusações de corrupção: “Cadê o duto?”, perguntava, como se a inexistência, na TV, de um “duto” de propina associado ao seu governo fosse prova de sua honestidade.

militares, que entre selfies e afagos dos manifestantes, contribuíam para consagrar a ideia de que se travava de manifestações pacíficas.

Já em dezembro de 2015, esses grupos começaram a intensificar suas manifestações com foco no Impeachment da presidenta. Aproveitavam as oportunidades criadas pela repercussão das operações judiciais, especialmente a OLJ, que miravam importantes quadros do PT e do governo. Durante 2014 e, sobretudo, 2015, diversos nomes importantes ligados ao partido foram alvo de operações judiciais. Denúncias, inquéritos, conduções coercitivas e prisões. Em 25 de novembro, o STF prendeu o líder do governo no Congresso e no Senado, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), por tentar obstruir as investigações da Lava-Jato. Tudo isso veiculado dia e noite nos principais noticiários do país e compartilhado milhares de vezes nas mídias sociais das redes conservadoras.

Além disso, contribuiu o crescente isolamento do governo no Congresso, que não passou despercebido desses atores<sup>70</sup>. É importante lembrar que, ao longo de 2015, o governo Dilma sofreu uma série de revezes junto ao Congresso. Já em fevereiro, Dilma viu sua base aliada se dividir em torno das eleições da mesa diretora da Câmara. O PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer e segunda maior bancada daquela legislatura<sup>71</sup>, indicou o nome do seu líder na Câmara, Eduardo Cunha. Dilma preferiu apoiar o petista Arlindo Chinaglia. Com 267 votos, Cunha venceu, em primeiro turno, articulando o apoio do “Centrão”. O conflito entre a presidência e a Câmara só iria piorar ao longo do ano, especialmente após Dilma afastar ministros ligados a Cunha envolvidos em casos de corrupção. O ápice chegou em 2 de dezembro: a bancada do PT apoiou a abertura de uma investigação contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. A retaliação não tardou: horas depois, Cunha autorizou a abertura de um processo de impeachment. Três dias depois, o vice-presidente Michel Temer enviou a famigerada carta a Dilma na qual se queixava da falta de confiança por parte da presidenta e da exclusão do PMDB do governo, além de apresentar críticas à condução política e econômica do país. A cama de gato estava armada para Dilma, que terminou 2015 sob ataques dentro e fora das instituições.

---

<sup>70</sup> É emblemática a foto que circulou da entrega de um dos pedidos de *Impeachment* a Eduardo Cunha. Pousavam, sorridentes, nomes dos movimentos conservadores de “dentro” das instituições (Jair e Eduardo Bolsonaro) e de “fora” delas, como Kim Katagiri (MBL).

<sup>71</sup> A maior bancada era a do PT, com 69 deputados. O PMDB possuía 66 assentos na ocasião.

Sua defesa viria sob a divisa #nãovaitergolpe. Reunia os movimentos progressistas, que vinham acudir a presidenta e, mais que isso, defender o respeito ao resultado das urnas. Foi protagonizada pelo estilo socialista, dividido em duas coalizões: a *Frente Povo Sem Medo* e a *Frente Brasil Popular*<sup>72</sup>. Mas outros movimentos progressistas também se faziam presentes, inclusive como membros dessas coalizões: coletivos autonomistas, movimentos feministas e LGBTQIA+ pintavam tons pretos, roxos e arco-íris no fundo vermelho das organizações populares. É bem verdade que a reação progressista chegou um tanto “atrasada” e, inicialmente, em menor intensidade (Alonso, 2017). Enquanto os movimentos do campo conservador foram se tornando cada vez mais articulado e coesos desde 2013, o campo progressista teve dificuldades para botar o bloco na rua e defender o governo.

Em primeiro lugar, porque era preciso “fazer as pazes” com Dilma, que vinha governando com lençóis curtos desde o ciclo de 2013. Em meio a tantos interesses para conciliar<sup>73</sup>, sempre que a presidenta cobria a cabeça, restavam os pés do lado de fora. Dentre esses muitos conflitos, destaca-se a guinada liberal de seu segundo governo, já a partir do primeiro dia com a troca do Ministro da Fazenda. Guido Mantega, desenvolvimentista e quadro histórico do PT, deixou a pasta na qual estava desde março de 2006, no final do primeiro governo Lula. Em seu lugar, Joaquim Lévy, de tendencia liberal, saído da diretoria de um dos maiores bancos do país, o Bradesco. A troca ocorrera como reação a recessão econômica e as fortes pressões dos agentes do mercado e da grande mídia. Lévy fora escolhido por ser bem-visto pela elite econômica. E, como já indicou em seu discurso de posse, atuou comprometido com a agenda do ajuste fiscal. Acontece que Dilma pautou sua campanha de reeleição por uma agenda de direitos e redistribuição de renda. Prometeu “mais mudanças, mais futuro”. Entregou o velho receituário da austeridade fiscal defendido por Aécio Neves nas eleições de 2014 e contra qual os eleitores petistas votaram. Dos movimentos sociais a setores dentro do PT, instaurou-se um mal-estar com governo reeleito. Falou-se até em estelionato eleitoral.

---

<sup>72</sup> Conforme Alonso (2017, p. 55), a Frente Povo sem Medo era composta de “cerca de trinta sindicatos e movimentos, de quinze estados”, encabeçados por CUT e MTST. Já a Frente Brasil Popular congregava “mais de setenta membros, entre movimentos, pequenos partidos de esquerda e setores de outros partidos”.

<sup>73</sup> Do seu próprio partido, dos partidos da base aliada, dos movimentos sociais, dos agentes do mercado.

As próprias circunstâncias históricas, no entanto, trouxeram os panos quentes para aplacar o imbróglio. Porque o campo progressista, fragmentado devido aos legados contraditórios dos governos petistas (Tatagiba e Galvão, 2019), percebeu que o ataque ao governo Dilma, vindo dos conservadores, era o avatar de uma ofensiva mais ampla contra a legitimidade política e eleitoral de qualquer projeto político baseado na promoção da igualdade e na redistribuição dos recursos sociais. O socorro à Dilma foi enquadrado como defesa da democracia e da agenda de direitos. Isso permitiu a rearticulação e mobilização dos movimentos progressistas para a reação. A criação da *Frente Brasil Popular*, em setembro de 2015, e da *Frente povo sem medo*, no mês seguinte, materializam esse processo, como se pode depreender de suas cartas-manifestos de fundação.

Os revezes judiciais sofridos pelo PT foram um catalizador desse processo. Se para o campo conservador, as operações judiciais foram a gasolina para incendiar a militância. Para os progressistas, elas foram o curativo para reatar os velhos laços de solidariedade, principalmente na medida em que se percebia que havia “algo de podre na República de Curitiba”. Isto é, entre os atores progressistas se consolidava o sentimento/avaliação de que a OLJ tinha motivação política contra o PT. Esse sentimento ficou mais forte quando a Lava-Jato bateu às portas do ex-presidente Lula, principal líder da esquerda no país. Em 4 março de 2016, Sérgio Moro determinou busca e apreensão nos imóveis de Lula bem como sua condução coercitiva para depor. No entanto, o “paciente” nunca havia sido intimado a depor. Portanto, não havia se quer tido a chance de resistir ao depoimento, o que justificaria a medida. Com isso, foi se tornando evidente, para os apoiadores de Lula, que não estava em jogo o justo processo legal, mas a produção de um fato político com a condução coercitiva de um ex-presidente. Semanas depois, 18 de março, o ministro do STF, Gilmar Mendes, suspendeu a nomeação de Lula como ministro-chefe da Casa-Civil após a OLJ vazar uma conversa, obtida ilegalmente, entre Lula e Dilma<sup>74</sup>. A reação veio no mesmo dia: atos foram convocados pelas organizações sindicais e populares em todo país e até Lula foi para a Paulista gritar “Não vai ter golpe!”.

Todavia, houve golpe. Em 17 de abril, a Câmara foi favorável a admissibilidade do processo, por 367 votos a favor e 137 contrário. O processo seguiu para o Senado,

---

<sup>74</sup> Com base nesta conversa, alegou-se que a nomeação de Lula era um artifício para este obter foro privilegiado e seguir impune.

onde foi aceito pelo plenário da casa na manhã do dia 12 de abril, após mais de 20 horas de discussão. 55 senadores foram favoráveis, 22, contra. A presidenta foi afastada por 180 dias, Michel Temer assumiu a presidência interinamente. Quase quatro meses depois, Dilma seria afastada definitivamente da Presidência da República com o voto de 60 senadores. O #foradilma vencera. “Tchau, querida!”, ironizavam apoiadores do impeachment no congresso, nos movimentos e nas mídias sociais, em referência a saudação de despedida de Lula para Dilma nas ligações vazadas pela Lava-Jato. Sentindo-se empoderados e convencidos de que realizariam uma “faxina ética” na política, seus articuladores bradavam: “primeiro a gente tira a Dilma, depois a gente tira o resto!”. Faltou combinar com os russos.

Os meses que seguiram àquele 31 de agosto de 2016 foram de frustração generalizada para os setores progressistas e conservadores. Sem o PT no governo, os escândalos de corrupção continuavam, dessa vez chegando inequivocamente no presidente Temer<sup>75</sup>. Afinal, ficou evidente que o impeachment de Dilma Rousseff resultara bastante insatisfatório para quem queria “moralizar a política”. O poder político do país agora estava nas mãos dos grupos políticos que encarnavam todas as queixas das ruas desde 2013, o “centrão”. O #foradilma não teria força para “tirar o resto”, enfraquecido sem o antipetismo para unir os movimentos conservadores contra Temer. Até tentaram, mas o resultado foi aquém das mobilizações contra Dilma. Foi o campo progressista quem gritou com mais força #foratemer. Permaneceram mobilizados contra o presidente que consideravam ilegítimo e sua agenda de austeridade. Todavia, o *establishment* político blindava-se e, se rearticulando, agora, fazia novamente ouvidos moucos para as ruas.

Na perspectiva dos atores que se mobilizaram entre 2013 e 2016, o período que vai do final de 2016, após o impeachment, até 2018 é compreendido por dois horizontes temporais. O primeiro se referia ao presente e ao passado: trava-se da insatisfação com o resultado do impeachment que significava a derrota para o campo progressista e, no máximo, uma vitória parcial para as “novas direitas”. O segundo vincula-se ao futuro, com a proximidade das eleições, que passa a ser o foco das mobilizações e de uma reorientação de esforços em tornos de projetos eleitorais. É como se, após perceber os limites de se tentar mudar o sistema político “de fora”,

---

<sup>75</sup> Refiro-me à delação do empresário Joesley Batista, da JBS, que rendera a Temer processos por recebimento de propina, obstrução de justiça e constituição de organização criminosa.

tivesse ficado claro que era preciso mudá-lo também por dentro. Assim, com maior ou menor sucesso, atores políticos diversos passaram a disputar esse contexto tendo em vista a implementação de uma agenda política de mudanças que inclui, dentre outras estratégias, a alocação de suas lideranças no sistema político de representação (Alonso, 2017, 2019; Oliveira, 2020).

É nesse contexto que são gestados os MRP. De fato, como aponta Alonso (2017, p. 57), os ciclos de protestos brasileiros não deram origem a partidos-movimentos como seus congêneres europeus da mesma década. Por aqui, não surgiu um *Podemos*, como na Espanha, ou um *5 Stelle*, como na Itália. Todavia, isso não quer dizer, como propõe a autora, que “a vinculação entre mobilização e sistema político foi tênue ao longo dos ciclos.” Por diferentes vias, as ruas se conectaram as instituições, sem que isso passasse necessariamente por fundar um partido. Afinal, é preciso ter em mente o alto custo de se criar um partido no Brasil, que só aumentaram os as reformas políticas de 2017. Aliada a isso, o desgaste da imagem dessas organizações frente a população observado nos anos anteriores, a legislação eleitoral que favorece os partidos consolidados, o senso de oportunidade que requeria urgência e flexibilidade, tudo isso levou a criação de “atalhos”. Um deles consistiu em uma solução paradoxal: a criação de organizações que, questionando o monopólio da representação política pelos partidos, permitissem também a conexão com agremiações abertas ao diálogo – os movimentos de renovação política.

### **2.3 A construção da crise como um problema público e a emergência dos MRP enquanto campo de mobilização**

O período entre as eleições de 2014 e 2018 marcam a emergência da renovação política enquanto um campo de mobilização formado por conjunto de organizações da sociedade civil cujo foco é a política eleitoral e institucional. O quadro 1, abaixo, mostra que a fundação desse tipo de agremiação se concentra nos os anos de 2016 e 2017: 12 das 19 mapeadas. De composição deveras heterogênea em termos de tipos de atores, esse campo associativo reúne movimentos sociais, redes empresariais, organizações do terceiro setor, *think tanks* e mesmo partidos políticos. Também as ideologias não são uniformes: liberais, progressistas, conservadores, ambientalistas.

**Quadro 1 – Organizações suprapartidárias de apoio a candidaturas (2008-2022)**

<b>Fundação</b>	<b>Nome</b>
<b>2008</b>	<i>Centro de Liderança Pública (CLP)</i>
<b>2011</b>	<i>Brasil 21</i>
<b>2012</b>	<i>Rede de ação política pela sustentabilidade (RAPS)</i>
<b>2013</b>	<i>Núcleo de Jovens Políticos</i>
<b>2016</b>	<i>Agora!</i>
	<i>Livres</i>
	<i>Bancada Ativista</i>
	<i>Frente pela Renovação</i>
	<i>Quero prévias 2018</i>
	<i>Muitas</i>
<b>2017</b>	<i>Renove – Rede de Novos Vereadores</i>
	<i>Frente Favela Brasil</i>
	<i>Renova BR</i>
	<i>Acredito!</i>
<b>2018</b>	<i>Ocupa a política</i>
	<i>Nós</i>
<b>2019</b>	<i>Vote Nelas</i>
<b>2021</b>	<i>Vamos juntas!</i>
<b>2022</b>	<i>Projeto 200+</i>

*Fonte: elaboração própria.*

A “cola” desse caleidoscópio organizacional é o diagnóstico de uma situação problemática e a prescrição de sua solução (Cefai, 2016). O primeiro consiste na construção da crise da representação política brasileira enquanto um *problema público*, isto é, como algo a ser resolvido pela ação coletiva. A segunda constitui a elaboração e execução de um programa comum de ação e intervenção a respeito desse problema. No caso do MRP, trata-se da substituição dos quadros da representação política por nomes mais adequados, conforme os parâmetros elaborados por esses mesmos grupos. A construção de um problema público, conforme Cefai, não significa inventá-lo. Mas se refere ao processo de estabelecer algo como prejudicial ou danoso a uma coletividade e de publicizá-lo em diferentes arenas, fazendo com que o problema demarcado passe a concernir a um conjunto amplo de atores, a um *público*. Isso se dá a partir de um processo conjunto de investigação que visa definir o problema, criar os meios de mensurá-lo, de estabelecer causas, de medir seus efeitos, mas também de atribuir responsabilidades, inventar soluções e, sobretudo, *demarcar um domínio de atuação e intervenção*. Não é por

outro motivo que vamos encontrar nos discursos dos agentes da “nova política”, como se verá adiante, diagnósticos da falência técnica e moral do Estado brasileiro que identificam nessa crise e em suas causas os males a serem combatidos.

Como é usual em um processo como esse, o sentido do problema não é, de modo algum, consensual entre os atores, nem estabelecido *a priori*. Ao contrário, é objeto de disputas tanto em torno de sua definição e no estabelecimento de suas causas quanto no que se refere ao “remédio” a ser utilizado no seu tratamento, como bem aponta a literatura (Moura, 2019; Silva, 2023): para uns, trata-se de uma qualificação técnica (uma “política baseada em evidências”) e/ou ética (“a ética na política”); para outros, da representatividade de minorias sociais. Não raro, uma mistura desses critérios. O que importa, todavia, é que essas disputas se dão a partir dos dois pressupostos compartilhados já mencionados: a ideia de que há algo errado com a política institucional brasileira e que o caminho para sua correção é a substituição da elite política brasileira atual por uma mais legítima, com mais enraizamento na sociedade civil. Críticos do caráter oligárquico dos partidos brasileiros, notabilizaram-se defendendo a necessidade de renovar a política brasileira através da eleição de “cidadãos comuns”, que não estivessem vinculados com o “corrompido” sistema político brasileiro, da “velha política” patrimonialista, sob o pretexto de “melhorar a democracia do país”.

Esse processo se exemplifica em uma narrativa da deputada Tábata Amaral (PSB-SP) quanto a criação do movimento Acredito. O grupo foi fundado em 2017 a partir da reunião de um grupo de colegas de universidade e de ativismo em organizações pela defesa da educação, como o *Todos pela Educação*. Em 2018, o Acredito elegeu um senador, dois deputados federais e um deputado estadual, todos vinculados também ao RenovaBR e à RAPS. Em sua história, trecho de uma entrevista concedida a um podcast famoso, Amaral remete ao contexto da conjuntura crítica pós-2013, destacando o cenário de instabilidade e de desconfiança na política que o país atravessava então bem como as barreiras encontradas em relação aos partidos. Quanto a essas últimas, ela relata que os MRP tiveram um papel importante em sua superação, funcionando como um recurso frente aos dirigentes partidários. O relato mostra, ainda, como Amaral e seus colegas partilhavam da mesma sensação de insatisfação com os rumos da política nacional. Por isso, decidiram se mobilizar:

O Brasil tava (sic) naquela turbulência que a gente viu, né, que começou lá em 2013. Eu acho que era todo mundo revoltado com o que tava acontecendo

na política, mas com diferentes respostas e muita gente sem nem resposta, só querendo destruir o que tava lá. E aí eu comecei a encontrar muita gente que tinha tipo essa angústia dentro, tipo esse bichinho. Era uma galera que era da pauta ambiental, da pauta contra corrupção... Só que não era da política, assim, não era filiada a nenhum partido, não era filho de ninguém importante etc. Eu tinha vários amigos (...) e a gente falou “cara, bora fundar um movimento?!” Eu já tinha dois projetos na área da educação... Para juntar gente que é “comum”, assim entre aspas, que os partidos não conhecem, mas que querem ter uma atuação política. A gente se juntou em 2017, fundou o movimento Acredito, (...) [que] é uma turma que tem ideias em comum que foi se filiando a partidos que estavam ali entre a centro esquerda e o centro mas *que só conseguiram chegar e falar com o cara do partido porque era um movimento com milhares de voluntários. Se não, ninguém tinha olhado na nossa cara (...)*. (FLOWPODCAST, 2021, grifos nossos)

Esse relato exemplifica três processos típicos que nos ajudam a entender a construção da renovação como causa e de seu estabelecimento enquanto forma de mobilização. O primeiro deles é o compartilhamento de um sentimento comum, relatado de forma indefinível a princípio, uma perturbação ou um distúrbio (Cefai, 2016): “uma angústia dentro”, um “bichinho” que incomodava. Afinal, “era todo mundo revoltado com o que tava (sic) acontecendo na política”. Enfatizo que esse distúrbio foi vivenciado não de forma individual, mas coletiva. Como aponta Cefai, o compartilhamento de uma sensação de que algo afeta negativamente suas vidas é a condição suficiente para o início de um processo de investigação e definição de um problema público e de suas soluções.

É preciso então dar nome ao problema, definir suas causas, elaborar soluções, imputar responsabilidades, formular soluções e buscar os meios de implementá-las ou de fazê-las serem levadas a cabo pelas instâncias competentes. É isso que significa “fundar um movimento” nesse contexto. Não é diferente o processo narrado por Eduardo Mufarej no livro onde conta a história de como fundou o RenovaBR (Mufarej, 2021): das conversas que teve com possíveis apoiadores, onde se compartilhava preocupações e se criava possíveis soluções, às ações efetivas para mobilizar pessoas em prol da renovação. Ainda que o livro seja uma narrativa um tanto heroicizada centrada no fundador do Renova, ele nos mostra como um grupo de empresários social e politicamente engajados (por meio da filantropia, associações empresariais, partidos) começaram a se articular em torno do projeto de “renovar a política no Brasil”.

O resultado dessas iniciativas é a emergência da nova política enquanto um campo de mobilização relativamente autônomo de outros espaços de engajamento a partir de 2016 (Quadro 01). Ainda que, sem dúvidas, existam interfaces com outros

espaços de engajamento político ou social, como ativismo empresarial e do terceiro setor, movimentos sociais (conservadores, liberais e progressistas), partidos políticos minoritários. Afinal, a renovação política passou a concernir a uma série de atores que possuíam uma atuação marginal na política institucional ou que, até então, atuavam em paralelo a esta. O pós-impeachment de Dilma Rousseff consolida as oportunidades políticas necessárias para a emergência dos movimentos de renovação. É nessa conjuntura quando o sistema político brasileiro e, especialmente, os partidos políticos “tradicionais”, atingem o ápice do seu desgaste junto a sociedade,

Segundo o IPEC (2023), é entre 2016 e 2018 que os partidos políticos e o Congresso Nacional atingem o mais baixo escore na série histórica do Índice de Confiança Social. Tentando driblar essa rejeição, muitos partidos, inclusive, mudaram seus nomes, o chamado *rebranding*, suprimindo o termo “partido” de suas denominações, numa busca de soarem mais orgânicos com a sociedade civil, fenômeno que foi caracterizado por alguns pesquisadores como uma tentativa de “camuflagem eleitoral” (Régis et al., 2018). Como observam Martins jr e Schmitz (2023, p. 36),

(...) desde 2013, diversas agremiações partidárias excluíram a palavra “partido” de suas siglas. Vários exemplos podem ser observados: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) voltou a ser Movimento Democrático Brasileiro (MDB) [2018], o Partido Popular Socialista (PPS) passou a se chamar Cidadania [2019], o Partido Republicano Brasileiro (PRB) virou Republicanos [2019], o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) virou Avante [2017], o Partido Trabalhista Nacional (PTN) passou a ser Podemos [2017], o Partido Ecológico Nacional (PEN) mudou para Patriota; o Partido Progressista (PP) agora é chamado Progressistas [2018] e o Partido da Social Democrata Cristão (PSC) virou Democracia Cristã [2018]. As novas legendas criadas no mesmo período operam sob a mesma lógica: Solidariedade (2013), Novo (2015) e Rede Sustentabilidade (2015).

Isso mostra como a crise do presidencialismo de coalizão e a erosão da confiança nas instituições representativas criaram um vácuo de credibilidade política a partir dos quais os MRP começaram a atuar. Vê-se, assim, como a conjuntura crítica inaugurada pelos protestos de 2013 adiciona outra camada da qual se apropriam os MRP ao disseminar um imaginário de enfrentamento entre Estado e sociedade civil, conferindo a esta última uma maior legitimidade política.

Nesse contexto, o processo de emergência dos MRP não passou despercebido dos observadores da política no Brasil. A imprensa, sobretudo os grandes jornais, noticiaram amplamente a criação e atuação desses grupos. Apenas na Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, cerca de 300 matérias tiveram como tema

os MRP. A grande mídia não só noticiou, como conferiu amplo espaço para que eles disseminassem suas ideias, seja através de colunas de opinião, sejam por meio de entrevistas e manifestos: Eduardo Mufarej, do RenovaBR, certamente é quem mais aparece nos jornais, mas há significativa participação de lideranças do Acredito, da RAPS e do Agora! Por outro lado, muitos colunistas também passaram a acompanhar a evolução dessas iniciativas e a identificá-las com os anseios dos cidadãos. E muitos casos, favia, nessa cobertura jornalística um quê de entusiasmo.

Além disso, a própria metamorfose semântica que o termo “renovação política” apresenta nas páginas dos jornais é grande indício da emergência desse campo de mobilização. É notável como até 2016, na Folha de São Paulo, a expressão renovação política refere-se apenas ao fenômeno eleitoral de mudança do perfil dos dirigentes políticos (a troca de um presidente, a vitória de um partido oposicionista, a transformação das características sociográficas do congresso etc.) Servia apenas para constatar uma efeméride política. A partir de 2017, o termo começa a designar um coletivo de organizações e vai aparecer quase sempre em expressões como “grupos de renovação”, “movimentos de renovação”, “causa da renovação” e correlatos. Isso ocorre em paralelo com o espaço dedicado a falar e debater sobre o assunto: das 279 matérias mapeadas no site da *Folha de São Paulo* entre 2012 e 2018 que mencionam o termo “renovação política”, apenas 37 são publicadas até 2016. As 242 restantes são de 2017 e 2018.

Observa-se, através da cobertura jornalística, uma fluidez das fronteiras desse campo de mobilização, que já de início traz desafios para sua caracterização. Tanto por conta das diversas interfaces dessas organizações com outros espaços de engajamento, quanto pela aproximação estratégica que partidos operaram, naquele contexto, com os atores da nova política. Assim, não é a raro que a imprensa denomine como grupo de renovação qualquer organização da sociedade civil que então estivesse engajada na dinâmica eleitoral. Uma matéria d’*O Globo* (25/03/2018) lista dez dessas organizações, parte das quais vinculadas a outras causas que não exatamente a renovação, como o MBL.

Isso também se observa na própria literatura acadêmica, que já em 2018 passou a se debruçar sobre o fenômeno. Não se encontra aqui uma definição unívoca da renovação política, como debatido no Capítulo 01. Indício um tanto eloquente disso é a variedade de nomenclaturas mobilizadas pelos pesquisadores para se referir a esse universo de organizações. Recorre-se a uma combinação de conceitos diversos

e genéricos que designam uma forma (como “movimento”, “grupo”, “iniciativa”) e alguma característica especificativa (“de renovação”, “suprapartidários”, “novos”). Assim, Moahallen (2018) evoca, em sua análise, os “novos movimentos suprapartidários” ou “movimentos políticos de renovação”. Moura (2019, p. 13) fala de “Movimentos de Renovação Política (MRP)” que recebem esse nome devido a “identidade que criaram em torno da narrativa de renovação política, sobretudo, da representação eleitoral e pela mobilização de estratégias e táticas para incidir na representação política.” Gatto (2021, p. 142) utiliza o termo “iniciativa de apoio à candidatos/as” para falar de grupos que possuem dois traços centrais “1) seus esforços estão voltados para promover a “renovação política”, apoiando candidatos as que, ou concorrem pela primeira vez ou foram malsucedidos/as em tentativas anteriores; e 2) a ênfase em estar fora dos partidos políticos e deles manter distância.”

A despeito dessas divergências terminológicas, é possível observar que a renovação política vai se consolidando como uma modalidade relativamente autônoma de mobilização. Como já discutido, os MRP não apenas compartilham objetivos (como a inserção institucional) e práticas (como o apoio a candidaturas), mas também compartilham uma leitura convergente da conjuntura política, isto é, um diagnóstico comum acerca da crise de representação no Brasil. Esse diagnóstico, contudo, antecede os MRP. Ele emerge como resultado de uma *abertura semântica* (Silva, 2023) desencadeada pela conjuntura crítica do pós-2013, que fornece os elementos para a construção discursiva em torno da ideia de renovação.

Nessa ótica, o debate acerca da crise do sistema político brasileiro começa a aparecer em diversas arenas públicas da sociedade brasileira a partir do ciclo de protestos de junho de 2013. Ele ganha força interpretativa nas disputas em torno do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Na academia, livros e artigos sobre a crise foram publicados (Avritzer, 2017, 2019; Nobre, 2020, 2022; Singer, 2018), bem como eventos foram organizados. Nas mídias tradicionais, colunistas de opinião, analistas políticos, editorialistas, professores universitários, pesquisadores e toda sorte de intelectual público e formador de opinião debatiam a existência ou não de uma crise da democracia no Brasil, suas causas, consequências e, evidentemente, seus possíveis remédios ou soluções. Tudo isso dialogava com um debate mundial sobre a falência da representação política das democracias liberais, como fica evidenciado na quantidade de obras traduzidas e vendidas no Brasil sobre essa temática (Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Mounk, 2021; Przeworski, 2020). As

novas mídias, por fim, não ficaram imunes ao debate, tendo contribuído seja com a repercussão sejam com a criação de conteúdo sobre o tópico a partir da atuação de influencers, movimentos sociais, lideranças, organizações políticas, centrais sindicais, dentre outros. Em suma, a crise entrou na agenda da sociedade civil brasileira.

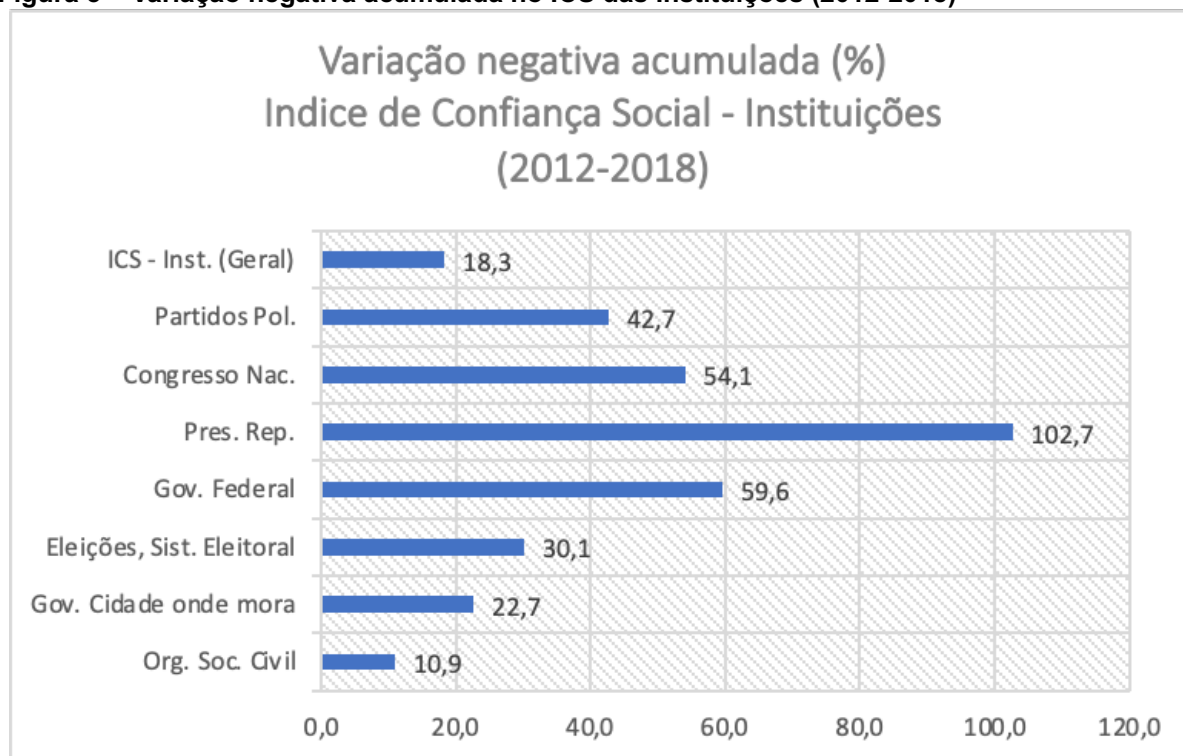
O surgimento desse debate, evidentemente, não ocorre “do nada”, mas relaciona-se a processos mais amplos que ocorriam simultaneamente no Brasil de então: as inovações do protesto de classe média (Avritzer, 2017a), a reconfiguração do campo da direita e os contínuos ciclos de protestos que ocorreram nos país (Alonso, 2017, 2019; Santos, AF 2020; Silva, 2018; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019), o fortalecimento da luta anticorrupção (Oliveira, 2020, 2021; Petrarca e Filgueiras, 2024), os impasses do presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018; Avritzer, 2016, 2019; Nobre, 2013, 2022). Como apontam esses trabalhos, as tectônicas que organizavam a cena política brasileira na nova república moviam-se em busca de uma outra acomodação.

O que impactou de forma negativa a confiança da sociedade brasileira em suas instituições políticas, especialmente aquelas vinculadas a representação, como indiciam as oscilações no Índice de Confiança Social do IPEC no período (IPEC, 2023). A média da confiança da sociedade em relação as instituições entre 2009 e 2023 é de 57 pontos. Contudo, no período de 2013 a 2018, essa média cai para 47 pontos. Queda que não se observa nos períodos anterior e posterior. Já no período anterior, entre 2009 e 2012, ela foi de 56 e no posterior, de 2019 a 2023, de 57 (Cf. Figura 02, p. 81).

Um exame do desempenho das instituições individualmente (IPEC, 2023, p. 6), mostra que a erosão da confiança social é puxada sobretudo pelas instituições políticas. O grupo inclui governo municipal, sistema eleitoral, governo federal, presidência da república, congresso nacional e partidos políticos. A média da confiança nesse grupo no período de 2013 a 2018 é de 30 pontos. O gráfico abaixo (Figura 03) mostra isso de forma mais drástica. Ele apresenta a variação negativa no ICS das instituições políticas e das organizações da sociedade civil no período entre 2012 e 2018. Pode-se ver, claramente, como as primeiras extrapolam e muito a média do acúmulo da variação negativa geral. Em contraste, as organizações da sociedade civil aparecem como um grupo mais confiável aos brasileiros, tendo variação negativa abaixo da média. Dado que ajuda a compreender em parte o apelo do discurso

restauracionista do Estado professado pelos MRP e sua tática de opor a sociedade política corrompida versus a sociedade civil salvadora e legítima.

Figura 3 – Variação negativa acumulada no ICS das Instituições (2012-2018)



Fonte: reelaboração de IPEC (2023)

Esse contexto vai se refletir nos diagnósticos de crise que passam então a ser veiculados pelos MRP ou por seus membros, sob formatos diversos para diferentes públicos em diferentes arenas. De um modo geral, eles constataam a “falência” da política brasileira e apontam suas evidências com base em pesquisas de opinião, como no trecho de uma apresentação utilizada pelo fundador do RenovaBR, Eduardo Mufarej, para captar recursos para sua iniciativa (Figura 04). Nela, os dados empíricos são organizados de forma a produzir um diagnóstico alarmista e incontestável: 94% da população não se sente representada por seus políticos eleitos, 69% não confia em partidos, 65% não confia no Congresso e na Presidência, e apenas 50% afirma defender a democracia. Esses números são mobilizados para sustentar a ideia de uma profunda crise de legitimidade do sistema político. A imagem culmina com a afirmação de que “79% dos eleitores votariam em novos candidatos de fora da política”, articulando o diagnóstico da crise a uma solução sugerida nos *slides* seguinte – a entrada de *outsiders* tecnicamente preparados. Trata-se de uma operação discursiva que converte a desilusão com a política institucional em base para a

legitimação de novos projetos de profissionalização política ancorados na sociedade civil organizada.

Figura 4 – Trecho de apresentação para captação de recursos utilizado pelo RenovaBR

**A POLÍTICA BRASILEIRA FALIU**

A falta de credibilidade e representatividade culminam em uma **CRISE DE LEGITIMIDADE** das instituições políticas e suas lideranças

**POLÍTICOS ELEITOS:** 94% da população não se sente representada<sup>1</sup>

**PARTIDOS POLÍTICOS:** 69% da população não confiam

**CONGRESSO E PRESIDÊNCIA:** 65% da população não confiam

**DEMOCRACIA:** 50% da população defende<sup>1</sup>

79% dos eleitores votariam em  
**NOVOS CANDIDATOS DE FORA DA POLÍTICA**<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Pesquisa Ipsos, Agosto 2017    <sup>2</sup> Ideia Big Data, Julho de 2017

Fonte: RenovaBR (2017)

A mesma estratégia discursiva de reconhecimento e superação aparece de forma elaborada no manifesto de lançamento do movimento *Acredito*, publicado na *Folha de S. Paulo* (28/03/2017). O texto é assinado por Tabata Amaral (SP), José Frederico Lyra Netto (GO) e Felipe Oriá (PE), os três estudaram na universidade de Havard com bolsas da Fundação Lemann, onde se conheceram. Além do *Acredito*, também integram o RenovaBR e a RAPS. O manifesto inicia com um tributo à geração política da redemocratização, elencando conquistas como a estabilidade econômica, a ampliação de direitos sociais e a redução da pobreza: “Foi uma geração admirável”. No entanto, esse reconhecimento é seguido de um deslocamento temporal e simbólico: o uso do pretérito marca o encerramento de um ciclo – quem “foi”, já não é mais. A geração que “deu vida à democracia” e “tirou milhões da pobreza” é a mesma que “encolheu em número e grandeza” e produziu “soluções que fazem parte do problema”, implodindo em corrupção, independente de sua ideologia. O texto convoca, então, a uma ruptura com esse passado:

Não devemos apagar legados, nem condenar de forma irresponsável. *É a própria força do tempo que abre espaço para uma nova geração de lideranças.* Não nos deixemos levar por respostas fáceis. Muitas virão entre radicalismos e certezas, mas renovação requer construção. Não heroísmos individuais, mas um movimento que dê *novo significado à política.* Que atualize sua forma, sua linguagem e seu ritmo. Que engaje toda nossa diversidade de perspectivas numa mistura de sotaques, crenças e raças. *Que não aceite o sistema "como ele é". Que não aceite o país como está.* Que acredite em um Brasil mais justo, inclusivo e desenvolvido. Começa um movimento para oxigenar a política brasileira. Para reduzir barreiras a quem nunca teve mandato. Para fazer renovação não com falas fáceis, mas do jeito certo. Um movimento que nos permita, em meio a tanta indignação, dizer ainda mais alto: *Acredito. Se nos perguntávamos qual seria a contribuição da nossa geração, agora nos perguntamos: o que estamos esperando?* (Folha de São Paulo, 28/03/2017)

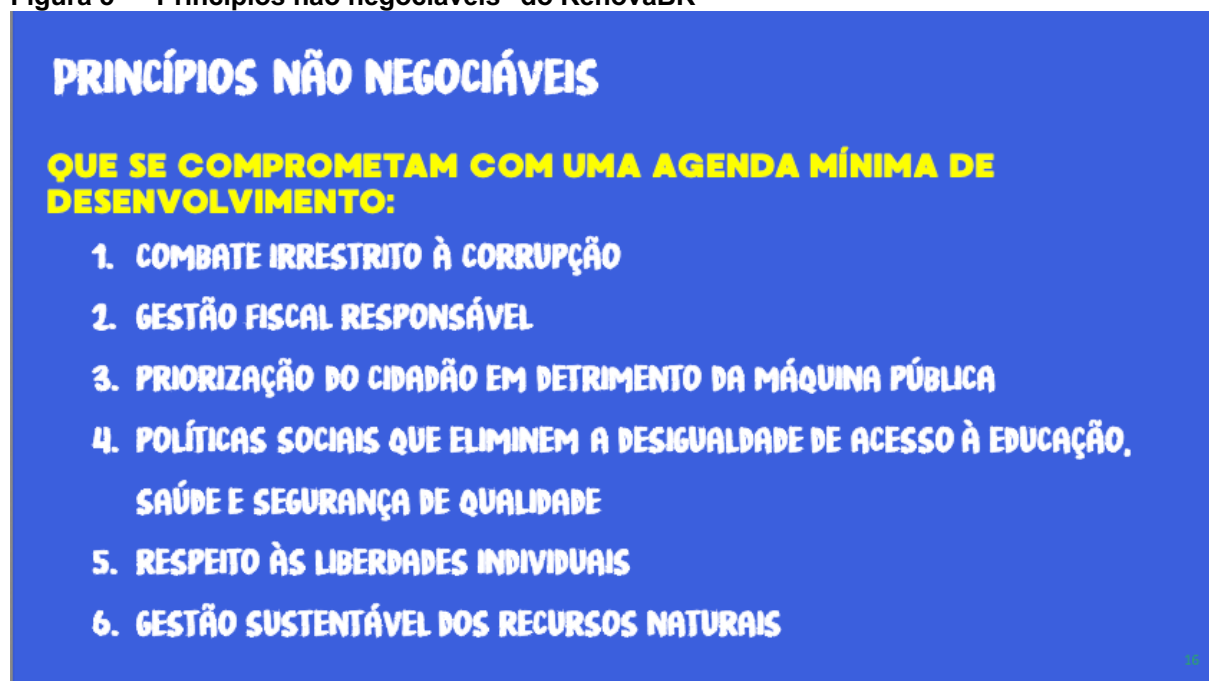
Essa virada retórica serve de ancoragem para afirmar a chegada de um novo ciclo político, protagonizado por uma juventude disposta a “não aceitar o sistema como ele é”. Como no caso do RenovaBR, o manifesto do *Acredito* transforma a indignação frente à crise em um chamado à ação, deslocando a busca por heróis para a construção coletiva de uma política “do jeito certo”.

Também são significativas, no trecho citado, as referências ao contexto histórico. A frase “É a própria força do tempo que abre espaço para uma nova geração de lideranças” posiciona historicamente a emergência do movimento, apresentando-a como resposta legítima e necessária às transformações políticas em curso. A interpelação direta à juventude – “Se nos perguntávamos qual seria a contribuição da nossa geração, agora nos perguntamos: o que estamos esperando?” – funciona como um apelo moral à ação. O texto recusa o *status quo* institucional com afirmações como “não aceitem o sistema ‘como ele é’. Que não aceite o país como está”, sinalizando a percepção de esgotamento do ciclo anterior e a urgência de um novo projeto político. Como já apontado, a vocalização desses diagnósticos, portanto, faz parte do trabalho de publicização do problema cuja finalidade é envolver mais gente na causa da renovação e ampliar, assim, o alcance da mobilização. Trabalho que vai se materializar em uma infinidade de entrevistas, artigos de opinião, post em mídias sociais, dentre outras produções nas quais os grupos de renovação e seus membros vão ressoar a tese da crise da representação e suas causas, mas também se colocarem como alternativa.

Nessa operação, outro componente fundamental é a apropriação a da agenda anticorrupção. Esta oferece aos MRP uma categoria eficaz para mobilizar demandas unificar demandas morais, políticas e econômicas difusas. Para estes, a corrupção é

a principal causa da crise política brasileira, o elemento responsável por um sistema político que não representa de modo legítimo os interesses dos cidadãos. Resta, assim, uma classe dirigente que atua sempre em nome dos interesses particularistas das oligarquias dominantes, seja esta de esquerda ou de direita, partidárias, sindicais ou empresariais. Em nome dos interesses “dos amigos do Rei”, uma gestão do Estado voltada para a resolução efetiva dos problemas da população se inviabiliza. A corrupção do Estado, na crítica elaborada pelos MRP, é um fenômeno muito mais amplo que um mero tipo penal, mas é de ordem técnica e moral. Técnica porque as políticas públicas e a gestão do Estado se dão de forma irracional e ineficiente, criando distorções, uma vez que visam atender particularismos. Moral porque a política nesses termos perde sua legitimidade ao comprometer o ideal de república.

Figura 5 – "Princípios não negociáveis" do RenovaBR



Fonte: RenovaBR (2017)

A figura 05 apresenta os “Princípios não negociáveis” do RenovaBR. Ela sintetiza a forma como os MRP moralizam a política ao associar sua agenda a valores éticos supostamente universais. O destaque dado ao “combate irrestrito à corrupção”, à “gestão fiscal responsável” e à “priorização do cidadão em detrimento da máquina pública” exemplifica a crítica que vai além do aspecto penal da corrupção: trata-se de um desvio moral e técnico que compromete a legitimidade do Estado e inviabiliza sua eficácia. A oposição entre cidadão e máquina pública, típica da retórica dos MRP,

reforça a ideia de um sistema capturado por interesses particulares em contraste com uma nova política guiada pela ética, pela eficiência e pelo bem comum. Assim, a imagem funciona como um manifesto visual que transforma um diagnóstico de crise em base moral para a ação política.

Parte central da identidade dos movimentos de renovação, a agenda anticorrupção e a crítica ao sistema político são ressonâncias do ciclo de protesto de 2013, fortalecidos emergência da operação Lava-Jato e pelos ciclos de protestos de 2015 e 2016 (Alonso, 2017; Oliveira, 2020; Tatagiba & Galvão, 2019). Inicialmente difusas nos protestos de 2013, essas agendas foram capitalizadas e sistematizadas em um problema público nos anos seguintes: a crise da representação política brasileira causada pela “velha política”, responsável pelas mazelas no país. A solução apresentada para esse “problema” deu-se como um projeto eleitoral de diversas organizações que mobilizaram o discurso da “nova política” ou da “renovação” para legitimar e promover candidaturas a partir de 2018. Diferencia-se, nisso, dos setores mais autoritários do “campo patriota” (Alonso, 2019) ou das “novas direita” (Tatagiba, 2018), ainda que existam algumas interfaces entre esses setores.

É que para os grupos de renovação, grosso modo, não há solução fora da democracia: não se encontra aqui pedidos de intervenção militar, fechamento do STF ou do Congresso. “Toda solução para os problemas do Brasil deve ser dentro das regras democráticas”, explicita um panfleto de um desses grupos (RenovaBR, 2017, p. 15). Trata-se, assim, de uma ideia de reforma “por dentro” do Estado, a partir da via eleitoral, marcada por um certo centrismo ideológico e uma concepção tecnocrática da política. Daí a tão recorrente defesa, entre os MRP, de uma ocupação da política por “cidadãos comuns” e da promoção de uma “política baseada em evidências”, como nessa apresentação sintética do curso de formação do RenovaBr: “Os cursos (...) são alicerçados em três pilares de qualificação: políticas públicas, técnicas de comunicação e liderança.” Seu objetivo é “tornar pessoas comuns mais competitivas e garantir que elas tenham formação técnica e todo o instrumental necessário para atuar em alto nível caso sejam eleitas” (RenovaBR, 2022).

Com isso, percebe-se como a construção da crise política enquanto problema público permite compreender a emergência das organizações que promovem a luta pela renovação política. Primeiro, porque explica como esta última se constitui em uma causa que reivindica o próprio Estado, ao invés de reivindicar a ele. Segundo, pois, cria as condições para a associação de atores heterogêneos, tais como

celebridades, empresários, agentes estatais, acadêmicos, lideranças sociais e políticas. Nessa perspectiva, o capítulo mostrou como a “nova política” emergiu em virtude das oportunidades políticas criadas no pós-impeachment, relacionadas aos ciclos de protestos da última década, ao fortalecimento da luta anticorrupção e ao consequente desgaste da legitimidade da representação política. Constituiu-se enquanto um campo de mobilização de organizações da sociedade civil focadas na política eleitoral e institucional. De composição heterogênea, esse campo reúne movimentos sociais, redes empresariais, organizações do terceiro setor, *think tanks* e partidos políticos minoritários. Entrecortado por ideologias e agendas diversas e até divergentes (progressistas, conservadores, liberais, ambientalistas), a “cola” dessa miscelânea é o diagnóstico de um problema público e prescrição de sua solução (Cefai, 2016). Assim, esse campo de mobilização se articula a partir dos dois pressupostos moralizantes: a ideia de que há algo errado com a política institucional brasileira e que o caminho para sua correção é a substituição da elite política brasileira atual por uma mais legítima, com mais enraizamento na sociedade civil.

Ao delinear o campo da renovação política, identificando seus principais atores, iniciativas e repertórios, este capítulo procurou situar o RenovaBR como um dos desdobramentos da conjuntura crítica do pós-2013. No entanto, para compreender de forma mais precisa os sentidos da “renovação” que se projeta por meio desses “movimentos”, é necessário olhar mais de perto para os sujeitos que a encarnam. Quem são esses candidatos? Que trajetórias os precedem? Quais experiências, redes e recursos sustentam sua entrada na política institucional? O próximo capítulo busca responder a essas perguntas, lançando luz sobre os perfis sociais e profissionais dos candidatos do RenovaBR em 2018. A partir dessa análise empírica, será possível avaliar como tais perfis podem expressar continuidades com os ciclos de engajamento cívico ativados em 2013.

### **Capítulo 03 – Quem são e o que defendem as candidaturas “renovadoras”? Perfil social e inserção eleitoral dos candidatos do RenovaBR em 2018**

Em 21 de junho de 2018, na praça dos três poderes em Brasília, o RenovaBR formava a primeira turma do seu curso preparatório de candidatos. Naquela quinta-feira, 133 “lideranças cívicas”, como são referidos os alunos da organização, recebiam o selo de qualidade que indicaria para partidos, apoiadores e eleitores a qualificação técnica e ética de suas eventuais candidaturas. Elas foram selecionadas entre milhares de inscrições recebidas de todas as partes do país, resultado de uma forte campanha de divulgação que incluiu desde entrevistas e matérias em jornais de circulação nacional até marketing digital. Dessas, 118 saíram candidatas no pleito daquele ano, sendo 50 para deputado estadual ou distrital, 64 para deputado federal, três para senador e um para governador.

**Figura 6 – Formatura da primeira turma do RenovaBR, Brasília/DF (2018)**



*Fonte: BBC (2018)*

A fotografia acima (Figura 06) registra o clima de festa com que os líderes da renovação celebraram a conclusão dessa importante etapa em suas carreiras na política. Após um dia intenso de palestras e conversas com figuras de destaque nos

meios político e empresarial, dentre elas o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, formaram-se com o Congresso Nacional ao fundo, como que materializando suas aspirações.

Como mostrou o capítulo anterior, a seleção e treinamento dessas lideranças é o eixo central da atuação do RenovaBR. É a partir das candidaturas que a organização põe em prática seu projeto de transformação da política brasileira. São elas que, se eleitas, irão qualificar técnica e moralmente a política nacional, combatendo assim a crise de representação que justifica a criação da iniciativa. As candidaturas são tomadas aqui, portanto, como expressão da prática da organização. Tal dimensão, como apontou o primeiro capítulo da tese, têm sido negligenciada pela literatura que estuda os MRP em favor de estudos focados nas organizações em si, analisando os discursos, os repertórios organizacionais de ação e a interação com os partidos. Sem negar a importância desses trabalhos, é necessário agora avançar para uma análise dos MRP em suas conexões com as outras esferas da sociedade, pois as ideias e práticas políticas não podem ser compreendidas dissociadas das trajetórias biográficas de seus sujeitos. “A cabeça”, afinal, “pensa onde o pé pisa” – como há muito nos ensina um antigo adágio popular.

Nessa perspectiva, novamente retomando o capítulo dois, a atuação dos MRP tem como premissa que a corrupção do Estado brasileiro só pode ser combatida de fora dele, pela ação da sociedade civil materializada em candidaturas qualificadas e socialmente enraizadas. Tendo isso em conta, o capítulo examina os itinerários sociais e a inserção política dos 118 candidatos renovadores em 2018. Assim, permite entender quais perfis sociais e políticos são legitimados pelo RenovaBR e como esses atores expressam, em suas candidaturas, os processos de institucionalização do engajamento cívico no pós-2013.

A análise se desdobra em dois focos centrais. O primeiro é apreender os vieses de seleção e adesão de segmentos da estrutura social brasileira que incidem na conformação da luta pela renovação política articulada a partir do RenovaBR – vieses esses que se ocultam, bem ou mal, na celebrativa foto de formatura na página anterior. O segundo é captar as relações entre esses “novos” candidatos e os sujeitos políticos que protagonizaram os ciclos de protesto da década anterior, seja no plano da posição social, seja no das ideias. Ao explorar essas dimensões, o capítulo lança luz sobre algumas relações entre os ciclos de eventos contenciosos e as práticas de institucionalização da participação. Indagar quem são e o que defendem as

candidaturas renovadoras torna-se, assim, um caminho para compreender os critérios sociais e simbólicos que orientam a reconversão do engajamento cívico em capital político, tal como promovido pelos MRP.

### **3.1 Perfil social e político das candidaturas do RenovaBR em 2018**

Em seu discurso organizacional, o RenovaBR (2022) se apresenta como uma “escola de formação política” aberta a “pessoas comuns de diferentes origens e ideologias”. Por princípio, organiza-se de forma “suprapartidária”, isto é, não se vincula com nenhum partido do espectro ideológico. Mas, recebe “contribuições dos mais diversos setores” e qualifica “futuras lideranças independentemente de suas origens, crenças e posicionamentos”. Feita por “cidadãos comuns” para “cidadãos comuns”<sup>76</sup>. Somente estes, na ótica da organização, poderiam romper com a polarização ideológica prejudicial a democracia brasileira e criar pontes entre os diferentes setores em busca de soluções para os problemas comuns. Nesse sentido, trataria-se de “um programa focado nos CPFs”, como declarou seu fundador e então CEO, Eduardo Mufarej<sup>77</sup>.

Não obstante o discurso suprapartidário e a performance de neutralidade ideológica da organização, a análise dos dados levantados pela pesquisa mostra que o perfil dos “líderes” selecionados para a formação do Renova e que saíram candidatos em 2018 destoa consideravelmente na descrição genérica e inclusiva de representante político presente no discurso do “movimento”. De um modo geral, os dados mostram que do líder do Renova é, predominantemente, oriundo dos estratos mais privilegiados da população; possui elevado grau de escolarização, inclusive com acesso a pós-graduação na maioria dos casos; exerce profissões especializadas e gerenciais, no setor público ou privado, com frequente circulação intersetorial; também é engajado política e socialmente, seja em associações da sociedade civil, seja em partidos político. Nas eleições, concorreram principalmente por partidos de centro e centro-direita e fizeram campanhas baseadas na crítica ao sistema político e na defesa de reformas políticas.

---

<sup>76</sup> As citações se referem ao site da organização conforme versão acessada em abril de 2022. O conteúdo atual é textualmente diferente, ainda que preserve em grande medida o espírito. Quanto a isso, Silva e Silva (2024), que estudaram o discurso organizacional do Renova, já apontam a homogeneidade discursiva nas diferentes versões do site e das mídias sociais da organização.

<sup>77</sup> BBC, 06/06/2018. Disponível em: <https://shre.ink/xk4f>

Para traçar esse perfil sociopolítico, os dados foram organizados em quatro eixos de análise. O primeiro aborda marcadores sociais dos candidatos, incluindo raça, gênero, faixa etária, estado civil e distribuição geográfica. O segundo examina suas biografias em termos de formação educacional, atuação profissional e experiências político-associativas. O terceiro eixo trata da alocação partidária, com foco nas legendas pelas quais concorreram em 2018. O quarto e último eixo dá conta das campanhas eleitorais, a partir das principais pautas defendidas pelos renovadores.

### *3.1.1 Novos rostos, mesmas caras: marcadores sociais*

A análise dos marcadores sociais permite a localização dos renovadores na estrutura social brasileira. Além disso, confrontando as frequências relativas desses marcadores nas populações de candidatos RenovaBR e na de candidaturas do pleito de 2018<sup>78</sup>, pode-se avaliar tanto o grau de inclusividade da iniciativa quanto as características distintivas desse grupo. Para tanto, serão examinadas as variáveis de raça, gênero, idade, estado civil e distribuição geográfica.

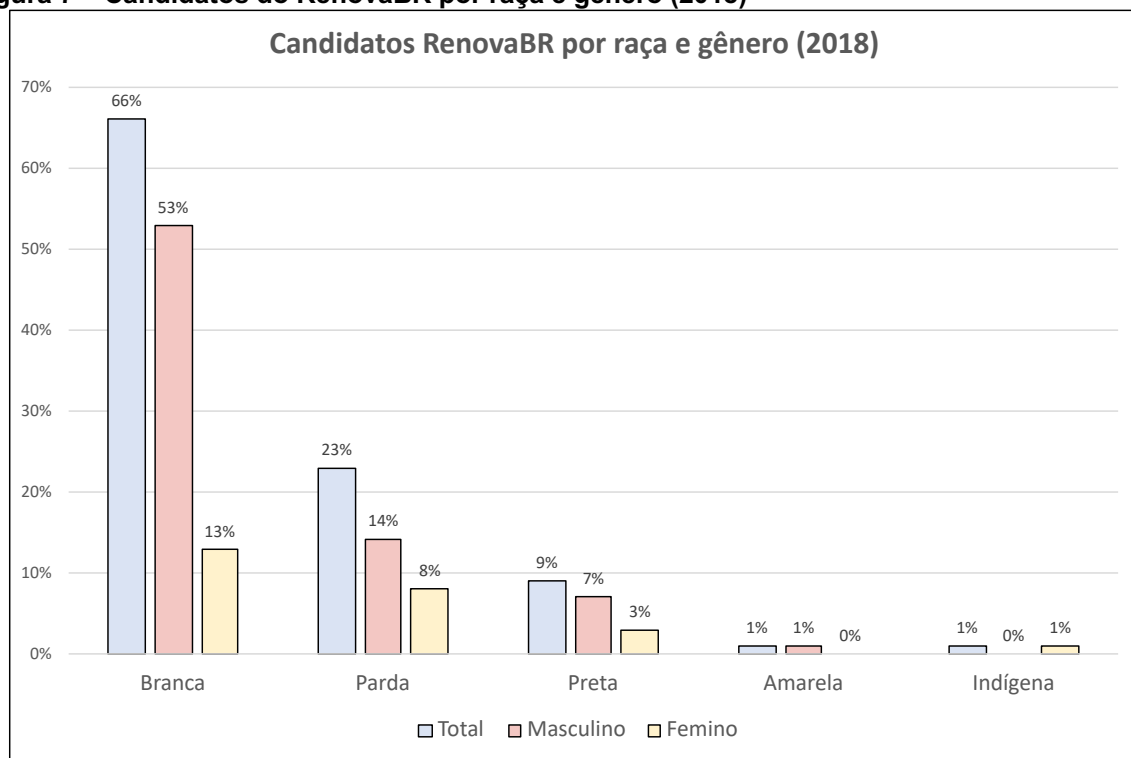
O gráfico da figura 07 mostra o cruzamento dos marcadores de raça e gênero entre as candidaturas do RenovaBR. É notável o predomínio de pessoas brancas e do gênero masculino. Dos 118 candidatos, 75% se declararam homens e 66%, brancos. Homens brancos somam pouco mais da metade dos indivíduos, 53%. No outro extremo, mulheres negras são apenas 3%. Além disso, homens são mais numerosos que mulheres em todas as intersecções raciais com mais de um indivíduo. Pessoas indígenas são praticamente ausentes do grupo. No entanto, passaram a compor discurso de inclusividade do Renova porque a única candidata indígena apoiada pela organização foi se eleger – Joênia Wapichana, advogada e ativista indígena, eleita deputada federal pela Rede de Roraima para a 56ª legislatura (2019-2023). Ou seja, os dados mostram que, em termos de raça e gênero, os protagonistas da renovação são predominantemente oriundos de um grupo historicamente

---

<sup>78</sup> Optou-se por comparar os renovadores apenas com a população de candidatos aos cargos de deputado federal, estadual e distrital. Essa escolha se justifica porque apenas três candidatos do grupo de interesse do estudo postularam para os cargos de maior nível. Assim, a comparação direta entre as populações se torna mais precisa, uma vez que a própria seleção de candidatos não é isenta de vieses, os quais se acentuam nas listas de cargos mais elevados. Além disso, não foram detectadas diferenças percentuais significativas entre a população de candidatos às deputâncias nas unidades federativas e na Câmara Federal, o que torna razoável sua junção.

privilegiado e que já domina os topos dos espaços políticos na sociedade brasileira (além de todos os outros): os homens brancos (Perissinotto e Bolognesi, 2010; Perissinotto e Miríade, 2009).

**Figura 7 – Candidatos do RenovaBR por raça e gênero (2018)**

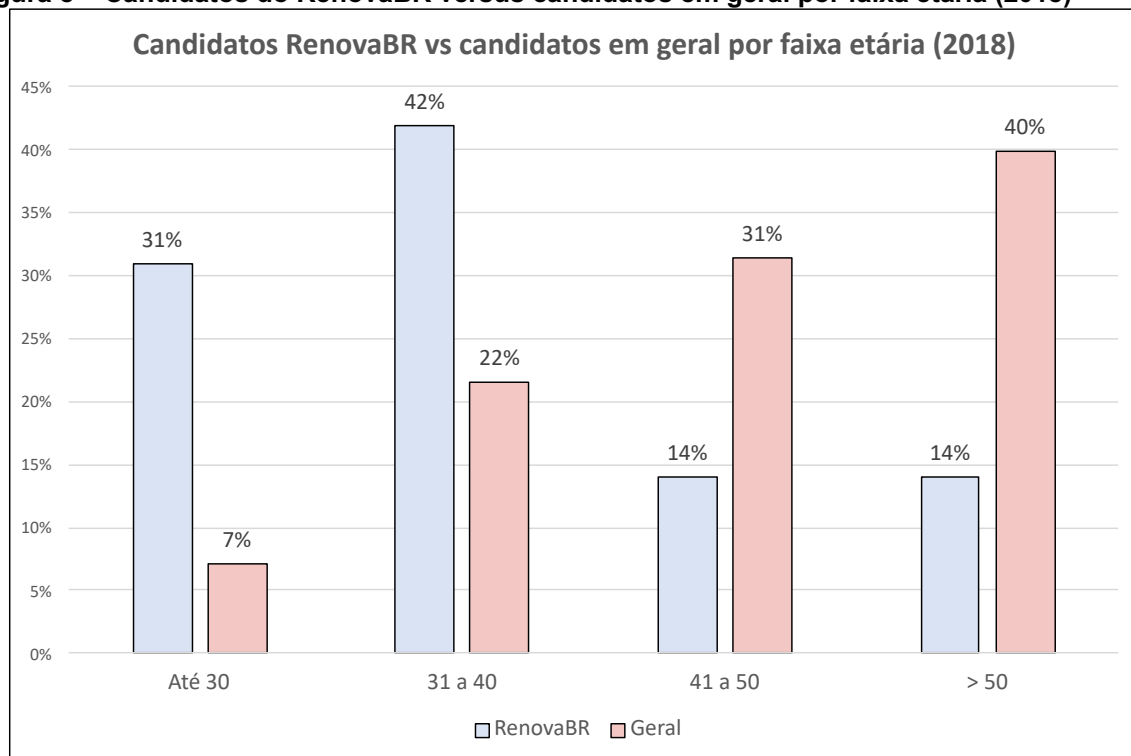


*Fonte: elaboração própria a partir do TSE.*

Isso fica ainda mais evidente quando se comparam as frequências relativas de raça e gênero entre os candidatos do RenovaBR e o conjunto dos concorrentes às eleições para deputado. Há 13 pontos percentuais a mais de pessoas brancas entre os renovadores do que entre os candidatos em geral (66% nos primeiros, contra 53% nos segundos), além de uma sobrerrepresentação de homens, com 7 pontos percentuais a mais (75% contra 68%). Considerando as intersecções, observa-se uma significativamente maior presença de homens brancos entre os renovadores (53% contra 36%) e uma proporção praticamente idêntica de mulheres negras em ambas as populações (3% e 4%, respectivamente). Essa baixa diversidade racial e de gênero encontra paralelo no grupo dos deputados eleitos em 2018, um grupo já enviesado em termos de raça. Entre os eleitos são 73% de pessoas brancas e 85% de homens. Homens brancos formam 61% dos eleitos, mulheres negras apenas 1%. Esses dados indicam que, além da baixa diversidade racial e de gênero, o perfil social dos

candidatos do RenovaBR reproduz as desigualdades estruturais de representação política no país.

**Figura 8 – Candidatos do RenovaBR versus candidatos em geral por faixa etária (2018)**

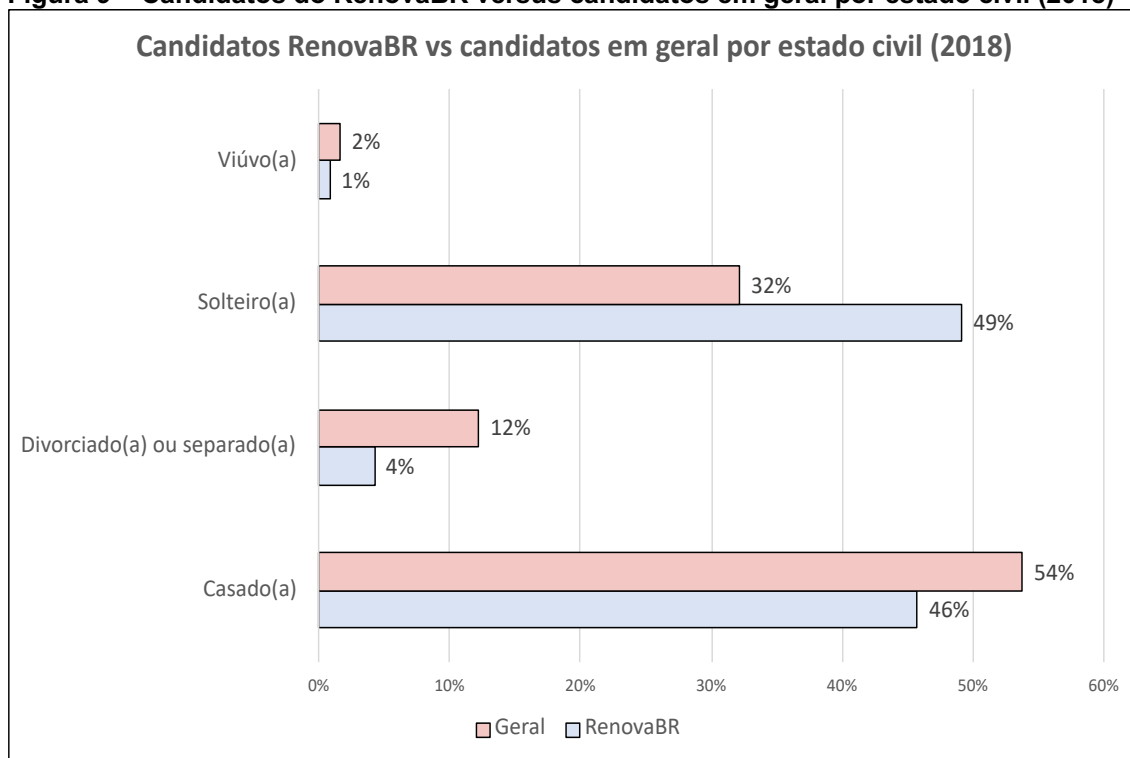


*Fonte: elaboração própria a partir do TSE.*

O próximo marcador considerado é a idade. Tomou-se como referência a idade que cada candidato teria na data de sua posse, calculada pelo TSE a partir da data de nascimento. A idade média é baixa: 36 anos, 11 a menos que a média dos candidatos em geral – 47 anos<sup>79</sup>. Nesse aspecto, os renovadores praticamente invertem a tendência nacional: enquanto 73% dos candidatos renovadores se concentram nas faixas de até 40 anos, nacionalmente 71% dos candidatos estão acima dessa idade (Figura 09). A predominância de jovens está associada a outra característica desse grupo marcante no grupo: o estado civil solteiro. Praticamente metade dos renovadores declaram essa condição, ao passo que somente 32% dos candidatos em geral o fazem. Nessa direção, entre os renovadores, 53 dos 58 que se declaram solteiros possuem até de 40 anos. Por outro lado, são menos frequentes as experiências matrimoniais e pós-matrimoniais entre eles do que entre o conjunto geral de candidatos (Figura 09).

<sup>79</sup> A idade média dos eleitos é praticamente a mesma: 48 anos de idade na data da posse.

**Figura 9 – Candidatos do RenovaBR versus candidatos em geral por estado civil (2018)**



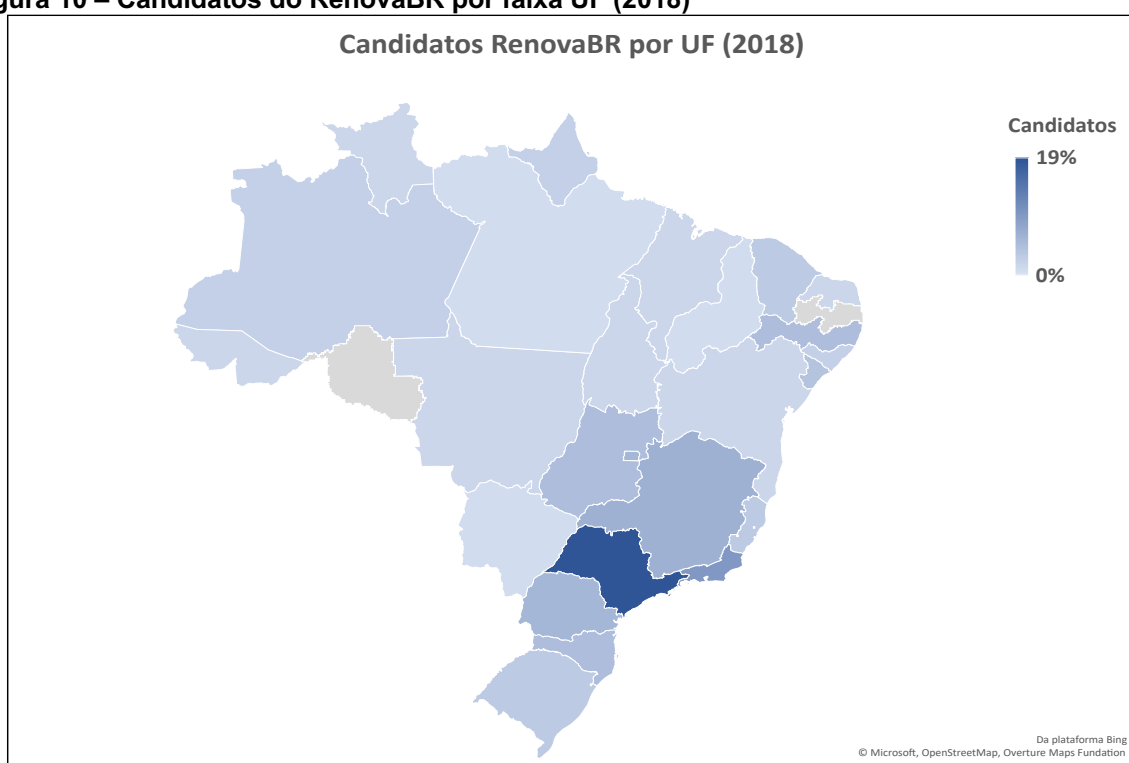
*Fonte: elaboração própria a partir do TSE.*

Os dados sobre a faixa etária dos candidatos renovadores indicam, assim, um corte geracional preciso para a maioria desses indivíduos: a geração de brasileiros da redemocratização. Trata-se das pessoas nascidas nos anos finais do regime militar ou nos primeiros anos da abertura democrática. Cresceram nos anos 1990 – na virada do milênio – e, nacionalmente, viveram a maior parte de suas vidas em um contexto de estabilidade política e de desenvolvimento econômico e social. Globalmente, viveram a transição nas formas de comunicação proporcionadas pelo advento da internet e das tecnologias digitais; a reconfiguração das relações internacionais no contexto da globalização e da expansão do mercado mundial; a disseminação da democracia representativa na América latina e no Leste europeu.

Como mostra uma série de pesquisas, essa geração é marcada uma postura crítica e desconfiada em relação às instituições políticas tradicionais, especialmente aos partidos políticos. Todavia isso não implica, necessariamente, na rejeição à democracia nem na apatia, mas leva a busca por novas formas de participação (Coe e Vandegrift, 2015; Russo, Azzi e Faveri, 2018; Silva e Souto, 2009; Viscarra e Barbosa, 2023). Nesse contexto, a expressiva presença de candidatos jovens e

solteiros entre os renovadores pode ser entendida como parte da performance de ruptura com a “velha política” promovida pelo RenovaBR. Ao trazer, literalmente, novos rostos para a disputa eleitoral, a organização se vale desse marcador geracional para construir sua legitimidade política e se conectar com setores do eleitorado insatisfeitos com o *establishment* partidário. Transforma, dessa forma, a juventude de seus candidatos em um recurso eleitoral que, longe de significar apenas uma idade biológica, sugere ao eleitorado uma candidatura menos vinculada a redes partidárias tradicionais.

**Figura 10 – Candidatos do RenovaBR por faixa UF (2018)**



Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Em termos de distribuição geográfica dos candidatos do RenovaBR, não se verificou nenhuma tendência regional relevante<sup>80</sup>. A distribuição dos candidatos por UF e por região não destoa significativamente do quadro nacional. Isto é, onde há mais candidatos em geral, há também mais renovadores na disputa. Dessa forma, naturalmente, é no Sudeste onde há mais renovadores, seguido pelo Nordeste. Em termos de UF, são os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que

<sup>80</sup> Considerou-se a UF onde a candidatura disputou as eleições e não onde nasceu o candidato. O Interesse aqui é pela geografia da biografia política.

apresentam o maior número desses candidatos (Figura 10). Todavia, o que chama a atenção nesse dado é a capilaridade das candidaturas renovadoras pelo país.

O mapa da acima mostra que elas estiveram presentes em praticamente todas as UFs no pleito de 2018, com exceção somente da Paraíba e de Rondônia. Sendo que em relação a este último, o relatório anual do RenovaBR de 2018 registra um participante rondoniense que, embora tenha cursado da formação, decidiu não se candidatar (RenovaBR, 2018). Isso aponta para um processo de mão dupla onde a oferta de uma oportunidade de engajamento eleitoral encontra sua demanda. Pelo lado da oferta, está capacidade e efetividade do RenovaBR em recrutar pessoas em praticamente todo território nacional para levantar sua bandeira de renovação. No lado da demanda, está todo um conjunto de lideranças cívicas espalhadas pelo país dispostas a reorientarem suas atuações políticas-associativas para a esfera eleitoral a partir do enquadramento da Renovação.

### *3.1.2 Diversificação de atuação e circulação intersetorial: formação escolar, inserção profissional e experiências político-associativas*

Se os marcadores sociais indicam uma posição geral dos renovadores na estrutura social brasileira, a análise de suas formações, ocupações e experiências políticas permite um aprofundamento desse retrato. Dessa forma, o exame dessas dimensões revela, por um lado, a estrutura de recursos econômicos, sociais, políticos e culturais aos quais tiveram acesso esse grupo. Por outro, permite compreender as experiências de socialização que compõem suas carreiras.

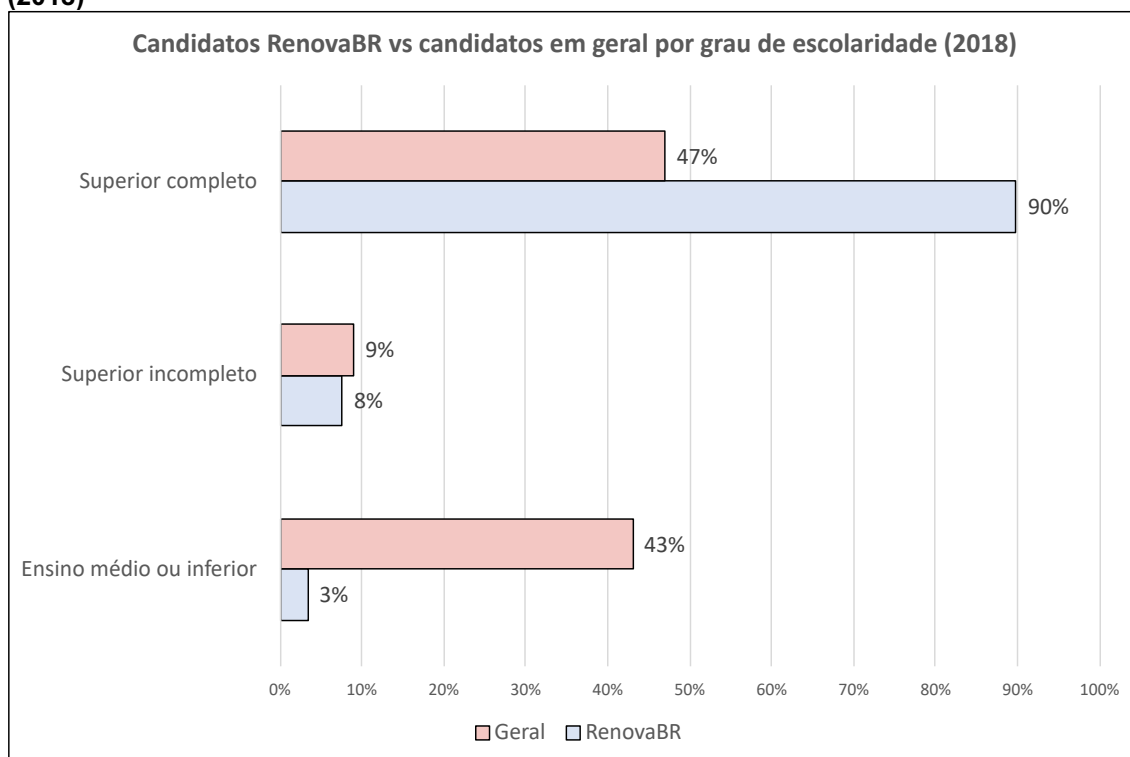
Nessa dimensão, o primeiro aspecto que se destaca é o grau de escolaridade<sup>81</sup>. Os candidatos renovadores se distinguem largamente dos demais no quesito acesso ao ensino superior. O gráfico abaixo (figura 11) mostra que enquanto quase todos os eles concluíram a faculdade, apenas metade dos demais candidatos o fez. Nesse aspecto, os renovadores superam até mesmo o grupo dos eleitos, que apresentam 75% de graduados. Ressalte-se que dos oito casos com o curso superior incompleto, cinco candidatos estavam com suas graduações em andamento – e vieram a concluí-

---

<sup>81</sup> Algumas divergências entre os dados de escolaridade do TSE e os dados constante em perfis de mídias sociais foram encontradas. Assim, a partir da análise de cada caso, os dados do TSE foram retificados. Entende-se que essas divergências resultam de erros na hora do preenchimento da ficha de inscrição eleitoral. Os quatro casos retificados estão registrados na documentação do banco de dados da pesquisa.

las nos anos seguintes. Apenas três interromperam de fato os estudos: um empresário do setor informático, um radialista e um estilista que se tornou gestor público por meio de cargos de nomeação. Além disso, a menor formação no grupo do RenovaBR é o ensino médio completo. Já entre os demais candidatos há indivíduos que só leem e escrevem, com o ensino fundamental (completo ou incompleto) e ensino médio (completo ou incompleto).

**Figura 11 – Candidatos do RenovaBR versus candidatos em geral por grau de escolaridade (2018)**



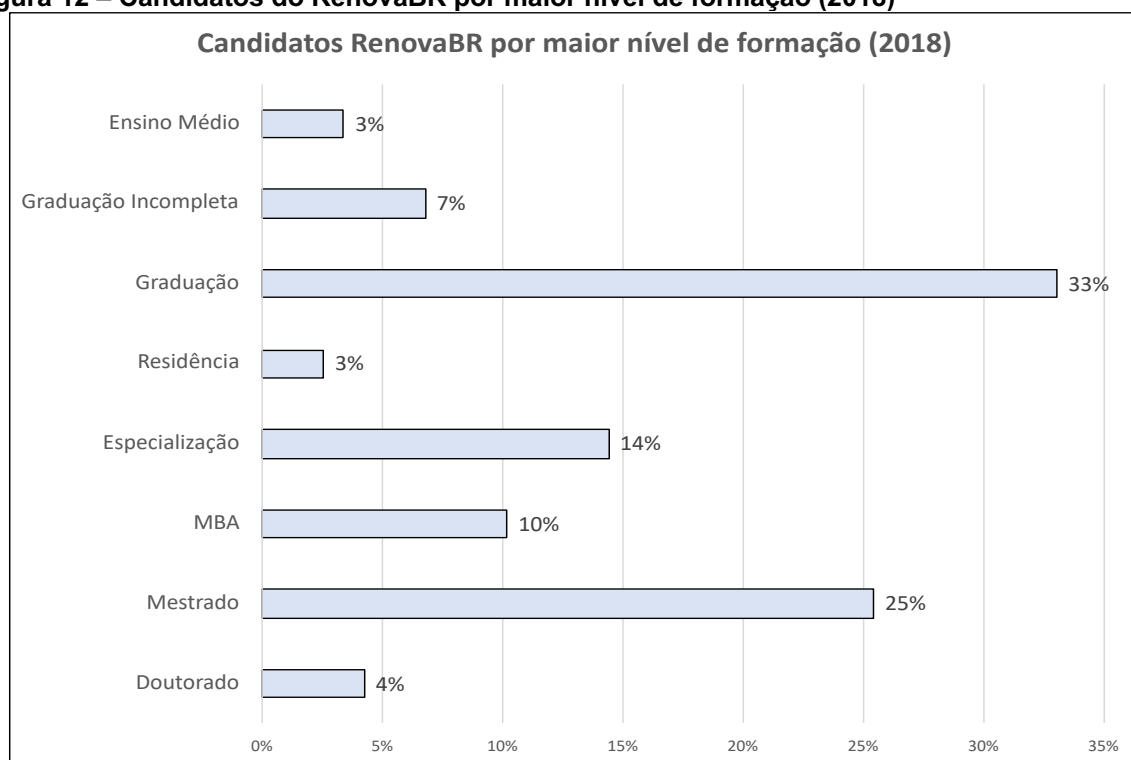
*Fonte: elaboração própria a partir do TSE.*

Diversos estudos já evidenciaram o peso dos diplomas na composição da elite política brasileira, tanto em períodos recentes (Perissinotto e Bolognesi, 2010; Perissinotto e Miriade, 2009) quanto em contextos históricos passados (Perissinotto, Massimo e Costa, 2017; Petrarca, 2017). Em muitos casos, essa formação educacional passa longe da ocupação real dos indivíduos e tem como finalidade principal a legitimação nos espaços de atuação política. No caso dos candidatos do RenovaBR, entretanto, a formação educacional adquire um significado particular: mais do que um recurso simbólico de distinção social, ela sinaliza a constituição de um grupo com elevada qualificação técnica e reconhecida expertise em suas respectivas

áreas de atuação. Além da ampla presença de formação superior, observa-se um investimento expressivo em cursos de pós-graduação.

O gráfico a seguir (Figura 12) apresenta a distribuição dos candidatos do RenovaBR segundo o maior nível de escolaridade alcançado. Mais da metade (57%) possui alguma modalidade de pós-graduação, com destaque para o mestrado (25%), a especialização (14%) e o MBA (10%). Este último, voltado para a área de negócios e valorizado no meio corporativo, reforça a ênfase em competências gerenciais e pragmáticas. A predominância de títulos de pós-graduação evidencia como o discurso de “qualificação” da política, central na retórica da organização, se traduz na seleção de perfis marcados pela alta credencialização formal e expertise técnica.

**Figura 12 – Candidatos do RenovaBR por maior nível de formação (2018)**

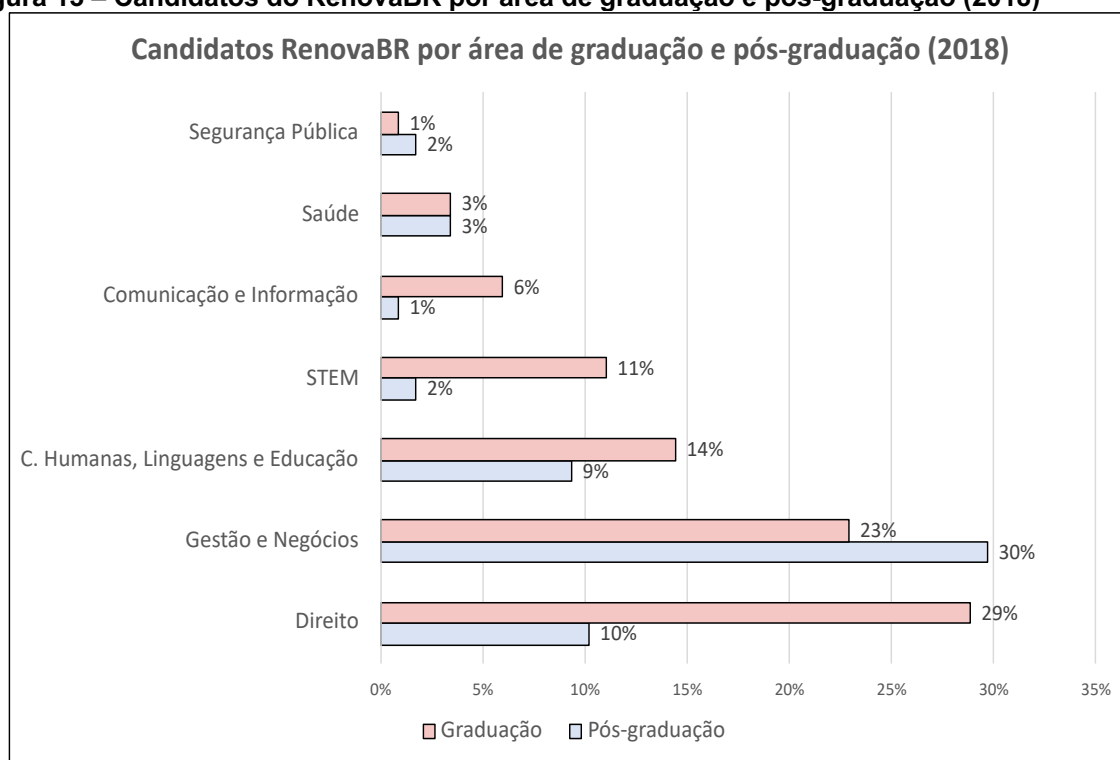


*Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.*

Além do nível de escolaridade, as áreas de formação dos candidatos do RenovaBR revelam padrões significativos quanto ao tipo de saber valorizado pelo programa. O gráfico abaixo (Figura 13) mostra a distribuição dos diplomas de graduação e da maior pós-graduação dos renovadores por área de conhecimento.

Foram contabilizados 104<sup>82</sup> diplomas de graduação e 67 de pós-graduação<sup>83</sup>. Quase um terço dos candidatos são graduados em Direito. Em seguida, vem a área de Gestão e Negócios, que abarca cerca de um quarto do grupo. Os 27 graduados que compõem essa área se dividem em cursos como Administração de empresas (14), Administração e Gestão Pública (5), Economia (5), Ciências Contábeis (1), Negócios e Finanças Internacionais (1) e Gestão de Turismo (1). Juntas, essas duas áreas englobam 52% do total de renovadores e apontam para uma formação ancorada nas ciências sociais aplicadas e em competências chave para a gestão do Estado, como o conhecimento das leis, dos instrumentos de gerenciamento, da formulação e implementação de políticas públicas e econômicas.

**Figura 13 – Candidatos do RenovaBR por área de graduação e pós-graduação (2018)**



*Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.*

Em terceiro lugar aparece a área de Ciências Humanas, Linguagens e Educação (14%). Trata-se de um conjunto bastante diversificados dentro da grande

<sup>82</sup> O número total de renovadores graduados é de 106, mas em dois casos não foi possível determinar a área de formação, apesar da declaração de nível superior completo ao TSE.

<sup>83</sup> Considerou-se a área da maior pós-graduação. Nos casos de dupla titulação em um mesmo nível (8 casos), considerou-se o diploma mais alinhado com a atuação profissional ou declaração de ocupação. Nos casos em que não foi possível proceder dessa forma, optou-se por considerar a formação mais recente (1 caso).

área de humanidades, englobando desde Ciências Políticas e Relações Internacionais à Teatro e Pedagogia. Também é abrangente o grupo de STEM<sup>84</sup>, na quarta posição (11%), composto de diversas engenharias e formações em ciências exatas, naturais e tecnologia. Em ambos os grupos, há uma inclinação a cursar a pós-graduação na área de Gestão e Negócios ou de atuar profissionalmente nessa área. O caso mais típico aqui é o do engenheiro com formação e experiência em gestão pública – o que explica o baixo número de pós-graduações em STEM se comparado com as graduações.

Confirmando essa tendência, em termos de pós-graduação, o predomínio é da área de Gestão e Negócios, somando 30% dos apoiados pelo RenovaBR. Esta é a única área que apresenta crescimento percentual na pós em relação a graduação. Mesmos os bacharéis em Direito, dominantes nas graduações, tendem a migrar para essa seara posteriormente. Dentro do grupo, a dominância, agora, é das formações em gestão pública (administração pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas e gestão pública), com 15 dos 35 pós-graduados desse subconjunto. É seguido de longe por seis pós-graduações em Economia e Desenvolvimento. O restante se dividem em cursos de Gestão de Empresas, Liderança, Marketing, Recurso Humanos, Negócios, dentre outros.

Os dados apresentados mostram que as escolhas formativas dos renovadores não são meramente resultantes da valorização de uma alta qualificação escolar de seus membros. Mas traduzem os princípios da própria da cultura política do RenovaBR, caracterizada pelo apreço a determinados campos do saber. Essa cultura se estrutura em torno de uma racionalidade técnica e gerencial que norteia a ação política. As áreas predominantes – como Direito, Administração, Economia, Gestão Pública – tanto sugere uma valorização de saberes instrumentalizáveis e socialmente legitimados quanto apontam para uma concepção de política ancorada nas ideias de eficiência e de resolução pragmática de problemas públicos. Nesse contexto, chama atenção a baixa incidência de formações associadas à crítica social entre os perfis selecionados, como Ciências Sociais, Filosofia ou História.

Se as áreas de formação evidenciam os saberes legitimados pelo RenovaBR, as ocupações exercidas pelos candidatos revelam como esses saberes se materializam em carreiras profissionais. Ademais, as posições ocupadas pelos

---

<sup>84</sup> Sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (*Science, Technology, Engineering, Mathematics*).

candidatos no mundo do trabalho constituem indicadores fundamentais de sua inserção social e política. Nesse sentido, a análise das categorias ocupacionais permite compreender como o capital técnico-escolar opera como critério de seleção e de distinção no universo da “nova política”. De um modo geral, os dados mostram que toda essa formação se traduz em uma inserção profissional de alto nível, marcada por prestígio e especialização. Além disso, observa-se que muitos dos candidatos circulam com frequência entre os setores público, privado e o terceiro setor. Ou seja, observa-se que o capital escolar acumulado é frequentemente convertido em posições de autoridade, as quais materializam a racionalidade gerencial e tecnicista que orienta na prática a proposta do RenovaBR.

Para embasar essa análise, os candidatos foram categorizados a partir de suas ocupações laborais e setores econômicos de atuação. Todavia, ao invés de fazer como a maioria dos estudos sobre candidaturas, que se baseiam unicamente na ocupação declarada ao TSE no ato da inscrição eleitoral, tomou-se como base o conjunto dos vínculos de trabalho constantes nos currículos (*LinkedIn*, *Lattes*) e outras fontes de dados biográficos, incluindo perfis de mídia social. As categorias ocupacionais foram, então, definidas com base na carreira profissional dos candidatos até o ano eleitoral, priorizando a ocupação mais recente e estável, e levando em conta o setor de atuação principal. O procedimento se justifica porque, durante a coleta dos dados, foram constatadas divergências consideráveis entre a ocupação declarada e as funções efetivamente desempenhadas de muitos candidatos<sup>85</sup>. Além disso, as ocupações informadas ao TSE não permitem saber com precisão em quais setores os indivíduos se inserem de fato.

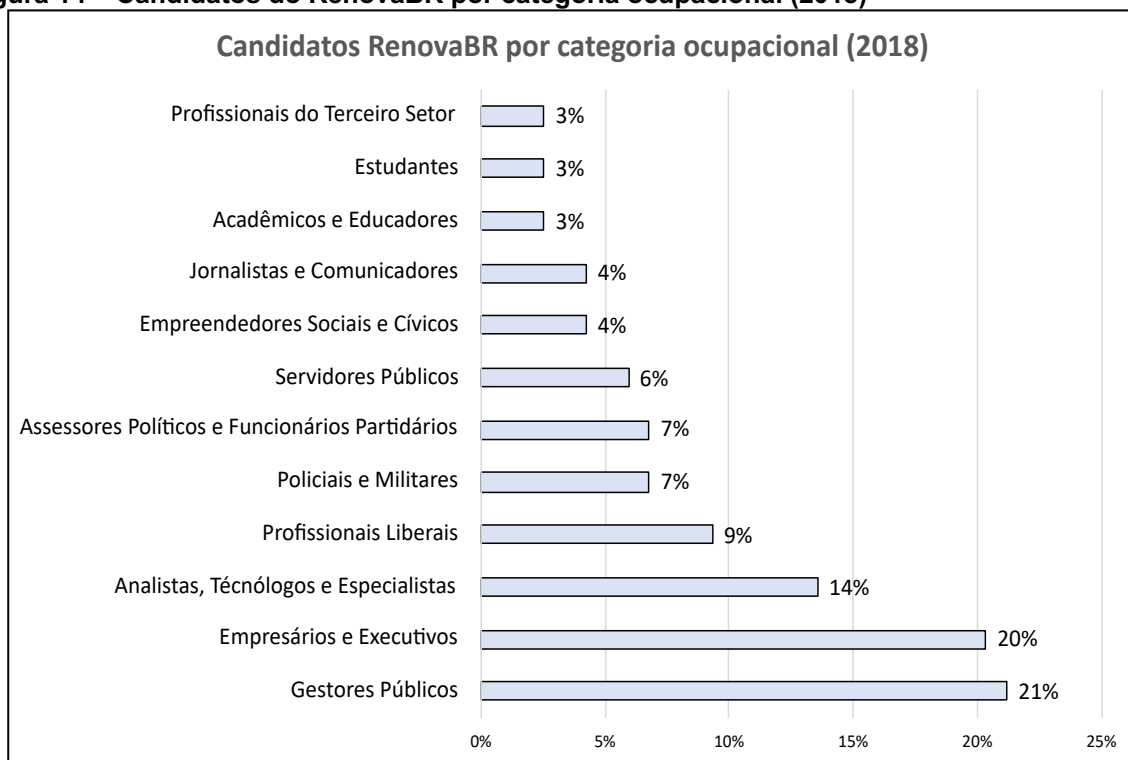
Foram identificadas 12 categorias ocupacionais entre os renovadores, distribuídas conforme o gráfico abaixo (Figura 14). Os principais tipos de profissionais são os gestores públicos (21%) e os empresários e executivos (20%). Os primeiros referem-se aos ocupantes reiterados de cargos de gestão na administração pública direta ou indireta, incluindo coordenação, direção e superintendência de órgãos públicos ou empresas públicas, chefia de gabinete no poder executivo, subsecretaria, secretaria, ministério e cargos afins. Os segundos são os proprietários de negócios próprios, sócios de empresas privadas ou funcionários de alto escalão destas, como

---

<sup>85</sup> Por exemplo, muitos candidatos indicam a ocupação a partir da formação (advogado, engenheiro, administrador etc.), mas nos últimos anos passaram a maior parte do tempo na gestão pública – como diretores, subsecretários e até secretários – ou privada, como executivos ou gerentes.

gerentes, diretores, executivos e assemelhados. Ambos os casos envolvem indivíduos que se ocupam da gestão de negócios públicos ou privados. Juntos somam 41% do total de renovadores.

**Figura 14 – Candidatos do RenovaBR por categoria ocupacional (2018)**



*Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.*

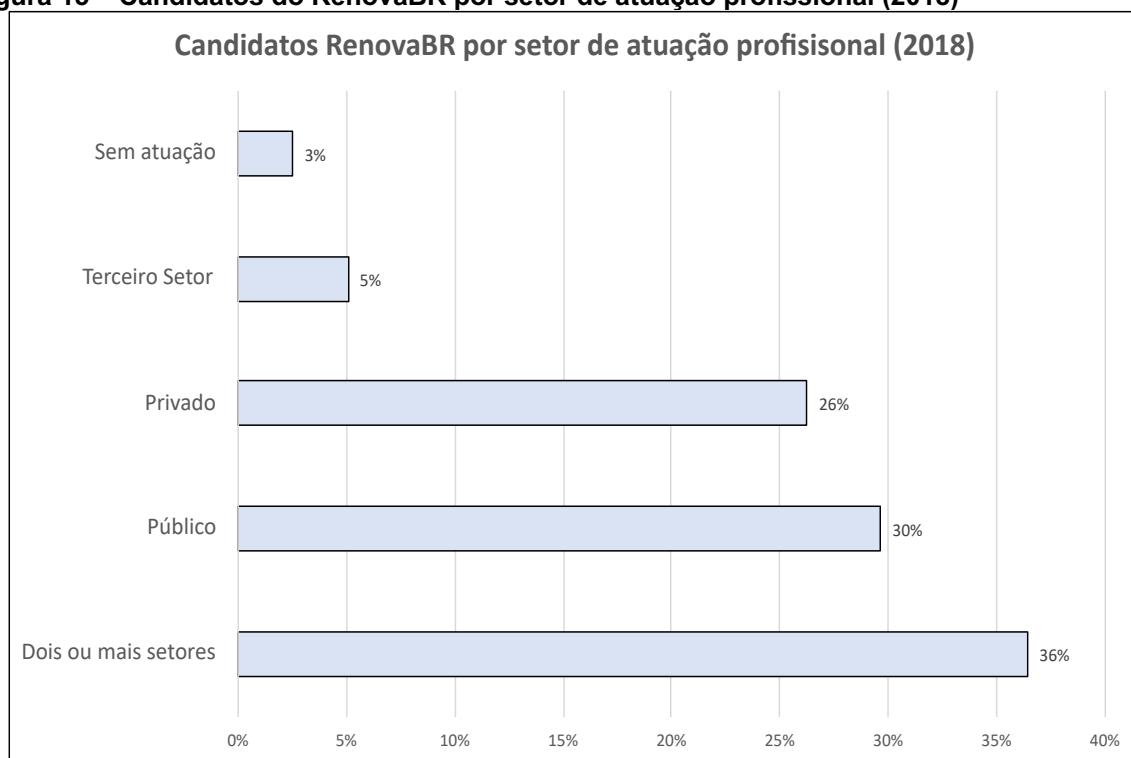
Em seguida é expressivo o número de analistas, tecnólogos e especialistas. Com 14% dos casos, essas categorias envolve profissionais do setor privado ou público cuja ocupação principal envolva um saber técnico claro e que não seja de liderança. Incluem-se aqui consultores, analistas de políticas públicas, auditores, economistas, engenheiros, dentre outros profissionais especializados. Os profissionais liberais são o quarto maior subgrupo, com 9% dos indivíduos. São considerados aqui apenas os profissionais autônomos com formação universitária, registro em conselhos profissionais ou no ministério do trabalho e atuação no setor privado<sup>86</sup>. Os 36% restante dos casos se distribuem em nove categorias.

Dado a ênfase no enraizamento na sociedade civil do Renova, chama atenção o baixo número de empreendedores sociais e cívicos (4%) e de profissionais do

<sup>86</sup> Assim, médicos concursados atuando exclusivamente na rede pública, procuradores municipais (advogados públicos), arquitetos e engenheiros de órgãos públicos não são considerados como profissionais liberais.

terceiro setor (3%). Os primeiros são Indivíduos que, até a candidatura, fundaram ou lideraram organizações ou iniciativas de impacto social, com atuação estruturada e reconhecida no enfrentamento de problemas públicos<sup>87</sup>. Os últimos são funcionários de ONGs, fundações, institutos ou organizações de movimento social formalizadas, mas que não desempenham o papel de liderança ou de fundação da iniciativa. Isso, no entanto, não deve ser entendido como sinal de ausência de engajamento civil. Mas, que somente uma parcela diminuta dos renovadores o fazem de forma exclusiva, *predominando itinerários híbridos, multiposicionadas e de atuação intersetorial* – como revelam os dados a seguir analisados.

**Figura 15 – Candidatos do RenovaBR por setor de atuação profissional (2018)**



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A primeira dessas características, a circulação intersetorial, pode ser constatada na distribuição dos renovadores por setor de atuação profissional (Figura 15). O gráfico acima mostra que 36% dos renovadores atuaram simultaneamente em dois ou mais setores antes da candidatura – público, privado e/ou terceiro setor. Esse dado supera isoladamente os percentuais daqueles que atuaram exclusivamente no setor

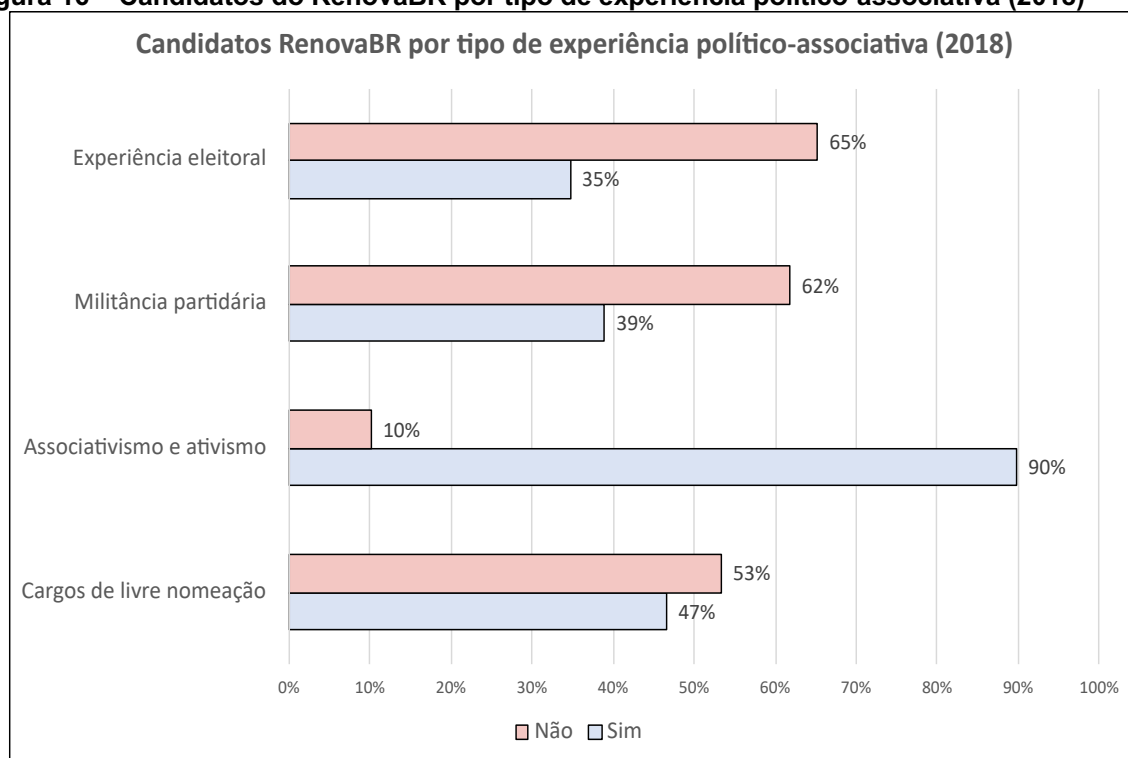
<sup>87</sup> A categoria abrange iniciativas formais ou híbridas entre ativismo, cultura, educação, política institucional e inovação comunitária, sobretudo em contextos periféricos ou de exclusão social.

público (30%) ou privado (26%). Nota-se, ainda, a presença relativamente reduzida do terceiro setor (5%) como espaço exclusivo de atuação. Por fim, os 3% que não declararam setor de atuação correspondem a indivíduos cuja ocupação principal é a de estudante. São jovens com menos de 25 anos, cursando graduação ou mestrado, que se destacam pelo engajamento como lideranças em movimentos estudantis e juventudes partidárias.

A circulação intersetorial, observada entre os renovadores, expressa, por um lado, carreiras marcadas pela mobilidade e pela versatilidade. Por outro – e isso é o mais significativo –, revela o acúmulo de experiências que qualificam esses atores para exercer funções de mediação entre esferas distintas da vida social. Ao transitar entre os setores público, privado e do terceiro setor, eles ocupam uma posição privilegiada que lhes permite traduzir lógicas institucionais diversas e atuar como ponte entre mundos heterogêneos. Essa capacidade de “falar várias línguas” – técnica, política, corporativa e social – constitui um recurso importante, tanto no contexto eleitoral, ao angariar apoio de diferentes públicos, quanto no eventual exercício do mandato, onde a habilidade de mediação se converte em ativo político e institucional.

Por fim, o exame das experiências político-associativas dos renovadores também aponta para o caráter híbrido da atuação do grupo bem como sua multiposicionalidade (Figura 16). Dessas, a que mais se sobressai é o índice de associativismo: nove a cada dez candidatos possuem algum vínculo com alguma modalidade de associativa. Foi adotada uma definição abrangente e instrumental de associativismo visando captar as diversas formas pelas quais esses indivíduos se organizam coletivamente seja com finalidades explicitamente políticas ou não. Levou-se em conta a participação em ONGs, sindicatos, associações profissionais, organizações patronais, conselhos de políticas públicas, defesa de causas, ativismos social ou político, associações religiosas, culturais, filantrópicas, dentre outras. Ao total, foram mapeados 15 tipo associativos, que serão analisados no capítulo seguinte. Por ora, basta indicar a forte prevalência do engajamento cívico entre os candidatos estudados. E o fato deste se dar em paralelo a suas carreiras profissionais, sendo, em muitos casos, complementares ou extensões destas. Essa articulação entre profissão e engajamento não é propriamente uma exclusividade dos renovadores, mas um traço do ativismo contemporâneo, como apontado em outros trabalhos (Costa, Vaz e Menezes, 2023; Petrarca, 2013, 2016).

**Figura 16 – Candidatos do RenovaBR por tipo de experiência político-associativa (2018)**



*Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.*

Situada na interseção entre profissão e política, a ocupação de cargos de livre nomeação no setor público aparece não os percursos sociais de quase metade dos renovadores, como mostra o gráfico acima (Figura 16). Esses cargos, também conhecidos como cargos comissionados, são posições de confiança preenchidas por nomeação direta da autoridade competente, frequentemente associadas a funções de chefia, direção ou assessoramento. Na presente pesquisa, foram incluídos nessa categoria tanto indivíduos sem vínculo permanente com o Estado quanto servidores públicos concursados que, ao longo de sua carreira, ocuparam funções de confiança por indicação política ou administrativa. Trata-se, portanto, de um marcador importante de inserção institucional e acesso a redes decisórias, independentemente da origem funcional do agente. A experiência nesse tipo de cargo amplia o capital político dos indivíduos, conferindo prestígio, visibilidade e familiaridade com os circuitos da administração pública. No caso dos renovadores, a experiência em cargos desse tipo reforça o perfil de agentes híbridos e multiposicionados, que circulam entre espaços técnico-profissionais e políticos.

As duas últimas experiências analisadas – a militância partidária e a participação em eleições anteriores – revelam a proximidade de parte significativa dos

renovadores com o sistema partidário (Figura 16). A pesquisa constatou que 39% dos candidatos apoiados pelo RenovaBR possuem histórico de atuação em partidos políticos. Além disso, 35% já haviam disputado uma eleição antes do pleito de 2018, sendo as eleições municipais de 2016, na maioria dos casos, a porta de entrada para a arena eleitoral. Essas experiências ocorreram, em geral, em legendas não hegemônicas e/ou de fundação recente, como será analisado em maior profundidade no próximo capítulo. De todo modo, os dados sugerem que a socialização partidária teve papel relevante na formação de parte considerável dos renovadores, o que permite dizer que a crítica aos partidos implícita ao discurso da renovação não implica em um tipo de antipartidarismo: não se trata de uma rejeição absoluta aos partidos, mas de uma crítica direcionada às siglas tradicionais que ocupam o núcleo do sistema político.

Todas essas experiências revelam um grupo caracterizado por elevado nível de engajamento público e significativa inserção institucional. Trata-se de perfis que combinam, de forma simultânea, credenciais técnicas, atuação política e trânsito por diferentes esferas da vida social. Nesse contexto, predominam percursos sociais híbridos, multiposicionados e com circulação intersetorial. Essa composição complexa confere aos renovadores a capacidade de navegar entre lógicas institucionais diversas, ao mesmo tempo em que sustentam um discurso de ruptura com a política tradicional.

### *3.1.3 Entre ideologia e pragmatismo: a alocação partidária em 2018*

Tendo entendido o background dos candidatos renovadores, o próximo passo é dar conta de suas alocações partidárias. Como já exposto aqui e apontado por outros trabalhos (Moura, 2019; Silva, 2023; Silva e Silva, 2024), o enquadramento do problema da Representação Política elaborado pelo RenovaBR elege como âmbito de intervenção a própria constituição do representante, muito mais do que as instituições representativas. Assim, o problema da Representação política é apresentado como um problema de escala individual e que exige uma solução nessa mesma esfera: são indivíduos corrompidos que fazem problemáticas as instituições, bastando a substituição destes por equivalentes virtuosos para mudar o quadro. Partidos políticos, nessa lógica, são uma peça secundária na solução dos problemas. Ao mesmo tempo, a filiação partidária é uma condição obrigatória para a inscrição da

candidatura, conforme a legislação eleitoral brasileira. Por isso, o RenovaBR deixa seus apoiados livres para decidirem a qual legenda vão se filiar, inclusive promovendo encontros entre partidos e seus alunos<sup>88</sup>.

Essa escolha, do ponto de vista da candidatura, evidentemente, não é aleatória, mas se orienta por fatores como identificação ideológica com o partido, os incentivos e constrangimentos que as estrutura partidária apresentam em cada estado (e que variam em uma mesma legenda), o comportamento do partidário ou seus objetivos, dentre outros. Sendo assim, analisar a distribuição dos renovadores entre os partidos é um meio de entender os alinhamentos políticos e estratégias eleitorais das bases sociais desse “movimento”. Por isso, esta seção examina a inserção eleitoral dos candidatos apoiados pelo RenovaBR nas eleições de 2018, com foco nas legendas pelas quais concorreram, nas orientações ideológicas dos partidos escolhidos bem como seus objetivos.

A análise dessas variáveis permite compreender de que modo os renovadores se posicionaram no sistema partidário brasileiro e como articularam seu discurso de “renovação” com a lógica das legendas disponíveis. Para tanto, parte-se da ideia de que, se os partidos são “portadores de uma visão de mundo e de um programa que a reflita”, a ideologia partidária funciona como um “atalho cognitivo” para estas acionado no momento do voto e na atuação institucional (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023, p. 3), mas também no ato de filiação partidária. Por isso, a ideologia partidária é aqui tomada como um atalho cognitivo para a visão política dos candidatos renovadores.

Para classificar ideologicamente os partidos dos renovadores, recorreu-se ao estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). O trabalho classifica os partidos políticos brasileiros com base em um *expert survey*, realizado junto à comunidade da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. A classificação de partidos é um tema que suscita muitos debates e possui muitas estratégias de apreensão do fenômeno, cada uma com suas vantagens e limitações. Esse estudo foi escolhido por se encaixar melhor com os objetivos desta pesquisa. Primeiro porque se restringe ao cenário brasileiro e tem como referência o mesmo ano das eleições em análise.

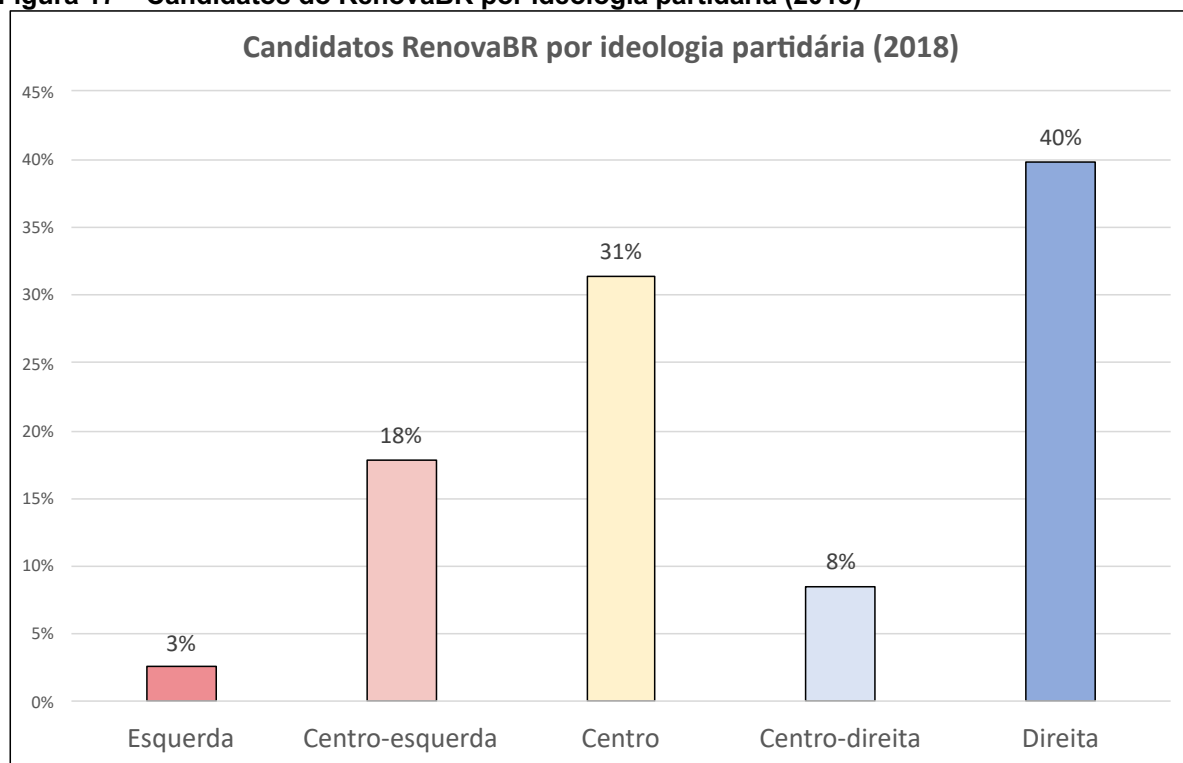
---

<sup>88</sup> Esses eventos, chamados de “dinâmicas de convencimento”, foram registrado pela coluna *Poder em jogo*, assinada por Lydia Medeiros, da edição impressa do jornal O Globo (31/01/2018). A colunista relata que “Os partidos políticos estão procurando os bolsistas (...) RenovaBR para convencê-los a se filiar e disputar as eleições”. Até a data da coluna, dirigentes do NOVO, do PPS e da REDE haviam participado das “dinâmicas”.

Diferente de Coppedge (1997), por exemplo, que tenta abarcar os partidos de toda a América Latina e em diversas épocas.

Além disso, o estudo de Bolognesi de seus colaboradores traz uma classificação abrangente para todos os partidos brasileiros, mesmo aqueles com pouca ou nenhuma representação no Congresso Nacional, o que é valioso para o estudo de um grupo deveras disperso no sistema partidário, como é o caso aqui. Nesse sentido, Zucco e Power (2019), que também fazem um estudo para o contexto brasileiro no mesmo período, mas com base na autopercepção do parlamentares, examinam apenas os partidos que contam com representação significativa no Câmara (partidos efetivos), o que deixaria parte considerável dos partidos aqui mapeados sem classificação. Finalmente, o trabalho também classifica os partidos a partir de seus objetivos ou comportamento, o que é especialmente útil considerando os limites da classificação ideológica, especialmente em um sistema partidário fragmentado e opaco como o caso brasileiro (Abranches, 1988; Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023; Zucco e Power, 2019).

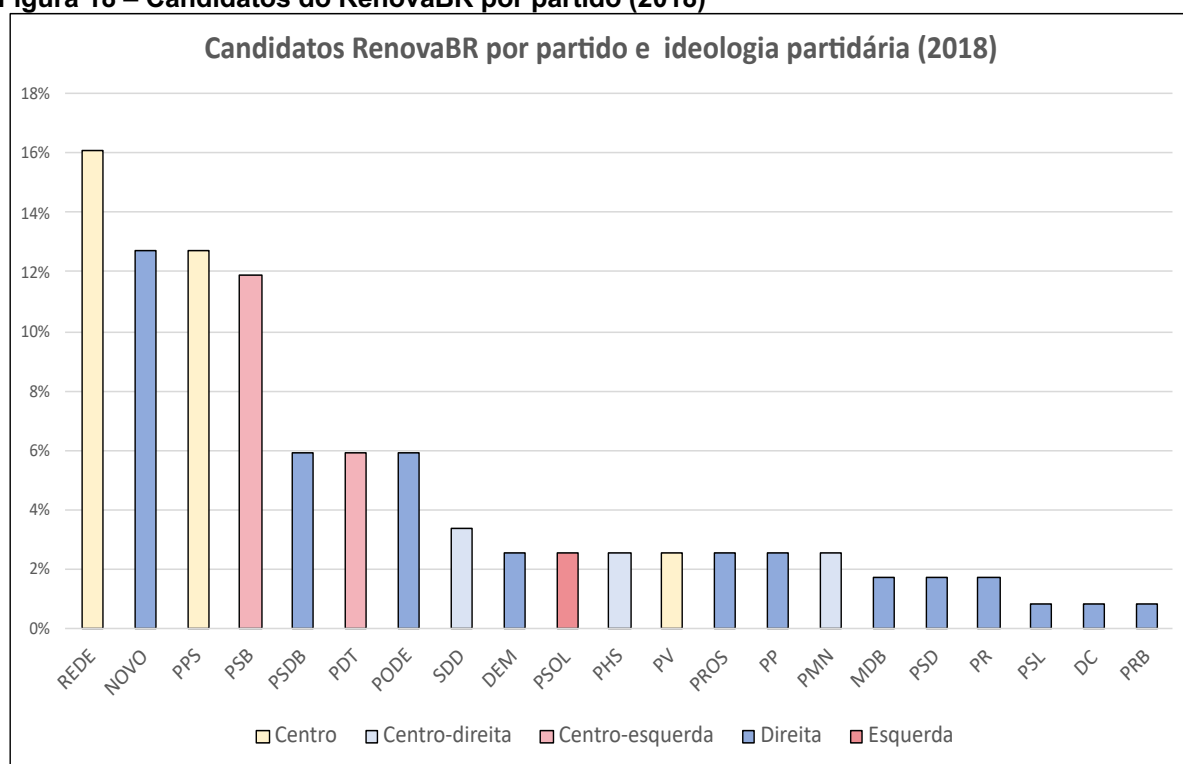
**Figura 17 – Candidatos do RenovaBR por ideologia partidária (2018)**



*Fonte: elaboração própria a partir do TSE e de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).*

Tomando as ideologias partidárias como atalhos cognitivos para a visão política dos renovadores, percebe-se a clara tendência a direita do grupo. O gráfico da figura 17 mostra a distribuição das candidaturas renovadores conforme a ideologia partidária nas eleições de 2018. Percebe-se aí uma preferência por partidos de direita por parte de 40% dos candidatos. Outro grupo significativo, com 31% dos casos, optou por uma legenda de centro. 18% estão em partidos de centro-esquerda e 8% nos de centro-direita. Apenas inexpressivos 3% aderiram a siglas de esquerda. Ou seja, enquanto o posicionamento à direita é livre, há uma aparente interdição aos partidos de esquerda, que só aparecem em suas versões mais moderadas, próximas do centro político

**Figura 18 – Candidatos do RenovaBR por partido (2018)**



*Fonte: elaboração própria a partir do TSE e de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).*

O gráfico acima (figura 18) apresenta um quadro mais nuançado da inserção partidária do grupo analisado ao desagregar as legendas por ideologia. Como se vê, o quadro partidário é amplo: os indivíduos se distribuem em 21 legendas, confirmando o suprapartidarismo declarado da organização. Todavia, como já foi indicado, o suprapartidarismo não é supraideológico. A Rede Sustentabilidade lidera as filiações, com 19 candidatos, equivalendo a 16% do total. Em seguida, o liberal NOVO e o centrista PPS, atual CIDADANIA, empatam com 15 candidaturas renovadoras cada

(13%). As demais candidaturas se distribuem em uma miríade de legendas que incluem partidos de expressão nacional, como o PSDB, o PDT, o PSOL, o MBD, o PSD, o DEMOCRATAS. Mas o predomínio é claramente de legendas mais desconhecidas de direita e centro-direita – PHS, DC, PMS, SDD, PROS etc. – que chegam a reunir perto de um terço dos candidatos.

O predomínio da REDE e do NOVO como destino de muitas candidaturas do RenovaBR é facilmente compreendido à luz do contexto de emergência dos MRP e da luta pela Renovação, tratado no capítulo 02. Ambos os partidos foram criados com o discurso de afastamento dos partidos tradicionais e de renovação política. O capítulo mostrou, nesse sentido, como a campanha presidencial de Eduardo Campos (PSB) e de Marina Silva – fundadora e principal liderança da REDE –, em 2014, apropriou-se do rótulo da “nova política” como estratégia para captar o sentimento de frustração com a política tradicional, amplificado pelos protestos de 2013. Essa operação discursiva influenciou o surgimento de diversas organizações que, nos anos seguintes, transformaram essa bandeira eleitoral em um projeto político estruturado: os próprios MRP, entre os quais se destaca o RenovaBR. Sendo assim, a REDE, que foi criada em 2013, mas só obteve registro em 2015, se abriu para a filiação de membros de diversos grupos de renovação, inclusive firmando cartas-compromisso com alguns deles<sup>89</sup>.

O NOVO, por sua vez, também é parte importante do ecossistema da Renovação, mas a partir de um viés liberal. Assentado em redes de ativismo liberal, o NOVO começou a ser articulado em 2011, obtendo sua formalização em 2015. Gestou o discurso de renovação desde seus primórdios e, com os protestos de 2013, ganhou projeção. O próprio fundador e então líder do RenovaBR, Eduardo Mufarej, foi um dos fundadores e articuladores do NOVO, afastando-se mais tarde da legenda. Mas, de toda forma, suas relações com o partido certamente operaram como uma ponte entre a sigla e o Renova, como apontam os dados da pesquisa.

O PPS, por sua vez, viu na aproximação com os MRP uma oportunidade de consolidar seu reposicionamento no sistema partidário. Fundado em 1992, como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Popular Socialista (PPS)

---

<sup>89</sup> Diversas notícias registram a aproximação da REDE com diversos grupos de renovação (*O Globo*, 23/01/2018; *Folha de São Paulo*, 17/01/2018, 26/02/2018, 14/03/2018). Além do RenovaBR, são registradas negociações com Acredito, Agora! e Livres. Com os dois primeiros, as conversas culminaram com a assinatura de cartas compromisso com as organizações, garantindo independência aos membros filiados.

têm suas raízes no campo da esquerda. Na década de 2000, contudo, foi se movendo ao centro. Apoiou os governos petistas no início, compondo sua coalizão. Mas se afastou oficialmente em 2004, quando entregou seus cargos e passou à oposição. Em 2018, como parte desse processo de reorganização, o PPS investiu na filiação de membros de grupos de renovação para “oxigenar” a imagem do partido nas eleições, buscando nomes junto ao RenovaBR, ao Acredito, ao Agora! e ao Livres. Inclusive, aceitando uma “relação sem exclusividade” com alguns desses grupos com os quais assinou cartas-compromisso (*O Globo*, 23/01/2018, 31/01/2018; *Folha de São Paulo*, 17/01/2018). O ápice do processo foi *rebranding* partidário no ano seguinte, quando passou a se chamar Cidadania.

Uma ausência é eloquente no gráfico: o Partido dos Trabalhadores<sup>90</sup>. Nenhum dos candidatos apoiados pelo RenovaBR em 2018 estava filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que não parece ser um dado contingente, mas sim expressão de um posicionamento político mais profundo. Desde 2003, o partido ocupava o governo federal – primeiro com Lula, depois com Dilma Rousseff – e, nesse período, consolidou-se como o principal expoente da política institucional no país<sup>91</sup>. Com isso, o PT passou a ser fortemente identificado ao “sistema político” que os discursos da “nova política” buscavam contestar. A crítica à “velha política” promovida pelo RenovaBR, ainda que formalmente “suprapartidária”, se alinha a um diagnóstico difuso (amplificado nas ruas em 2013 e reforçado pela Operação Lava Jato) que associava o PT ao loteamento de cargos, ao fisiologismo e à corrupção.

Nesse contexto, a ausência de renovadores petistas expressa não apenas um recorte ideológico, mas também uma escolha estratégica e seletiva dos candidatos, que procuraram se dissociar de partidos percebidos como símbolos da política tradicional que se pretendia superar. Cabe notar, ainda, que as próprias bases políticas e sociais dos MRP são originárias da oposição ao PT, seja a partir de agendas alinhadas à direita, seja a partir de críticas da esquerda, centradas na

---

<sup>90</sup> Essas considerações também explicam a ausência de filiados ao PC do B, partido que atua em forte sinergia com o PT.

<sup>91</sup> Sobre o papel do PT como partido central na consolidação da política institucional brasileira após a redemocratização, ver especialmente Singer (2012), que analisa o lulismo como uma nova forma de articulação entre Estado e classes populares; Avritzer (2017), que discute a transformação do sistema partidário e a centralidade do PT na estrutura de governabilidade; e Nobre (2013), que interpreta a crise da democracia representativa no Brasil a partir da dificuldade dos partidos, em particular o PT, de responder às pressões por renovação política após os protestos de 2013.

burocratização partidária e na conciliação promovida pelos governos petistas – isto é, seus *legados contraditórios* (Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019).

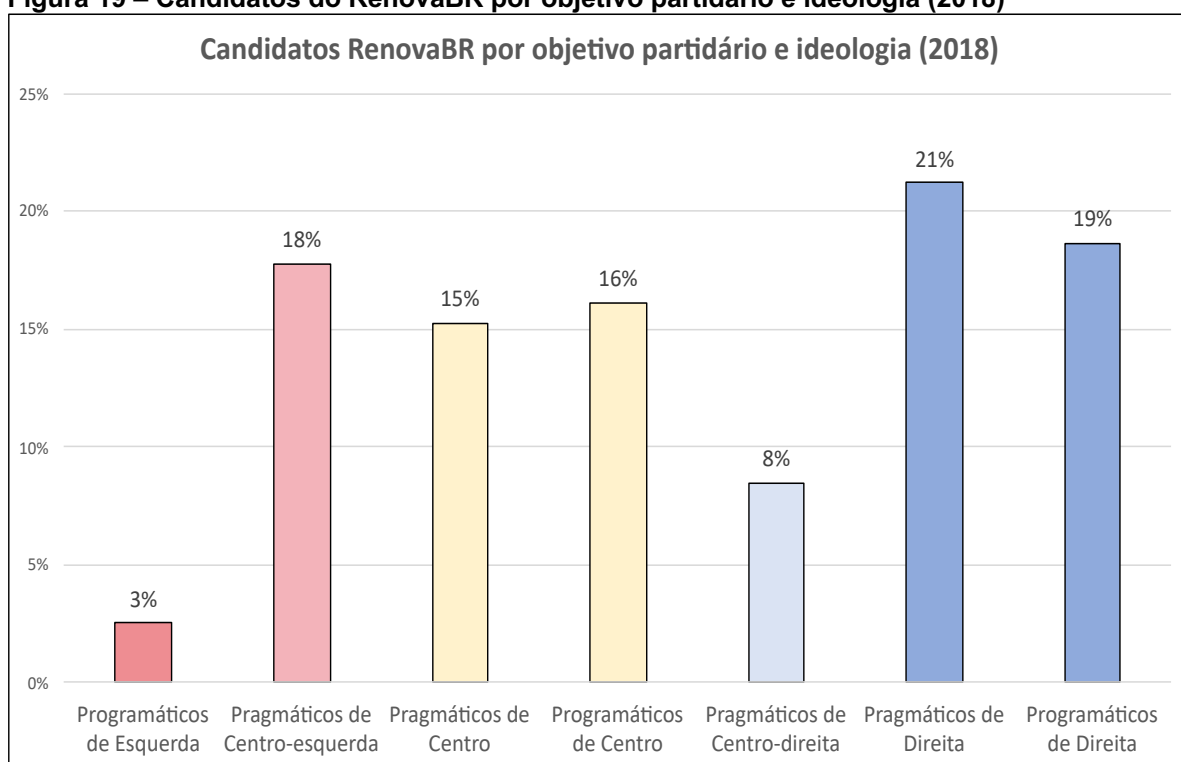
Ironicamente, diversos partidos fisiológicos envolvidos nos escândalos de corrupção da era petista passaram ao largo da crítica dos renovadores no momento da escolha da legenda pela qual iriam se candidatar, como evidencia o gráfico da figura 18. Partido fisiológico é uma categoria específica do contexto político brasileiro que designa agremiações cujos membros atuam com autonomia individual, subordinando o partido aos seus interesses pessoais. Nessas organizações, o partido não estrutura a ação dos candidatos, mas opera como instrumento de uso particular, com ênfase em práticas paroquiais, vínculos eleitorais individualizados e atuação parlamentar marcada pelo pragmatismo. Diferencia-se dos partidos personalistas, centrados em líderes carismáticos, e dos clientelistas, organizados em redes hierárquicas e controladas a partir da cúpula partidária (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023, p. 22).

A chave para compreender essas escolhas partidárias, muitas vezes marcadas por aparentes contradições, está na interseção das ideologias com os objetivos partidários. O cruzamento dessas duas dimensões revela que o alinhamento eleitoral dos renovadores segue uma lógica que combina afinidade ideológica com a legenda e o posicionamento estratégico no sistema partidário: ora privilegia a convergência programática com determinados campos ideológicos, ora responde a cálculos pragmáticos relacionados à viabilidade eleitoral, à disponibilidade de legenda ou ao grau de abertura à “renovação”. Muitas vezes, essas duas dinâmicas se combinam, o que é compreensível diante do quadro de fragmentação e volatilidade do sistema partidário brasileiro, onde predomina um conjunto de legendas fisiológicas ou pouco programáticas, sobretudo à direita e centro-direita do espectro político.

Para além do posicionamento ideológico no espectro esquerda-direita, o gráfico abaixo (Figura 19) também classifica os partidos segundo seus objetivos organizacionais predominantes. Inspirado na tipologia proposta por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), distingue-se dois modelos ideais de ação partidária: o programático e o pragmático, que se combinam com a ideologia. Os partidos programáticos se voltam à defesa de uma agenda política e ideológica, ainda que isso implique custos eleitorais ou exclusão de coalizões de governo. Já os partidos pragmáticos se orientam principalmente pela busca de cargos e participação em governos, mesmo à custa de concessões programáticas ou de coerência ideológica. No primeiro caso, a

lógica é *policy-seeking*: a ocupação do Estado é vista como meio para realizar propostas previamente definidas. No segundo, a lógica é *office-seeking*: a inserção institucional e a sobrevivência eleitoral são priorizadas em detrimento da coerência política. Essa classificação permite qualificar melhor as escolhas partidárias dos renovadores, ao evidenciar que, muitas vezes, a filiação se dá tanto em função de afinidades ideológicas quanto da disposição do partido em acolher candidaturas externas ou “independentes”, traço típico das legendas pragmáticas.

**Figura 19 – Candidatos do RenovaBR por objetivo partidário e ideologia (2018)**



Fonte: elaboração própria a partir do TSE e de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

Uma parte expressiva dos candidatos do RenovaBR, 49% do total, concentra-se em partidos classificados como pragmáticos de centro e centro-esquerda (33%) ou programáticos de centro (16%). O primeiro grupo inclui PSB, PDT, PPS e PV, historicamente situadas no campo progressista, mas que, ao longo do tempo, passaram por processos de moderação ideológica e deslocamento em direção ao centro do espectro político. Em comum, esses partidos compartilham origens à esquerda, mas carecem do enraizamento social e da organicidade partidária presentes em siglas como o PT ou o mesmo o PCdoB. Essas legendas se mostraram receptivas à pauta da renovação política e funcionaram como abrigo institucional para

o setor mais progressista dos renovadores<sup>92</sup> – aqueles que articulam o discurso de “modernização” econômica com a defesa da justiça social. Já a REDE, embora classificada como programática de centro, compartilha com essas legendas um perfil ambivalente: mantém um programa claro em relação à agenda ambiental, mas adota posições mais abertas e pragmáticas em outros temas, especialmente na economia<sup>93</sup>. Por isso, faz sentido pensar esses dois subgrupos de forma articulada, compondo um bloco que combina identidade política moderada no que se refere a justiça social e ambiental com flexibilidade programática na agenda econômica.

Outro grupo significativo de candidaturas do RenovaBR, com 29% dos casos, se vinculou a partidos pragmáticos de direita e centro-direita. Trata-se de legendas que compõem a maioria do sistema partidário brasileiro, caracterizadas por sua baixa programaticidade, alta flexibilidade ideológica e forte inserção no jogo institucional por meio da ocupação de cargos e alianças governamentais. Esses partidos são, em geral, numerosos, pouco conhecidos do eleitorado e marcados por sucessivas trocas de nome ou fusões recentes, o que contribui para sua escassa identificação pública e reforça sua “passabilidade”. Isto é, a capacidade de se apresentarem como espaços neutros ou transitórios para candidaturas que desejam evitar rótulos ideológicos mais definidos. Nesse sentido, funcionam como plataformas pragmáticas que absorvem os renovadores por critérios de oportunidade e viabilidade eleitoral, mais do que por alinhamento programático. A escolha dessas legendas, portanto, revela um uso instrumental da filiação partidária por parte de parte dos renovadores, que buscam maximizar suas chances eleitorais em um ambiente altamente fragmentado e permeado por partidos de baixa densidade ideológica.

O último grande grupo de legendas escolhidas pelos renovadores corresponde aos partidos programáticos de direita, que abrigaram 19% dos candidatos. É composto pelos filiados ao NOVO e o PSDB, cada um com significados distintos dentro do ecossistema da renovação política. O NOVO, como discutido em seções anteriores, exerce papel central na conformação do campo da “nova política”, funcionando como uma de suas bases institucionais fundadoras. Com forte apelo liberal na economia, o partido construiu sua identidade em torno da defesa da

---

<sup>92</sup> Além de PPS e REDE, PDT e PSB também assinaram as cartas-compromisso com membros do Acredito e do Agora!, que também faziam parte do RenovaBR, como Tábata Amaral e Felipe Rigoni.

<sup>93</sup> Ilustra bem isso a defesa da autonomia do Banco Central por Marina Silva em sua campanha presidencial de 2014.

eficiência administrativa, da moralização da política e da redução do Estado, articulando um discurso tecnocrático, anti-Estado e pró-mercado.

O PSDB, por sua vez, embora mais tradicional, também aparece como uma escolha programática relevante: trata-se do principal partido de direita surgido no processo de redemocratização, tendo exercido papel central na oposição ao PT ao longo das últimas décadas. Em 2018, apesar de atravessar uma crise de identidade, o PSDB ainda carregava a aura de “direita histórica”, com quadros reconhecidos e redes estruturadas, e passava por tentativas de renovação interna. Entre eles, o movimento Onda Azul, que buscava atrair novos nomes e reposicionar o partido diante do desgaste do sistema político. A presença de renovadores nesses partidos indica que parte do campo da renovação não apenas dialoga com pautas liberais, mas também valorizam estruturas partidárias minimamente organizadas e identificáveis no sistema.

O grupo dos partidos programáticos de esquerda é o menos representado entre os candidatos do RenovaBR, concentrando apenas 3% das filiações, todas vinculadas ao PSOL. Essa presença residual reflete um afastamento estrutural entre o RenovaBR e os partidos de esquerda com forte identidade programática, como o próprio PSOL, o PT e o PCdoB. Tal distanciamento é alimentado por desconfianças mútuas: de um lado, muitos renovadores evitam filiações ao PT e ao PC do B pelas razões aqui já expostas; de outro, as siglas da esquerda tendem a rejeitar a entrada de quadros formados por programas como o RenovaBR, devido a seus vínculos com o empresariado e ao discurso fiscalista e pró-mercado.

Em alguns casos, essa rejeição se manifesta de forma institucional, com sanções ou vetos diretos à participação de filiados em programas de renovação, como ocorreu com a candidata Thais Ferreira, que enfrentou resistência pública dentro do PSOL por ter participado da formação do RenovaBR e, em 2020, quase teve sua candidatura barrada<sup>94</sup>. Esse quadro reforça a ideia de que os MRP ocupam um espaço político ambíguo: embora se apresentem como suprapartidários, são mais bem recebidos por partidos de direita, com baixa densidade programática ou por aqueles em busca de reposicionamento estratégico no sistema político, como os pragmáticos de centro e centro-esquerda. Além disso, tendem a ser vistos com

---

<sup>94</sup> O episódio é relatado em uma matéria do *UOL Notícias* (Gonçalves, 2020)

ceticismo por estruturas partidárias fortemente ideologizadas e organizadas – com exceção da REDE e do NOVO.

#### *3.1.4 Em defesa do quê? As campanhas eleitorais em 2018*

Se os partidos funcionam como plataformas de inserção institucional, é na campanha eleitoral que as candidaturas constroem seu sentido público. Sendo assim, esta seção se debruça sobre as pautas mobilizadas pelos renovadores em suas mídias sociais durante o período eleitoral de 2018. Em conjunto, essas pautas revelam muito mais do que as preferências programáticas de cada candidato: elas iluminam os sentidos políticos atribuídos à própria ideia de “renovação”.

Pautas eleitorais englobam conjuntos de ideias em uma área específica veiculadas pelas candidaturas renovadoras durante o período eleitoral na tentativa de conquistar o voto do eleitor. Envolve assim uma gama muito ampla de coisas: da proposição de projetos mais elaborados e específicos a compromissos difusos com a defesa de grupos sociais e setores da economia, passando por promessas de promover e defender valores e causas no exercício do mandato. Enfim, todo um estoque possível de discursos acerca daquilo que se almeja fazer, propor, defender e promover a partir de um cargo eletivo.

As pautas resultam de uma codificação direta, realizada já na coleta de dados devido a ampla variedade de ideias e discursos promovidos durante a campanha eleitoral. O objetivo foi tornar inteligível a dimensão ideológica e programática das candidaturas agregando as postagens eleitorais em categorias mais amplas. O resultado foi um conjunto de 18 códigos bases – as pautas eleitorais –, o qual foi sistematizado em três níveis<sup>95</sup>. O mais básico é o das pautas propriamente ditas – unidades elementares da análise, identificam áreas de interesse e de atuação. O mais amplo é o dos eixos temáticos, que indicam quatro famílias de pautas definidas pela afinidade: sistema político, políticas públicas, economia e defesa de causas, direitos e grupos. Por fim, a especificação, quando necessária, caracteriza a pauta desagregando-a para conferir concretude, direção e/ou distinção às abordagens

---

<sup>95</sup> Esse sistema de códigos foi elaborado durante a coleta dos dados a partir da avaliação qualitativa do pesquisador, que criou, renomeou, agregou, desagregou e hierarquizou os códigos para adequá-los ao material empírico que ia sendo encontrado, conforme as recomendações de Friese (2019), adaptadas para o contexto da pesquisa. O Apêndice A descreve em detalhes cada um desses códigos.

dentro de uma mesma pauta. A tabela 01 abaixo apresenta esse sistema, bem como os resultados da pesquisa.

**Tabela 1 – Pautas eleitorais dos Candidatos do RenovaBR nas eleições de 2018**

<b>Eixo temático</b>	<b>Pauta eleitoral (especificação)</b>	<b>N<sup>96</sup></b>	<b>%</b>	
<b>Sistema Político</b>	Renovação política	47	40	
	Reforma do Estado e do sistema político	41	35	
	Combate a corrupção	37	31	
	Participação cidadã e transparência no mandato	26	22	
	Representatividade de grupos minorizados <i>Mulheres (9, 9%), Negros (4, 4%), Indígenas (1, 1%), Jovens (1, 1%)</i>	15	13	
	Antipetismo	5	4	
	Defesa da democracia e do estado de direito	2	2	
	<b>Candidatos no eixo</b>	<b>85</b>	<b>72</b>	
	<b>Políticas Públicas</b>	Políticas sociais <i>Educação (48, 40%), Saúde (23, 19%), Juventude e Infância (10, 8%), Outras (25, 21%)</i>	106	90
		Segurança pública <i>Preventiva (9, 8%), Repressiva (5, 4%), Genérica (5, 4%), Ambivalente (4, 3%)</i>	23	19
Urbanização e infraestrutura		11	9	
<b>Candidatos no eixo</b>		<b>73</b>	<b>62</b>	
<b>Economia</b>	Política econômica <i>Liberal (24, 20%), Social-liberal (18, 15%), Desenvolvimentista (4, 3%)</i>	46	39	
	Empreendedorismo e economia criativa	23	19	
	Defesa de setores da economia	8	7	
	<b>Candidatos no eixo</b>	<b>61</b>	<b>52</b>	
<b>Defesa de causas, direitos e grupos</b>	Direitos de grupos minorizados <i>Mulheres (11, 9%), Negros (8, 7%), PCD (7, 6%), Outros (6, 5%)</i>	32	27	
	Causas conservadoras <i>Anti-aborto (5, 4%), Armas de fogo (4, 3%), Família tradicional (3, 3%), Outras (5, 3%)</i>	18	15	
	Sustentabilidade e Meio Ambiente	11	9	
	Categorias profissionais	9	8	
	Desenvolvimento e representação regional	6	5	
	<b>Candidatos no eixo</b>	<b>46</b>	<b>39</b>	
<b>Total de Candidatos</b>		<b>118</b>	<b>100</b>	
<b>Total de Pautas</b>		<b>466</b>	<b>–</b>	
<b>Casos omissos</b>		<b>16</b>	<b>3</b>	

*Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.*

<sup>96</sup> Para uma leitura mais intuitiva, os números referem-se ao quantitativa de candidaturas propondo/defendendo uma determinada pauta em sua campanha. Os percentuais foram calculados com base no total de candidatos.

Foram mapeadas 466 pautas eleitorais veiculadas por 102 candidatos renovadores. Por outro lado, a pesquisa encontrou 16 casos omissos, relacionados a exclusão das postagens de campanha, dos perfis nas mídias sociais, da inacessibilidade destes (perfis privados) ou da ausência de outras fontes que permitissem a identificação dos temas eleitorais da candidatura. A média de pautas por candidato, excluindo os omissos, é de, aproximadamente, cinco, podendo ir de um até 11 temas. Isso mostra a predominância de candidaturas pluritemáticas. De fato, isso vai se traduzir em candidatos que abordam diversos eixos de proposições: três em média aproximada.

O sistema político foi o eixo mais recorrente nas campanhas dos renovadores, aparecendo em 85 candidaturas, o equivalente a 72% do total. Em média, cada um desses candidatos abordou duas pautas relacionadas ao funcionamento político-institucional. A mais frequente foi a própria defesa da renovação política, presente em 40% das candidaturas. Em seguida, destacam-se as propostas de reforma do Estado e do sistema político (35%) e o combate à corrupção (31%), ambas centrais no repertório discursivo do grupo. Entre as demais pautas associadas a esse eixo, chama atenção a baixa incidência de discursos explicitamente antipetistas, o que pode ser interpretado como parte de uma estratégia eleitoral mais propositiva e voltada à construção de uma imagem de equilíbrio e superação da polarização, dimensão central na narrativa de legitimidade mobilizada pelos renovadores.

As políticas públicas, principal forma de entrega do Estado à população, compõem o segundo maior grupo temático nas campanhas dos renovadores. Cerca de 62% das candidaturas abordaram pelo menos uma pauta relacionada a esse eixo. Entre os 73 candidatos que trataram do tema, cada um mencionou, em média, duas categorias de políticas públicas distintas. O destaque foi para as políticas sociais, que concentram a maior parte do impacto da categoria: foram mencionadas por 90% dos candidatos, com ênfase especial nas áreas de educação (40%) e saúde (19%). Além dessas, dois outros subtemas ganharam relevância: segurança pública, presente em 23% das campanhas, e urbanização e infraestrutura, mencionada por 11% dos candidatos.

Tema central nas eleições e preocupação recorrente entre os eleitores, a economia foi abordada por cerca da metade dos candidatos do RenovaBR: 61 deles, o que equivale a 52% do total. Em média, cada um desses candidatos incluiu ao menos uma pauta econômica em sua campanha. A mais frequente foi a política

econômica em sentido amplo, presente em 39% das candidaturas, geralmente articulada a visões macroeconômicas sobre o papel do Estado e o modelo de desenvolvimento nacional. Dentro desse conjunto, foram identificadas três abordagens principais, por ordem de frequência: a liberal (24 candidatos, ou 20% do total), a social-liberal (18 candidatos, ou 15%) e a desenvolvimentista (4 candidatos, ou 3%). Não foram identificadas referências a perspectivas econômicas de esquerda, como o marxismo ou propostas de caráter redistributivo mais radical. Além dessas, destacaram-se ainda pautas voltadas ao empreendedorismo e à economia criativa (19%) e à defesa de setores produtivos específicos, como turismo, agronegócio, tecnologia, indústria e transportes (7%). A distribuição desses posicionamentos evidencia uma prevalência de visões alinhadas à racionalidade de mercado, com variações mais ou menos moderadas em termos de redistribuição e justiça social.

O último eixo envolve a defesa de causas, direitos e grupos sociais específicos. Ele foi tema de campanha para 46 candidatos renovadores, o equivalente a 39% do total. Dentro desse eixo, a pauta com maior incidência foi a dos direitos de grupos minorizados, presente em 32 candidaturas (27%), com menções voltadas a mulheres (9%), população negra (7%), pessoas com deficiência (6%) e outros segmentos historicamente marginalizados (5%). Em seguida, vêm as causas conservadoras, abordadas por 18 candidatos (15%). Em terceiro lugar, a sustentabilidade e o meio ambiente foram tematizados por 11 candidatos (9%), muitas vezes em associação à inovação urbana ou à economia verde. Outras pautas incluíram a defesa de categorias profissionais específicas (9, 8%) – principalmente policiais e militares – e o desenvolvimento regional (6, 5%), com foco em representação territorial e redução de desigualdades espaciais. No conjunto, esse eixo revela um padrão heterogêneo e fragmentado, com a defesa de direitos e valores frequentemente subordinada às trajetórias de engajamento do candidato, e não a uma plataforma coletiva consolidada no grupo.

### **3.2 O “corpo” e o “espírito” de Junho de 2013 nos Movimentos de Renovação Política**

Os dados analisados ao longo deste capítulo, ao investigar os perfis sociais e políticos dos candidatos apoiados pelo RenovaBR em 2018, evidenciaram alguns dos mecanismos sociais e políticos de legitimação e institucionalização do engajamento

cívico no Brasil contemporâneo. Eles indicam que, apesar do discurso suprapartidário e da performance de neutralidade ideológica promovida pelo RenovaBR, o perfil dos candidatos apoiados pela organização em 2018 diverge significativamente da imagem genérica e inclusiva de representante político sustentada por sua retórica institucional, sintetizada na noção de “cidadão comum” ou de “pessoas comuns”. No lugar disso, os renovadores possuem um perfil bastante delineado e distintivo. São, majoritariamente, oriundos dos estratos mais privilegiados da população: são homens e brancos, com elevado nível de escolarização, inclusive notável acesso à pós-graduação. Suas carreiras profissionais estão concentradas em ocupações especializadas e gerenciais, nos setores público e privado, com forte marca de circulação intersetorial. Em 2018, candidataram-se majoritariamente por partidos de centro e centro-direita, estruturando suas campanhas em torno da crítica ao sistema político tradicional e partidos, da defesa de reformas institucionais e da melhoria das políticas públicas, ancoradas no ideal de qualificação técnica da política.

De um modo geral, o capítulo evidenciou como o grupo dos renovadores reproduzem as propriedades do *status quo* político brasileiro em termos dos principais marcadores sociais – gênero, raça e classe. Por outro lado, eles apresentam especificidades em termos de geração, escolarização e profissionalização. São mais jovens e mais escolarizados que a média dos políticos. Também, parecem ter trilhado outro tipo de itinerário biográfico: apresentam menos experiências matrimoniais e alto investimento no mundo profissional. Sobretudo, em relação ao grau de especialização técnica observado entre eles, que raramente encontra paralelo nas “altas rodas” de Brasília, onde predomina indivíduos que, a despeito de suas formações superiores, têm como principal ocupação a atividade política (Perissinotto e Bolognesi, 2010; Perissinotto e Miríade, 2009).

Não que eles estivessem desconectados desse mundo, mas transitavam em suas fronteiras e bastidores. De fato, não há registro de exercício de cargo eletivo prévio – afinal esse é um critério de exclusão do RenovaBR. Não obstante, foi constatado um nível significativo de experiências com a política institucional, seja na militância partidária, seja nas experiências eleitorais anteriores, seja no exercício de cargos comissionados de nomeação política. Não raro, observou-se a combinação dessas três atividades. Ainda no plano das experiências políticas, os dados mostraram que se trata de um grupo que apresenta nível elevado de engajamento associativo, com experiências em organizações da sociedade civil diversas, defesa de causas,

participação em conselhos de políticas públicas, organizações de movimentos sociais, associativismo profissional, dentre outros.

Nesse aspecto, os renovadores operam uma estratégia consolidada na disputa pela representação política brasileira, a reconversão de experiências associativas em recurso político eleitoral (Coradini, 2007, 2011). Com isso, o capítulo mostra como a combinação de expertise profissional com um repertório amplo de participação é convertida em credenciais legítimas para a ocupação de cargos eletivos em uma busca pela atualização dos critérios de consagração no campo político. Nessa ótica, ao desmontar o discurso do “cidadão comum” e evidenciar os filtros sociais implicados na seleção desses novos atores, o capítulo demonstra que os MRP, para além de canalizar o engajamento pós-2013, o reconfiguram segundo lógicas específicas de profissionalização da política.

Ademais, as características das candidaturas analisadas ao longo do capítulo permitem situar os MRP no interior dos deslocamentos sociopolíticos iniciados com os protestos de Junho de 2013 e aprofundados na conjuntura crítica que se seguiu. No plano dos sujeitos, observa-se uma notável continuidade em termos de perfil social e vínculos associativos, com predominância de atores jovens, escolarizados, oriundos das camadas médias e altas e com experiência de engajamento em redes cívicas não tradicionais. No plano das ideias, esses atores encapam agendas e valores centrais daquele ciclo de mobilização: crítica ao sistema político e aos partidos, luta contra a corrupção, defesa da autogestão da sociedade civil (entendida como mais legítima que o sistema político) e o aprimoramento e ampliação de políticas públicas. De certa forma, Junho de 2013 se faz presente nos MRP em “corpo” e em “espírito”.

“Corpo”, aqui, como sinônimo dos setores sociais que “encarnam” ambos os fenômenos. Nessa perspectiva, embora a literatura concorde quanto ao caráter heterogêneo e multifacetado das bases sociais dos ciclos de 2013 e após, diversos trabalhos apontam para a emergência (ou o retorno) de um ator social há muito afastado do protagonismo dos grandes protestos de rua: as classes média e alta. Pesquisas realizadas em grandes centros urbanos brasileiros mostram a forte participação, nesses eventos, de sujeitos oriundos das camadas sociais mencionadas, identificados pela alta renda familiar. Além disso, muitos desses manifestantes se caracterizam pela baixa idade média, pelo amplo acesso à educação de nível superior e pelo histórico de participação em associações profissionais, esportivas e religiosas

bem como em organizações cívicas e filantrópicas (Alonso, 2019, 2023; Alonso e Mische, 2016; Avritzer, 2017a).

Para Avritzer (2017), trata-se, assim, de um grupo com um *padrão participativo distinto dos circuitos tradicionais de mobilização*, mais ligados às lutas redistributivas, que dominavam, até então, o campo da participação social no Brasil desde a redemocratização. Nesse sentido, Junho de 2013 marca um ponto de inflexão no campo da participação social: antes hegemônico por setores populares articulados ao Estado, ele passa a ser disputado – e progressivamente polarizado – por grupos de classe média que buscavam fazer oposição ao governo petista, principalmente pela direita (Alonso, 2017, 2019; Avritzer, 2017a; Tatagiba e Galvão, 2019), mas também à esquerda (Alonso e Mische, 2016; Bringel e Pleyers, 2015).

Passando para o plano das agendas, a literatura mostra como Junho de 2013 dissemina pela sociedade civil um conjunto de pautas difusas e até, em alguns casos, contraditórias. De um modo geral, pautou-se uma crítica ao sistema político, em especial aos partidos, reivindicou-se sua reforma e o combate à corrupção, embora estas últimas pudessem ter sentidos diversos. Ao mesmo tempo, os manifestantes demandavam mais autonomia da sociedade em relação ao Estado, tanto nos setores progressistas quanto nos conservadores:

Despite these differences, the autonomist and patriotic performances share some common traits. Both position themselves against the state and demand more autonomy for society *vis-à-vis* political institutions. And both contain a romantic trace, a sort of 'desire for community', a call for a new social foundation and form of political belonging (Alonso e Mische, 2016, p. 14).

Além disso, enquanto alguns setores defenderam a diminuição do próprio Estado, a redução de impostos, a responsabilidade fiscal e o corte de gastos do governo; outros, na contramão, pediam o aprimoramento de políticas e serviços públicos (saúde, educação, transporte, moradia) e a garantia de direitos (sexuais, raciais, de gênero, civis) (Alonso, 2023; Alonso e Mische, 2016). Como mostram Tatagiba e Galvão (2019), essas pautas continuaram fortes nos anos seguintes, especialmente as queixas contra o governo e o sistema político, que dominaram os temas dos protestos no Brasil no pós-2013.

Todos esses temas, fizeram-se presentes não apenas no discurso organizacional do RenovaBR, mas também nas campanhas dos candidatos renovadores, como mostrou o capítulo. Só que agora tudo isso aparece não mais de

forma difusa, mas como elementos interconectados dentro do projeto político da renovação. Opondo simbolicamente “nova” e “velha” política, prometendo solucionar a crise de representatividade, defendendo uma política baseada no saber técnico, os MRP chegaram as urnas em 2018 revivendo o “espírito” de 2013. Não em sua integralidade – o que é impossível diante da complexidade inerente ao fenômeno original –, mas como um recorte seletivo e eleitoralmente instrumentalizável que permitisse continuar-lhe por outros meios.

## Capítulo 04 – Decompondo a renovação: padrões associativos e as bases sociais do RenovaBR

Um dos traços distintivos das candidaturas renovadoras, como evidenciado no capítulo anterior, é o alto grau de investimento em espaços associativos e de militância. Nada menos que 90% dos renovadores de 2018 possuem, em sua trajetória, ao menos um vínculo desse tipo. Isso não só mostra a importância do recurso associativo e militante para a conformação da luta pela renovação política, mas também evidencia que os renovadores ingressam na disputa eleitoral operando uma estratégia já consolidada no universo político nacional – a reconversão do capital associativo em recurso político eleitoral (Coradini, 2007, 2011).

Para reconstituir a ecologia associativa dos MRP, este capítulo examina os vínculos associativos dos candidatos ligados ao RenovaBR nas eleições de 2018. Com ajuda das ferramentas da Análise de Redes Sociais – ARS (Crossley *et al.*, 2015; McLevey, Scott e Carrington, 2024), ele mapeia a rede associativa que se constitui em torno do RenovaBR e detecta os padrões de engajamento que a compõe bem como a lógica mais ampla que os articula. Com isso, o capítulo quer entender em que medida a institucionalização e a legitimação do engajamento cívico decorrentes de um ciclo de protestos estão, também, relacionadas a rearticulação e reorientação de redes de associativismo e participação política preexistentes

Baseia-se, para tanto, em banco de dados que mapeia as relações de participação de 118 candidaturas renovadoras em organizações da sociedade civil e/ou em modalidades de ativismo e defesa de causas. A principal fonte desses dados são plataformas online e abertas de currículos (LinkedIn e Currículo Lattes) e mídias sociais (Facebook e Instagram). Nos casos em que a busca nessas plataformas não foi satisfatório, buscou-se pelo nome do candidato no Google, na seção de notícias, e avaliou-se os resultados encontrados<sup>97</sup>. A partir dos dados relacionais, construiu-se uma rede egocentrada bimodal<sup>98</sup> em torno do RenovaBR, a qual foi analisada a partir

---

<sup>97</sup> Apenas dois casos omissos foram registrados. Neles, não foi possível determinar com alguma precisão a existência ou ausência de vínculos associativos.

<sup>98</sup> A rede é egocêntrica, pois, representa as relações de um determinado ator, o ego, com seus contatos próximos, os alteres. No caso, o RenovaBR, os candidatos por ele apoiado e as organizações/modalidades às quais estes se vinculam. Ela é, ainda, bimodal porque representa as relações entre nós de natureza distinta. No caso, pessoas/candidatos e organizações/modalidades de engajamento (Crossley *et al.*, 2015; McLevey, Scott e Carrington, 2024)

das frequências de modalidades associativas, da centralidade de grau<sup>99</sup> e da classe de modularidade<sup>100</sup>. O capítulo objetiva, em primeiro lugar, analisar a rede do RenovaBR quanto as suas modalidades de associativas predominantes, considerando a frequência dos vínculos que as compõe, e identificar seus protagonistas, a partir da centralidade de grau dos atores. Em seguida, busca decompor a rede em sub-comunidades, por meio do exame da classe de modularidade dos nós. Dessa forma, relaciona cada “módulo” da rede a um padrão associativo específico, revelando o mosaico de espaços sociais que se conectam no Renova. Por fim, o capítulo evidencia o eixo de articulação desses espaços dentro da rede da renovação política.

A despeito de sua retórica “anti-polarização”, favorável a diversidade democrática e da heterogeneidade de padrões de engajamento presentes sua rede, o capítulo argumenta que o ecossistema do RenovaBR é atravessado pelo circuito das práticas sociais das “políticas baseada em evidências” – PBE (Louro e Harari-Kermadec, 2024), que funciona como horizonte normativo que organiza as diferenças dentro dessa rede, conferindo coesão. Mais do que uma mera inclinação a uma gestão de caráter técnico, trata-se de um modo de fazer política baseado em um certo “estilo econômico de racionalidade” (p. 98) que, ancorado em pressupostos da economia política neoclássica (ou neoliberal) e na cultura da mensuração, aspira a “objetividade e neutralidade”. Nesse sentido, essa “racionalidade econômica faz da decisão política um parecer técnico” (p. 103) e, a partir disso, constrói sua eficácia política.

Apostando na gestão eficiente, na maximização de resultados e na tomada de decisão orientada por dados, a PBE consolida-se como o eixo articulador entre atores com diferentes trajetórias e posicionamentos partidários. Assim, a renovação política pode se configurar a partir de uma coalizão de atores sociais relativamente distintos que compartilham, em maior ou menor grau, esse paradigma tecnocrático. O principal efeito dessa diversidade relativa é a produção de uma miragem de pluralismo e moderação que encobre os limites ideológicos do campo político estruturado pelo RenovaBR. Como mostrou o capítulo 2, esses atores emergem de setores sociais que, desde os ciclos de protestos iniciados em 2013, vêm articulando uma crítica ao

---

<sup>99</sup> O número de relações que cada entidade da rede possui.

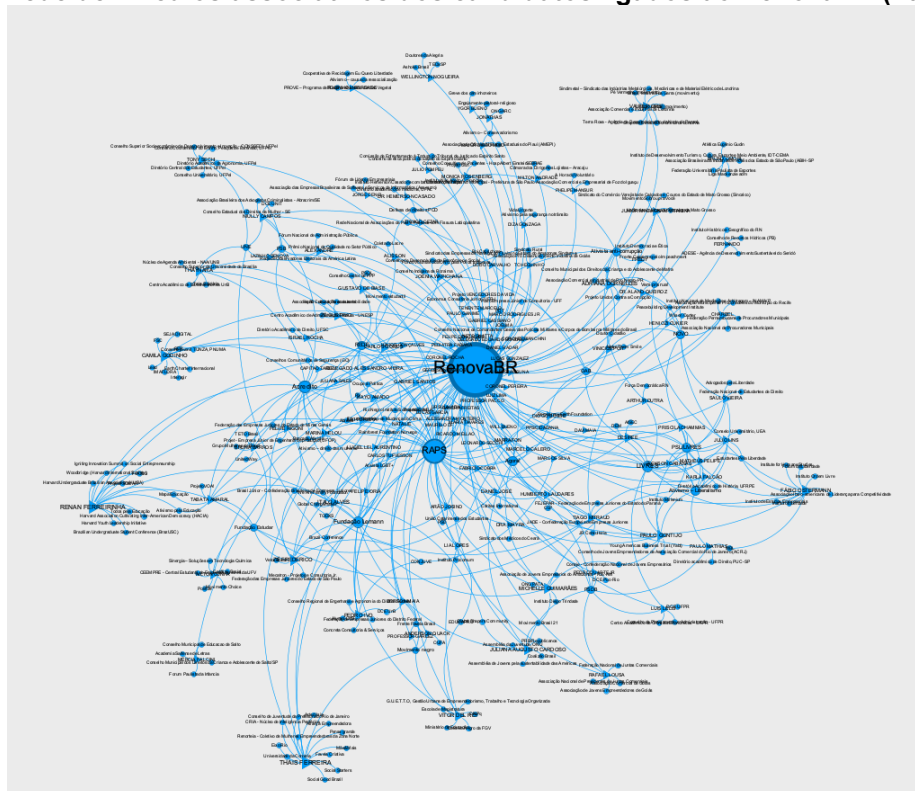
<sup>100</sup> Modularidade é uma medida que quantifica a divisão de uma rede em grupos densamente conectados internamente e com menos conexões com os demais nós da rede. Com isso, é possível identificar comunidades dentro da rede, ou seja, grupos de nós que compartilham características ou funções semelhantes.

sistema político estabelecido e reorientando trajetórias de engajamento e impacto social para a disputa eleitoral. A partir da PBE, práticas de engajamento cívico, antes voltadas à defesa de causas e à incidência política passaram a ser convertidas em recursos mobilizados em nome de uma “nova política”, cuja legitimidade passa, cada vez mais, pela capacidade de traduzir interesses sociais em soluções “baseadas em evidências” e, portanto, tecnicamente justificadas – promovendo sua legitimação eleitoral e institucionalização política.

#### 4.1 O RenovaBR e seu entorno: um panorama das modalidades de vínculos associativos das candidaturas renovadoras

O mapeamento dos vínculos associativos dos candidatos ligados ao RenovaBR em 2018 revelou, no entorno dessa organização, a existência de uma rede que conecta organizações da sociedade civil, partidos políticos, espaços de engajamento e ativismos variados. Ao descrever e analisar essa rede, é possível compreender tantos os espaços de engajamento quanto os padrões associativos que deram sustentação a causa da renovação política tal qual empreendida pelo Renova.

Figura 20– Rede de vínculos associativos dos candidatos ligados ao RenovaBR (2018)



Fonte: dados da pesquisa

Representada pelo grafo da figura 20, a rede é composta de 358 nós e 569 arestas. Os nós se referem ao conjunto de entidades que compõem a rede: 118 candidatos, representados pelos triângulos, e 240 organizações ou modalidades de ativismos, correspondente aos círculos. As arestas, ilustrada pelas linhas, referem-se à existência de um vínculo entre um candidato e uma organização ou forma de ativismo. O tamanho de cada nó é proporcional ao grau, isto é, ao número de relações que ele detém. Por se tratar de uma rede egocentrada, naturalmente o RenovaBR é o nó com mais relações, uma vez que está conectado com todas as 118 candidaturas e, por isso, ocupa a posição central do grafo. É mais elucidativo, no entanto, entender quais “alteres” ocupam posições centrais na vizinhança do “ego”.

**Tabela 2 – Nós organizacionais da rede do RenovaBR por modalidade associativa**

<b>Modalidade associativa</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ativismo e defesa de causas	45	18,8
ONG	44	18,3
Conselho de políticas públicas	23	9,6
Organização empresarial ou patronal	23	9,6
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	16	6,7
Empresa Jr. e suas confederações	14	5,8
Outros	13	5,4
Partidos	12	5,0
Fórum, congressos e afins	12	5,0
Movimento de renovação ou grupo político suprapartidário	12	5,0
Organização trabalhista ou profissional	10	4,2
Organização desportiva ou cultural	6	2,5
Think Thank	5	2,1
Coletivos	2	0,8
Cooperativa	2	0,8
Organização religiosa	1	0,4
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>100,0</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Nessa perspectiva, a tabela 02 apresenta a distribuição dos 240 nós organizacionais por modalidades associativas. O primeiro resultado a ser considerado é a diversidade de modalidades associativas presentes na rede do RenovaBR. Isso reflete a multiplicidade de vínculos estabelecidos pelos candidatos renovadores ao longo de suas trajetórias. Observa-se a presença de 15 tipos associativos, incluindo organizações da sociedade civil, como ONGs e coletivos, organizações voltadas para o ativismo e defesa de causas, conselhos de políticas públicas, associações

empresariais e patronais, associações profissionais e trabalhistas, partidos políticos, além de outros movimentos suprapartidários. Essa variedade sugere que a rede não se restringe a um único tipo de articulação, mas abrange distintos campos da vida pública, combinando elementos do setor político, empresarial e do terceiro setor.

Por outro lado, é notável a maior capilaridade de vínculos com certas formas de atuação. Em termos numéricos, destacam-se as organizações e modalidades associativas ligadas ao ativismo e defesa de causas (45 nós), as organizações não-governamentais (44 nós), os conselhos de políticas públicas (23 nós) e as organizações de defesa de interesses empresariais (23 nós). Esses espaços têm historicamente desempenhado um papel central na articulação de interesses no Brasil, funcionando como instâncias de socialização política e formação de lideranças. A inserção em associações da sociedade civil e em espaços institucionais de deliberação pública, como aponta algumas pesquisas, favorece o recrutamento para a política institucional, ampliando o capital político dos indivíduos e facilitando sua transição para cargos eletivos ou posições de influência no aparato estatal (Almeida, Lüchmann e Ribeiro, 2012; Coradini, 2007, 2011).

Ainda que em menor proporção, também se destaca a presença de organizações filantrópicas (16 nós) e de Empresas Jr. (14 nós). À primeira vista, essas entidades não estão diretamente envolvidas na política institucional. No entanto, sua presença relativamente significativa na rede sugere que elas desempenham algum papel relevante na formação de lideranças, na disseminação de ideias e valores que orientam a ação política e na produção de capital social. Além disso, isso reforça a ideia de que os renovadores, assim como os demais atores políticos, investem na estratégia de diversificação de seus recursos sociais, ampliando os espaços de socialização e construção de trajetórias políticas para além das instâncias imediatamente associadas ao recrutamento político.

Nota-se, ademais, a presença numericamente menor de partidos políticos e outros MRP na rede do RenovaBR. Ambas as categorias contribuem com apenas 3,4% das entidades mapeadas, ou 12 nós cada. Em termos absolutos, sua presença pode parecer limitada. Todavia, ao considerar o número de relações estabelecidas por modalidade associativa (ou o grau), o cenário se transforma, revelando o protagonismo dessas categorias na estrutura da rede (Tabela 3). Em outras palavras, se partidos e MRP aparecem com baixa capilaridade de organizações, essas

categorias são hegemônicas quando se considera a força dos vínculos estabelecidos, o que lhes confere centralidade na rede.

**Tabela 3 – Grau por modalidade associativa<sup>101</sup> (RenovaBR, 2018)**

<b>Modalidade associativa</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
MRP	102	22,6
Ativismo e defesa de causas	88	19,5
Partidos	54	12,0
ONG	45	10,0
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	36	8,0
Conselho de políticas públicas	25	5,5
Organização empresarial ou patronal	24	5,3
Empresa Jr. e suas confederações	16	3,5
Organização trabalhista ou profissional	16	3,5
Outros	14	3,1
Fórum, congressos e afins	13	2,9
<i>Think Thank</i>	6	1,3
Organização desportiva ou cultural	6	1,3
Cooperativa	2	0,4
Coletivos	2	0,4
Organização religiosa	2	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>451</b>	<b>100,0</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Quando considerado o grau por modalidade, os próprios MRP aparecem como categoria que mais acumula vinculações. Mais da metade das candidaturas apresentou coparticipação em algum outro grupo de renovação ou organização supartidária com foco eleitoral (65 de 118, ou 55%). Essa proporção sobre quando consideramos o grupos dos eleitos (13 de 17, ou 76%). O que sinaliza a difusão e relativa eficácia da estratégia da multiassociação à MRPs como um trunfo eleitoral, seja como forma de legitimação, seja como meio de ampliação de redes e recursos a serem mobilizados na disputa eleitoral. A maioria das candidaturas tem vínculos com mais um ou dois MRP (36 e 22, respectivamente). Um grupo reduzido possui vínculos simultâneos com três organizações de renovação. Apenas um candidato apresentou quatro ligações desse tipo – Humberto Laudaes, que pleiteou a vaga de deputado

<sup>101</sup> A fim de isolar as redes associativas dos candidatos e delimitar o escopo da análise no entorno do RenovaBR (ego-network), foram removidas da tabela as relações diretas entre os candidatos e o Renova, além da contagem do grau dos candidatos, visando evitar a duplicidade da contagem. Essa filtragem resultou em uma redução do número total de relações, de 569 para 451.

federal pelo PPS de São Paulo. Outros casos típicos de multivinculação são: o senador por Sergipe, Alessandro Vieira, associado ao RenovaBR e ao Acredito; da deputada federal por São Paulo, Tabata Amaral, ligada ao RenovaBR, à RAPS e ao Acredito (do qual é fundadora) e da deputada estadual por São Paulo, Marina Helou, vinculada ao RenovaBR, à RAPS, ao Acredito e à Bancada Ativista.

Esses dados evidenciam ainda a densidade de interconexão entre grupos de renovação, o que leva a pensar sobre o compartilhamento de valores, ideias, programas e repertórios de ação. Eles reforçam a ideia de que os MRP não operam de forma isolada, mas se interconectam por meio do recrutamento mútuo e da circulação de lideranças. Nesse sentido, é razoável pensar que alguns dos candidatos que ingressaram no LIVRES em 2018 o fizeram após terem tido contato com membros mais antigos desse MRP no programa de formação do RenovaBR em 2017. No mesmo período, o mesmo parece ter acontecido com o movimento Acredito, que teve novos integrantes recrutados pelos seus membros-fundadores a partir de contatos feitos no Renova. Esse padrão se repete na criação do Vamos Juntas, em 2020, um MRP voltado à promoção de candidaturas femininas, fundado por mulheres como Tábata Amaral e Marina Helou, cujas trajetórias são marcadas por vínculos comuns em iniciativas como Acredito, RenovaBR e RAPS. Esses casos evidenciam como os MRP funcionam como redes dinâmicas de recrutamento e articulação política, ampliando seu alcance e influência.

**Tabela 4 – Coparticipação de candidatos(as) entre o RenovaBR e outros MRP (2018)**

<b>Organização</b>	<b>Vínculos</b>
RAPS	46
Acredito	19
LIVRES	14
Agora!	13
Frente Favela Brasil	3
Movimento Brasil 21	2
Projeto C.A.S.A.	1
Ocupe a Política	1
Bancada Ativista	1
CLP	1
Grupo Mulheres do Brasil	1
<b>Total</b>	<b>102</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Além disso, percebe-se a diversidade de entidades atuando nesse modelo. O mapeamento de MRPs a partir das trajetórias dos candidatos encontrou 12 outros grupos de renovação e/ou suprapartidário com foco eleitoral no entorno do RenovaBR em 2018<sup>102</sup> (Tabela 4). Nessa perspectiva, a análise revelou que o MRP que mais compartilha candidatos com o Renova é, de longe, a RAPS, com 45 candidaturas. Em seguida, aparecem o movimento Acredito (19), o LIVRES (14) e o movimento Agora! (13). Grupos mais vinculados a movimentos sociais progressistas e de esquerda, como a Bancada Ativista e o Ocupe a Política, apresentam uma frequência quase inexpressiva.

Como se vê, RAPS, Acredito e Agora! apresentam um nível elevado de proximidade e relacionamento. Isso não se restringe ao âmbito dos membros-candidatos, mas ocorre em nível de organizadores, apoiadores e patrocinadores. Para citar apenas dois casos, o fundador do RenovaBR, Eduardo Mufarej, é membro do Agora!; o apresentador Luciano Huck, por sua vez, é membro do conselho do RenovaBR e do Agora! Em 2018, esse último atuou fortemente na promoção da “nova política” divulgando as duas organizações em diversos meios, promovendo seus candidatos, inclusive durante uma entrevista no programa do Faustão. Esse intercâmbio de agentes evidência como esses três MRP compõe uma rede articulada e conectada de atores políticos que compartilham modelos organizacionais, programas de ação política e recursos sociais. O que reforça uma ideia desenvolvida no capítulo dois de que a “nova política” emergiu enquanto um campo de mobilização com foco eleitoral articulado em torno de um discurso de salvação da política pela sociedade civil. Claro, não se trata de “qualquer” sociedade civil, mas de um conjunto de setores afins desta, como a literatura indicia e nossos dados reforçam. Nesse sentido, essas diferenças<sup>103</sup> podem ser mais bem compreendidas como variações de uma mesma melodia ou, melhor, diferentes apropriações de uma mesma causa.

Além disso, o fato de ser a RAPS a principal compartilhadora de membros com o Renova mostra o papel fundamental que essa organização teve na estruturação do campo da renovação, o que evidências históricas também demonstram. Fundada em 2012 pelo empresário Guilherme Leal, cofundador e um dos principais acionistas da Natura, a RAPS foi inspirada em uma organização semelhante, oriunda da Argentina,

---

<sup>102</sup> Mapeamento mais exaustivo revelou a existências de 54 dessas iniciativas no Brasil em 2024 (Gatto e Thomé, 2024), o que sugere uma difusão dessa modalidade.

<sup>103</sup> Como as de suas performances representativas e modos de interação com partidos (Moura, 2019)

chamada RAP – *Red de acción política*. Em entrevista ao *Estadão* (01/06/2014), Leal afirma ter fundado a RAPS após sua experiência como candidato a vice-presidente na chapa com Marina Silva em 2010, pelo PV, experiência que o frustrou com o mundo partidário. É a RAPS a responsável por trazer para o contexto brasileiro, ao menos na história recente, esse modelo organizacional suprapartidário que articula empresários com lideranças sociais, especialistas e políticos em torno de uma agenda pública, neste caso a sustentabilidade. A organização atuava tanto na interlocução com políticos já consolidados e eleitos como na formação de novas lideranças, o que lhe confere uma capilaridade significativamente maior em relação aos demais MRP. A partir de 2016, quando os demais grupos aparecem e ganham cobertura midiática com o discurso de renovação, a RAPS vai paulatinamente se alinhando a essa causa.

Outro componente articulado dessa rede é o LIVRES. Sua presença e relevância na rede revela uma das faces da interação do RenovaBR com os movimentos liberais, como se verá com mais detalhes na seção seguinte. Autodefinindo-se atualmente como um “movimento político suprapartidário em defesa do liberalismo”, o grupo nasceu como um projeto partidário: surgiu em 2016 como uma setorial do fisiológico PSL, com o objetivo de reestruturá-lo enquanto um partido programático em defesa do “liberalismo por inteiro”, ou seja, na economia e nos costumes. Com a filiação de Bolsonaro em 2018, o LIVRES deixou o PSL e se reorganizou como um MRP de tendência liberal. Os 14 membros aqui identificados são aqueles que seguiram com a organização nessa segunda fase ou que a ela aderiram a partir de 2018, já dentro desse novo modelo de atuação.

Depois dos movimentos de renovação, a modalidade associativa que mais possui vínculos na rede é o ativismo e a defesa de causas. São 88 vínculos, que representam quase 20% do total de relações de ação coletiva. Nessa direção, quase metade candidaturas pratica ou praticou alguma forma de ativismo em algum momento de sua trajetória (44%, ou 52 de 118), sendo que na maioria dos casos se trata de um vínculo atual ou muito recente. A pesquisa adotou uma definição ampliada de ativismo, levando em conta não somente modalidades mais tradicionais que se organizam a partir de movimentos sociais, progressistas ou conservadores, mas também a atuação em movimentos políticos-ideológicos (como o liberalismo ou o socialismo), em causas como a luta anticorrupção e a causa animal, em movimentos socioambientais, no movimento estudantil, na defesa de grupos específicos (como pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras, crianças e adolescentes),

dentre outras. Buscou-se abarcar a diversidade de formas de engajamento em lutas sociais, mesmo quando este não apresentava um caráter explicitamente contencioso e, sobretudo, a autopercepção dos atores enquanto ativistas<sup>104</sup>,

Dois estilos de ativismo se sobressaem entre os renovadores quando categorizamos esse tipo de vínculo (Tabela 5). O primeiro e mais expressivo estilo de ativismo presente na rede do RenovaBR articula três grandes e interligadas frentes: a luta anticorrupção, o liberalismo e o conservadorismo. Essas correntes têm se destacado nos principais ciclos de protesto da última década, mobilizando-se em torno de pautas como transparência da gestão pública, redução do Estado, defesa de valores tradicionais e antipetismo. Caracterizadas por um repertório contencioso de ação coletiva, essas redes, além de terem desempenhado um papel central nos ciclos de protestos da última década, influenciaram diretamente a formação de novas lideranças políticas e a disseminação do discurso voltados à renovação institucional (Alonso, 2019; Alonso e Mische, 2017; Avritzer, 2017; Oliveira, 2020; Silva, 2018; Tatagiba, 2018).

**Tabela 5 – Inserção em ativismo e/ou defesa de causas das candidaturas do RenovaBR (2018)**

<b>Ativismo/causas</b>	<b>Vínculos</b>
Movimento estudantil	24
Direitos sociais e de grupos minorizados	21
Anticorrupção	20
Liberalismo	17
Conservadorismo	4
Outros	2
<b>Total Geral</b>	<b>88</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

O segundo estilo de ativismo identificado na rede do RenovaBR, embora menos coeso e interconectado, possui um caráter mais progressista, centrado na defesa de grupos historicamente marginalizados – como mulheres, pessoas negras, indígenas e PCDs – e na reivindicação de direitos sociais, com destaque para a luta pela educação básica. Diferentemente do primeiro grupo, cuja atuação se baseia em um repertório contencioso de ação coletiva, esse estilo de ativismo adota estratégias mais

<sup>104</sup> Por exemplo, uma das candidatas, Diza Gonzaga, se apresenta como uma ativista pela segurança do trânsito. Gonzaga iniciou sua atuação nessas causas após um evento pessoal traumático, a morte de seu filho em um acidente de trânsito.

pragmáticas, voltadas à implementação de projetos ou políticas públicas que beneficiem as causas que defendem. Atuam, portanto, de forma institucional, mobilizando competências técnicas e saberes profissionais em prol de uma agenda, no modelo de profissionais ativistas analisados por Petrarca (2013, 2016). Nesse sentido, articulam-se frequentemente em parceria com ONGs, organismos internacionais, empresas – por meio de iniciativas de responsabilidade social – e o próprio Estado, seja na atuação em conselhos gestores de políticas públicas, seja por meio do ingresso na burocracia estatal, como servidores públicos de perfil técnico ou ocupantes de cargos de livre nomeação.

Para concluir esse tópico, a atuação em organizações do movimento estudantil ocupa um papel destacado entre os renovadores, aparecendo de forma transversal em trajetórias diversas. Esse engajamento funciona como uma porta de entrada para a militância política, conformando um padrão histórico brasileiro já apontado por diversas pesquisas (Avritzer, 1997; Mische, 2008). O movimento estudantil se apresenta como uma modalidade de inserção no campo ativista tanto para candidatos vinculados ao grupo liberal-conservador quanto para os progressistas, ainda que com percursos diferenciados. Na maioria dos casos, essa participação tem início na universidade, por meio de centros acadêmicos (CAs) ou diretórios centrais dos estudantes (DCEs), e se desdobra em diferentes direções. Para os progressistas, o envolvimento tende a se expandir para organizações nacionais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), consolidando vínculos com setores tradicionais da esquerda, inclusive com partidos. Já entre os liberais, a atuação frequentemente se direciona para espaços como os Estudantes pela Liberdade e organizações similares, alinhadas a uma perspectiva pró-mercado e de menor intervenção estatal. Esse cenário reforça o papel do movimento estudantil não apenas como instância de formação política, mas também como espaço de socialização, disputa e segmentação de trajetórias dentro do espectro ideológico dos renovadores.

O terceiro mais proeminente tipo de vínculo entre as candidaturas do RenovaBR em 2018 foi o ativismo partidário. Dimensão crucial para a pesquisa, consiste no “fenômeno da múltipla filiação em movimentos e partidos” (Almeida, 2024, p. 24), indo além da filiação pragmática de ativistas em partidos apenas para concorrer às eleições. Refere-se, portanto, a vínculos mais duradouros com os partidos. A análise dessas relações oferece uma nova perspectiva, complementando a literatura que usualmente investiga como e por que os MRP se aproximam dos partidos (e.g.,

Moura, 2019). Sob outro ângulo, examinar o ativismo partidário prévio permite compreender como trajetórias já enraizadas no universo partidário utilizam os MRP para fortalecer sua posição dentro dos partidos. Além disso, levanta-se a hipótese de que esses candidatos possam atuar como pontes entre os partidos e os MRP, promovendo interações que desafiam certa retórica dos movimentos que quer estabelecer uma separação nítida entre essas esferas.

Para isso, a pesquisa considerou como indício de ativismo partidário as seguintes situações: a) o critério posicional, utilizado por Almeida (idem), ou seja, “os vínculos declarados de ocupação de cargos, setoriais e posições políticas no interior dos partidos”; b) em razão do processo de digitalização dos partidos (Gerbaudo, 2019), o engajamento partidário online, isto é, a promoção e defesa do partido em mídias sociais, a divulgação de eventos partidários e do comparecimento a eles<sup>105</sup> e, sobretudo, a vinculação de campanha eleitoral ao partido, reproduzindo sua ideologia, práticas e símbolos<sup>106</sup>; c) a perenidade da filiação partidária, documentada de alguma forma em entrevistas, notas biográficas, mídias sociais e afins, mesmo que sem ocupação de cargos no partido<sup>107</sup>; e) a disputa contínua por um cargo eletivo pelo mesmo partido até 2018, conforme dados do TSE, entendida como um vínculo mais duradouro que a mera filiação pragmática<sup>108</sup>.

Apesar do discurso crítico ao partidarismo e à política tradicional, um número significativo de candidatos ligados ao RenovaBR já possuía experiência prévia em partidos políticos. Dos indivíduos analisados, 46 – o que corresponde a 39% das candidaturas – tinham atuação partidária antes de ingressar no movimento<sup>109</sup>. Esse dado sugere que, embora os MRP se apresentem como alternativas à política convencional, eles incorporam, em grande medida, trajetórias que passam por estruturas partidárias, revelando uma tensão entre a retórica de renovação e as dinâmicas tradicionais de recrutamento e formação política.

A tabela 6 apresenta a distribuição desses vínculos, considerando o espectro ideológico<sup>110</sup> e a siglas partidárias. Os partidos de direita dominam o cenário das

---

<sup>105</sup> Publicados nos perfis de mídias sociais dos candidatos e/ou no dos partidos.

<sup>106</sup> É o caso de muitos filiados ao NOVO, que não possuem cargos no partido, mas militam por eles nas redes e associam o partido a suas candidaturas.

<sup>107</sup> Por exemplo, o então candidato ao senado, Alessandro Vieira, fazia parte da REDE desde 2016 e que, em entrevistas de campanha, se refere sempre ao partido e fala em nome deste.

<sup>108</sup> Foram excluídos aqueles indivíduos que mudam de partido em toda eleição.

<sup>109</sup> Há mais vínculos do que candidatos porque alguns deles tiveram vínculos duradouros com mais de um partido em suas trajetórias.

<sup>110</sup> Classificação baseada no *expert survey* de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

candidaturas renovadoras, com mais da metade dos vínculos partidários anteriores a 2018, puxados pelas filiações ao PSL/LIVRES<sup>111</sup>, ao NOVO<sup>112</sup> e ao PSDB. Em seguida, com quase um quarto dos vínculos, vem o centro, capitaneado pela REDE. Por fim, partidos de centro-esquerda e esquerda tiveram menos de um quinto dos casos, os quais são em sua maioria filiados ao ou egressos do PSB.

**Tabela 6 – Ativismo partidário prévio das candidaturas do RenovaBR (2018)**

<b>Espectro ideológico</b>	<b>Partido</b>	<b>Vínculos</b>
Direita	PSL/LIVRES	11
	NOVO	10
	PSDB	8
	DEM	1
	PRB/Republicanos	1
	PSD	1
	<b>Subtotal</b>	<b>32</b>
Centro	REDE	10
	PPS/Cidadania	2
	PV	1
	<b>Subtotal</b>	<b>13</b>
Centro-esquerda	PSB	6
	PDT	2
	<b>Subtotal</b>	<b>8</b>
Esquerda	PSOL	1
	<b>Subtotal</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>		<b>54</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Ainda nesse aspecto, os dados sugerem uma homologia entre as divisões ideológicas-partidárias e os padrões de ativismo. Por um lado, a atuação em partidos de direita de perfil mais ideológico se conecta a rede de ativismo liberal-conservadora. Por outro, os ativistas progressistas moderados transitam por partidos de centro e centro-esquerda, especialmente REDE e PSB. Nessa direção, pode-se perceber como o recrutamento no âmbito do RenovaBR em sua primeira turma traz uma viés bastante claro que contradiz seu discurso de moderação e “anti-polarização”. Por um lado, acolhe trajetórias oriundas de um progressismo pasteurizado e não-disruptivo, excluindo atores posicionados em partidos de esquerda ou movimentos progressistas

<sup>111</sup> Foram considerados como partidários os vínculos com o LIVRES no período em que este era uma setorial do PSL, entre 2016 e 2017.

<sup>112</sup> O qual o fundador do RenovaBR, lembremos, também ajudou a criar.

que atuam a partir de um repertório contencioso<sup>113</sup>. Ao mesmo tempo, legítima “alunos” oriundos de partidos de direitas e de redes liberais-conservadoras com histórico de engajamento em ações conflituosas. O resultado prático desse “filtro” na seleção de candidaturas é uma miragem de diversidade ideológica que se assenta em uma concepção de democracia tutelada mercado que estrutura o campo organizacional e ativista em torno do Renova.

Ademais, a despeito das divisões ideológicas e partidárias, alguns traços aproximam os partidos mais destacados na rede: tratam-se de partidos pequenos ou médios, sem base social sólida, e que, no contexto considerado, passavam por processos de fundação recente ou de reconfiguração de suas identidades políticas junto ao eleitorado. São, portanto, partidos não pertencem ao grupo das legendas historicamente hegemônicas no cenário político brasileiro.

NOVO e REDE tiveram seus registros oficialmente aceitos em 2015 e disputavam seu primeiro pleito nacional. O LIVRES, em 2017, momento de início da formação do RenovaBR, ainda era uma setorial que tentava refundar o minúsculo e fisiológico PSL. O PPS também buscava se reposicionar como um partido de centro, movimento que passou por ocultar seu passado na esquerda e seus vínculos com as administrações do PT. Esse processo, aliás, vai culminar na mudança de nome da legenda para CIDADANIA, em 2019. PSB e PDT, embora sejam partidos médios de centro-esquerda, historicamente sempre foram partidos permeáveis a candidaturas que pudessem aumentar seu desempenho eleitoral. Exceção a isso é o PSDB, que, todavia, enfrentava um processo de desidratação de seus quadros para os novos partidos de direita e que, mais de uma vez, observou tentativas de refundação de sua identidade e seu programa político. Uma delas, o movimento Onda Azul, teve como um de seus líderes Humberto Laudaes, vinculado ao RenovaBR, à RAPS, ao Agora! e a partir de 2018, ao LIVRES.

Tudo isso sugere uma sinergia de interesses entre candidatos, partidos não-hegemônicos e MRPs. No plano imediato, demonstra a necessidade de atores não dominantes no sistema político agregarem recursos a serem mobilizados na disputa eleitoral contra os partidos mais consolidados. No cenário amplo, considerando o contexto marcado pela crise de confiança nos partidos políticos e nas instituições políticas como um todo (IPEC, 2023), indica a busca por legitimação junto ao

---

<sup>113</sup> O único caso de filiação ao PSOL, aliás, refere-se a uma filiação passada, entre 2010 e 2014. Em 2017, Gustavo de Biase já estava filiado a REDE desde 2014, saindo candidato em 2018 pela legenda.

eleitorado baseada na demonstração de maior enraizamento na sociedade civil. Dessa forma, percebe-se que a renovação política não se constitui apartada do universo partidário, mas sim como um espaço de reconfiguração das relações entre ativismo, organizações da sociedade civil e partidos que buscam consolidar seu espaço no campo político.

Evidencia-se, também, o *caráter ambivalente* da relação partido-MRP, que se expressa numa dinâmica de conflito e colaboração. Por um lado, os MRP atacam a hegemonia dos partidos enquanto instituições legítimas de produção e operação da representação política, denunciam sua corrupção e reivindicam autonomia programática de seus membros dentro dos partidos por meio de cartas-compromissos<sup>114</sup> (Barbosa, 2023; Moura, 2019; Silva e Silva, 2024). Por outro, os MRP necessitam das estruturas e recursos partidários para eleger suas lideranças. Do ponto de vista dos partidos, os benefícios parecem compensar os atritos. Os MRP se constituem enquanto um espaço de recrutamento de quadros capazes de trazer votos, devido a seu investimento associativo prévio. Os votos captados pelos MRP bem como suas candidaturas eleitas fortalecem os partidos de diversas formas: auxiliam os partidos a atingirem a cláusula de barreira (vital para a sobrevivência partidária); aumenta suas fileiras parlamentares, fortalecendo-os institucional e financeiramente<sup>115</sup>, e, quando eleitos, os parlamentares renovadores tendem a atuar partidariamente dentro das instituições (Picussa, Souza e Codato, 2023).

Finalmente, totalizando 45 vínculos, o conjunto das organizações não governamentais constituem a quarta modalidade associativa de maior inserção das candidaturas renovadoras (Tabela 3). Para evitar ambiguidades, considerou-se como ONG as organizações privadas, sem fins lucrativos, que atuam em prol de interesses coletivos ou grupos vulneráveis. Além disso, levou-se em conta as entidades que apresentasse três características principais: prestação de serviços a grupos em situação de vulnerabilidade ou defesa de causas de interesse social,

---

<sup>114</sup>Que são acionadas em momentos de conflito aberto entre renovadores e seus partidos, levando inclusive à judicialização dessas disputas. O caso dos deputados Felipe Rigoni e Tábata Amaral ilustra bem esse processo. Após sofrerem diversas sanções de seus partidos por terem votado a favor da reforma da previdência em 2019, contrariando seus partidos, os parlamentares entraram com uma ação no TSE reivindicando o direito de desfiliação por justa causa. Pleito atendido pelo TSE, que reconheceu a legitimidade das cartas-compromisso e, conseqüentemente, a atuação dos movimentos de renovação. O episódio terminou com a migração de Rigoni para o PSL e a de Amaral, ironicamente, para o antigo partido de Rigoni, o PSB.

<sup>115</sup> O número de deputados de um partido é usado para definir o acesso a diversos recursos, como o fundo eleitoral e partidário, e a posições institucionais, como assentos-chaves na direção das casas legislativas, espaço em comissões permanentes, dentre outros.

profissionalização das atividades e estrutura organizacional burocratizada. Incluiu-se, ainda, políticas públicas e programas sociais de empresas que são implementados por ONGs, por entendê-los como parte desse ecossistema organizativo.

A maior parte das ONGs mapeadas promove um discurso voltado à justiça social, com foco na inclusão e no combate às desigualdades. Seus públicos-alvo são majoritariamente setores minorizados, incluindo populações de baixa renda, mulheres, pessoas negras e jovens. Em muitos casos, essas organizações atuam como foco em interseções dessas categorias, direcionando suas iniciativas para grupos que enfrentam múltiplas formas de exclusão social, como jovens periféricos ou mulheres negras. Esse perfil sugere que, apesar da diversidade de enfoques e áreas de atuação, há uma forte ênfase na construção de oportunidades para aqueles historicamente marginalizados. São, principalmente, os candidatos de perfil de ativismo progressista, anteriormente mencionados, que estão mais vinculados a essas ONGs com pautas de equidade e inclusão. Trata-se, portanto, de um grupo de profissionais altamente qualificados que combinam expertise técnica e engajamento em causas públicas (Petrarca, 2013, 2016).

**Tabela 7 – Setor de atuação das ONGs com participação de candidatos dos RenovaBR (2018)**

<b>Setor de atuação</b>	<b>Vínculos</b>
Inclusão cultural, educacional e tecnológica	13
Empreendedorismo e negócios de impacto social	12
Meio-ambiente e sustentabilidade	9
Protagonismo jovem	4
Cidadania e direitos humanos	3
Gestão e Políticas Públicas	2
Inclusão tecnológica	2
Outros	2
<b>Total</b>	<b>45</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

A categorização dessas ONGs revelou a existência de sete setores de atuação presentes nas trajetórias dos renovadores (Tabela 7). Esses setores refletem a diversidade de pautas e enfoques das ONGs com as quais os candidatos estiveram envolvidos, abrangendo desde iniciativas voltadas à inclusão educacional, cultural e tecnológica até ações ligadas ao empreendedorismo social e à sustentabilidade. A distribuição desses vínculos permite compreender quais temas tiveram maior

relevância na formação política dos renovadores e quais tipos de organizações desempenharam um papel mais expressivo nesse processo.

Os dois setores de atuação com mais vínculos são, respectivamente, o de inclusão cultural, educacional e tecnológica e o de empreendedorismo e negócios de impacto social. A predominância dessas categorias sugere uma maior sinergia do RenovaBR com espaços associativos que apostam em estratégias baseadas na ação individual e na qualificação pessoal. Esses têm como pressuposto é a ideia de que o acesso a bens e serviços – sejam eles educacionais, culturais ou tecnológicos – seria o principal meio de superação das desigualdades. Além disso, o destaque dado ao empreendedorismo e aos negócios de impacto social aponta para uma perspectiva em que o enfrentamento das injustiças ocorre menos pela via da mobilização coletiva e confronto político e mais por meio da criação de oportunidades dentro da lógica do mercado. Ou seja, embora a justiça social e o combate as desigualdades apareçam como objetivos centrais dessas organizações, a forma pela qual se busca implementá-la se baseia em soluções privadas e de mercado para desafios estruturais. Esse perfil está alinhado com a própria lógica do Renova, que buscam formar novas lideranças políticas enfatizando competências técnicas e gestão eficiente, em detrimento de formas mais tradicionais de militância.

Ocupando a terceira posição entre os setores mais recorrentes, as ONGs voltadas à pauta da sustentabilidade e meio ambiente representam um total de 9 vínculos entre os candidatos do RenovaBR em 2018. Assim como observado nas categorias de inclusão educacional e empreendedorismo social, a abordagem predominante nesse grupo também se alinha a soluções de mercado e parcerias com o setor privado, na lógica da economia verde. Em vez de uma militância ambientalista baseada na contestação e regulação estatal, essas organizações tendem a atuar promovendo iniciativas de responsabilidade socioambiental dentro de empresas, modelos de desenvolvimento sustentável que busquem conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Nesse sentido, entre os vínculos dos renovadores, encontra-se um conjunto de organizações que atuam, por exemplo, na certificação de produtos, na formação de lideranças e na articulação de redes de cooperação para a sustentabilidade. Organizações como o FSC (*Forest Stewardship Council*) e o IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) promovem a certificação de produtos de baixo impacto ambiental, incentivando práticas sustentáveis dentro das cadeias

produtivas. A *Earth Charter International* e a LEAD (*Leadership for Environment and Development*) focam na formação de lideranças e na disseminação de princípios de sustentabilidade e da economia verde, frequentemente em colaboração com empresas e governos. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura reúne empresas e organizações que trabalham juntas para combater o desmatamento e promover uma economia verde e sustentável no Brasil. Já *Rainforest Foundation Norway*, articula e promove ONGs locais para atuar em favor do meio ambiente. Percebe-se, ainda, devido a presença significativa de organizações estrangeiras e com atuação global, como as trajetórias das candidaturas ligadas ao campo da sustentabilidade e da economia verde estão inseridas em redes internacionais de engajamento e cooperação.

**Tabela 8 – Organizações centrais na rede do RenovaBR (2018) de acordo com o grau**

Nó	Tipo	Grau
RAPS	Movimento de renovação	46
Acredito	Movimento de renovação	19
Fundação Lemann	Assistencialismo e filantropia	14
LIVRES	Movimento de renovação	14
Agora!	Movimento de renovação	13
Ativismo – Liberalismo	Ativismo e defesa de causas	11
PSL/LIVRES	Partido	11
NOVO	Partido	10
REDE	Partido	10
Ativismo anticorrupção	Ativismo e defesa de causas	9

*Fonte: dados da pesquisa*

Finalmente, a análise da centralidade das organizações na rede do RenovaBR corrobora os padrões de associativismo predominantes identificados ao longo da seção. A tabela 8 apresenta os dez nós mais centrais, excluindo o próprio RenovaBR, evidenciando que os movimentos de renovação política (MRP), os partidos e as organizações ligadas ao ativismo e à defesa de causas são as principais estruturas de articulação dos candidatos. No ranking de nós mais centrais, os MRP ocupam uma posição de destaque, com a RAPS (46 conexões) e o Acredito (19 conexões) aparecendo entre as organizações mais conectadas. Além disso, LIVRES (14 conexões) e Agora! (13 conexões) reforçam a importância desses movimentos na estrutura da rede. Já os partidos, embora não sejam a modalidade mais expressiva em número absoluto, demonstram relevância no núcleo da rede, com PSL/LIVRES

(11 conexões), NOVO (10 conexões) e REDE (10 conexões) figurando entre os nós mais conectados. Trata-se, como discutido anteriormente, de partidos não hegemônicos no cenário político de 2018, o que sugere que a inserção partidária prévia dos candidatos do RenovaBR se dava com legendas que buscavam se posicionar como alternativas à política tradicional.

Por fim, a centralidade de modalidades de ativismo e defesa de causas reforça o peso dessa forma de engajamento na trajetória dos candidatos. O ativismo liberal (11 conexões) e o ativismo anticorrupção (9 conexões) aparecem entre os principais nós, sinalizando que o discurso em torno da renovação política se entrelaçava com essas agendas. A presença da Fundação Lemann (14 conexões), uma organização filantrópica com forte atuação na educação e na formação de lideranças, também sugere a influência de um modelo de profissionalização e qualificação técnica como critério de legitimação dos candidatos.

Dessa forma, a distribuição da centralidade dos protagonistas da rede ratifica os padrões previamente identificados, evidenciando que a renovação política promovida pelo RenovaBR se estruturava na interseção entre MRP, partidos não hegemônicos e redes de ativismo, configurando um espaço híbrido de articulação entre a sociedade civil e o campo político institucional. Na seção seguinte, veremos como esses atores centrais não apenas ocupam posições privilegiadas na rede, mas também se constituem nos principais eixos estruturadores das conexões dentro do RenovaBR. Sua influência se estende para a formação de subgrupos e padrões associativos específicos, exercendo um papel determinante na composição dos módulos da rede e na forma como diferentes trajetórias políticas se articulam nesse espaço.

#### **4.2 A renovação como mosaico: padrões de engajamento associativo e as sub-redes do RenovaBR**

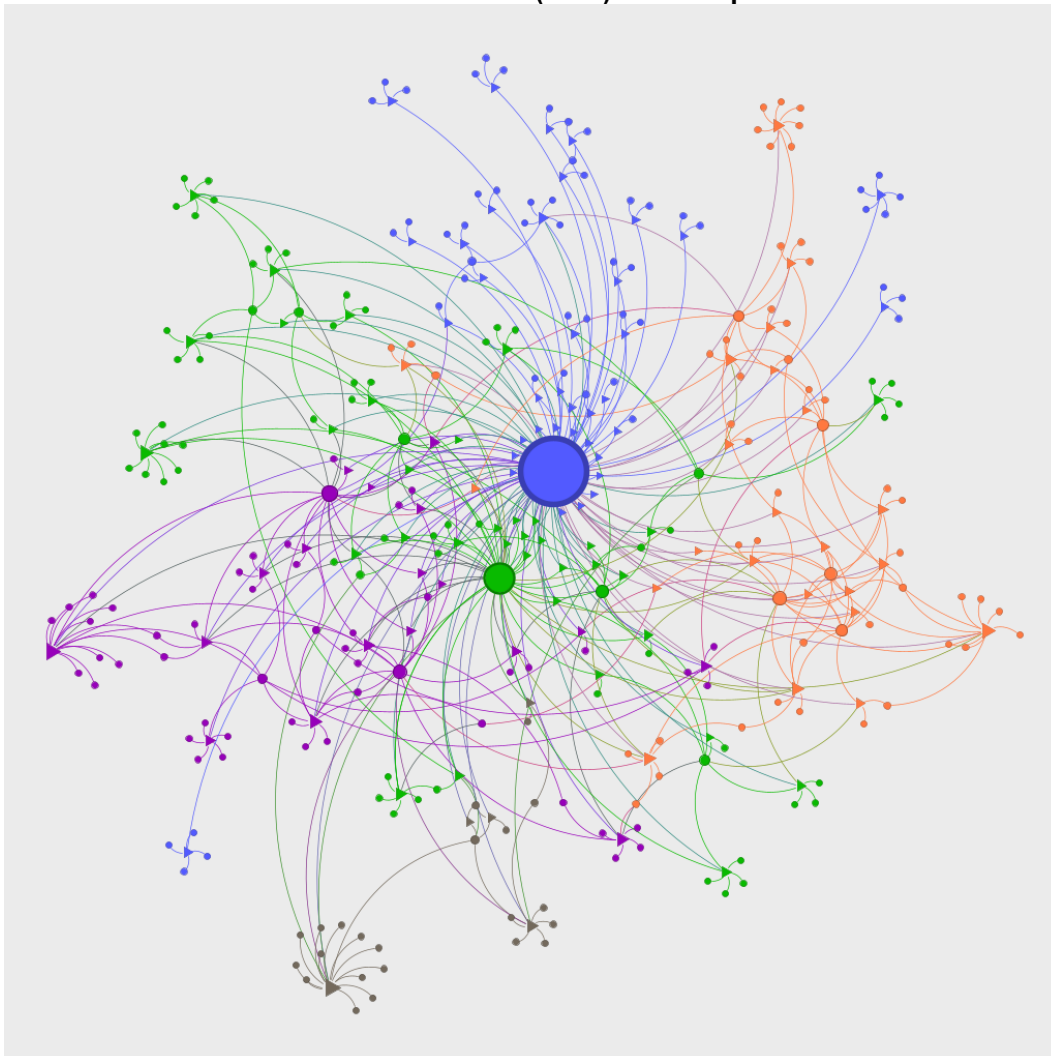
Até então, investigou-se as modalidades de engajamento predominantes no entorno associativo do RenovaBR – como os próprios movimentos de renovação política, os partidos, o ativismo/defesa de causas e as ONGs. Agora, a análise se volta para a dimensão relacional dessas modalidades, examinando os modos como esses elementos se articulam na rede formando padrões de engajamento. No início do capítulo, argumentamos que a renovação política, enquanto estratégia de

investimento eleitoral, não é um quadro monocromático, mas se assemelha a um mosaico de espaços de associativismo e ativismo que compartilham um certo paradigma político mais amplo. Resulta, portanto, da articulação de uma coalizão de atores sociais relativamente diversos (a despeito de certas afinidades, seja em termos de conexões institucionais, seja na já mencionada convergência de algumas pautas e agendas políticas básicas) e que refletem as bases sociais desse movimento de renovação política.

Utilizando uma análise de modularidade, foi possível decompor esse mosaico e entender como as modalidades associativas mapeadas no entorno do Renova se conectam concretamente por meio de seus nós. Trata-se de uma técnica da Análise de Redes Sociais (ARS) usada para detectar e avaliar a estrutura de comunidades dentro de uma rede. Seu objetivo principal é identificar grupos de nós que interagem mais intensamente entre si, mas com menos interações com demais grupos, evidenciando a divisão de uma rede em “comunidades” ou “módulos”. Com isso, é possível revelar a estrutura interna da rede mediante a identificação de agrupamentos significativos e, assim, compreender os padrões de conexão e da dinâmica de interação entre os diferentes grupos.

A análise identificou a presença de cinco comunidades distintas dentro da rede, cada uma marcada por combinações específicas de vínculos associativos que se conectam em torno de um MRP. O valor geral da modularidade da rede encontrado foi de 0,52. A modularidade é uma métrica que varia de -1 a 1, refletindo a qualidade da divisão da rede em comunidades. Valores próximos de 1 indicam que os nós estão fortemente conectados dentro de seus grupos e pouco conectados com outros grupos, sugerindo uma estrutura comunitária bem definida. No caso da rede do RenovaBR, a modularidade calculada foi de 0,52, um valor moderadamente alto. Isso indica que há uma tendência clara de formação de comunidades, embora ainda existam conexões relevantes entre diferentes grupos. Ou seja, percebe-se uma estrutura modular relevante, mas com algum grau de sobreposição entre os grupos. Dessa forma, pode-se concluir que a estrutura comunitária da rede é significativa, mas não completamente segregada.

Figura 21 – Rede dos candidatos do RenovaBR (2018) colorida por classe de modularidade



Fonte: dados da pesquisa

O grafo acima representa a estrutura modular do Renova (Figura 21). Nele, as cinco sub-redes ou módulos estão representadas em cores que correspondem a um padrão de engajamento associativo. A primeira sub-rede, identificada pela cor verde, está centrada na RAPS. Essa rede se destaca pela forte inserção partidária e pela experiência de seus integrantes em cargos de gestão pública, especialmente em “cargos de confiança” em alto escalão. Além disso, os atores dessa sub-rede possuem um histórico de ativismo institucional e atuação no terceiro setor, com vínculos significativos com o movimento estudantil. Sua posição central no grafo indica um papel de conexão estratégica com as demais sub-redes, funcionando como um elo entre diferentes grupos.

A próxima sub-rede, representada pela cor azul, tem como nó central o próprio RenovaBR. Isso se deve a baixa inserção associativa de seus integrantes, que muitas

vezes tem no Renova seu único vínculo mapeado. É composta majoritariamente por servidores públicos, agentes de segurança e líderes empresariais. A escassez de vínculos associativos sugere um perfil com menor envolvimento em redes de ativismo e participação política direta antes da entrada no RenovaBR. Todavia, há uma quantidade significativa de servidores públicos com histórico de ocupação de funções de confiança, o que indica proximidade com o poder político.

Já a terceira sub-rede, identificada pela cor laranja, agrupa os atores ligados ao partido NOVO e ao movimento LIVRES, formando um núcleo de orientação de militantes liberais e anticorrupção. Seus vínculos associativos são amplos, abrangendo partidos de direita, organizações empresariais – especialmente aquelas voltadas para jovens empreendedores – e *think tanks*, além de instituições internacionais. Predominam as organizações marcadas por um discurso liberal, com ênfase na eficiência gerencial, no livre mercado e no combate à corrupção. Também apresenta uma forte conexão com organizações de atuação contenciosas e/ou de discurso conservador.

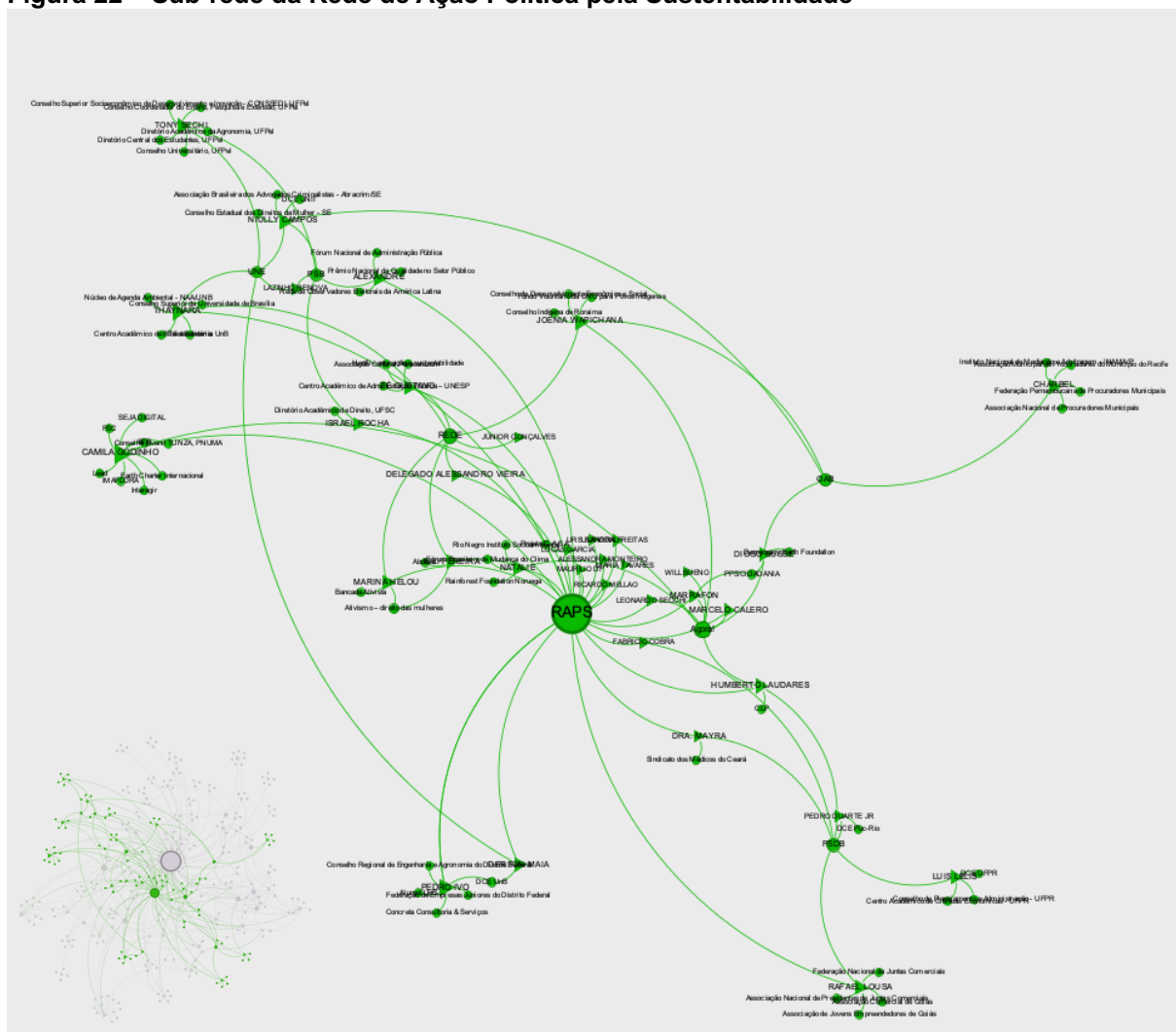
Ilustrada pela cor roxo, a quarta sub-rede se estrutura em torno do movimento Acredito e das fundações ligadas a Jorge Paulo Lemann, como a Fundação Lemann e a Fundação Estudar. Essa rede é composta por jovens com experiência acadêmica internacional, muitos deles beneficiados por bolsas dessas fundações. Seu perfil ideológico se alinha a um progressismo de centro ou pró-mercado, destacando-se pelo alto nível de profissionalização e pelo discurso voltado à eficiência e inovação na gestão pública. A presença de Empresas Júnior e ONGs é significativa em suas trajetórias enquanto espaços de socialização e atuação, assim como a forte inserção internacional desses atores.

Por fim, a sub-rede identificada na cor cinza escuro está associada ao Movimento Negro, concentrando ativistas pelos direitos da população negra e periférica. Esse grupo se caracteriza por uma forte inserção em ONGs e projetos sociais voltados para a promoção da equidade racial, representando um setor do movimento negro menos contencioso e mais voltado para a construção de políticas racialmente inclusivas. Diferentemente das outras sub-redes, sua posição na rede geral do RenovaBR é mais isolada, com menor conexão com os demais grupos.

#### 4.2.1 Dos bastidores ao palco da política: profissionais ativistas, militantes partidários e servidores comissionados na sub-rede da RAPS

A maior comunidade de nós encontrada dentro da rede do RenovaBR se organiza em torno da RAPS. Ela engloba 28% (100) dos nós e 22% (123) das relações, destacando-se, também, por reunir o segundo maior o segundo maior número de candidaturas, com 35 candidaturas que representam 30% dos nós desse tipo. O grafo da figura 22, abaixo, traz uma representação desse *cluster*, com a RAPS ao centro. Na parte superior e esquerda, encontra-se uma série de candidaturas interligadas por partidos de centro e centro-esquerda (REDE e PSB) e pela UNE. Abaixo e à direita, outro grupo de candidatos são conectados pelo PSDB e pelo Movimento Agora!

Figura 22 – Sub-rede da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade



Fonte: dados da pesquisa

A despeito dessa divisão, a lógica que os conecta em uma sub-rede é seu padrão de associativismo/ativismo. Os indivíduos que compõem essa sub-rede mobilizam, em maior ou menor grau, três tipos de principais recursos. O primeiro é a atuação na defesa de causas a partir do espaço profissional, o que permite que seu engajamento se dê de maneira institucionalizada e tecnicamente legitimada. O segundo é a inserção em partidos políticos, muitas vezes associada à ocupação de cargos em estruturas burocráticas partidárias, seja em setoriais temáticas ou mesmo na direção das legendas. O terceiro recurso, frequentemente interligado aos dois primeiros, é a experiência em cargos comissionados de livre nomeação na gestão pública (os chamados “cargos de confiança”), o que favorece tanto o trânsito entre o Estado e a sociedade civil quanto o acúmulo de capital político e social.

Esses três tipos de recursos não operam de forma isolada, mas tendem a se reforçar mutuamente dentro desse padrão de inserção. A atuação em causas específicas a partir do espaço profissional não apenas confere legitimidade técnica aos indivíduos, mas também pode servir como credencial para nomeações em cargos comissionados. Ao mesmo tempo, essa experiência na gestão pública fortalece suas conexões com o mundo partidário, criando oportunidades de engajamento nas burocracias e setoriais temáticas. Por outro lado, a militância dentro dos partidos também funciona como um capital político mobilizado na obtenção de cargos comissionados, os quais, por sua vez, possibilitam a continuidade do ativismo a partir de posições institucionais dentro do Estado.

Os membros dessa sub-rede, como se vê, não são novatos no campo político, mas atores que operavam nos bastidores da política institucional, seja a partir de cargos na burocracia estatal, seja por meio do *advocacy* e da incidência em políticas públicas a partir da sociedade civil. Seu engajamento na renovação política, portanto, não representa uma entrada inédita na arena política, mas um deslocamento estratégico dos bastidores para o palco da política eleitoral. Movimento, aliás, que já havia sido ensaiado anteriormente por pelo metade dos candidatos presentes nesse subgrupo: dos 35, 18 possuem experiência em pleitos anteriores – concentrando 43% do total de candidatos com experiência eleitoral da rede como um todo. Um dado que não surpreende tanto se considerarmos a força da inserção partidária desses atores. Ao se candidatarem, eles reconfiguram sua atuação, buscando legitimar sua trajetória anterior como um diferencial dentro da lógica da “nova política”. A experiência técnica, a capacidade de articular interesses diversos e a familiaridade com o funcionamento

do Estado são apresentadas como atributos que os qualificam para ocupar mandatos eletivos, ao mesmo tempo em que sua vinculação com pautas e organizações da sociedade civil permite que reivindiquem uma identidade distinta da classe política tradicional.

A RAPS consolidou-se como um espaço estratégico de articulação política para indivíduos com esse perfil, funcionando como uma plataforma de engajamento antes mesmo da ascensão do RenovaBR e do crescimento da agenda da “renovação política”. Desde sua fundação, em 2012, a organização já operava como um ambiente de convergência entre ativismo profissionalizado, experiência na gestão pública e inserção partidária. Sua atuação se estrutura em torno da temática da sustentabilidade socioambiental, da inovação na gestão pública e da busca por “soluções concretas” para problemas sociais, articulando atores de forma suprapartidária. Nesse sentido, a RAPS funciona como um espaço de interseção entre diferentes segmentos, reunindo políticos de carreira consolidada, empresários e profissionais ativistas que compartilham esse repertório, mesmo que inseridos em distintos espectros ideológicos (todos dentro de um progressismo difuso e moderado, à esquerda ou à direita, ressalte-se).

Historicamente, sua proposta sempre esteve ancorada na ideia de reforma do sistema político por dentro, pelas vias democráticas e minimizando o confronto político – a lógica que será retomada e amplificada nos MRP que surgirão a partir de 2016. Esse modelo de atuação privilegia a negociação, o pragmatismo e a profissionalização e especialização da atividade política, evitando rupturas abruptas e buscando mudanças graduais na forma de governar, a partir de uma perspectiva gerencial e efficientista. Dessa maneira, os espaços associativos estruturados em torno da RAPS podem ser compreendidos como uma das bases sociais dos MRP, servindo como ponto de ancoragem para a apropriação do discurso da renovação e para a projeção eleitoral de novos candidatos dispostos a desafiar, ao menos retoricamente, a chamada “velha política” sem, contudo, representar uma proposta de ruptura com o sistema vigente.

A sub-rede da RAPS também se destaca tanto pela diversidade de vínculos associativos que compõem seu núcleo (Tabela 9) quanto por sua posição central na rede como um todo, sendo o mais conectado entre subgrupos identificados no entorno do renova, como é possível visualizar no grafo da figura 21 e no detalhe do grafo da figura 23. O que lhe confere um potencial significativo de intermediação e interconexão

entre os demais *clusters*. Essas características refletem a circulação de seus membros entre diferentes esferas – Estado, terceiro setor, mundo partidário e espaços de ativismo – e sustenta a tese de que esse grupo mobiliza múltiplos recursos de inserção política, destacando-se dos demais módulos da rede nesse aspecto. Das 15 modalidades associativas mapeadas na rede geral, a RAPS se sobressai por concentrar participação significativa em oito delas, conforme indicado na Tabela 8. Esse padrão se traduz em números expressivos: aproximadamente um terço das entidades de ativismo e defesa de causas, das ONGs, dos conselhos de políticas públicas e dos partidos identificados na egonet do RenovaBR estão posicionados na sub-rede da RAPS. Entre as formas de associativismo e ativismo mais presentes nesse cluster, destacam-se as conexões com o movimento estudantil (11 dos 24 nós), com ONGs voltadas à temática ambiental e da sustentabilidade (7 dos 9 nós) e com conselhos de políticas públicas (8 dos 23 nós).

**Tabela 9 – Distribuição dos nós da sub-rede da RAPS por categoria**

<b>Tipo de nó</b>	<b>N</b>	<b>%<sup>116</sup></b>
Candidaturas	35	30
Ativismo e defesa de causas	13	29
ONG	12	27
Conselho de políticas públicas	8	35
Organização empresarial ou patronal	5	22
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	1	6
Empresa Jr. e suas confederações	2	14
Outros	4	31
Partidos	4	33
Fórum, congressos e afins	3	25
Movimento de renovação ou grupo político suprapartidário	5	42
Organização trabalhista ou profissional	8	80
Organização desportiva ou cultural	0	0
Think Thank	0	0
Coletivos	0	0
Cooperativa	0	0
Organização religiosa	0	0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>–</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

<sup>116</sup> O percentual foi calculado em relação ao total de nós de cada categoria presente na rede. Esse procedimento foi repetido nas análises das demais sub-redes.

Além disso, há uma predominância de atores vinculados a organizações trabalhistas e profissionais (sindicatos, conselhos, ordens e associações profissionais em geral): encontra-se nessa comunidade 80% desse tipo A participação nesses espaços frequentemente está relacionada ao engajamento em comissões temáticas e grupos de trabalho que operam na interseção entre *advocacy* e exercício profissional. Isso se observa, principalmente, na atuação dos advogados no âmbito da OAB. Três casos ilustram essa dinâmica: Joênia Wapichana, que integrou a Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas; Diego Busse, membro do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas em Curitiba; e Niully Campos, que participou da Comissão Estadual de Direitos das Mulheres em Sergipe. Esses exemplos evidenciam como o ativismo profissionalizado se traduz, aqui, em participação política institucionalizada, consolidando um padrão de envolvimento político típico dessa sub-rede.

Outro importante espaço de engajamento para os membros dessa comunidade são os próprios MRP, uma vez que 42% dos nós desse tipo se inserem aqui (5 de 12 nós). Isso evidencia ainda mais o papel estruturador que o padrão associativo predominante nessa sub-rede – marcado pela interseção entre profissão, ativismo e partidarismo – exerce sobre a organização da luta pela renovação política. Por um lado, isso se traduz na sobreposição de perfis e trajetórias: muitos indivíduos que integram a RAPS também passam por outras iniciativas de formação e articulação política, o que amplia suas redes de contatos e recursos dentro do ecossistema da renovação. Por outro, a proximidade relacional também reflete como esses movimentos compartilham um enquadramento similar acerca da crise da representação política brasileira. Portanto, a proximidade entre esses grupos, por meio da coparticipação de candidaturas, não se dá apenas por coincidência, mas reflete uma convergência na forma como a renovação política é concebida e operacionalizada.

Entre os diversos atores que compõem essa sub-rede, a trajetória de Niully Campos exemplifica com clareza os padrões associativos que estruturam esse grupo. Advogada e ativista pelos direitos das mulheres e pelos direitos humanos, sua trajetória política se consolidou a partir da interação entre espaços estudantis, organizações profissionais, partidos políticos e cargos na administração pública – um percurso que sintetiza o modelo de inserção predominante na comunidade da RAPS.

Sua militância teve início no movimento estudantil, onde atuou no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade onde se graduou em Direito, chegando a ocupar posições na União Nacional dos Estudantes (UNE), onde foi diretora nacional de Meio Ambiente. Esse engajamento se desdobrou em sua atuação em organizações profissionais ligadas à advocacia, como a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Sergipe (OAB/SE), onde foi conselheira na Comissão Estadual de Direitos das Mulheres e secretária da Comissão de Estudos Penais. Mais recentemente, entre 2020 e 2021, ocupou ainda a vice-presidência da seção sergipana da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim).

Além do ativismo profissional, Niully manteve desde cedo vínculos com a esfera partidária. Embora hoje seja filiada ao PSOL, sendo uma de suas principais representantes em Sergipe, iniciou sua militância no PSB, onde ocupou posições de relevo, como a presidência estadual da Fundação João Mangabeira (instituição de formação política do PSB) e a liderança da Juventude Socialista Brasileira, primeiro como secretária nacional e, posteriormente, como presidente da organização.

Essa circulação entre diferentes instâncias institucionais também se refletiu em sua passagem por cargos comissionados na administração pública, ocupando uma série de posições que reforçaram sua articulação entre o mundo político e a gestão pública. Entre 2011 e 2012, atuou como assessora parlamentar do vereador Danilo Segundo (PSB) na Câmara Municipal de Aracaju. De 2013 a 2015, foi gerente jurídica da Secretaria Estadual do Turismo e do Esporte de Sergipe e, simultaneamente, procuradora adjunta da Prefeitura Municipal de Capela/SE, sua cidade natal. Em 2015, exerceu a função de advogada do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). No mesmo ano, tornou-se assessora parlamentar do senador Antônio Carlos Valadares, então líder do PSB sergipano, posição que ocupou até 2018.

Seu projeto de transição dos bastidores para o palco da política eleitoral começou antes mesmo de sua participação no RenovaBR. Em 2016, candidatou-se a vereadora de Aracaju pelo PSB e, dois anos depois, lançou-se como candidata à Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE). Buscando ampliar suas conexões e preparar-se para a disputa, ingressou no curso de formação do RenovaBR e se vinculou ao movimento Acredito, reforçando sua inserção nas redes da renovação política. A trajetória de Niully ecoa, portanto, um padrão recorrente entre os membros da sub-rede da RAPS: a construção de capital político por meio de uma combinação

entre ativismo profissional, inserção partidária e experiência na administração pública. Seu percurso ilustra como esses atores mobilizam recursos institucionais e associativos para consolidar suas carreiras políticas juntamente com a apropriação da agenda da renovação política.

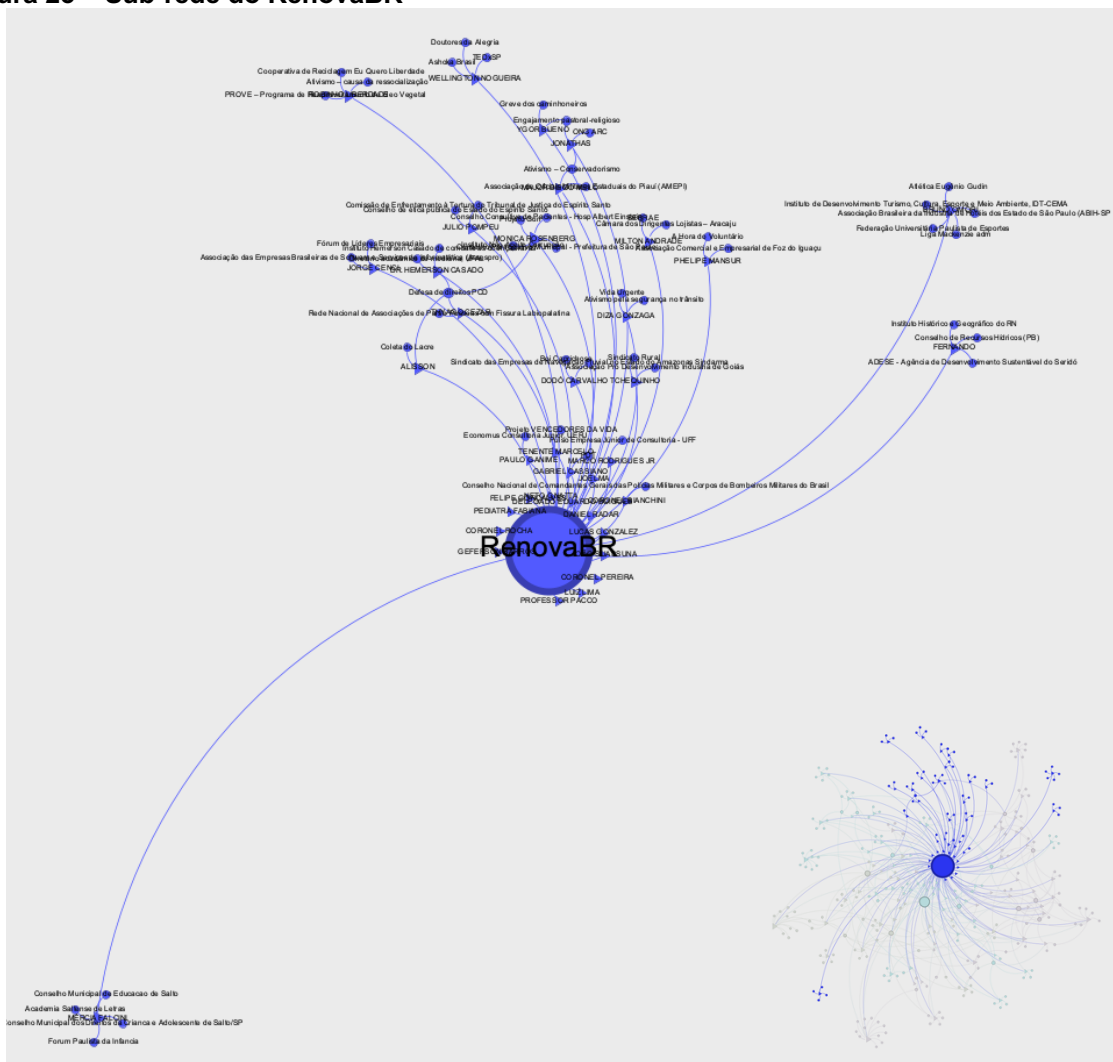
#### *4.2.2 Desassociados, mas não desarticulados: desvinculação associativa e recursos políticos alternativos na sub-rede do RenovaBR*

Estruturando-se em torno do próprio RenovaBR, a segunda sub-rede identificada em nossa análise se caracteriza por um padrão de desvinculação associativa – o que não significa desarticulação política, como se verá adiante. Composta por 25% dos nós (89) e 17% das arestas (94), ela é marcada pela ausência ou baixa diversidade de vínculos associativos entre os candidatos que a compõe. Esse traço se evidencia, por exemplo, no reduzido número de conexões em relação à quantidade de nós: praticamente um para um, em média. Mas, também, quando se analisa o grau médio dos candidatos desse grupo, que se conectam, em média, a três organizações ou modalidades ativistas — um número inferior à média geral da rede, que corresponde a cinco laços. Além disso, uma parcela significativa desses candidatos não apresenta nenhuma outra inserção associativa além do próprio RenovaBR: 12 das 35 candidaturas identificadas na sub-rede se enquadram nesse perfil. No grafo da Figura 22, essas candidaturas são representadas pelos nós isolados próximos ao RenovaBR. O que reforça a ideia de um grupo caracterizado por uma menor experiência prévia em ativismo e participação política direta antes de sua entrada no movimento.

A desvinculação associativa também se reflete na topografia da sub-rede. Quando analisamos sua disposição no grafo (Figura 23), duas características se destacam. Em primeiro lugar, observa-se uma interconexão interna quase inexistente entre os nós. Diferente de outras sub-redes, onde as conexões entre os membros criam uma estrutura mais coesa, aqui os candidatos formam uma comunidade essencialmente por meio de sua ligação direta com o RenovaBR, sem estabelecer vínculos significativos entre si. Em segundo lugar, a posição periférica desses nós no grafo chama atenção, como se pode ver na miniatura que destaca a posição relativa da sub-rede no grafo total (detalhe à direita, na parte inferior, da Figura 23). Projetados de forma relativamente isolada e afastada das demais sub-redes, eles evidenciam um

baixo nível de integração com outras organizações e espaços de participação política. Essa disposição sugere que, para muitos desses atores, o RenovaBR é seu principal, senão único, canal de inserção no campo político. Não por acaso, 78% dessas candidaturas nunca haviam concorrido em uma eleição até então. Nessa perspectiva, a quase inexistência de vinculações internas e a posição periférica desses nós no grafo revelam uma inserção política que não se sustenta em capital social derivado de redes associativas, mas sim em uma relação direta e individualizada com o movimento.

Figura 23 – Sub-rede do RenovaBR



Fonte: dados da pesquisa

Esse padrão sugere que, para muitos desses atores, o RenovaBR atua não apenas como um espaço de formação política, mas também como um substituto para a falta de vínculos associativos prévios, refletindo uma dinâmica de desvinculação que

contrasta com a estrutura mais integrada e coesa de outras sub-redes. Todavia, é importante destacar que a desvinculação associativa desse grupo não implica necessariamente na ausência de outros recursos políticos. A falta de capital social derivado de redes associativas é compensada, em muitos casos, por recursos como formação profissional, patrimônio, redes de relações pessoais e familiares, acesso a espaços institucionais, dentre outros.

Portanto, ainda que a inserção política de parcela significativa desses candidatos não se baseie em vínculos com organizações civis ou causas, isso não significa que eles estejam desprovidos de relações no campo político. É o caso de um João Suassuna, cujo único vínculo associativo mapeado é o RenovaBR. Vindo de uma família tradicional do Nordeste, ramificada por Pernambuco e Paraíba, João Urbano Bezerra Suassuna é neto do escritor Ariano Suassuna e bisneto do ex-governador da Paraíba, João Suassuna, que também foi deputado federal por esse estado. A partir do legado político e cultural de seus antepassados, João pôde se inserir tanto na gestão pública quanto no campo da cultura. Entre 2015 e 2018, foi secretário executivo da criança e da juventude no Governo do Estado de Pernambuco, onde foi responsável pela criação do Prepara Jovem, um programa de aulas preparatórias para o Enem voltado para estudantes da rede pública pernambucana. Também atua como produtor cultural, dedicando-se a projetos que celebram a obra de seu avô ariano.

Em 2018, quando se candidatou ao cargo de deputado estadual pelo PSB de Pernambuco, estado onde nasceu e vive, baseou sua campanha na defesa da reforma política e de políticas sociais nas áreas em que opera: educação e cultura. Em seu programa eleitoral, não deixou de mencionar o legado literário e artístico de seu avô e nem sua atuação como gestor público. Nesse sentido, seu capital social e notabilidade herdada se materializaram, na sua campanha, em depoimentos de personalidades dos campos da cultura e da educação pernambucanas, com a inserção frequente de falas de apoio a sua candidatura de professores universitários, artistas, produtores e mestres de cultura popular.

Por outro lado, apesar da desvinculação associativa que predomina no módulo mais próximo do RenovaBR, é possível identificar alguns espaços de engajamento que se destacam nessa sub-rede. Esses espaços, quando combinados com a inserção profissional e ocupacional dos indivíduos, revelam tendências importantes em suas trajetórias, sugerindo que mesmo em um contexto de baixa conectividade,

há padrões específicos de engajamento que merecem atenção. Quanto a isso, um exame das categorias de nós organizacionais presentes nesta sub-rede é revelador (Tabela 10).

**Tabela 10 – Distribuição dos nós da sub-rede do RenovaBR por categoria**

<b>Tipo de nó</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Candidaturas	37	31
Ativismo e defesa de causas	9	20
ONG	5	11
Conselho de políticas públicas	6	26
Organização empresarial ou patronal	8	35
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	4	25
Empresa Jr. e suas confederações	2	14
Outros	2	15
Partidos	1	8
Fórum, congressos e afins	3	25
Movimento de renovação ou grupo político suprapartidário	1	8
Organização trabalhista ou profissional	2	20
Organização desportiva ou cultural	6	100
Think Thank	0	0
Coletivos	0	0
Cooperativa	2	100
Organização religiosa	1	100
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>–</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Dintiguem-se, em primeiro lugar, os líderes empresariais. Tratam-se de presidentes de sindicatos de empresas, de associações empresariais ou de câmaras de comércio, dentre outros tipos de lideranças com experiências na representação de interesses e articulação de setores econômicos. São eles os responsáveis pela presença expressiva de organizações empresariais e patronais na sub-rede, abarcando 35% das organizações desse tipo presente em toda a rede do RenovaBR. Não surpreende, portanto, que 30% candidatos desse agrupamento sejam empresários ou executivos no setor privado (11 de 37). Também são os empresários que trazem as organizações filantrópicas e as desportivas e culturais para o módulo.

A sinergia desse grupo com o RenovaBR pode ser explicada, em grande parte, pelo alinhamento entre suas perspectivas sobre o papel do Estado e o discurso do movimento. O RenovaBR se apresenta como uma iniciativa voltada para a renovação

política a partir de princípios como a eficiência gerencial, a busca por soluções pragmáticas e a redução de entraves burocráticos, elementos que dialogam diretamente com a visão predominante no associativismo empresarial. Para esses líderes, a plataforma do RenovaBR oferece não apenas um espaço de formação política, mas uma oportunidade concreta de transformar sua experiência na defesa de interesses setoriais em um ativo eleitoral.

Dessa forma, sua trajetória na representação empresarial, antes restrita à negociação com o Estado e à formulação de propostas para o setor produtivo, pode ser reconvertida em um capital político voltado à disputa por mandatos eletivos. Esse movimento sugere que, para parte desses candidatos, o ingresso na política institucional não representa uma ruptura, mas uma continuidade estratégica de sua atuação anterior, agora sob a lógica da representação parlamentar. Processo que se inscreve, como mostra Coradini (2007, 2011) numa das mais clássicas lógicas de recrutamento de políticos de direita com passado associativista no Brasil, ao menos desde a redemocratização.

Dois casos ilustram bem essa dinâmica. Dodó Carvalho<sup>117</sup>, empresário amazonense do setor hidroviário, traz consigo uma trajetória marcada pela defesa de interesses desse setor a partir do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Amazonas (Sindarma), o qual presidiu entre 2016 e 2022. Também presidiu a associação cultural do Boi Caprichoso, a partir de 2001, no qual foi atuante desde sua juventude. Uma relação que transcende gerações na família Carvalho, visto que o pai de Dodó foi um notável apoiado do Caprichoso de Parintins/AM. Em 2018, foi candidato a deputado federal pelo PSD/AM. Já Edwal Freitas Portilho, o Thcequinho, empresário e executivo com carreira consolidada no agronegócio, atuou como gerente na Brasil Foods e como secretário municipal de Agricultura e Pecuária em Rio Verde (GO). Esteve a frente de associações como a ADIAL (Associação Pró Desenvolvimento Industrial de Goiás) e de um sindicato rural. Na campanha de 2018, quando se candidatou a deputado federal pelo MDB/GO, chegou a se apresentar como “Líder classista dos produtores de leite” do sul de Goiás. Nessa empreita, foi apoiado pelo deputado federal Heuler Cruvinel (PP/GO), que na ocasião apontou Portilho para ser seu sucessor na Câmara.

---

<sup>117</sup> Claudomiro Picanço Carvalho Filho

Outro tipo de trajetória comum nesse grupo, e digna de nota, é a dos servidores públicos. Abarcando 38% das candidaturas (14 de 37), são, em geral, indivíduos com vínculo efetivo com o Estado – portanto estáveis no emprego. Sete deles estão lotados em funções administrativas ou na prestação de serviços essenciais, como técnicos, gestores, médicos ou professores. Outros sete são profissionais da segurança pública (policiais civis ou militares). Sendo que, dos nove policiais presentes na rede do RenovaBR como um todo, sete estão nessa sub-rede – o que se explica pelas restrições a participação política ligado a essas carreiras. No caso dos policiais civis, predominam os de delegados com histórico de serviços públicos relevantes prestados. Já entre os policiais militares, há somente oficiais e nenhum praça: três coronéis, um major e um tenente.

Esses indivíduos têm em comum carreiras marcadas pela ocupação de funções de confiança e chefia dentro das estruturas estatais das quais fazem parte. O major Diego Melo, da PM do Piauí, por exemplo, comandou batalhões, como o RONE (Rondas Ostensivas de Natureza Especial) e foi responsável pela implementação da polícia comunitária no seu estado. Outro caso exemplar é o de Julio Pompeu, graduado e mestre em Direito, doutor em Psicologia Social, trilhou uma bem sucedida carreira de professor universitário, estabelecendo-se como professor do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo a partir de 2003, depois de ter sido professor em diversas instituições. Como professor da UFES, Pompeu participou, então, em conselhos estaduais de políticas no públicas até que em 2015 assumiu a pasta da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo.

Nesses e nos demais casos, essa proximidade com cargos de liderança indica um trânsito fluido com o mundo político, a partir da combinação do vínculo ao serviço público, a expertise profissional e os contatos políticos necessários para acessar postos de destaque. Com o prestígio e as conexões políticas adquiridas ao longo de suas carreiras, esses servidores associaram-se ao RenovaBR na tentativa de reconverter sua posição em um cargo eleitoral, em alguns casos com sucesso.

#### *4.2.3 Combatendo a ineficiência e a corrupção do Estado: a sub-rede dos ativistas liberais e anticorrupção*

A terceira sub-rede mapeada em nossa análise articula duas grandes frentes do ativismo à direita no Brasil: o liberalismo e a luta anticorrupção. Nota-se também a presença de atores ligados ao conservadorismo, ainda que em menor medida<sup>118</sup>. Essa configuração reflete um dos principais estilos de engajamento presentes na rede do RenovaBR e, portanto, uma de suas bases sociais mais expressivas. Como mencionado na primeira parte do capítulo, o ativismo liberal e anticorrupção tem se destacado nos principais ciclos de protesto da última década, mobilizando-se em torno de pautas como transparência e eficiência na gestão pública, redução do Estado, ética na política, austeridade, combate aos legados dos governos petistas e seus símbolos. Esses movimentos, além de terem desempenhado um papel central na ascensão do discurso da renovação política, influenciaram diretamente a formação de novas lideranças e a difusão de uma agenda reformista voltada à transformação institucional (Alonso, 2019; Alonso e Mische, 2017; Avritzer, 2017; Oliveira, 2020; Silva, 2018; Tatagiba, 2018).

Marcada por um repertório de ação coletiva de caráter contencioso, essa rede de ativismo está diretamente relacionada às reconfigurações das direitas na América Latina. Se as direitas tradicionais costumavam operar predominantemente dentro das instituições, por meio do *lobbying* e da formação de bancadas parlamentares, as novas direitas passaram a ocupar também o espaço público de maneira mais direta, indo às ruas e adotando uma postura de confronto aberto com o Estado e seus representantes. Esse deslocamento da atuação política da direita tem sido objeto de diversas interpretações acadêmicas, que buscam conceituar o fenômeno a partir de diferentes perspectivas. Teses como a da “apropriação conservadora dos ciclos de protesto de 2013” (Silva, 2017), da emergência dos “protestos de classe média” (Avritzer, 2017), das “direitas em movimento” (Tatagiba, 2018) e da “gênese do campo patriota” (Alonso, 2019), todas elas buscam dar conta desse processo e enfatizam a emergência e consolidação de um novo repertório de ação política mobilizado pela direita a partir de 2013. Nessa perspectiva, é na sub-rede liberal/anticorrupção onde os vínculos entre os movimentos de renovação e a conjuntura crítica da década de

---

<sup>118</sup> Os ativistas conservadores, cumpre dizer, não são predominantes na rede do RenovaBR. Todavia, os poucos que puderem ser identificados a partir de seus vínculos com organizações de movimento social conservadoras e pelas suas pautas eleitorais se concentram nesta sub-rede e entre os “desvinculados” da sub-rede analisada no tópico anterior.

2010 ficam mais explícitos, ao menos no sentido de serem os mesmos atores aqui e lá.

**Figura 24 – Sub-rede dos ativistas liberais e anticorrupção**



*Fonte: dados da pesquisa*

Representada no grafo da figura 24, a sub-rede liberal/anticorrupção é formada por 21% dos nós (75) e 18% das arestas (102). Diferentemente das demais sub-redes analisadas, que se organizam em torno de um único nó altamente conectado, ela apresenta uma estrutura multinuclear. Assim, em vez de convergir para um “centro gravitacional” único, essa rede se organiza em torno de múltiplos nós medianos em termos de grau: o LIVRES, seja em sua fase MRP, a partir de 2018, (LIVRES, grau = 14), seja em sua fase partidária inicial (PSL/LIVRES, grau = 11); o ativismo liberal (grau = 11); o partido NOVO (grau = 10) e o ativismo anticorrupção (grau = 9). Essa configuração descentralizada, semelhante a uma espinha dorsal, resulta em uma

estrutura menos hierárquica, na qual diferentes polos de influência coexistem e interação de maneira mais equilibrada. Ainda assim, é possível distinguir dois polos nessa sub-rede – um na parte inferior, em torno do LIVRES (partido e MRP) e do ativismo liberal; outro na parte superior, em torno do partido NOVO e do ativismo anticorrupção.

A distribuição mais pulverizada da sub-rede tem implicações importantes para sua dinâmica interna. Enquanto as demais possuem um nó central operando como um eixo organizador, o módulo liberal/anticorrupção se caracteriza por uma maior interconectividade entre seus componentes. Essa estrutura fica evidente, por exemplo, no grau médio mais elevado de seus candidatos. Enquanto na rede do Renova como um todo o grau médio das candidaturas é igual a cinco, aqui esse número corresponde a sete. Também se verifica uma maior densidade de relações estabelecidas entre as entidades do agrupamento. Assim, embora essa sub-rede esteja conectada com a rede geral, ela ocupa um espaço bem definido, com um perfil comunitário mais coeso e menos dependente de um único núcleo articulador.

Tudo isso indica uma forte identidade interna e um alto grau de colaboração entre seus membros. O predomínio de múltiplos núcleos interligados sugere um engajamento compartilhado entre diferentes organizações e atores, reforçando a capacidade dessa rede de operar de forma mais autônoma dentro do ecossistema político representado no grafo. Esse padrão estrutural também se alinha com o caráter contencioso de suas pautas, já que a descentralização pode favorecer uma estratégia de mobilização e difusão de discursos mais ampla e capilarizada.

Na mesma direção, esse padrão de engajamento contencioso e orientado para a ocupação de espaços na representação política também faz eco na configuração associativa dessa sub-rede (Tabela 11). Seus vínculos associativos se concentram em quatro tipos principais: ativismo e defesa de causas, organizações empresariais e patronais, partidos e think tanks. As demais modalidades de inserção ou não comparecem ou são inexpressivas. Mesmo os MRP, destacados na rede total, aqui se resumem ao LIVRES e ao movimento Brasil 21, que todavia só tem um vínculo dentro da sub-rede. Essa concentração de atores em poucas modalidades associativas é resultante de uma comunidade, como já descrito, mais coesa e portanto com identidade mais definida e um repertório de mobilização mais consolidado.

**Tabela 11 – Distribuição dos nós da sub-rede liberal/anticorrupção por categoria**

<b>Tipo de nó</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Candidaturas	23	19
Ativismo e defesa de causas	18	40
ONG	5	10
Conselho de políticas públicas	3	13
Organização empresarial ou patronal	10	43
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	2	13
Empresa Jr. e suas confederações	0	0
Outros	1	8
Partidos	4	33
Fórum, congressos e afins	2	17
Movimento de renovação ou grupo político suprapartidário	2	17
Organização trabalhista ou profissional	0	0
Organização desportiva ou cultural	0	0
Think Thank	5	100
Coletivos	0	0
Cooperativa	0	0
Organização religiosa	0	0
Total	100	–

*Fonte: dados da pesquisa*

Dessa forma, quando consideramos especificamente as categorias das modalidades de ativismo e defesa de causas, encontramos apenas entidade ligadas ao espaços dominantes no módulo: a luta anticorrupção (8), dentre ele o Vem pra rua!; o ativismo liberal (4), incluindo o MBL; o movimento estudantil (4), que são basicamente vínculos com DCEs e federações estudantis; e o conservadorismo (2), ambos ligados aos protestos pelo impeachment de Dilma Rouseff. Não há nenhum vínculo com a defesa de direitos sociais e de minorias. Esse inserção em espaços de ativismo é complementada por um investimento partidário forte, com vistas a ocupação da representação política, já antes das eleições de 2018 e da difusão dos MRP. O fato de dois partidos constarem entre os nós mais conectados dessa sub-rede, como já mencionado, é revelador nesse sentido.

Fundado em 2011, o partido NOVO obteve registro no TSE em 2015, concorrendo pela primeira vez nas eleições municipais de 2016. Entre seus fundadores e apoiadores de primeira hora, estava Eduardo Muffarej, fundador do RenovaBR que mais tarde se afastara da agremiação por divergências políticas (Muffarej, 2021). Já o LIVRES inciou sua trajetória como uma setorial do PSL que

estava destinada a assumir o controle da legenda a medida em que ganhasse filiados. O plano foi interrompido em 2018, com a filiação de Bolsonaro, quando a setorial se desfilou em massa do partido e se re-organizou enquanto um “movimento suprapartidário em defesa fo liberalismo por inteiro”. Daí decorre o alto índice de experiência eleitoral do agrupamento: 11 dos 23 candidatos (46%) já haviam disputado eleições anteriormente. Destes, seis concorreram as eleições municipais pelo PSL/LIVRES em 2016. E três concorreram pelo PSDB, um em 2014 e os demais em 2016.

Finalmente, outro elemento central da configuração associativa do módulo são os *think tanks*. De fato, todas as organizações desse tipo detectadas na rede do RenovaBR estão concentradas nesse grupo. Esses espaços funcionam como instâncias de formulação de ideias e agendas políticas e desempenham um papel essencial na difusão dos princípios do liberalismo. Além de indicar a conexão da sub-rede com o aparato intelectual do liberalismo e um engajamento voltado para a construção de uma base ideológica de longo prazo, a presença desse tipo organização mostra como esse grupo é marcado pela articulação entre líderes empresariais, ativistas e intelectuais liberais. Institutos como o “de Estudos Empresariais” e “Millenium”, por exemplo, têm suas atividades patrocinadas por grandes grupos empresariais, como consta em seus sites institucionais. Além disso, o associativismo empresarial tem uma presença fortíssima no módulo, com o maior quantitativo de nós desse tipo mapeados no entorno do RenovaBR – abarcando 43% deles.

Fábio Ostermann exemplifica de maneira paradigmática o padrão de ativismo presente na sub-rede liberal/anticorrupção. Sua trajetória combina formação acadêmica em áreas estratégicas – Direito, Economia, Ciência Política e Administração Pública – com capacitação em liderança e competitividade, evidenciando um perfil alinhado à qualificação técnica e ao discurso da eficiência gerencial e livre mercado, elementos centrais ao repertório ideológico desse grupo. Além disso, sua formação inclui passagens por instituições renomadas, como as universidade de Georgetown e Harvard, refletindo a conexão desse segmento com redes internacionais de promoção do liberalismo econômico do Norte Global.

Seu engajamento associativo reforça esse padrão, com inserção marcante em *think tanks* e organizações de ativismo liberal. Ostermann participou de instituições como o Instituto Liberdade (diretor executivo, 2010), o Instituto Ordem Livre (2012-

2014) e o Instituto de Estudos Empresariais (2011-atual), além de ter ocupado cargos de liderança no Estudantes Pela Liberdade (2012-2014) e na edição porto-algrense do Fórum da Liberdade (2010-2011), consolidando sua posição como articulador do ecossistema liberal brasileiro a partir do seu estado, o Rio Grande do Sul. Sua papel como fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), ainda que com atuação breve (2014-2015), também ilustra sua conexão com o ativismo contencioso de direita, que teve forte presença nos protestos da última década.

Simultaneamente ao ativismo, Ostermann desenvolvia uma carreira partidária. Engajou-se, inicialmente, no NOVO entre 2013 e 2016. Então, deslocou-se para o PSL/LIVRES onde exerceu papel de liderança: concorrendo à prefeitura de Porto Alegre em 2016 e presidindo a sigla no Rio Grande do Sul entre 2016 e 2018. Regressou ao NOVO em 2018 para concorrer ao cargo de deputado estadual, sendo eleito e exercendo o mandato entre 2019 e 2023. Não se re-elegendo em 2022, ocupa o cargo de Secretário Nacional de Assuntos Legais do partido desde 2023. A trajetória de Fábio Ostermann, portanto, demonstra a interação entre ativismo e política institucional na sub-rede liberal/anticorrupção. Ilustra, nessa perspectiva, como esse grupo também mobiliza o capital acumulado em redes associativas para converter prestígio e influência em mandatos eletivos.

#### *4.2.4 Renovação made in USA: os jovens experts em gestão pública da sub-rede do movimento Acredito*

A comunidade que se organiza em torno do movimento Acredito é a quarta maior dentro da rede do RenovaBR. Seus membros, majoritariamente jovens, distinguem-se por uma trajetória marcada pela participação em “projetos de impacto social” e por uma formação acadêmica internacional, frequentemente em universidades estadunidenses de prestígio como Harvard, Yale e Oxford. Diferentemente de outros grupos da rede, há um menor envolvimento em espaços associativos explicitamente politizados, como partidos e movimentos sociais, prevalecendo uma inserção em iniciativas do terceiro setor voltadas para inovação educacional, gestão pública e empreendedorismo social.



Para além os vínculos compartilhados com os três principais nós da sub-rede, essa coesão se assenta na homogeneidade de trajetórias de seus membros. Em primeiro lugar, eles formam o grupo mais jovem dentro do já jovem universo do RenovaBR, possuindo idade média de 30 anos, seis a menos que a média geral da rede. São jovens “talentos” com formação acadêmica internacional na área de gestão e políticas públicas. A maioria deles foram beneficiados por programas de bolsas de estudo oferecidos pela Fundação Lemann e pela Fundação Estudar<sup>119</sup>. Essas fundações têm como um de seus objetivos apoiar a formação acadêmica de brasileiros em instituições estadunidenses de renome internacional. Por exemplo, a Fundação Lemann oferece bolsas para cursos de pós-graduação em universidades como Harvard, Yale e Stanford, visando formar líderes comprometidos com o desenvolvimento do Brasil.

Nada menos que 14 das 18 candidaturas desse agrupamento são vinculadas às fundações Lemann e Estudar. Sendo que 12 estudaram em instituições renomadas do norte global, dos quais dez financiados por uma dessas fundações. As formações se deram em nível de graduação, especialização e mestrado, o que lhes confere o status de “experts” na administração das coisas do Estado. Essa experiência de capacitação internacional de jovens “talentos” resultou em uma rede bem conectada de especialistas com formação semelhante em gestão e políticas públicas. Isso criou as condições para o alinhamento desses indivíduos em torno de objetivos comuns em prol transformação política e social do Brasil a partir de um paradigma de gestão pública eficiente “baseada em evidências”.

Daí nasce o Movimento Acredito, fundado em 2017 por jovens brasileiros como Tábata Amaral, José “Zé” Frederico Lyra Netto e Felipe Oriá, que se conheceram durante seus anos de estudo na Universidade de Havard (EUA), todos bolsistas Lemman/Estudar. Os três assinaram o texto que apresenta publicamente o Acredito em fins de março de 2017, com direito a publicação na *Folha de São Paulo* (28/03/2017). Nessa matéria, Lyra declarou que “uma forma de ver o movimento Acredito é como uma 'bancada ativista' nacional, ou um MBL [Movimento Brasil Livre] progressista”. Autodefinindo-se como um “movimento de renovação política,

---

<sup>119</sup> A Fundação Estudar foi criada em 1991 por Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira – bilionários brasileiros e sócios do fundo 3G Capital. Ela foca desenvolvimento de lideranças e fornece bolsas de estudo (especialmente para graduação no exterior). Já a Fundação Lemann, fundada em 2002 pelo próprio Jorge Paulo Lemann, visa o desenvolvimento da educação pública brasileira e o impacto social em escala nacional.

suprapartidário e progressista, comprometido com justiça social e responsabilidade fiscal”, a iniciativa buscava engajar novas lideranças comprometidas com essa agenda para reaproximar a sociedade da política institucional e “combater a polarização ideológica”. Sua atuação envolve em três frentes principais: produção de conteúdo educativo sobre política, mobilização social para engajamento cívico e apoio a novas lideranças políticas por meio de formação e visibilidade. Além de Amaral, Oriá e Lyra, mais sete candidatos dessa sub-rede integram o Acredito (10 de 18).

Além de sua forte coesão interna, a sub-rede do Acredito mantém um nível relevante de conexão com a sub-rede da RAPS. Esse entrelaçamento se manifesta, principalmente, na multivinculação de candidaturas aos dois MRPs: 14 indivíduos fazem parte, ao mesmo tempo, da RAPS e do Acredito. Exemplos dessa dupla filiação incluem Renan Ferreirinha e Tábata Amaral, que integram a sub-rede do Acredito, mas também possuem vínculo com a RAPS. Em sentido inverso, Alessandro Vieira e Marina Helou estão posicionados na comunidade da RAPS, embora também tenham conexões com o Acredito. Isso se explica, por um lado, devido a afinidade baseada no estilo de ativismo progressista pragmático que predomina em ambas as sub-redes. Por outro lado, essa dupla filiação é resultante também de uma parceria institucional entre a Fundação Lemann e a RAPS, que fortaleceu a conexão entre as sub-redes do Acredito e da RAPS. Em 2017, essas organizações lançaram o *Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas*, visando formar representantes comprometidos com a transformação política no Brasil. Essa parceria institucional criou uma ponte entre os MRP Acredito e RAPS, facilitando a circulação de lideranças e o intercâmbio de repertórios de ação entre as duas sub-redes<sup>120</sup>.

Outra característica marcante da sub-rede do Acredito é sua inserção associativa (Tabela 12). Seus membros apresentam, em média, seis vínculos, indicando um alto nível de engajamento. Essa inserção se concentra predominantemente em espaços não contenciosos, próximos ao campo empresarial e distantes de arenas explicitamente politizadas, como partidos e movimentos sociais. É notória, assim, a forte participação em iniciativas voltadas para projetos de “impacto social” financiados por empresas “socialmente responsáveis”, por meio de ONGs (10 nós) e organizações filantrópicas (7 nós).

---

<sup>120</sup> Isso fica bem ilustrado no grafo da Figura 2, acima.

Além disso, a sub-rede concentra 71% do total de vínculos com empresas juniores e suas federações dentro da rede do RenovaBR, evidenciando desde cedo a socialização político-associativa desses “jovens líderes” em espaços próximos do mundo empresarial e do mercado. Em contrapartida, observa-se uma baixa influência dos partidos políticos e uma fraca presença de modalidades de ativismo, acompanhadas por uma experiência eleitoral inferior à média do RenovaBR (28% contra 35%). Adicionalmente, a sub-rede apresenta a menor interação com o Estado por meio de conselhos de políticas públicas, o que sugere que, apesar da expertise na área, a deliberação coletiva não ocupa um papel central no repertório desses atores para a formulação e implementação de políticas.

**Tabela 12 – Distribuição dos nós da sub-rede do movimento Acredito**

<b>Tipo de nó</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Candidaturas	18	15
Ativismo e defesa de causas	4	9
ONG	10	23
Conselho de políticas públicas	2	9
Organização empresarial ou patronal	0	0
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	7	44
Empresa Jr. e suas confederações	10	71
Outros	6	46
Partidos	3	25
Fórum, congressos e afins	4	33
Movimento de renovação ou grupo político suprapartidário	3	25
Organização trabalhista ou profissional	0	0
Organização desportiva ou cultural	0	0
Think Thank	0	0
Coletivos	0	0
Cooperativa	0	0
Organização religiosa	0	0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>–</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Isso não significa, contudo, que os membros dessa sub-rede estejam alheios à incidência no Estado ou que sua expertise permaneça restrita ao plano acadêmico e teórico. Pelo contrário, suas trajetórias profissionais revelam uma atuação pragmática e estratégica, alinhada à lógica de formação e inserção associativa previamente analisada. Observa-se, nesse grupo, três principais trajetórias profissionais. A primeira

envolve a experiência em grandes empresas, frequentemente na interface com o terceiro setor, por meio de projetos de responsabilidade social e inclusão, refletindo a afinidade da sub-rede com um associativismo empresarial.

A segunda diz respeito à inserção no setor público, seja por meio de cargos comissionados, seja como consultores privados especializados em inovação e desenvolvimento de políticas públicas, especialmente na área de educação. Aqui, não é incomum o trânsito de indivíduos entre consultorias e funções comissionadas em secretarias municipais e estaduais, operando em um modelo de formulação de políticas "baseadas em evidências". Por fim, há aqueles que, paralelamente à formação acadêmica, investem na atuação em ONGs voltadas para a melhoria da qualidade da educação pública, por meio de advocacy e consultorias para secretarias de educação de estados e municípios. Essas trajetórias demonstram que, embora distante dos partidos e movimentos sociais tradicionais, a sub-rede do Acredito constrói sua incidência política por meio de um modelo tecnocrático de atuação, fundamentado na interseção entre expertise acadêmica, experiência empresarial e ocupação de espaços estratégicos na formulação e implementação de políticas públicas.

A trajetória do goiano José Frederico Lyra Netto exemplifica os padrões associativos e profissionais que caracterizam a sub-rede do Acredito. Formado em engenharia mecatrônica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Zé Frederico iniciou sua carreira com forte envolvimento no movimento de empresas juniores, atuando inicialmente como CEO da Mecatron Jr., a empresa júnior de engenharia mecatrônica da UNICAMP, em 2003. Nos anos seguintes, tornou-se diretor da Federação de Empresas Juniores do Estado de São Paulo (FEJESP), em 2004, e presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, a Brasil Júnior, entre 2005 e 2006. Sua inserção no campo do terceiro setor se consolidou com a fundação do Vetor Brasil em 2015, organização não-governamental dedicada a atrair jovens lideranças para o serviço público. Mais tarde, ele integrou múltiplas iniciativas de renovação política: tornou-se líder RAPS em 2017, cofundador e coordenador nacional do Movimento Acredito no mesmo ano, além de integrar a primeira turma de formação do RenovaBR, entre 2017 e 2018.

Sua trajetória também articula experiências públicas e privadas em torno da gestão pública. No setor público, foi secretário de Desenvolvimento Econômico e Social em Araguaçu (TO) em 2010, além de ocupar cargos estratégicos na Secretaria

de Educação de Goiás entre 2011 e 2013: primeiro como chefe da unidade de Reforma da Educação (2011) e, posteriormente, como superintendente de Reforma da Educação (2012-2013). Depois de concluir seu mestrado em Políticas Públicas em Harvard (2013–2015), com bolsa da Fundação Estudar, atuou entre 2015 e 2017 na Falconi Consultores de Resultado — uma das maiores consultorias empresariais do país que atua também na área da educação pública junto a secretarias municipais e estaduais<sup>121</sup>. Sua trajetória ilustra, portanto, o padrão dominante na sub-rede do Acredito: alto investimento em formação de prestígio, articulação com ONGs e fundações privadas, e profissionalização da atuação política a partir de experiências híbridas entre o setor público e privado.

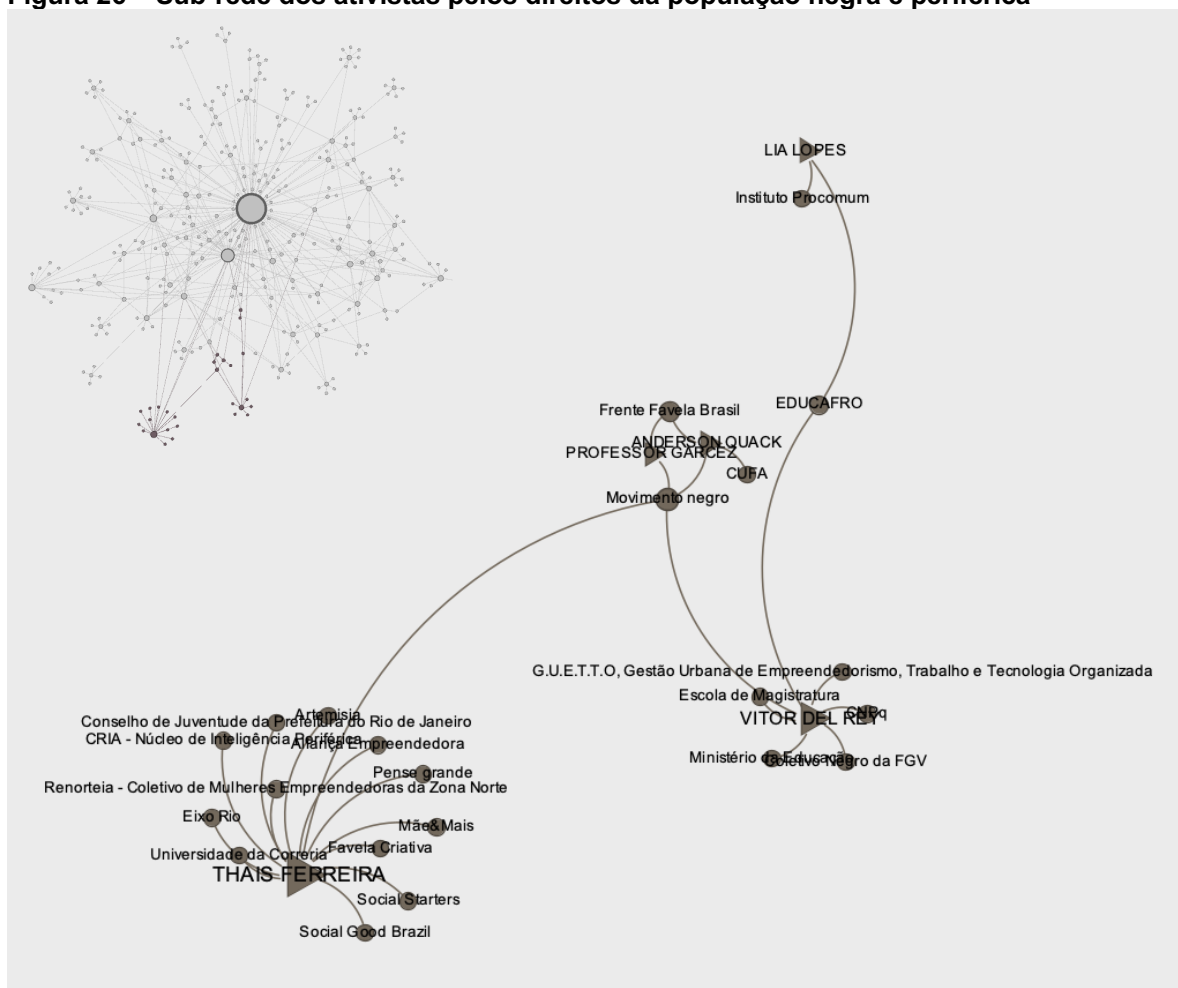
#### *4.2.5 Às margens da renovação: a sub-rede dos ativistas pelos direitos da população negra e periférica*

Situada “às margens” da rede do RenovaBR, a quinta e última sub-rede analisada é a dos ativistas pelos direitos da população negra e periférica. Ela forma um agrupamento isolado e marginal do ponto de vista da topologia da rede (Figura 26). Apresenta baixa densidade de conexões para além de seu próprio núcleo e raras interações com os principais polos de centralidade da rede do RenovaBR. Conecta-se de forma pontual a algumas figuras e organizações da sub-rede da RAPS e, em menor medida, da do Acredito. Não há vínculos diretos com os atores das demais comunidades, exceto pelo próprio RenovaBR. Trata-se da menor entre todas as sub-redes identificadas, reunindo apenas 27 nós (o que representa cerca de 8% dos nós da rede) e 27 arestas (cerca de 5% do total de conexões). Também é relevante que as cinco candidaturas que integram o grupo se autodeclararam como pessoas pretas – contrastando com as demais sub-redes, onde os autodeclarados pretos giram em torno de 5%.

---

<sup>121</sup> A Falconi é uma consultoria brasileira especializada em gestão que, desde 2015, atua também na área da educação pública. Por meio de parcerias com secretarias municipais e estaduais, a empresa oferece soluções de gestão, formação de lideranças e implementação de políticas educacionais, com foco em resultados e melhoria da eficiência administrativa. Destacam-se projetos como o “Escola de Excelência” e o “Gestão para Resultados de Aprendizagem (GRA)”, este último realizado com a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. Dois outros membros da sub-rede do Acredito trabalharam na Falconi: Daniel José (2013-2017) e Tábata Amaral (2014), como estagiária.

**Figura 26 – Sub-rede dos ativistas pelos direitos da população negra e periférica**



Fonte: dados da pesquisa

Ainda que limitada em escala, essa sub-rede reúne um grupo de candidaturas interligadas por suas experiências comuns de ativismo em periferias urbanas e militância em defesa dos direitos da população negra. Ao contrário das demais sub-redes, que se estruturam em torno de grandes organizações – como RenovaBR, RAPS, Acredito ou partidos –, o agrupamento em tela não tem nenhum grande nó organizacional em seu centro. Seu nó principal é o ativismo no “movimento negro”, com grau 5 (Figura 26). Resultando, assim, em uma sub-rede que se sustenta por um laço indireto, baseado em afinidades políticas e trajetórias militantes comuns e não por vínculos institucionais diretamente compartilhados.

Nessa direção, a inserção associativa da sub-rede dos ativistas negros se relaciona a um setor menos contencioso no interior do movimento negro. Isto é, trata-se de um segmento cuja atuação política se organiza menos pela via da confrontação direta com o Estado e mais pela implementação de projetos sociais voltados ao enfrentamento das desigualdades raciais. As 12 ONGs e as duas organizações

filantrópicas que aparecem na sub-rede e que concentram quase todos seus vínculos associativos estão relacionadas a esse tipo de iniciativa (Tabela 13), entre eles a Central Única das Favelas (CUFA).

**Tabela 13 – Distribuição dos nós da sub-rede dos ativistas negros por categoria**

<b>Tipo de nó</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Candidaturas	5	4
Ativismo e defesa de causas	1	2
ONG	12	27
Conselho de políticas públicas	4	17
Organização empresarial ou patronal	0	0
Assistencialismo, filantropia e voluntariado	2	13
Empresa Jr. e suas confederações	0	0
Outros	0	0
Partidos	0	0
Fórum, congressos e afins	0	0
Movimento de renovação ou grupo político suprapartidário	1	8
Organização trabalhista ou profissional	0	0
Organização desportiva ou cultural	0	0
Think Thank	0	0
Coletivos	2	100
Cooperativa	0	0
Organização religiosa	0	0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>–</b>

*Fonte: dados da pesquisa*

Em comum, essas organizações compartilham uma agenda que busca promover autonomia, inclusão e mobilidade social, articulando ativismo racial a práticas de empreendedorismo, economia criativa e fortalecimento das juventudes negras das periferias urbanas. Embora expressem um compromisso com a transformação social, seu repertório de ação tende a privilegiar caminhos institucionais, parcerias com empresas e governos que resultem na prestação de serviços, distribuição de benefícios ou políticas públicas voltadas as pessoas negras. Também foca em trabalhos de conscientização acerca do racismo e das formas de combatê-lo. Distanciando-se, assim, de estratégias mais abertamente contestatórias que também compõem o repertório de ação coletiva do movimento negro.

Essa orientação mais voltada para o ativismo cultural de projetos sociais também ajuda a explicar outras características dessa sub-rede. Ao contrário do que

se observa em outros grupos do RenovaBR, aqui praticamente não há vínculos com partidos políticos antes do ingresso no Renova, nem participação em organizações de ativismo e defesa de causas em uma perspectiva conflitiva. Também nenhum dos candidatos havia disputado eleições anteriormente, o que indica uma reorientação mais recente para o campo político-institucional. Esse afastamento das arenas tradicionais de socialização política se expressa também nos resultados eleitorais: essa é a única sub-rede do RenovaBR em que nenhum dos integrantes foi eleito em 2018.

O caso do ativista social, produtor cultural e diretor artístico Anderson Luiz Alves de Oliveira, o Anderson Quack, expressa com clareza os padrões associativos que articula essa sub-rede. Natural do Rio de Janeiro (RJ) e com forte atuação no campo da cultura, sua trajetória esteve desde o início ancorada em iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial nas periferias urbanas. Quack foi um dos fundadores da Central Única das Favelas (CUFA), da qual foi secretário-geral por 15 anos (2000-2015). Aí foi responsável pela direção de projetos sociais, culturais e audiovisuais voltados à população negra e periférica, especialmente da juventude. Além disso, ele também possui grande experiência na televisão pública: dirigiu, por 14 anos, o programa *Espelho*, apresentado por Lázaro Ramos na TV Brasil, voltado a debates sobre temas raciais e sociais (2007-2021). Também dirigiu, na mesma emissora, o programa *Agglomerado*, fruto de uma parceria com a CUFA.

Quack atuou, ainda, na gestão pública. Entre 2015 e 2016, esteve na Fundação Palmares, primeiro como diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afrobrasileira e depois como presidente interino da Fundação, em 2016. Nesse mesmo ano, fundou a Frente Favela Brasil, uma organização política voltada à representatividade das populações negras e periféricas, marcando sua reorientação para a política institucional. Em 2017, como prolongamento desse movimento, ingressa no RenovaBR. Ao mesmo tempo, passou a atuar partidariamente: filiou-se ao PSOL para disputar o cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Depois migrou para o PSB, em 2019, assumindo a secretaria estadual da Negritude Socialista. Não abandonou, no entanto, sua atuação na cultura e, em 2018, cofundou o Grupo Awurê, voltado à difusão de saberes e expressões culturais negras. Essa trajetória reflete um padrão recorrente dentro da sub-rede: forte inserção no ativismo cultural e periférico, com foco em educação, cultura e empreendedorismo negro, mas

com menor acúmulo de capital político tradicional e vínculos institucionais mais frágeis com partidos ou estruturas formais do sistema político.

### **4.3 Entre a diversidade associativa e a homofilia política: a “política baseadas em vidências” como horizonte normativo da renovação**

Até aqui, o capítulo buscou delinear a ecologia de associações e de formas de engajamento que se constitui em torno do RenovaBR para fazer emergir os circuitos sociais que dão sustentação ao seu projeto político. Como vimos, esse ecossistema é composto por uma multiplicidade de modalidades associativas, que incluem ONGs, organizações empresariais, conselhos de políticas públicas, partidos políticos, movimentos de renovação suprapartidários, *think tanks*, entre outras. A partir da análise da estrutura dessa rede, foi possível identificar padrões associativos que traduzem combinações específicas dessas modalidades, organizadas em torno de repertórios de engajamento relativamente distintos. Tais padrões revelam diferentes formas de inserção política, trajetórias de socialização e estratégias de atuação que, embora apresentem variações internas, são limitadas e compartilham certas afinidades estruturais.

Com base nos resultados, pode-se afirmar que a proliferação organizacional e a institucionalização de formas de participação política, observadas após o ciclo de protestos de 2013, estão intimamente associadas à reconfiguração de redes pré-existent de engajamento cívico. O trabalho evidenciou que, longe de surgir do zero, os MRP se ancoram em circuitos associativos consolidados, que foram reorientados a partir das oportunidades e dilemas trazidos pela conjuntura crítica. Esses processos de rearticulação revelam a capacidade adaptativa de segmentos da sociedade civil, nesse caso, particularmente aqueles com afinidades no que diz respeito a uma certa visão tecnicista e gerencialista da política.

O resultado disso é a conformação de uma rede associativa e participativa que, além de expressar a diversidade de origens e agendas relacionadas a renovação política, evidencia também o eixo de convergência de seus atores. Isto é, a análise dos vínculos associativos das candidaturas do RenovaBR em 2018 revela uma rede com forte tendência homofílica<sup>122</sup> estruturada em torno de alguns pressupostos

---

<sup>122</sup> Nesse sentido, a baixa diversidade na composição social observada no capítulo 3 pode ser pensada como contraparte desse traço homofílico da rede associativa/participacionista.

compartilhados acerca do Estado, da sociedade civil e da atividade política que funcionam como um eixo organizador das “diferente” ideia de renovação, conferindo coesão a esse campo associativo.

Isso permite compreender a renovação política não como um bloco monolítico, mas como um mosaico associativo constituído por variações de um mesmo *horizonte normativo*: o paradigma das “políticas baseada em evidências” (Louro e Harari-Kermadec, 2024). Trata-se de um “*estilo de racionalidade*, isto é, uma infraestrutura cognitiva historicamente específica que organiza práticas difusas, constituindo inteligibilidade e intencionalidade para a ação social” (p. 98). Esse modelo de formulação e avaliação de políticas públicas reivindica a submissão da política ao crivo da técnica, propondo que decisões sejam tomadas com base em provas empíricas consideradas robustas – as “evidências”, sobretudo aquelas capazes de identificar efeitos causais e quantificar “impactos”. A “boa evidência”, como argumentam os autores, é aquela que consegue demonstrar “o que funciona”, a partir de métodos considerados confiáveis como experimentos controlados aleatórios ou modelos econométricos que isolem variáveis<sup>123</sup>. Com isso, busca-se substituir o julgamento político tradicional – a “velha política”, baseada em deliberações e negociações, mas também em interesses particularistas – por um processo decisório pautado em métricas, dados e procedimentos, prometendo neutralidade e objetividade. No limite, propõem-se a despolitização da própria atividade política em favor de tal racionalidade.

Contudo, essa neutralidade é apenas aparente, já que a própria definição do que conta como evidência válida envolve pressupostos teóricos e normativos específicos, associados a uma determinada visão de mundo calcada na “racionalidade econômica” (Louro e Harari-Kermadec, 2024). Operando como uma matriz cognitiva mais ampla, ela se orienta por princípios originários da economia política neoclássica (ou neoliberal), tais como o da naturalização do mundo da escassez de recursos, da maximização da utilidade, da busca pela eficiência econômica e do cálculo individual como base do comportamento dos agentes sociais. Tudo isso “esquematiza a natureza humana e a vida social” (p. 98), moldando a forma como problemas públicos são definidos, priorizados e enfrentados. Assim, não se trata de um uso genérico ou

---

<sup>123</sup> O que não exclui técnicas qualitativas de pesquisa, mas estas são acionadas diante da impossibilidade de estudos econométricos mais clássicos e sempre na lógica de “medir o impacto” ou “efeito” de uma determinada ação (Louro e Harari-Kermadec, 2024).

descompromissado da ciência ou da técnica como os agentes da EPB creem e querer fazer crer, mas de uma mobilização seletiva de determinados saberes – sobretudo da economia neoclássica e suas derivações aplicadas á gestão das políticas públicas –, os quais orientam a produção e o uso das chamadas “boas evidências”. É nesse enquadramento que a PBE constrói sua eficácia, ao apresentar soluções políticas como tecnicamente necessárias, e não como escolhas entre alternativas conflitantes, fazendo “da decisão política um parecer técnico” (p. 103).

A adesão a esse *modus operandi* político da PBE ajuda, inclusive a entender a existência de distintos padrões associativos e ativistas na rede do RenovaBR — como o ativismo liberal-conservador, o progressismo gerencialista ou a tecnocracia institucionalizada. A diversidade de padrões de engajamento não deve ser compreendida como expressão de um pluralismo democrático profundo ou do estabelecimento de um espaço de disputa ideológica aberta – lembremos como os MRP se colocam contra a “polarização ideológica” irracional e improdutiva. Ao contrário, o que os conecta e torna possível sua convivência no interior de uma mesma rede é a adesão compartilhada, ainda que muitas vezes tácita, a esse léxico técnico de como operar os assuntos do Estado. Como mostram Louro e Harari-Kermadec (2024), a força da PBE não está tanto em seu conteúdo normativo ou em uma doutrina política coerente, mas principalmente na plasticidade de seus instrumentos e na capacidade de produzir uma linguagem comum para atores com origens, interesses e projetos distintos. É essa característica que permite que a lógica política das evidências “circulem num espectro ideológico amplo, conferindo respostas, ora à direita, ora à esquerda, para problemas públicos variados” (p. 109), como é visível na rede do Renova.

Vale ressaltar que essa adesão coletiva ás “políticas baseadas em evidências” não decorre, usualmente, da introjeção subjetiva da racionalidade econômica neoliberal, na forma de um capital cultural incorporado. Isso se dá somente em poucos casos e, em nosso universo de pesquisa, aparece como uma tendência forte apenas na sub-rede liberal. Sua eficácia e abrangência se deve, antes, às suas manifestações em meios externos aos sujeitos, na forma de capital cultural objetivado (métodos, literatura e indicadores) e de capital cultural institucionalizados (diplomas, certificados e espaços de formação) (Louro e Harari-Kermadec, 2024). Como argumentam os autores, é “justamente pelo fato de a racionalidade econômica estar encarnada em

instrumentos [...] que ela coordena atores heterogêneos” (p. 111-112) e pode deles se autonomizar.

No caso do RenovaBR, os diferentes padrões de engajamento detectados — por mais diversos que sejam em termos de repertórios morais ou identitários — compartilham a crença na capacidade da técnica das “evidências” de ordenar o mundo político e de oferecer critérios de validade a partir de parâmetros objetivos. A unidade, portanto, não está tanto na ideologia, mas no método; não tanto na concordância programática, mas na forma comum de expressar e validar as diferenças. Justamente por estarem materializados nos dispositivos materiais e institucionais mencionados (e não em disposições incorporadas pelos agentes), os pressupostos racionalidade econômica neoliberal não exigem adesão subjetiva ou engajamento ideológico explícito para exercer seus efeitos: bastam o uso prático e a circulação desses instrumentos para que se produza uma forma de coordenação política e cognitiva entre atores. Assim, mesmo em meio a desacordos normativos ou diferenças de agenda, a referência comum a esses mecanismos confere legitimidade técnica às decisões e estabelece um terreno compartilhado no qual as divergências podem ser expressas sem romper o horizonte de inteligibilidade que estrutura o campo (Louro e Harari-Kermadec, 2024).

Já em relação ao papel da sociedade civil subjacente a esse horizonte normativo, o capítulo evidenciou uma contradição entre o discurso e a prática do RenovaBR. Enquanto a organização mobiliza uma retórica que convoca amplamente a sociedade civil para restaurar o Estado brasileiro – apelando ao engajamento do “cidadão comum” e de “pessoas comuns” –, na prática, apenas uma parcela restrita dela é validada como agente de renovação política. Trata-se de segmentos específicos da sociedade que são reconhecidos como interlocutores legítimos desse projeto a partir da seleção para o curso de formação de “lideranças cívicas”. Há, portanto, um deslocamento entre a promessa de participação democrática ampla e os critérios seletivos que delimitam quem, de fato, pode falar e agir em nome da renovação<sup>124</sup>. O principal efeito disso é produção de uma miragem de diversidade e

---

<sup>124</sup> Análise semelhante é desenvolvida por Silva e Silva (2024), que examinam o discurso institucional do RenovaBR e mostram como a organização se posiciona como árbitra da política, selecionando quem pode ser um “bom político”. Os autores destacam a verticalização da estrutura organizacional e a limitação da participação do “cidadão comum” a papéis subordinados por meio de seus enquadramentos discursivos, revelando a convergência entre a retórica da renovação e um projeto neoliberal e tecnocrático, em sintonia com os achados deste capítulo.

de moderação políticas para o RenovaBR que escamoteia os limites ideológicos que dirigiram o processo de constituição do seu campo de mobilização política.

Revela-se, dessa forma, uma visão instrumentalizada da sociedade civil, que deixa de ser concebida como um espaço legítimo de expressão de diferenças, conflito, negociação e disputa de projetos para tornar-se uma ferramenta de correção das falhas do Estado. Na prática do RenovaBR, como se visualiza em seu entorno associativo e participacionista, o setor privado e as organizações da sociedade civil alinhadas a uma abordagem gerencialista são valorizadas como vetores da modernização da gestão pública, enquanto movimentos sociais de perfil mais contencioso, voltados a pautas redistributivas e estruturais, permanecem à margem.

Nesse cenário, a seleção dos participantes do programa de formação do Renova funciona como um filtro que restringe o acesso a determinadas trajetórias e perspectivas. Por um lado, a retórica tecnicista da organização tende a não mobilizar sujeitos oriundos de movimentos populares ou de lutas antissistêmicas. Por outro, quando trajetórias progressistas são incorporadas, elas geralmente provêm de estilos militantes mais pragmáticos e menos conflituos, muitas vezes com experiências de socialização nas instituições da PBE. Dessa forma, a renovação política promovida pelo RenovaBR não se dá por meio de um debate plural e participativo, mas sim pela inserção de perfis considerados “competentes” dentro da estrutura estatal. A restauração do Estado, nesse modelo, não passa pelo fortalecimento da participação popular ou pela ampliação de direitos coletivos, mas pela incorporação de um seleto grupo de atores capazes de formular políticas que, “com base em evidências”, “dêem resultados”.

## Considerações finais

O ciclo de protestos de Junho de 2013 marca uma virada na história política e social do Brasil. Ele sinaliza, dentre outras coisas, o início de uma conjuntura crítica (Della Porta, 2020a, 2022) que irá resultar em transformações nos arranjos políticos estabelecidos desde a nossa redemocratização (Abranches, 2018; Avritzer, 2016, 2019; Nobre, 2013a, 2022). Já de início, esse ciclo ensejou, nas ruas e na academia, disputas e debates em torno de seus sentidos e rumos. Sem demora, a heterogeneidade de suas causas, atores e repertórios foi constatada e reconhecida por diversos estudiosos (Alonso, 2023; Alonso e Mische, 2016; Avritzer, 2017a; Silva, 2018). Também não tardou para se perceber que o evento transcendia seus limites cronológicos, ressonando pelos anos seguintes (Alonso, 2017; Avritzer, 2017a; Bringel e Pleyers, 2015; Tatagiba, 2018; Tatagiba e Galvão, 2019).

Tanto quanto o ciclo em si, foram heterogêneos e variados seus efeitos sobre a política e a sociedade brasileira. Em especial, no terreno das experimentações políticas: atores de direita e de esquerda, conservadores e progressistas, moderados e radicais experimentaram novas formas de participação e de incidência política nos anos após 2013, reverberando, em múltiplos níveis, os sentidos diversos e contraditórios daquele dramático mês de junho. Nas ruas, a difusão das ocupações culturais como repertório de ação coletiva (Santos, J. V., 2017, 2022). Entre as formas associativas, a proliferação dos coletivos desde os movimentos sociais e além (Perez, 2019, 2024). Na arena eleitoral e na representação política, a multiplicação das candidaturas e dos mandatos coletivos ou compartilhados (Almeida, 2024; INESC, 2019; RAPS, 2019). Nesses e em outros âmbitos, Junho de 2013 não terminou.

A partir desse cenário de experimentação política, esta tese demonstrou como os movimentos de renovação são uma dessas respostas aos dilemas e impasses abertos pela conjuntura crítica brasileira. Configurando-se, portanto, como um desdobramento tardio do ciclo contencioso de Junho de 2013. Nessa perspectiva, a pesquisa olhou além dos desdobramentos desse ciclo no campo dos movimentos sociais e explorou uma gama maior de formas de associativismo e ativismo que se estabeleceram nesse contexto. Com isso, analisou os MRP como uma modalidade associativa que, apesar de afastado das dinâmicas tradicionais de militância,

respondem à crise de representação e às limitações da participação propondo vias alternativas de ingresso na política institucional. Ao analisar tais modelos híbridos de engajamento, o trabalho buscou entender aspectos pouco explorados dos legados de 2013.

Especificamente, a tese investigou os MRP como um esforço mais amplo de institucionalização do engajamento cívico no Brasil pós-2013. Para isso, tomou como objeto empírico o caso do RenovaBR e analisou os itinerários sociais e os vínculos associativos dos 118 candidatos apoiados pela organização nas eleições de 2018. O modelo de análise da pesquisa buscou articular três dimensões desse processo: a das organizações, a dos agentes e a das relações. A primeira reconstitui as condições históricas que possibilitaram a emergência dos MRP, em especial do RenovaBR. Na segunda, o foco da análise recaiu sobre os percursos sociais e agendas políticas das candidaturas apoiadas pelo Renova em 2018, entendidas enquanto expressões práticas e estratégicas de um projeto organizacional de inserção e intervenção no campo político. A última dimensão mapeou os vínculos associativos e militantes das candidaturas “renovadoras” buscando fazer emergir as relações que configuram a ecologia associativa dos MRP.

Com isso, através de seus quatro capítulos, a tese demonstrou como, em função das oportunidades políticas abertas a partir dos ciclos de protestos de Junho de 2013, o RenovaBR trabalhou na reconversão do engajamento de seus membros em direção às instituições representativas e à ocupação do Estado através da arena eleitoral. Todavia, tal processo, como mostrou a pesquisa, não foi isento de vieses: além de ser fortemente enraizado em setores privilegiados da sociedade, também foi avatar de uma cultura política tecnocrática e gerencialista – o que revela os limites de um projeto político que se pretende democratizante.

A partir de uma revisão da literatura, o Capítulo 01 caracterizou os MRP como organizações híbridas da sociedade civil que adotam o suprapartidarismo como estratégia de inserção política, atuam de forma não contenciosa, com foco na arena eleitoral e possuem filiação aberta, formando uma rede informal de grupos interconectados. Tais organizações compartilham a crítica à “velha política”, a defesa da “renovação” da representação política e um repertório de práticas de apoio a candidaturas *outsiders*. Todavia, o discurso da renovação é marcado por uma ambiguidade que possibilita apropriações seletivas pelas diversas organizações. O capítulo argumentou, ainda, que essas organizações formam uma modalidade

emergente de mobilização que surgem como resposta à crise política das últimas décadas, tendo os protestos de junho de 2013 como marco inicial desse processo.

O Capítulo 02 examina os processos sociais e políticos que tornaram possível a emergência desse campo de mobilização. Assim, identificou três conjuntos de oportunidades políticas que marcam a gênese dos MRP. O primeiro diz respeito à crise de legitimidade do sistema político brasileiro, especialmente conectada aos limites do presidencialismo de coalizão. O segundo refere-se à conjuntura crítica inaugurada pelos protestos de 2013, que aprofundou a desconfiança nas instituições, intensificou a polarização social e difundiu um imaginário de oposição entre sociedade civil e Estado que confere maior legitimidade à primeira. O terceiro é a centralidade adquirida pela luta anticorrupção no cenário político Brasileiro, catalisada pela Operação Lava Jato, que ofereceu aos MRP um componente aglutinador: a corrupção da “velha” política, conceito suficientemente elástico capaz de condensar queixas morais, políticas e econômicas.

A partir desse cenário, o capítulo evidenciou que a gênese dos MRP se dá através da construção da crise política enquanto problema público. Dessa forma, a “nova política” ganhou tração como projeto coletivo, capaz de reunir atores heterogêneos articulados por uma gramática moralizante e tecnocrática. O campo da renovação política conforma-se, assim, como um espaço de convergência entre organizações civis, redes empresariais e partidos minoritários, cuja coesão se dá pela partilha de diagnósticos sobre a falência da representação e pela crença na substituição da elite política tradicional por quadros mais legítimos e profissionalizados. Nesse panorama, o RenovaBR surge como expressão estruturada desse campo e como vetor organizador de sua atuação.

Analisando o perfil social e as experiências profissionais e políticas dos candidatos ligados ao RenovaBR, o Capítulo 03 mostrou caráter restrito do recrutamento político operado pela organização. Trata-se de um grupo composto, sobretudo, de indivíduos com origem nos estratos mais privilegiados da população: são homens e brancos, com elevado nível de escolarização, inclusive com notável acesso à pós-graduação. Este último fator, juntamente com a baixa idade média, são os únicos pontos de ruptura com o *status quo* político nacional. Suas carreiras profissionais estão concentradas em ocupações especializadas e gerenciais, nos setores público e privado, com forte circulação intersetorial. Em termos de inserção partidária, observou-se que, em 2018, o grupo se candidatou majoritariamente por

partidos não-hegemônicos de centro e centro-direita. A análise mostrou ainda a forte inserção em redes associativas e políticas do grupo. Embora não possuam histórico de mandatos eletivos, os renovadores acumulam, de forma combinada, experiências na participação em iniciativas da sociedade civil, na ocupação de cargos comissionados e até na militância partidária. Evidenciando, assim, como o RenovaBR opera uma institucionalização seletiva de trajetórias de engajamento na Sociedade Civil.

Ademais, o capítulo mostrou que esses traços evidenciam as relações de continuidade entre os MRP e os atores e as agendas que protagonizaram os ciclos de protestos de 2013, especialmente aqueles ligados a ascensão do protesto de classe média (Avritzer, 2017). Por um lado, observa-se uma notável continuidade em termos de perfil social e vínculos associativos, com predominância de atores jovens, escolarizados, oriundos das camadas médias ou altas da sociedade e, também, com experiência de engajamento em redes cívicas típicas dessas classes sociais. Por outro, os renovadores promoveram, em suas campanhas eleitorais, agendas e valores centrais daquele ciclo de mobilização: crítica ao sistema político e aos partidos, luta contra a corrupção, defesa da autogestão da sociedade civil (entendida como mais legítima que o sistema político) e o aprimoramento e ampliação de políticas públicas. Tais temas, antes difusos nos protestos, reaparecem agora sistematizados e interconectados no projeto político da renovação.

Para reconstituir a ecologia associativa dos MRP, o Capítulo 04 mapeou e analisou os vínculos de engajamento dos candidatos apoiados pelo RenovaBR prévios à 2018. Dessa forma, o capítulo mostrou como o “entorno” associativo do RenovaBR é formado por de uma rede densa e diversificada que conecta organizações da sociedade civil, partidos políticos e formas de engajamento variadas. Nada menos que 15 modalidades associativas foram identificadas nos vínculos dos “renovadores”. Dessas, o exame mostrou que as que mais densamente se conectam na rede são os próprios MRP, a militância partidária e o ativismo e a defesa de causas, formando o núcleo da rede. A centralidade dos MRP, especificamente, atesta a coesão dessas iniciativas enquanto modalidade de engajamento.

A análise também detectou, na rede associativa do Renova, cinco sub-redes que expressam padrões de engajamento cívico, cada uma delas tendo como nó central um MRP. A primeira e maior delas se organiza em torno da RAPS e é marcada pela forte atuação partidária, pelo histórico de ocupação de cargos comissionados e

pelo ativismo institucional. A segunda, que tem como centro o próprio RenovaBR, distingue-se pela presença de servidores públicos, agentes de segurança e líderes empresariais com pouca ou nenhuma vinculação associativa, mas com inserção em redes políticas partidárias e/ou de base familiar. A terceira tem como núcleos o MRP LIVRES e o partido NOVO. Congrega ativistas liberais e da luta anticorrupção. A quarta reúne jovens ativistas com formação acadêmica internacional e atuação em projetos “de impacto social”, principalmente na área de educação, ou em consultorias para empresas e poder público nessa mesma perspectiva. Seu nó principal é o Movimento Acredito. Significativamente menor e menos conectada do que as demais, a última sub-rede se organiza em torno do Movimento Negro. Ela congrega ativistas desse movimento com histórico de atuação em ONGs e projetos sociais voltados ao enfrentamento das desigualdades raciais a partir da promoção da educação, da cultura e do empreendedorismo.

O capítulo mostrou, por fim, como esse mosaico de espaços sociais e políticos se organiza em torno da lógica da *política baseada em evidências* (Louro e Harari-Kermadec, 2024). A aposta na gestão eficiente, na maximização de resultados e na tomada de decisão orientada por dados disseminada entre os MRP e seus atores indica como a PBE constitui o eixo que organiza as “diferenças” presentes na rede do RenovaBR. Como exposto, tal paradigma – se ancorando em pressupostos da economia política neoclássica (ou neoliberal) – transforma a decisão política em parecer técnico para construir sua eficácia e legitimidade políticas, eliminando da esfera pública a deliberação e a pluralidade próprias do regime democrático. Assim, práticas antes voltadas à defesa de causas e à incidência política passaram a ser convertidas em recursos mobilizados em nome de uma “nova política”, cuja legitimidade passa, cada vez mais, pela capacidade de traduzir interesses sociais em soluções “baseadas em evidências” e, portanto, tecnicamente justificadas. O principal efeito disso é a produção de uma miragem de pluralismo e de moderação que encobre os limites ideológicos desse grupo político. Dessa forma, exclui-se sutilmente vozes divergentes através da promoção de uma participação política filtrada por critérios tecnocráticos, uma vez que os instrumentos de operação da PBE não estão disponíveis a todos.

Ao se debruçar sobre o processo de institucionalização do engajamento cívico no Brasil pós-2013, a partir do caso do RenovaBR, esta tese não só aprofundou a

compreensão de suas dinâmicas e contradições, mas também trouxe contribuições significativas para algumas agendas teóricas e empíricas das Ciências Sociais.

Em primeiro lugar, a pesquisa ofereceu uma contribuição empírica inédita ao mapear, de forma sistemática e exaustiva, os percursos sociais e as redes associativas de um conjunto amplo de candidatos apoiados por um MRP. Enquanto a maior parte da literatura tem se concentrado na análise das organizações em si (suas estratégias, discursos ou estrutura institucional), o nível dos agentes permanece, com poucas exceções, negligenciado. Ao eleger os candidatos como unidade analítica, a tese propôs um deslocamento de perspectiva: da análise centrada nas organizações para uma abordagem relacional, capaz de revelar as conexões entre percursos biográficos, vínculos associativos e formas de inserção institucional. Essa mudança permitiu recolocar os MRP no interior de uma ecologia cívica mais ampla, evidenciando como eles operam como mediadores seletivos entre circuitos de participação da sociedade civil e o campo político.

Nessa direção, ao propor os MRP enquanto uma modalidade híbrida, emergente e autônoma de associativismo, a tese contribui para uma compreensão mais pluralista e relacional da Sociedade Civil. Rejeitando, assim, visões idealistas ou homogeneizantes de suas entidades e dos papéis que essas assumem na construção democrática. Nessa linha, o trabalho investigou como diferentes formas de organização cívica – fundações filantrópicas, movimentos sociais, coletivos, “*startups* cívicas”, negócios sociais, ONGs, escolas de formação política, entre outras – se articulam na construção de um projeto político de ocupação institucional. Menos do que um campo uniforme ou normativamente orientado à deliberação, a análise revelou a composição assimétrica e seletiva da ecologia associativa dos MRP. Nesse sentido, o estudo empírico das redes do RenovaBR permitiu qualificar o debate sobre os efeitos democráticos das associações civis, demonstrando que tais resultados não podem ser tomados como garantidos, nem decorrem apenas das intenções ou valores dos agentes. Antes, resultam (ou não) da configuração relacional dos atores que a compõem um determinado ecossistema associativo em um dado contexto histórico.

Por fim, a tese contribuiu ainda para a agenda de pesquisas sobre as consequências da ação coletiva. Desse modo, o trabalho demonstrou que a proliferação organizacional e a institucionalização de formas de participação política resultantes de um ciclo de protestos estão associadas a dois fatores. Por um lado, resultam da rearticulação e reorientação de redes de associativismo e participação

política preexistentes. Por outro, dependem das posições sociais e dos recursos detidos pelos agentes que a protagonizam para se consolidar. É nessa chave que se propõe compreender os Movimentos de Renovação Política enquanto um dos legados do ciclo de 2013. Esses grupos atuam na tradução de demandas sociais conflitivas em repertórios não contenciosos de inserção institucional, criando para seu afiliados oportunidades na política. Trata-se, contudo, de um processo impulsionado por e para setores restritos da sociedade civil, os quais detém os recursos sociais, econômicos e simbólicos para tanto. A tese, nesse sentido, demonstrou que os MRP não apenas buscaram *continuar Junho de 2013 por outros meios*, mas, sobretudo, *por seus próprios meios*.

## Referências bibliográficas

- ABERS, R. N.; ALMEIDA, D. R. DE; BÜLOW, M. VON. **A disputa pela democracia: Ativismos em contextos turbulentos**. Porto Alegre, RS: Editora Zouk, 2023.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325–357, jun. 2014.
- ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 5–34, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2018.
- ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L.; RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 237–263, ago. 2012.
- ALMEIDA, D. C. R. D. Candidaturas Coletivas: Uma Nova Forma de Interação entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos. **Dados**, v. 67, n. 2, p. e20220047, 2024.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49–86, 2009.
- \_\_\_\_\_. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 49–58, jun. 2017.
- \_\_\_\_\_. A gênese de 2013: formação do campo patriota. **Journal of Democracy em Português**, v. v. 8, n. 1, p. 97–119, maio 2019.
- \_\_\_\_\_. **Treze: A Política De Rua De Lula E Dilma**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2023.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests: June 2013 in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144–159, mar. 2016.
- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19–32, fev. 2005.
- AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 39, p. 149–174, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Impasses da democracia no Brasil**. 1a edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- \_\_\_\_\_. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 43–59, abr. 2017a.

\_\_\_\_. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. **Critical Policy Studies**, v. 11, n. 3, p. 352–357, 3 jul. 2017b.

\_\_\_\_. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 273–289, ago. 2018.

\_\_\_\_. **O pêndulo da democracia**. São Paulo, SP: Todavia, 2019.

BARBOSA, L. D. N. D. S. Cidadania, políticas de identidade e renovação política: um debate à luz da teoria da justiça de John Rawls. **Revista Sem Aspas**, v. 8, n. 2, p. 152–166, 2019.

BARBOSA, S. **A corrupção do estado como um problema público? Gênese e atuação dos movimentos de renovação política** Anais [...]. **Anais... Em: 47º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Campinas: ANPOCS, 2023 Disponível em: <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/6028?guid=45c1bbb358f4e6df46b0&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d45c1bbb358f4e6df46b0%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d6028%236028&i=1>>

BBC. Luz, selfies, eleição: a formatura dos “aprendizes” que prometem renovar política no Brasil. **BBC News Brasil**, 6 jul. 2018.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília: Ed. UNB, 1994. v. 2

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, p. e20210164, 2023.

BOSI, L. Social Movements and Interrelated Effects: The Process of Social Change in the Post-Movement Lives of Provisional IRA Volunteers. **Revista Internacional de Sociología**, v. 74, n. 4, p. e047, 30 dez. 2016.

BOSI, L.; GIUGNI, M.; UBA, K. (EDS.). **The consequences of social movements**. New York: Cambridge University Press, 2016.

BOSI, L.; UBA, K. **Collective Action Outcomes: Ways Forward for the Subfield** University of Salento, , 2021. Disponível em: <<http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/24479/20309>>. Acesso em: 6 mar. 2023

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, n. Edição especial, p. 4–17, outubro de 2015.

CAMPOS, D. O. **Movimentos de renovação política e juventude: sentimentos partidários e democracia em cheque**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2023.

CASTELLS, M. **Ruptura. A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CAYRES, D. C. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, v. 82, p. 81–104, 2016.

CEFAÏ, D. Publics, problèmes publics, arènes publiques...: Que nous apprend le pragmatisme ? **Questions de communication**, n. 30, p. 25–64, 31 dez. 2016.

COE, A.-B.; VANDEGRIFT, D. Youth Politics and Culture in Contemporary Latin America: A Review. **Latin American Politics and Society**, v. 57, n. 2, p. 132–153, 2015.

COPPEDGE, M. A classification of Latin American political parties. **The Helen Kellogg Institute for International Studies**, v. working paper n. 244, nov. 1997.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 181–203, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Estado e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 197–2020, abr. 2011.

COSTA, A. L.; VAZ, H.; MENEZES, I. UMA TIPOLOGIA DO ATIVISMO PROFISSIONAL NA INTERVENÇÃO EDUCATIVA, SOCIAL E COMUNITÁRIA. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e264686, 2023.

CROSSLEY, N.; BELLOTTI, E.; EDWARDS, G.; EVERETT, M. G.; KOSKINEN, J.; TRANMER, M. **Social network analysis for ego-nets**. Los Angeles London New Dehli Singapore Washington DC: SAGE, 2015.

CUNHA, N. P. DA. **Crise de representação e organizações suprapartidárias de formação e renovação política: uma análise da atuação da RAPS e do RENOVABR (2018-2022)**. São Paulo: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/ Fundação Perseu Abramo, 2023.

DELLA PORTA, D. **How social movements can save democracy: democratic innovations from below**. Cambridge, UK ; Medford, MA: Polity, 2020a.

\_\_\_\_\_. Building Bridges: Social Movements and Civil Society in Times of Crisis. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 31, n. 5, p. 938–948, out. 2020b.

\_\_\_\_\_. **Contentious Politics in Emergency Critical Junctures: Progressive Social Movements during the Pandemic**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2022.

DELLA PORTA, D.; FERNÁNDEZ, J.; KOUKI, H.; MOSCA, L. **Movement parties against austerity**. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity, 2017.

DESERIIS, M. **Direct Parliamentarianism: An Analysis of the Political Values Embedded in Rousseau, the “Operating System” of the Five STAR Movement** 2017 Conference for E-Democracy and Open Government (CeDEM). **Anais... Em: 2017 CONFERENCE FOR E-DEMOCRACY AND OPEN GOVERNMENT (CEDEM)**. Krems, Austria: IEEE, maio 2017 Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/document/8046269/>>. Acesso em: 13 mar. 2022

DESERIIS, M.; VITTORI, D. The Impact of Online Participation Platforms on the Internal Democracy of Two Southern European Parties: Podemos and the Five Star Movement. **International Journal of Communication**, v. 12, p. 5696–5714, 2019.

FARIA, F. DE. Participação, Renovação e Ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo. **Revista Contraponto**, v. 5, n. 1, 2018.

FAZZIO, T. R. Os movimentos de renovação política no Brasil: regulamentar é preciso. **Revista Ballot**, v. 9, n. 1–2, p. 261–285, 2024.

FIELDS, K. P. Beyond Protest: The Effects of Grassroots Activism on Maryland and Pennsylvania's Responses to Environmental Justice. **Environmental Justice**, v. 11, n. 1, p. 15–28, fev. 2018.

FIRMINO, K. R. **Outsiders na Câmara dos Deputados nas eleições de 2014 e 2018**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2023.

FRIESE, S. **Qualitative data analysis with atlas.ti**. 3rd edition ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2019.

GATTO, M. A. C.; RUSSO, G. A.; THOMÉ, D. **+Representatividade: relatório**. São Paulo, SP: Update, 2021.

GATTO, M. A. C.; THOMÉ, D. **+Representatividade: relatório 04 - Iniciativas de apoio a candidatas e candidatos: Representatividade +: eleições 2022**. São Paulo: Instituto Update, 2024.

GHAZIANI, A.; TAYLOR, V.; STONE, A. Cycles of Sameness and Difference in LGBT Social Movements. **Annual Review of Sociology**, v. 42, n. 1, p. 165–183, 30 jul. 2016.

GIANOLLA, C. Party-Movement's Power Dynamics in Transcultural Perspectives: the AAP and the M5S between Participation and Electoral Politics. **Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation**, n. 1, p. 1–40, 2017.

\_\_\_\_\_. Movimento-partido, populismo e democratização. *Em*: SANTOS, B. DE S.; MENDES, J. M. (Eds.). **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. Epistemologias do Sul. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2018. p. 481–504.

GIUGNI, M. Political Opportunities: From Tilly to Tilly. **Swiss Political Science Review**, v. 15, n. 2, p. 361–367, jun. 2009.

GIUGNI, M.; BOSI, L.; UBA, K. Outcomes of Social Movements and Protest Activities. *Em*: GIUGNI, M.; BOSI, L.; UBA, K. (Eds.). **Political Science**. [s.l.] Oxford University Press, 2013. .

GONÇALVES, A. **PSOL veta candidato saído de curso de renovação política, como o de Tabata**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/08/21/psol-veta-candidato-saido-de-curso-de-renovacao-politica-como-o-de-tabata.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2025.

INESC, I. DE E. S. **ANÁLISE DAS CANDIDATURAS COLETIVAS NAS ELEIÇÕES 2020**. Brasília: INESC, 2019. Disponível em: <[https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CandidaturasColetivas2020\\_V05.pdf](https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CandidaturasColetivas2020_V05.pdf)>.

IPEC. **Índice de confinamento social 2023**. São Paulo: IPEC, 2023.

JESUS, A. M. DE; CHAIA, V. Percepções do conceito de democracia nos movimentos políticos brasileiros: análise das metáforas conceituais do RenovaBr e MBL. *Em*: CHAIA, V.; BÓGUS, L.; MAGALHÃES, L. F. (Eds.). **Ciências Sociais Contemporâneas: Objetos de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 2021. p. 179–198.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como morrem as democracias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 76, p. 17–41, nov. 2006.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 44, p. 81–106, 1998.

\_\_\_\_\_. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 36 (3), p. 79–97, 2017.

LOURO, P. G.; HARARI-KERMADEC, H. “Políticas baseadas em evidência” em três estados da racionalidade econômica. **Tempo Social**, v. 36, n. 3, p. 97–121, 10 dez. 2024.

LÖWY, M. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 17, n. 2, p. 129, 10 dez. 2010.

MACEDO, R. G.; OLIVEIRA, L. M. Crise política, pandêmica e social: estudo do Governo Bolsonaro no contexto da COVID19 no Brasil. **Política, Globalidad y Ciudadanía**, v. 8, n. 16, p. 49–67, 1 jun. 2022.

MARTINS JR, J. P.; SCHMITZ, P. Movimentos suprapartidários x partidos políticos: parceria ou desafio. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 20, n. 1, p. 34–58, 2023.

MARTINS JR, J. P.; SCHMITZ, P.; FRAZON, D. **Os movimentos suprapartidários no Brasil: uma proposta de classificação** Anais [...]. **Anais... Em: 14º ENCONTRO DA ABCP**. UFBA, Salvador: 2; 5-8/08 2024

MAZZA, L. **Escola sem partido: A fábrica de gestores públicos do RenovaBR** *Revista Piauí*, fev. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escola-sem-partido/>>. Acesso em: 10 mar. 2023

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 18–51, dez. 2011.

MCLEVEY, J.; SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. (EDS.). **The Sage handbook of social network analysis**. Second edition ed. London ; Thousand Oaks, California: Sage, 2024.

MISCHE, A. **Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton Oxford: Princeton University Press, 2008.

MOHALLEM, M. F. Das redes às urnas: o avanço dos novos movimentos suprapartidários. **Interesse Nacional**, v. 10, n. 40, p. 3–12, abr. 2018.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução Cássio de Arantes Leite; Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOURA, G. V. **A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

MUFAREJ, E. **Jornada improvável: a História do Renovabr, a escola que quer mudar a política no Brasil**. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

NEVES, I. B. DE S. Análise do arranjo institucional e discursivo dos movimentos RenovaBR e MBL: reflexos no período eleitoral de 2018. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 12, n. 2, p. 97–108, dez. 2019.

NICOLAU, J. M. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, Brazil: Zahar, 2020.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Choque de democracia: Razões da revolta**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Ponto-final: a Guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

\_\_\_\_\_. **Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, L. DE M.; MACEDO, R. G. Movimentos de Renovação Política no Brasil: o Engajamento da Sociedade Civil na Era Digital. **Agenda Política**, v. 8, n. 2, p. 107–203, 2020.

OLIVEIRA, W. J. F. DE. Anti-corruption protests, alliance system and political polarization. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 20 (3), p. 439–453, dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção. **Estudos de Sociologia**, v. 25, n. 50, 21 maio 2021.

PEREIRA, M. M. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31, p. 301–338, jan. 2020.

PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 577–596, dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Legados de Junho de 2013: a proliferação dos coletivos para além do campo dos movimentos sociais. **Psicologia USP**, v. 35, n. e230103, p. 1–10, 2024.

PERISSINOTTO, R.; BOLOGNESI, B. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 1, p. 10–32, 2010.

PERISSINOTTO, R. M.; MASSIMO, L.; COSTA, L. D. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: O Caso dos Senadores Brasileiros na Primeira República (1889-1934). **Dados**, v. 60, n. 1, p. 79–110, mar. 2017.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 301–333, jun. 2009.

PETRARCA, F. Ativismo jurídico e usos militantes do direito na luta pela igualdade racial. **Revista De Antropologia**, v. 56(1), p. 12- 145., 2013.

\_\_\_\_\_. Carreira profissional e ativismo social: as lógicas do engajamento na defesa de causas. **Estudos de Sociologia**, v. 21(40), 2016.

\_\_\_\_\_. Uma janela no tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. **Revista TOMO**, n. 38, p. 339–371, 1 jan. 2021.

PETRARCA, F. R. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, p. 89–112, 27 abr. 2017.

PETRARCA, F. R.; FILGUEIRAS, C. H. Do voluntarismo político ao populismo jurídico: a gramática da operação Lava Jato nas mídias sociais. **Opinião Pública**, v. 30, 2024.

PICUSSA, R.; SOUZA, R. A. D.; CODATO, A. Estabelecidos, outsiders e renovadores: mensurando a lealdade partidária dos deputados federais eleitos em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 41, p. e267142, 2023.

PINHEIRO, D. M.; COSTA, V. V.; FARIAS, G. R. Juventude, Engajamento e Cultura Política: uma análise a partir dos movimentos de renovação política. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 15–32, 2021.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RAPS, R. DE A. P. PELA S. **MANDATOS COLETIVOS E COMPARTILHADOS: Desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI**. São Paulo: RAPS, 2019. Disponível em: <[https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos\\_v5.pdf](https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf)>.

RÉGIS, A.; CRUZ, A. S.; SANTOS, M.; HAYASHI, R. Renovação política ou camuflagem eleitoral? Um raio-x da “nova” política brasileira. **Revista de Estudos Eleitorais**, v. 2, n. 3, p. 7–13, jul. 2018.

RENOVABR. **RenovaBR: fundo cívico para a renovação política**, set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual – 2018**. São Paulo: RenovaBr, 2018.

\_\_\_\_\_. **RenovaBR.org**, abr. 2022. Disponível em: <<https://renovabr.org/>>

RUSSO, G. A.; AZZI, R. G.; FAVERI, C. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 365–404, ago. 2018.

SALGADO, E. D.; SANTOS, I. K.; BERGONZINE, W. A. O novo já nasce velho: breve análise sobre dois movimentos políticos. **Resenha Eleitoral**, v. 24, n. 2, p. 14–42, 2020.

SANTOS, A. F. DOS. **Das ruas às organizações: emergência e consolidação da militância à direita em Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SANTOS, D. B. **“Contra tudo isso que está aí”: como a construção do marketing político e eleitoral do Renovabr levou Alessandro Vieira ao senado por Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SANTOS FILHO, G. G. **O RenovaBR e a renovação política brasileira: formação política, discursos e perspectivas**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2021.

SANTOS, J. V. **“As manifestações de junho de 2013 pra gente não acabou” : um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2017.

\_\_\_\_\_. **Cidades reivindicadas : emergência e difusão das ocupações culturais como forma de reivindicação do direito à cidade**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SANTOS, M. B. P. DOS. Movimentos de renovação política e a participação cívica no Brasil. **Ponto-e-Vírgula**, n. 26, p. 123–137, 2019.

SANTOS, N. R. DOS; KELLER, V. DE R. Os movimentos de renovação política e a promoção da participação da mulher nas eleições de 2018. **Resenha Eleitoral**, v. 23, n. 1, p. 89–108, 2019.

SCHIMITZ, P.; MARTINS JR, J. P. Movimentos Suprapartidários: Escolas de Formação de Políticos sem Ideologia? **Parlamento e Sociedade**, v. 11, n. 21, p. 91–105, 2023.

SILVA, B. L. D. **Renovação Política? Estratégias comunicativas e trilhas interpretativas projetadas por Movimentos de Renovação Política**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.

SILVA, D. R.; SILVA, B. L. D. Uma escola de líderes para a renovação política? Trilhas interpretativas e opacidade no RenovaBR. **Organicom**, v. 21, n. 44, p. 197–208, 2024.

SILVA, I.; SOUTO, A. L. S. (EDS.). **Democracy, citizenship and youth: towards social and political participation in Brazil**. London: Tauris, 2009.

SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 88–111, 10 set. 2018.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2018.

TARROW, S. G. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Revised and updated 3rd ed ed. Cambridge New York Melbourne: Cambridge university press, 2011.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, n. 1, p. 112–135, 10 set. 2018.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 63–96, abr. 2019.

THOMAS, W. I.; THOMAS, D. S. The Methodology of Behavior Study. *Em: Child in America: behavior problems and programs*. New York: Alfred A. Knopf, 1928. p. 555–575.

VISCARRA, S. P.; BARBOSA, B. DA S. A percepção dos jovens brasileiros sobre política e democracia: Um estudo comparado entre anos de 2014 e 2018 com base no World Values Survey. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 21 nov. 2023.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System. **SSRN Electronic Journal**, 2019.

## **APÊNDICE A – Sistema de codificação de pautas eleitorais dos candidatos do RenovaBR (2018)**

Este apêndice apresenta o sistema de codificação temático utilizado para classificar as postagens de campanha dos candidatos do RenovaBR em 2018, com base nos conteúdos publicados em suas redes sociais. Cada código refere-se a uma pauta política ou eixo discursivo identificado nas publicações, acompanhado de critérios de aplicação e, quando pertinente, de especificações que permitiram capturar nuances internas às categorias mais amplas. O objetivo foi permitir uma análise sistemática dos posicionamentos públicos dos candidatos, observando tanto a diversidade de temas mobilizados quanto as formas específicas de sua formulação. Os códigos foram agregados em eixos temáticos, que indicam quatro grupos mais amplos de pautas afins: I. Sistema político, II. Políticas públicas, III. Economia e IV. Defesa de causas, direitos e grupos.

### **EIXO I – SISTEMA POLÍTICO**

**Renovação Política** – Publicações que mobilizam a narrativa da renovação política para legitimar a candidatura, incluindo seus símbolos e slogans. Consiste na crítica ao sistema político vigente e na necessidade de substituição da “velha política” por uma “nova política”. Essas publicações geralmente opõem representantes tradicionais – associados à corrupção, aos privilégios e à ineficiência – a “novas lideranças”, consideradas mais éticas, técnicas ou conectadas à sociedade. Frequentemente, esse discurso é acompanhado da valorização da qualificação técnica para a atuação política, da defesa de práticas baseadas em evidências ou da recusa à polarização ideológica.

**Reforma política e do Estado** – Postagens que abordaram propostas de mudança nas regras do sistema político, eleitoral ou administrativo, com ênfase no enfrentamento de privilégios percebidos como excessivos por parte das elites políticas e judiciárias. Foram incluídas aqui publicações que defenderam cortes em verbas de gabinete, redução de salários de parlamentares, fim do foro privilegiado, diminuição do número de parlamentares, mudanças no sistema eleitoral (como o distrital misto) e flexibilização das regras de elegibilidade (como a defesa de candidaturas

independentes). Esse conjunto de propostas era frequentemente sintetizado por lemas como “fim dos privilégios” ou “chega de privilégios”. No caso dos candidatos vinculados ao RenovaBR, observou-se a recorrência do compromisso de reduzir os gastos do mandato em até 30% já no primeiro ano, apresentado como um gesto simbólico e prático de alinhamento à ética pública e à eficiência estatal. O código foi aplicado sempre que a postagem defendia medidas concretas para tornar a competição política mais equitativa ou para restringir prerrogativas consideradas excessivas dos ocupantes de cargos públicos.

**Combate à corrupção** – Refere-se à defesa do enfrentamento da corrupção como eixo central de campanha. Incluíram-se aqui tanto declarações genéricas (“acabar com a corrupção”, “tolerância zero com corruptos”, “pelo fim da corrupção”) quanto propostas mais específicas, como o apoio às chamadas “Dez Medidas contra a Corrupção”, formuladas por membros do Ministério Público Federal durante a Operação Lava Jato, dentre outras. Embora por vezes se articulasse à pauta da reforma política e do Estado, esse código foi aplicado exclusivamente em casos nos quais a corrupção figurava como problema principal identificado pelo candidato e sobre o qual se propunha uma resposta direta.

**Representatividade de grupos minorizados** – Defesa da ampliação da presença de grupos historicamente sub-representados no processo decisório e nas instituições políticas. Esse discurso aparecia frequentemente associado à ideia de que “é preciso ocupar os espaços” ou de que esses grupos “precisam ter um assento à mesa”. Em geral, tratava-se de candidaturas oriundas desses próprios grupos, que reivindicavam legitimidade para representar pautas específicas e denunciar desigualdades estruturais. O código foi utilizado combinado com quatro especificações principais, de acordo com o grupo social mobilizado na publicação: jovens, mulheres, população negra e povos indígenas. Cada uma dessas categorias operava como subcódigo e permitia identificar qual marcador identitário era acionado como critério de inclusão política.

**Participação cidadã e transparência no mandato** – Código atribuído a postagens que apresentaram propostas de aproximação entre representantes e representados, com base na valorização da participação cidadã e da transparência no exercício do

mandato parlamentar. Foram incluídas publicações que divulgaram compromissos com emendas participativas, uso de aplicativos ou plataformas digitais para acompanhamento e deliberação sobre as ações do mandato, mecanismos de consulta pública, audiências abertas, orçamentos participativos, além da adoção da ideia de mandatos colaborativos com forte diálogo com organizações da sociedade civil. O código abrangeu, ainda, manifestações de apoio a instrumentos participativos de maneira mais ampla, como conselhos, conferências, consultas públicas e outras formas institucionais de escuta e controle social. As postagens codificadas enfatizavam, em geral, a necessidade de reduzir o distanciamento entre eleitores e eleitos, concebendo a transparência como ferramenta tanto de fiscalização quanto de coprodução da política.

**Antipetismo** – Foram incluídas nesta categoria postagens que expressaram rejeição explícita ao Partido dos Trabalhadores (PT) e às suas lideranças. Diferentemente da pauta da “renovação política”, que muitas vezes formulava críticas difusas ao sistema como um todo, aqui a crítica apresentava um alvo claro – frequentemente identificado em figuras como Lula, Dilma Rousseff, ou em termos genéricos como “esquerda”, “comunistas” ou “esquerdopatas”. As postagens codificadas com este rótulo variaram de críticas políticas à atuação dos governos petistas até manifestações de cunho moralizante ou conspiracionista, nas quais o PT e seus aliados eram representados como ameaças à ordem, à família, à infância ou à integridade nacional. O tom dessas mensagens, em geral, era combativo e agressivo, buscando distinguir o candidato da esquerda política não apenas em termos programáticos, mas também morais e civilizacionais.

**Defesa da democracia e do Estado de Direito** – Utilizou-se este código para identificar postagens em que os candidatos afirmaram, de forma explícita, seu compromisso com os princípios democráticos e com o respeito às instituições do Estado de Direito. Essas publicações, em geral, apresentavam a democracia como valor inegociável, especialmente em contextos marcados por ameaças autoritárias, apologia à ditadura militar ou ataques a instituições como o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. Embora nem sempre especificassem os dispositivos ou dimensões institucionais dessa defesa, as postagens codificadas mobilizavam expressões como “democracia acima de tudo”, “respeito às instituições”, “Estado de

Direito”, ou reafirmavam a necessidade de preservar a Constituição, os direitos civis e as regras do jogo democrático.

## **EIXO II – POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Políticas sociais** – Aplicou-se este código às postagens que defenderam, promoveram ou propuseram a melhoria e a fiscalização de políticas sociais *como um fim em si mesmo*. Entenderam-se como políticas sociais, nesse contexto, aquelas voltadas à ampliação das condições de vida da população, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis, com atuação em áreas como saúde, educação, moradia, assistência social, geração de emprego, entre outras. O código foi utilizado com uma especificação temática que indicava o setor de política pública priorizado na postagem, como moradia, saúde ou educação. Quando a defesa era genérica, como nos casos em que o candidato declarava o compromisso com a “melhoria dos serviços públicos” ou listava diversas áreas sem indicar uma prioritária, aplicou-se apenas o código principal com a especificação “genérico”. Já nas situações em que duas ou mais áreas eram mobilizadas de forma consistente, registrou-se o código mais de uma vez, abrangendo as múltiplas especificações. Também foram considerados os casos em que a defesa de políticas sociais aparecia como meio para a defesa de direitos de grupos específicos. Nesses casos, o código de políticas sociais não foi utilizado, mas o de defesa de direitos de grupos minorizados ou equivalente.

**Políticas de segurança pública** – Medidas que incidem sobre a segurança pública visando combater e prevenir a criminalidade. Para dar conta das diversas abordagens a esse tema, recorreu-se as seguintes especificações:

- a) *Genérica* – Há casos em que as propostas não são muito concretas, pautando o tema de modo genérico (“melhorar a segurança pública” e correlatos). Incluir também propostas que visam o aumento do efetivo, a melhoria dos equipamentos das policiais e guardas municipais, sem que isso esteja vinculado a uma abordagem repressiva ou preventiva, mas fale apenas dessas medidas por si mesmas.
- b) *Repressiva* – Traduz a defesa de uma maior repressão da criminalidade, com medidas de endurecimento de penas e de apoio ações mais violentas da

polícia, em uma retórica de guerra à criminalidade ou próxima a isso. Incluir aqui propostas de reprimir crimes específicos, como tráfico de drogas.

- c) *Preventiva* – refere-se às propostas para a área de SP que focam na prevenção da violência, como a articulação entre polícia e comunidade, o foco na mitigação dos efeitos negativos e fatores geradores, maior foco na investigação e uso de inteligência; a descriminalização de drogas, especialmente a maconha, que se justificam como uma medida para melhorar a segurança pública e prevenir a violência é incluída na abordagem em preventiva.
- d) *Ambivalente* – casos em que as propostas combinam elementos repressivos e preventivos, mas sem adotar nenhuma das duas perspectivas.

**Urbanização e infraestrutura** – Foram codificadas com esta pauta as postagens que apresentaram propostas voltadas ao aprimoramento da infraestrutura urbana e territorial, em sentido amplo. A categoria abrangeu iniciativas que trataram da ampliação de malhas rodoviárias e ferroviárias, da modernização ou revisão de planos diretores, do fortalecimento das redes de saneamento básico, da expansão do acesso à energia elétrica e à internet, bem como de outras políticas públicas com foco na melhoria das condições urbanas. Também foram incluídas propostas voltadas à mobilidade urbana, como a valorização do transporte público e a qualificação dos espaços públicos das cidades, com vistas à promoção de uma urbanização mais equitativa, funcional e sustentável. Em alguns casos, as propostas partiam de diagnósticos regionais específicos, enquanto em outros eram formuladas em termos mais genéricos, como parte de uma agenda de modernização e eficiência estatal.

### **EIXO III - ECONOMIA**

**Política Econômica** – Código aplicado a postagens que apresentaram posicionamentos sobre política econômica em sentido amplo, geralmente vinculados a visões sobre o papel do Estado e os rumos do desenvolvimento nacional. Em vez de propostas pontuais, tratava-se de postagens que articulavam princípios macroeconômicos ou modelos de gestão da economia. O código foi utilizado com três especificações, descritas abaixo.

- a) *Liberal* – Atribuiu-se esta especificação às postagens que defenderam a redução do papel do Estado em favor da iniciativa privada, tanto na condução da economia quanto na prestação de serviços públicos. As publicações codificadas com este marcador apresentaram propostas como a diminuição e simplificação da carga tributária, privatizações de empresas estatais, terceirizações, uso de vouchers em educação e saúde, privatização de presídios, defesa da independência do Banco Central e descentralização do poder estatal (por meio de modelos federalistas, municipalistas ou de maior autonomia regional). O foco nas liberdades individuais e na eficiência da iniciativa privada como motor do desenvolvimento esteve no centro dessas postagens.
- b) *Social Liberal*: Essa especificação foi utilizada para classificar postagens que defenderam uma visão de Estado centrada na eficiência, simplicidade e responsabilidade fiscal, sem aderir à lógica do Estado mínimo. As publicações codificadas com este marcador articularam a necessidade de tornar a gestão pública mais eficaz e transparente, com maior controle social e redução de desperdícios, visando oferecer serviços de melhor qualidade à população. Esse discurso enfatizou a compatibilização entre responsabilidade fiscal e justiça social, propondo a redução de gastos como meio para expandir políticas públicas, atrair investimentos e gerar crescimento econômico. Diferentemente da perspectiva liberal clássica, essa abordagem não pregava a retirada do Estado, mas sua reformulação como um “Estado necessário” — menos burocrático, mais acessível e comprometido com a redução de desigualdades, inclusive com atenção a recortes de raça e gênero. Embora houvesse zonas de sobreposição com o discurso liberal, a ênfase no bem-estar social e no enfrentamento de desigualdades marcou a singularidade dessa orientação.
- c) *Desenvolvimentista* – Aplicou-se esta especificação às postagens que defenderam a atuação do Estado como agente promotor do desenvolvimento econômico, por meio de políticas de fomento a setores estratégicos como indústria, agricultura, turismo e serviços. As propostas codificadas com este marcador incluíram medidas como redução ou simplificação de tributos, criação de linhas de crédito e

microcrédito, programas de qualificação de mão de obra e incentivos à inovação, com o objetivo de impulsionar a geração de emprego e renda. Diferentemente da pauta de desenvolvimento regional, que se concentra em localidades ou municípios específicos, as postagens aqui incluídas apresentaram propostas mais abrangentes, com foco em unidades federativas ou no país como um todo. A ênfase recaía sobre a capacidade do Estado de organizar e induzir o crescimento econômico por meio de planejamento, investimento e apoio a cadeias produtivas.

**Defesa de setores da economia** – Utilizou-se este código para classificar postagens de campanha que promoveram os interesses de setores econômicos específicos, como o agronegócio, o turismo, a economia criativa, a indústria, entre outros. Nessas publicações, os setores em questão foram apresentados como vetores de desenvolvimento econômico e social, vinculando sua defesa direta ao interesse público e à geração de empregos, renda e oportunidades.

**Empreendedorismo e economia criativa** – Este código foi utilizado para postagens que defenderam medidas de fomento ao empreendedorismo e à economia criativa como estratégias de inclusão social e empoderamento econômico. As publicações associaram o incentivo à criação de pequenos negócios, startups, iniciativas culturais e de inovação ao fortalecimento da autonomia dos indivíduos, especialmente em contextos periféricos ou marcados pela desigualdade. O discurso enfatizava a capacidade desses arranjos econômicos de gerar renda, ampliar oportunidades e transformar realidades locais por meio da criatividade, da cultura e da inovação social.

#### **EIXO IV - DEFESA DE CAUSAS, DIREITOS E GRUPOS**

**Desenvolvimento e representação regional** – Classificaram-se com este código as postagens que centraram suas propostas na promoção do desenvolvimento social e econômico de regiões específicas, geralmente vinculadas ao território de origem do candidato ou candidata. As publicações destacaram o direcionamento de emendas parlamentares, a criação de políticas públicas voltadas para as demandas locais e a busca por maior equidade na distribuição de recursos entre regiões. Em muitos casos, a defesa do desenvolvimento regional veio acompanhada da reivindicação por mais

representatividade política de territórios considerados historicamente sub-representados nos espaços de poder.

**Defesa de direitos de grupos minorizados** – Este código reuniu postagens que promoveram a garantia de direitos e o enfrentamento das desigualdades estruturais que afetam grupos historicamente marginalizados. Diferentemente da pauta da representatividade, que valoriza a presença desses grupos nos espaços de poder, aqui os sujeitos aparecem sobretudo como destinatários de políticas públicas, ações afirmativas ou marcos legais orientados à justiça social. As postagens codificadas enfatizaram a necessidade de proteção, reconhecimento e reparação para com esses grupos, muitas vezes vinculando essa defesa à ampliação da cidadania e à construção de uma sociedade mais igualitária. O código foi utilizado com especificações conforme o grupo social priorizado na publicação: Genérico, Mulheres, População negra, Povos indígenas, Pessoas com deficiência (PCD), LGBTQ+ e Outros.

**Defesa de categorias profissionais** – Aplicou-se este código às postagens que apresentaram a defesa de direitos e reivindicações de categorias profissionais específicas, com ênfase na valorização salarial, na melhoria das condições de trabalho e no reconhecimento social dessas ocupações.

**Causas conservadoras** – Este código abrangeu postagens que expressaram apoio a causas historicamente defendidas por movimentos conservadores, sobretudo no campo dos costumes e valores morais. As publicações codificadas com esta pauta articularam a defesa da família tradicional, o direito ao porte de armas de fogo, o combate à chamada “ideologia de gênero”, o posicionamento contra os direitos da população LGBTQ+, bem como propostas como o homeschooling, a militarização de escolas, o programa Escola Sem Partido e a redução da maioria penal. O código foi utilizado com especificações temáticas, conforme o conteúdo principal da postagem: Anti-Aborto, Anti-LGBTQ+ e/ou Anti-Gênero, Educação conservadora, Família tradicional, Porte de armas de fogo e Redução da maioria penal

**Sustentabilidade e meio ambiente** - Classificaram-se com este código as postagens que abordaram a proteção ambiental e a promoção de práticas sustentáveis como

parte dos compromissos de campanha. As publicações codificadas defenderam a preservação de biomas, o combate ao desmatamento, o incentivo à economia verde, a educação ambiental e outras medidas voltadas à sustentabilidade.

